



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**



FÁBIO BARBOSA DA SILVA

**MEIO AMBIENTE E TRABALHO: RUPTURAS NO SISTEMA PRODUTIVO NO
SUL DA ZONA DA MATA ALAGOANA (1950-1980)**

**Maceió/AL
2020**

FÁBIO BARBOSA DA SILVA

**MEIO AMBIENTE E TRABALHO: RUPTURAS NO SISTEMA PRODUTIVO NO
SUL DA ZONA DA MATA ALAGOANA (1950-1980)**

Dissertação apresentada ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas – PPGH/UFAL.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Alves Bezerra

Maceió/AL

2020

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S586m Silva, Fábio Barbosa da.

Meio ambiente e trabalho : rupturas no sistema produtivo no Sul da Zona da Mata alagoana (1950-1980) / Fábio Barbosa da Silva. – 2020.

196 f. : il. color.

Orientador: Antônio Alves Bezerra.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2020.

Bibliografia: f. 186-196.

1. Alagoas. 2. Instituto do Açúcar e do Alcool (Brasil). 3. Cana-de-açúcar - Alagoas. 4. Meio ambiente. 5. Trabalho. I. Título.

CDU: 504.05:331(813.5)

Folha de Aprovação

FÁBIO BARBOSA DA SILVA

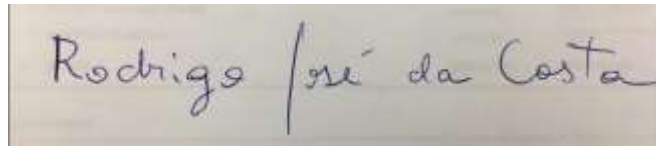
Meio ambiente e trabalho: Rupturas no sistema produtivo no Sul da Zona da Mata alagoano (1950-1980)

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 03 de setembro de 2020.

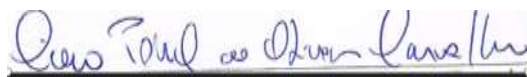


Prof. Dr. Antonio Alves Bezerra (Orientador)
Universidade Federal de Alagoas

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Rodrigo Jose da Costa (Examinador Interno)
Universidade Federal de Alagoas



Prof. Dr. Cicero Pericles de Oliveira Carvalho (Examinador Externo)
Universidade Federal de Alagoas

*Aos expropriados, e a todos os que têm sua
reprodução social condicionada aos movimentos
das moedas das usinas.*

AGRADECIMENTOS

Gratidão a Deus Nosso Senhor!

Desejo através deste espaço manifesta minha profunda gratidão a todos aqueles que contribuíram de alguma forma para a conclusão e apresentação deste trabalho de pesquisa.

Diante da impossibilidade de elaborar uma lista com todos os nomes, o que faria de sua leitura uma tarefa desagradável, desejo que cada um sintam-se representado nas pessoas e instituições abaixo citadas.

Agradeço a Universidade Federal de Alagoas – UFAL. De modo particular aos membros do Programa de Pós-graduação em História PPGH, que se sintam dignamente representados pelos professores Anderson Almeida e Aruã Lima, que ministraram as disciplinas obrigatórias do curso. Neste seletivo grupo agradeço ainda aos componentes da banca desta dissertação, os Professores Cícero Péricles, Osvaldo Maciel e Rodrigo Costa, mesmo aqueles que não fazem parte do Programa, serão lembrados com reverência e gratidão associados a este momento ímpar de minha formação, que tem sido o mestrado na UFAL.

Gratidão especial ao Professor Antônio Alves Bezerra, cuja orientação, regada com paciência e amizade verdadeira, permitiu a este trabalho a soma de características sem as quais o meu empenho em desenvolvê-lo teria sido vão.

Gratidão a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES que, ao financiar esta pesquisa, possibilitou que eu reservasse o melhor do meu tempo para o desenvolvimento deste trabalho.

A todos os órgãos que abriram seus arquivos e contribuíram com os dados que tornaram possível a elaboração desta dissertação: Ao Arquivo Público de Alagoas – APA. Ao Cartório do Único Ofício de Junqueiro, juntamente com todo quadro de funcionário, muito bem representado pela Senhora Cristina. Os favores deste estabelecimento foram imprescindíveis para a fundamentação de parte expressiva da proposta deste trabalho. Ao Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL, além das fontes acessadas, através dele, agradeço a professora Tarcyelma Lira. Não me esquecerei do fato de que seus conselhos me ajudaram a tomar a decisão de tentar a seleção de mestrado e, posteriormente, ingressar no PPGH/UFAL. Ao Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Alagoas – SINDAÇUCAR-AL. Ao memorial Coruripense.

Agradeço a minha querida família por todo apoio, paciência e cumplicidade ao longo dos últimos dois anos. Neste sentido, destaco a atuação da minha mãe Solange Barbosa e da minha irmã Yasmim Cavalcante. Estas, sempre me induzindo a acreditar na minha capacidade de aprender e de produzir mais.

Quem são os amigos senão pessoas que tomamos como membros da família sem exigências de relação consanguínea!? Agradeço imensamente a atuação do meu grande amigo Rodolfo Oliveira, quem muito me apoiou e estimulou desde o período da Graduação. Tais estímulos se manifestaram através de seus conselhos e da própria conduta, no sentido de participar da seleção de mestrado. Também com ele dividi momentos de aprendizado e reflexões sobre o tema pesquisado.

Agradeço ainda ao professor Aldemir Barros, da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, que, como orientador, na graduação, também me incentivou a ampliar minha pesquisa. Aos demais alunos do PPGH/UFAL, turma 2018 dos quais destaco o Dehon Silva, o Eric Nilson e a Valéria Araújo entre os quais sempre foram fomentadas discussões pertinentes sobre os nossos objetos de pesquisa.

Que seja louvado o Nome de Deus pela existência de cada um desses!

RESUMO

Com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA, o Estado brasileiro assumiu amplamente o controle sobre o cultivo e processamento da cana de açúcar. A partir de meados do século XX, uma série de fatores contribuíram para a criação de um cenário otimista para a exportação do açúcar brasileiro. Dentre estes fatores, é possível destacar a desestruturação da produção europeia de açúcar de beterraba, ao fim da II Guerra Mundial, e a abertura do mercado consumidor norte-americano, após a Revolução Cubana e o conseqüente rompimento entre Estados Unidos e Cuba. Em meio a este cenário otimista, a usina Sinimbu iniciou um processo bem-sucedido de fertilização dos tabuleiros localizados no Sul da Zona da Mata alagoana, com o objetivo de adaptar esses espaços ao cultivo de cana de açúcar. Na década de 1970 o IAA intensificou os estímulos financeiros e fiscais para a ampliação e concentração de canaviais por parte das usinas. Neste contexto, a região no entorno dos tabuleiros do Sul da Zona da Mata alagoana passou a representar um espaço privilegiado para implantação de usinas, e para a ampliação dos canaviais daquelas já instaladas. Esse período marcou a supressão dos engenhos pelas usinas e a substituição dos senhores de engenhos pelos usineiros no topo da pirâmide social. Os canaviais avançaram pelos tabuleiros substituindo a vegetação nativa, empurrando os rebanhos de bovinos para os vales dos rios e transformando os meios de acesso à terra por parte das populações rurais. As usinas locais passaram a representar o principal *locus* do desenvolvimento e da oferta de trabalho assalariada, atraindo para a sua proximidade um expressivo contingente humano que adensou os centros urbanos já existentes e deu origem a novos. Este trabalho objetiva analisar este processo de expansão da atividade canavieira no Sul da Zona da Mata alagoana durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, enfatizando os aspectos mais salientes que marcaram as rupturas nas relações entre os homens, e entre estes e o espaço a sua volta, no contexto da região estudada. Para a concretização de tal objetivo buscou-se apoio na bibliografia produzida sobre o tema e em fontes que permitam uma visão do processo de ocupação e exploração do espaço em questão, visando um estudo comparativo sobre as relações entre os homens, e entre esses e o espaço ocupado ao longo do recorte temporal estabelecido.

Palavras-chave: Alagoas; cana de açúcar; expansão; IAA.

RESUMEN

Con la creación del Instituto del Azúcar y el Alcohol - IAA, el Estado brasileño ha asumido en gran medida el control sobre el cultivo y el procesamiento de la caña de azúcar. Desde mediados del siglo XX, varios factores contribuyeron a la creación de un escenario optimista para la exportación de azúcar brasileña. Entre estos factores, es posible destacar la interrupción de la producción europea de azúcar de remolacha, al final de la Segunda Guerra Mundial, y la apertura del mercado de consumo de América del Norte, después de la Revolución Cubana y la consiguiente ruptura entre los Estados Unidos y Cuba. En medio de este escenario optimista, la planta de Sinimbu inició un exitoso proceso de fertilización de los altiplanos ubicadas en el sur de la Zona da Mata en Alagoas, con el objetivo de adaptar estos espacios al cultivo de la caña de azúcar. En la década de 1970, el IAA intensificó los incentivos financieros y fiscales para la expansión y concentración de la caña de azúcar por parte de los ingenios. En este contexto, la región que rodea la parte sur de la Zona da Mata en Alagoas se ha convertido en un espacio privilegiado para la implantación de plantas y para la expansión de los campos de caña de los ya instalados. Este período marcó la supresión de los ingenios por las plantas y el reemplazo de los propietarios de los ingenios por los propietarios de las plantas en la parte superior de la pirámide social. Los campos de caña avanzaron a través de los altiplanos, reemplazando la vegetación nativa, empujando a los rebaños de ganado hacia los valles de los ríos y transformando los medios de acceso a la tierra de las poblaciones rurales. Las fábricas de azúcar locales han llegado a representar el lugar principal de desarrollo y la oferta de trabajo asalariado, atrayendo un contingente humano expresivo que ya ha densificado los centros urbanos existentes y ha creado otros nuevos. Este trabajo tiene como objetivo analizar este proceso de expansión de la actividad de la caña de azúcar en el sur de la Zona da Mata en Alagoas durante las décadas de 1950, 1960 y 1970, enfatizando los aspectos más destacados que marcaron las rupturas en las relaciones entre los hombres, y entre estos y el espacio a ser a su alrededor, en el contexto de la región estudiada. Para lograr este objetivo, se buscó apoyo en la bibliografía producida sobre el tema y en fuentes que permitan vislumbrar el proceso de ocupación y exploración del espacio en cuestión, buscando un estudio comparativo sobre las relaciones entre hombres, y entre estos y espacio ocupado a lo largo del tiempo establecido.

Palabras clave: Alagoas; caña de azúcar; expansión IAA.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Intervenção em mapa de Alagoas com destaque para a Microrregião de São Miguel dos Campos	21
Ilustração 2 – Intervenção no mapa Praefecturae Paranambucae Pars Meridionalis	33
Ilustração 3 – Intervenção em Carta Topográfica da Província das Alagoas de 1862	36
Ilustração 4 – Vista parcial da antiga Lagoa de Santa Luzia	38
Ilustração 5 – Divisão do Brasil em Capitâneas Hereditárias	64
Ilustração 6 – Aspecto de pastos no Vale do Rio Coruripe	102
Ilustração 7 – Intervenção em imagem de satélite com a localização aproximada de terras de hereus em Junqueiro	139
Ilustração 8 – Afresco de Cândido Portinari representando colheita de cana	154
Ilustração 9 – Vista parcial de canaviais entre os municípios de Junqueiro e Campo Alegre	165
Ilustração 10 – Chaminé de usina expelindo fumaça	170

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Engenhos e Fazendas em 1774	34
Tabela 2 – Número de engenhos no Sul de Alagoas entre 1849 e 1859	49
Tabela 3 – Produção e exportação brasileira de açúcar (sacos de 60kg)	81
Tabela 4 – Usinas instaladas no Sul da Zona da Mata de Alagoas	87
Tabela 5 – Produtos da lavoura temporária em Alagoas (em toneladas)	97
Tabela 6 – Efetivo do rebanho de bovinos (cabeças)	101
Tabela 7 – Desenvolvimento populacional no entorno das usinas instaladas na década de 1970	110
Tabela 8 – Incidência de vendas e áreas das terras declaradas no Cartório de Junqueiro entre 1952 e 1976	126
Tabela 9 – Áreas ratificadas e retificadas entre 1975 e 1976	131

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Arquivo Público de Alagoas
ASPLANA	Associação do Plantadores de cana de Alagoas
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento da Pessoa de Nível Superior
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGAL	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
PLANALSUCAR	Programa Nacional de Melhoramento da Cana de Açúcar
PPGH	Programa de Pós-Graduação em História
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
RECOR	Projeto de Restauração do Rio Coruripe
SINDAÇUCAR – AL	Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Alagoas
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UNEAL	Universidade Estadual de Alagoas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
1 TECITURAS DO ESPAÇO ESTUDADO: O HOMEM, A ECONOMIA E O MEIO AMBIENTE.....	28
1.1 A ocupação e exploração dos tabuleiros do Sul alagoano.....	31
1.2 Os avanços da agricultura canvieira no espaço estudado.....	46
2 INDUSTRIALIZAÇÃO E TRABALHO.....	62
2.1 A expansão da agroindústria canvieira alagoana na segunda metade do século XX.....	77
2.2 Industrialização e o meio rural.....	90
3 PERCEPÇÕES ACERCA DO VALOR DA TERRA.....	105
3.1 O valor de uso e de comércio da terra.....	114
3.2 As restrições ao uso coletivo do espaço.....	135
4 DAS PRÁTICAS ÀS IDEIAS: AS DIMENSÕES DO AVANÇO DOS CANAVIAIS.....	145
4.1 Conflitos e conviências diante do quadro de mudanças.....	151
4.2 O modelo de ocupação do espaço e a percepção sobre o mesmo.....	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	175
REFERÊNCIAS.....	186

APRESENTAÇÃO

Do Oriente para o Ocidente, os canaviais se tornaram, desde o século XVI, um elemento marcante da relação entre o Velho e o Novo Mundo. De acordo com a mitologia hindu, a cana de açúcar teria sido cultivada por um sábio em uma espécie de paraíso terrestre, construído para o conforto de um rei imortal inconformado com a decisão dos deuses de não o receber no céu com seu próprio corpo. Assim, a planta passava a representar um dos signos que competiam para a reprodução do paraíso celeste na terra.¹ Na história da exploração do Continente Americano pelos europeus, sobretudo os ibéricos, a mesma planta constituiu um capítulo amplo da história que trata de temas como a ocupação espacial pelos colonizadores, a formação de uma elite rural vinculada aos engenhos e a estreita ligação entre a Europa, a América e a África no âmbito do tráfico de mão de obra escravizada para atender, dentre outras indústrias, a da cana de açúcar no Nordeste brasileiro.

No contexto dos engenhos nordestinos, a cana de açúcar representa o ponto de partida de uma historiografia que caminha entre as glórias da casa grade e as penúrias da senzala.² Como que reportasse a antiga lenda hindu, o abismo estabelecido entre as condições de vida do senhor de engenho e de sua mão de obra, alude a dura realidade de que o paraíso plantado na terra pelo sábio antigo não passa de um simulacro daquele paraíso que ele tentou reproduzir. Outrossim, a planta de seiva agradável ao paladar, foi plantada na terra para o deleite de um rei, e não do próprio sábio, quem a havia plantado. Ou seja, as benesses advindas de seu cultivo não influem sobre os cultivadores com a mesma intensidade com que assiste aos donos da lavoura.

Em Alagoas, os discursos proferidos sobre os vínculos entre a cana de açúcar e a história da região remontam ao período em que as terras do atual estado ainda eram parte da então Capitania de Pernambuco. Autores como Diegues Junior (2006) e Craveiro Costa (1983) associaram o povoamento do atual território alagoano ao desenvolvimento da atividade canavieira, principalmente nas imediações das Lagoas Mundaú e Manguaba e na porção ao Norte das mesmas. Ao tratar dos mecanismos de divisão e concessão da terra em Sesmarias, Costa (1983) apontou a fundação de engenhos como uma das “condições da doação”³ a ser cumprido pelos beneficiários das datas de terras.

¹ COUTINHO, N. A cana-de-açúcar face à mitologia, à história e a técnica. In.: **Brasil Açucareiro**. Ano 44, vol. 86, nº 3, p. 45-57, setembro de 1975.

² FREYRE, G. **Casa grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª edição. São Paulo: Global Editora, 2006.

³ COSTA, C. **História das Alagoas**. São Paulo: Melhoramentos, 1983, p. 20

No campo da história econômica, talvez tenha sido Moacir Medeiros de Sant'Ana (1970) o defensor mais contundente da relação indissociável, senão de dependência, entre a história de Alagoas e a cana de açúcar. Ainda que tenha apontado uma série de produtos que, ao longo do século XIX e XX tenham contribuído para o desenvolvimento econômico dos centros populacionais, como a carne, o couro e a mamona, o autor relegou ao açúcar o caráter de “sustentáculo da economia alagoana”.⁴ O contexto histórico no qual Sant'Ana desenvolveu sua pesquisa possivelmente contribuiu para tal defesa. É necessário pontuar que, a possibilidade de geração de renda para o Estado, através das exportações, pode ter sido eleita pelo autor como o critério preponderante de sua análise, a ponto de sobrepor a cana, produzida até meados do século passado em espaços bem seletos, a todos os demais gêneros que compunham junto com ela a cobertura das terras agrícolas em todas as demais extensões do estado.

Ainda que destaquem a importância da cana, para a economia e sociedade no estado como um todo, esses mesmos autores não deixaram de notar que seu cultivo foi restrito pelas condições climáticas, hidrográficas e agrônômicas a apenas frações da faixa Leste do Continente, conhecida por Zona da Mata. Estudos recentes têm apontado que o domínio da atividade canavieira sobre as relações econômicas e sociais em Alagoas não pode ser lido como um continuo sólido e sem concorrentes. Tenório e Lessa (2013) trabalharam sob a perspectiva de situar o algodão em um patamar semelhante ao que já é apontado para a cana de açúcar, mostrando que a herbácea chegou a superar a gramínea em termos de renda em alguns períodos, e a motivar o surgimento e desenvolvimento de núcleos populacionais em espaços, inclusive, alocados na área dos canaviais.⁵

Se considerarmos que o território alagoano é regido por diferentes fatores geoclimáticos, a possibilidade de desenvolvimento de trabalhos que apontem outras culturas, assim como a pecuária, como elementos concorrentes com a cana ao longo da história do estado, não parece algo muito distante. A depender da perspectiva com que se olhe para o passado, a cana pode aparecer não tanto como “o elemento”, e sim como “mais um elemento” entre tantos, através dos quais a sociedade e a economia alagoana se constituíram ao longo dos dois últimos séculos.

Dentre os fatores que podem ser elencados para justificar a preponderância, quase arrogante, dos canaviais na historiografia do Nordeste, e de modo particular de Alagoas, é possível mencionar a forma como a hierarquia social foi estruturada a partir dos engenhos. Ao

⁴ SANT'ANNA, M. M. de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Recife: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1970, p. 210.

⁵ TENÓRIO, D. A.; LESSA, G. L. **O ciclo do algodão e as vilas operárias**. Maceió: Sebrae, 2013.

longo, sobretudo, do período colonial e imperial, ser dono de engenhos representou no Brasil o que havia de mais próximo das cortes europeias. No apogeu do sistema banguê, o padre Antonil (2007) descreveu a posse de engenho como sinônimo de pertença ao grupo que constituía a elite nos trópicos.

O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho quanto proporcionadamente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino.⁶

Deste modo, é de se esperar que esses senhores, assim como a atividade que lhes dava notoriedade social, figurassem também na historiografia desenvolvida acerca da colônia com proeminência que lhes equiparasse aos membros da nobreza da Metrópole. Contribuindo com a defesa de que os fatores culturais influenciaram de modo significativo na percepção sobre a atuação da cana de açúcar, Barickman (2003) atentou para aspectos do comportamento dos senhores de engenho no Recôncavo baiano através dos quais esses mesmos senhores buscavam estabelecer paralelos entre a posição social que ocupavam e a nobreza do Velho Mundo.

De acordo com o autor,

Esses ricos e respeitados proprietários rurais erguiam para si, em suas terras, casas imponentes, com grossas paredes de alvenaria, amplas varandas e, com freqüência, capelas pomposas. Ali passavam a maior parte do ano, supervisionando seus escravos e impondo sua autoridade sobre arrendatários e vizinhos menos prósperos. Raramente perdiam a oportunidade de chamar atenção para seus laços, às vezes espúrios, com linhagens nobres da Europa; e sempre insistiam em ser conhecidos como *senhores de engenho*. No entanto, tinham de compartilhar esse título com muitos proprietários menos abastados.⁷

Este último aspecto denuncia ainda que, em algumas circunstâncias, a realidade de grandes engenhos e importantes áreas açucareiras, poderia ser estendida, através da figura de um pequeno senhor de engenho e sua fábrica, a áreas onde a atividade canvieira não poderia ser tão intensa. Ou seja, o fato de existir um número, ainda que irrisório, de fábricas de pequeno porte, com seus respectivos senhores em um determinado espaço, permitia que fosse feito neste espaço e através de tais senhores, uma leitura das influências da atividade canvieira que os equiparasse aos grandes centros açucareiros.

⁶ ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Introdução e notas por André Mansuy Diniz Silva. São Paulo: Edusp, 2007, p.7.

⁷ BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 41.

A pesquisa que resultou nesta dissertação possibilitou a defesa de que, assim como no Recôncavo Baiano, estudado por Barickman (2013), em Alagoas, os donos de pequenas engenhocas movidas a tração animal eram, no âmbito do seu espaço de influência, tão senhores de engenho quanto os donos das fábricas mais produtivas e bem aparelhadas do centro açucareiro pernambucano, aos quais reportou o Padre Antonil (2007). Sendo assim, o peso cultural dos engenhos, somado a participação do açúcar na economia, pode ter contribuído para a apresentação de uma atividade quase sem limites espaciais e temporais no que diz respeito a formação sócio espacial do território que atualmente compreende o estado de Alagoas.

Defender que as influências da atividade canavieira em certos recortes da Zona da Mata não condizem, necessariamente, com o que já foi produzido sobre o tema para Alagoas, não significa que se está negando a historiografia tradicional desenvolvida sobre a cana de açúcar e seus derivados. Trata-se, porém, da opção por escalas diferentes de análises do recorte espacial alagoano. Ao fragmentar o espaço estudado, o pesquisador pode observar que a intensidade de um dado fenômeno muda quando se analisa cada fragmento ou o conjunto como um todo. Sob esta perspectiva, Espíndola (2015) defendeu que “os fenômenos não são representáveis igualmente em escalas diferentes nem se conservam os mesmos se houver mudanças de escala. Determinado fenômeno só é representado em uma dada escala e, ao se mudar a escala, o fenômeno se modifica”.⁸ Neste sentido, redimensionar o recorte espacial implica uma revisão da intensidade do fenômeno analisado.

No que diz respeito a problemática aqui trabalhada, verifica-se que a visão que se tem da cana de açúcar no estado de Alagoas, como um todo, dificilmente será a mesma quando se direciona a atenção para um recorte menor do seu território. Ao deixar de lado os limites político-administrativos e atentar para espaços como o vale de um rio ou pequeno conjunto de municípios, o pesquisador poderá notar que, nem tudo o que se diz sobre o estado assume relevância proporcional no fragmento analisado. Para tanto, basta lembrar que a produção de açúcar, este produto apresentado como imprescindível para a economia do estado, não possui expressão nos municípios do Sertão, ainda assim, aqueles municípios são tão alagoanos como os da Zona da Mata. Do mesmo modo, a chamada Zona da Mata não precisa deixar de ser indexada como área canavieira ao se perceber que o cultivo de cana nem sempre foi tão intenso o quanto parece nas proximidades dos vales de alguns rios dessa região.

Descortinar os canaviais alagoanos em busca de algo a mais sobre a própria cana de açúcar e outras atividades que não dependeram, necessariamente, dela, não deve ser entendido

⁸ ESPINDOLA, H. S. A problemática espacial e a história ambiental. In.: **Revista de História Regional**, v. 20, n. 2, p. 343-374, 2015, p. 370.

como uma tentativa de desqualificar as contribuições do açúcar para a história do estado. Repensar o papel dessa planta em Alagoas, ou em fragmentos do seu espaço, não condiciona a pesquisa a alguma descoberta inovadora sobre o passado, tão pouco a negação daquilo que já é conhecido. Koselleck (2016) defendeu que, “com cada novo futuro, surgem novos passados”.⁹ Deste modo, as necessidades do presente, as perspectivas sobre o futuro e o surgimento de novas concepções e métodos de investigação em história impelem o pesquisador ao estudo de fenômenos já bem conhecidos, fazendo uso, porém, de aparatos teóricos e metodológicos novos, ou ao menos diferentes daqueles que até então têm sido utilizados.

Tendo em vista que o cultivo de cana de açúcar esteve condicionado a disposição de alguns elementos naturais para se desenvolver em determinado espaço, a pesquisa da qual este trabalho é fruto buscou dialogar com as ciências da terra fazendo interface com a História Ambiental. Este caminho permite apontar as influências desiguais da atividade canavieira, mesmo no contexto da Zona da Mata alagoana, e procura entender a ligação entre os grupos humanos e os espaços por eles ocupados.

A História Ambiental começou a ser estruturada na década de 1970 em um contexto de preocupações com o futuro do planeta diante da desenfreada destruição dos recursos naturais pelos seres humanos. No entanto, sua preocupação não se restringe a transformação do meio ambiente pelo homem.

De acordo com Worster (1991),

A história ambiental é, em resumo, parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina da história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido. Acima de tudo, a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e “supernatural”, de que as conseqüências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas.¹⁰

Este campo de pesquisa permite observar que o desenvolvimento da atividade canavieira esteve, por séculos, limitado pela relação entre domínio técnico e as condições ambientais no Sul de Alagoas. Ao mesmo tempo, torna perceptível o quanto as mudanças impostas ao espaço em favor da expansão da mesma atividade, impôs também mudanças na organização social dos grupos alocados na região, assim como uma transformação na maneira como o mesmo espaço passou a ser percebido. No início do século XX, quando ainda não havia sido lançado as

⁹ KOSELLECK, R. (org.). **O conceito de História**. Trad. René E. Gertz. 1ª ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2016, p. 202.

¹⁰ WORSTER, D. Para fazer história ambiental. In.: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991, 199.

condições necessária para a estruturação de uma História Ambiental, Otávio Brandão (2001), ao discorrer sobre a interação entre homem e natureza na região das Lagoas, já havia defendido esta relação dialética e transformadora entre os homens e os espaços por eles ocupados.

É importante refutar qualquer tentativa de direcionamento do discurso para um suposto determinismo ambiental. Como bem salientou Fernandes (2008):

As transformações do espaço acontecem pelas relações sociais no processo de produção do espaço. Os objetos naturais ou elementos naturais também transformam o espaço, mas são as relações sociais que impactam o espaço com maior intensidade. [...]. A técnica e a tecnologia dinamizaram os sistemas de ações, impactando a natureza com maior intensidade.¹¹

Ampliando as escalas da investigação, este trabalho procura desvelar que as mudanças na configuração espacial aqui estudadas não podem ser explicadas por si só, como obra da própria natureza. Houve um emaranhado de relações de interesse que viabilizaram um desenvolvimento técnico concentrado na produção canavieira, e que engloba um espaço bem maior que o recorte aqui estudado. Os mecanismos que permitiram a mudança e ampliação das áreas de cultivo de cana no Sul da Zona da Mata alagoana, foram influenciados pelas alterações na percepção do Estado sobre a economia canavieira, no aumento populacional, na intensificação da presença do açúcar na dieta das populações, dentro e fora do país, na aplicação dos derivados da cana para múltiplos fins, entre outros fatores. Ou seja, antes de ser um ponto fulcral nas rupturas dentro do espaço em estudo, as mudanças no ambiente foram resultado de fenômenos sociais que se deram fora deste mesmo espaço.

Dito isto, o texto desta dissertação procura discutir sobre a relevância da geografia multiforme da Zona da Mata alagoana no que diz respeito as distinções na intensidade do cultivo da cana entre a região das Lagoas e o espaço que vai desde o Vale do Rio São Miguel até as imediações do Vale do São Francisco. A disposição de terras férteis nas proximidades dos rios do Norte e das Lagoas, e as maiores facilidades de escoamento da produção por vias hidroviárias estão sendo defendidas neste trabalho como fatores preponderante para garantir essa distinção entre os dois extremos da mesma Zona da Mata. Esta realidade pode ser observada até um período de avanços nas técnicas agronômicas e de desenvolvimento amplo nas vias de transporte, sobretudo rodoviário.

É importante salientar que este trabalho de pesquisa não possui a pretensão de apresentar um levantamento detalhado sobre os índices de degradação dos recursos naturais em favor dos

¹¹ FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In.: PAULINO, E.T.; FABRINI, J. E. (orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, p. 273 – 302, 2008, p. 277

canaviais nos recortes desta pesquisa. Mesmo considerando tal levantamento um recurso importante para a discussão aqui desenvolvida, a disposição de fontes acessadas permite apenas que se fale do sacrifício ambiental impulsionada pela atividade canavieira em Alagoas de uma forma muito genérica, o que não condiz com a proposta de se trabalhar a microrregião de São Miguel dos Campos, no Sul da zona da Mata alagoana, como um espaço em particular.

Aprofundar a reflexão sobre o tema para o recorte estudado demandaria um estudo minucioso das áreas desmatadas, dos cursos d'água a mercê dos resíduos industriais, do assoreamento dos rios e das variações em suas vazões, devida, em parte, a redução das matas ciliares e a influência da pecuária direcionada para os vales. Um estudo desta natureza seria possível para um recorte temporal que se encaixasse a partir da década de 1990, quando órgãos de pesquisa, como o IBGE, assim como as políticas ambientais desenvolvidas pelas usinas, passaram a coletar, sistematizar e divulgar dados que permitam um maior aprofundamento no tema.

Ainda que, reportar a História Ambiental possa sugerir uma intenção de acompanhamento da supressão da cobertura natural ou poluição dos rios através dos engenhos e, sobretudo, das usinas, o viés da pesquisa desenvolvido neste trabalho buscou contemplar os domínios da História Ambiental na medida em que se enfatiza a correlação entre mudança social e transformação do ambiente socialmente ocupado. Sobretudo depois da adaptação dos tabuleiros para o cultivo de cana, situação a partir da qual se buscou discorrer sobre o desenvolvimento técnico, a industrialização e as mudanças sociais no espaço estudado.

Ao associar o povoamento das terras alagoanas as atividades econômicas nelas desenvolvidas, Diegues Junior (2006) não deixou de notar que o povoamento de Penedo, ao Sul de Alagoas, esteve mais para a pecuária, em detrimento dos núcleos populacionais situados nas proximidades das Lagoas, onde predominava o cultivo de cana de açúcar.¹² Tal perspectiva sofreu alterações a partir da segunda metade do século XX, quando os sócios da usina Sinimbu iniciaram um processo de adaptação das terras dos tabuleiros, localizados ao Sul do Vale do Rio São Miguel, para o cultivo de canaviais, dado que aquele espaço era percebido, até então, como improdutivos para este fim.¹³

Esta dissertação postula mostrar que a fertilização dos tabuleiros, ao abrir o espaço em questão para a intensificação da monocultura canavieira, não permitiu transformações apenas

¹² DIEGUES JUNIOR, M. **O banguê das Alagoas**: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 3 ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

¹³ ANDRADE, M. C. **Os Rios-do-açúcar do Nordeste Oriental**: Os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel. Recife: Imprensa Oficial, 1959, p. 51.

na cobertura vegetal da mesma terra. Ao associar estas alterações no espaço as mudanças na sociedade local, o texto que segue propõe um entendimento de que o atual cenário físico, e também o social, presente no Sul da Zona da Mata alagoana, está envolvido por uma profunda ruptura pela qual passou a atividade canavieira na segunda metade do século XX. A discussão em torno da relação entre história, meio ambiente e sociedade, parte do pressuposto de que esses elementos estão em constante interação em níveis diferentes e complementares.

Para Donald Worster (2003), são três os níveis em que a História Ambiental “opera, cada um dos quais retirando de uma variedade de outras disciplinas e requerendo métodos especiais de análise”.¹⁴ Ao discorrer sobre cada um dos níveis, o autor defendeu que:

O primeiro trata do entendimento da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado; incluímos aí tanto os aspectos orgânicos quanto inorgânicos da natureza, inclusive o organismo humano, que tem sido um elo nas cadeias alimentares da natureza, atuando ora com útero, ora como estômago, ora como devorador, ora como devorado, ora como hospedeiro de microorganismos, ora como uma espécie de parasita. O segundo nível da história ambiental introduz o domínio sócio-econômico na medida em que esse interage com o ambiente. Aqui nos preocupamos com ferramentas e trabalho, com as relações sociais que brotam desse trabalho, com os diversos modos que os povos criaram de produzir bens a partir de recursos naturais. [...]. Por fim, formando um terceiro nível de análise para o historiador, vem aquele tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se torna parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza.¹⁵

Em síntese, no âmbito da História Ambiental, os homens interagem com o ambiente a sua volta como parte do ecossistema, como o ser que o transforma com o intuito de atender as necessidades historicamente constituídas, e como aquele que pensa esse ambiente e cujo pensar está intimamente ligado ao espaço que ocupa. Diante destes níveis de interação, os homens são percebidos como passíveis de partilhar, individualmente ou em sociedade, das consequências de eventuais mudanças no ecossistema o qual ele integra, e com o qual interage constantemente.

Um dos desafios de se trabalhar a partir dessa perspectiva pode estar associado a necessidade de congregar os três níveis de análise já pontuados, sem que um se apresente como oposição ou algo em separado dos outros. Neste sentido, Pádua (2010) advogou que, embora esta não fosse uma tarefa simples, estes níveis “precisam ser percebidos em conjunto, em suas

¹⁴ WORSTER, D. Transformações da Terra: Para uma perspectiva agroecológica na história. In. **Ambiente & Sociedade**, vol. V, nº 2, ago./dez. 2002, vol. VI, nº 1, p. 23-44, jan./jul. 2003, p. 26.

¹⁵ WORSTER, D. Para fazer história ambiental. In.: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991, p. 202.

interações mútuas e múltiplas linhas de causalidade”.¹⁶ Não obstante, o pesquisador se vê inclinado a abordar um dos níveis em detrimento dos demais.

Trazendo essa questão para o estudo da atividade canavieira em Alagoas, considerando a relação estabelecida entre a sociedade na zona canavieira e a natureza constantemente sacrificada pela monocultura, a possibilidade de se trabalhar tal relação a partir do segundo nível da História Ambiental pareceu mais convidativa. Diante desta preocupação, a organização desta dissertação procurou diluir estes aspectos da interação entre o homem e o meio ambiente, a economia e a sociedade local articulando-os com as informações extraídas das fontes acessadas, tornando perceptível o quanto as relações sociais são metamorfoseadas na medida em que se modifica o ambiente nos quais se processam as mesmas relações.

Para situar o recorte espacial no qual a pesquisa foi concentrada, é importante enfatizar que a atuação da cana de açúcar em Alagoas foi trabalhada sob a ótica de uma divisão da Zona da Mata alagoana em duas porções, uma ao Sul e a outra ao Norte. Para tanto, será referida como porção Norte a região no entorno das Lagoas Mundaú e Manguaba, assim como a faixa da Zona da Mata que se estende desde as lagoas até os limites Norte do estado. Por sua vez, a porção Sul deve ser entendida como a região drenada pelos Vales dos Rios São Miguel, Jequiá, Coruripe e Piauí, em seus cursos baixos e médios. Uma divisão semelhante já foi adotada pelo então Presidente da Província João Vieira de Araújo, em 1875. A diferença é que Araújo (1975) dividiu a região em três zonas, de acordo com os principais produtos da lavoura de cada uma, de modo que, a porção Norte a qual reporta este trabalho correspondia a junção das zonas Norte e Central da fala do Presidente.

Dividido pode ser em três zonas o sólo da província, relativamente a cultura em ponto grande: zona do norte banhada pelo Manguaba, Camaragibe e Santo Antônio Grande; zona central, pelo Mundaú e Parahyba; zona do sul, pelo S. Miguel, Coruripe e S. Francisco. [...]

Consta a terceira zona dos municípios de S. Miguel, Coruripe, Palmeira e Penedo.¹⁷

Mesmo esta porção Sul da Zona da Mata apresenta claras variações no que diz respeito a atuação da atividade canavieira. Se considerarmos que a parte deste recorte que é drenada pelo Rio São Francisco não sofreu a mesma intensificação no cultivo de cana que os Vales dos

¹⁶ PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. In.: **Estudos Avançados**, v. 24, nº 68, p. 81-101, 2010, p. 95.

¹⁷ ARAÚJO, J. V. de. Apensos nº 3. In.: **Falla dirigida à Assembleia Legislativa da Província das Alagoas na abertura da 2ª sessão da 20ª legislatura em 15 de março de 1875 pelo doutor João Vieira de Araújo Presidente da Província**. Maceió: Typografia do Jornal das Alagoas, 1875, p. 1.

rios São Miguel, Jequiá e Coruripe, somos obrigados a estabelecer um recorte ainda mais preciso para este estudo. Tendo em vista que o objetivo principal desta pesquisa é compreender os principais aspectos das mudanças sociais no contexto da expansão da atividade canavieira, os esforços deste estudo foram concentrados no espaço que compreende o conjunto de municípios que compõe a Microrregião de São Miguel dos Campos. Este recorte espacial está em destaque na Ilustração 1. O mesmo já foi identificado como Microrregião dos Tabuleiros de São Miguel dos Campos, em alusão a formação geográfica característica do espaço entre os Vales dos rios que a compõe. Atualmente, essa Microrregião compreende os municípios de Anadia, Boca da Mata, Campo Alegre, Coruripe, Jequiá da Praia, Junqueiro, Roteiro, São Miguel dos Campos e Teotônio Vilela.¹⁸

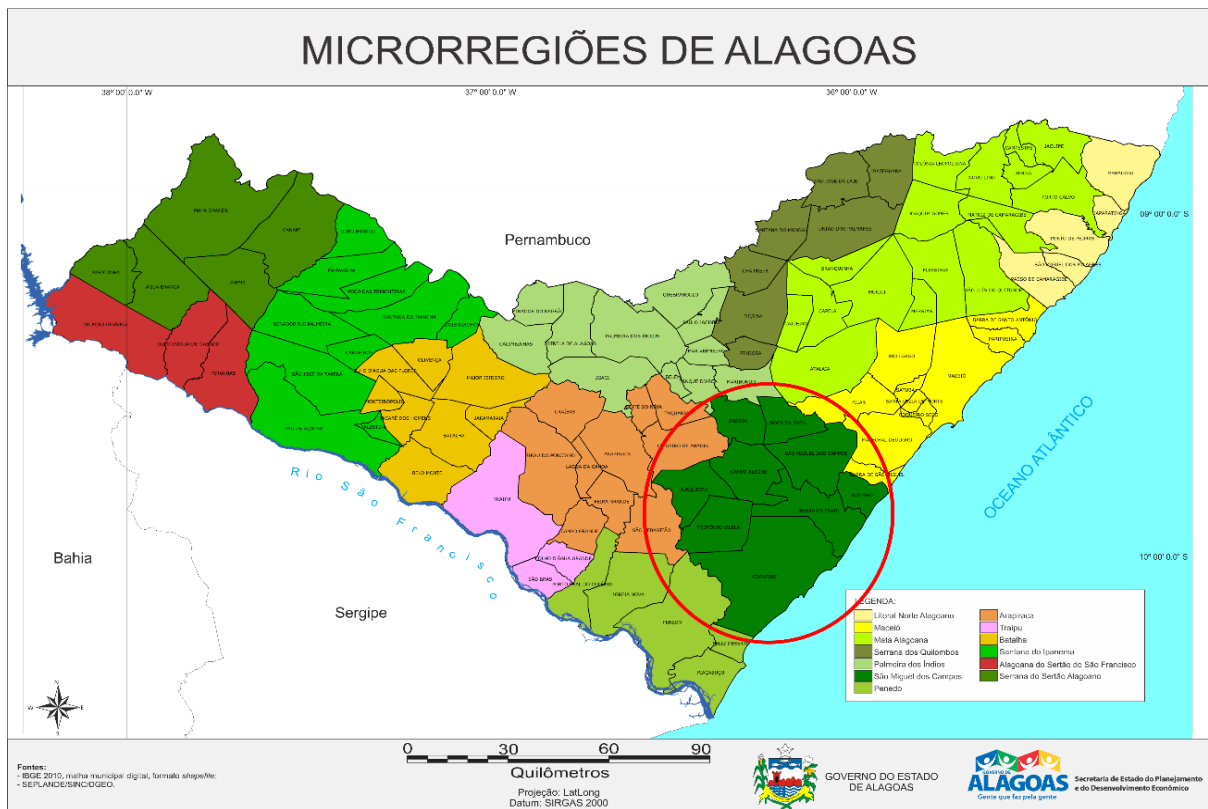


Ilustração 1 – Intervenção em mapa de Alagoas com destaque para a Microrregião de São Miguel dos Campos

Fonte: Portal Alagoas em dados e Informações. Disponível em: <http://dados.al.gov.br/ru/dataset/d8f3ac16-6441-4f45-8c69-a2fc5a4ff8a6/resource/5d11588c-69d4311-963a-372c17af45d4/download/microrregioesdealagoas.png>. Acessado em 02 de outubro de 2019, às 16:50. Intervenção do autor.

¹⁸ Dentre estes, os municípios de Jequiá da Praia e Teotônio Vilela só foram criados a partir da década de 1980, ou seja, fora do limite do recorte espacial desta pesquisa, ainda assim, os territórios que os compreende eram, até a emancipação dos mesmos, parte do território de Junqueiro, Coruripe e São Miguel dos Campos.

Semelhante ao que fez Araújo (1875), os critérios para a delimitação espacial, estão fundamentados na teoria de que a atividade canavieira nesta área sempre foi menos expressiva que nas imediações das lagoas, assumindo só na segunda metade do século XX um ritmo mais acelerado de desenvolvimento. Esta diferença, por sua vez, vem sendo sustentada, sobretudo, por questões relativas as disposições ambientais, como a geografia, compatibilidade do solo com o cultivo da cana e volume de água dos rios que colaboraram, ou não, com a navegabilidade.

O recorte temporal da pesquisa corresponde as décadas de 1950, 1960 e 1970. Este recorte é justificado por dois processos correlatos que se deram na região no período em questão. Nos primeiros anos da década de 1950 foram iniciados pela usina Sinimbu os testes que permitiram a fertilização dos tabuleiros da região e sua adaptação ao cultivo de canaviais, marcando assim os primeiros passos de uma nova fase da atuação canavieira no Sul da Zona da Mata, na qual a formação geográfica dos tabuleiros se destacaram.

A década de 1970 marcou um período de acentuado crescimento da área cultivada, do número de usinas e da população local. Mesmo assumindo que, aspectos que reportam a atividade canavieira naquela década ainda fossem bem visíveis na década seguinte, torna-se necessário pontuar que os anos de 1970 marcaram a entrada definitiva da região em estudo para a zona canavieira do estado. Foi a partir desse período que o termo “Zona da Mata” passou a assumir um tom de ironia, uma vez que parte expressiva das matas que justificam o topônimo da região foram transformadas em canaviais.¹⁹ O mesmo se diga das mangabeiras e cajueiros, seriemas, Gulandins e Sapucaias que deram nome aos tabuleiros e povoados da região.

Enfim, o trabalho que segue está dividido em quatro seções. Uma vez que o objetivo desta dissertação é apresentar a década de 1950 como o momento do início de uma ruptura na qual se insere a atividade canavieira, a primeira seção é fruto da concentração dos esforços em mostrar o espaço em estudo para antes do início do recorte temporal da pesquisa, propriamente dito. Utilizando-se de fontes cartográficas, documentos produzidos em função da administração estatal e relatórios de viajantes, procurou-se apresentar as possíveis interações entre os homens e demais elementos que compunham o espaço, investigando, de modo particular, a atuação da cana de açúcar na região.

Neste sentido, a pesquisa bibliográfica e documental percorreu por períodos de, pelo menos três séculos antes do início do recorte temporal da mesma. Desde a invasão do Nordeste

¹⁹ ROGERS, T. D. **As feridas mais profundas**: Uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil. Trad. Gilson C. C. da Silva. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 53.

pelos holandeses, no século XVII, passando pela relação entre engenhos e fazendas de gado no século XVIII, o aumento do número de engenhos e a necessidade de modernização do século XIX, até a fundação do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA, na década de 1930 e a intensificação do controle do Estado sobre a economia canavieira, no segundo quartel do século XX.

Uma das preocupações teóricas mais salientes desta seção é apresentar de forma objetiva os usos dos tabuleiros da região, sobretudo para a pecuária, até meados do século XX. Procura-se mostrar a relação do cultivo de cana com as condições específicas das terras, como os massapês, e a importância dos rios para o funcionamento dos engenhos, para os quais se apresentavam, sempre que possível, como “as estradas para o transporte do açúcar até a costa e a força motriz dos engenhos que moíam a cana e extraíam a garapa”, conforme observou Rogers (2017).²⁰

Estas notas são de fundamental importância para a discussão em curso uma vez que reforçam a teoria da indisponibilidade das terras dos tabuleiros para os canaviais, até a sua adaptação, a menos de sete décadas. Visto que nos dias atuais esses mesmos tabuleiros correspondem ao principal *locus* de concentração de canaviais, a comparação entre o cenário de antes, visualizado através da pesquisa, e o atual, representa a ponta do *iceberg* de um complexo conjunto de transformações nos quais se inseriu o Estado, o desenvolvimento econômico, o meio ambiente, e, sobretudo, os homens que ocupavam ou passaram a ocupar o espaço. A despeito dos demais elementos abordados, são estes homens o fundamento principal da pesquisa.

A segunda seção parte de reflexões acerca dos meios de aquisição de terra no Brasil, seja no âmbito do sistema sesmarial, da Lei de Terras de 1850, ou do sistema de apossamentos. O objetivo desse discurso é apontar as possibilidades extraoficiais de acesso à terra, sobretudo no espaço envolto pela zona canavieira. Esta problemática é importante, pois, será retomada na seção seguinte para reportar ao fenômeno do “agravamento do problema do latifúndio que desde a colonização aflige o Nordeste”.²¹ É uma preocupação especial da seção situar o homem no espaço através de suas relações de trabalho, tendo o acesso à terra como a *conditio sine quae no* para a manutenção das populações rurais e para a aquisição dos meios básicos de sobrevivência das famílias instaladas nas margens das áreas posteriormente convertidas em canaviais.

²⁰ ROGERS, T. D. **As feridas mais profundas**: Uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil. Trad. Gilson C. C. da Silva. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 56.

²¹ ANDRADE, M. C. de. **A terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1973, p. 112.

Nas duas subseções que complementam o texto, buscou-se reunir os principais elementos considerados como responsáveis pelas mudanças no que diz respeito a atuação da cana na região. Com base em uma bibliografia interdisciplinar, o texto procura apresentar as relações entre o cenário mundial, durante e no pós-Segunda Guerra, e os vínculos que o espaço estudado assumiram com a política desenvolvimentista do governo estadual e federal. Para fundamentar a discussão foi recorrido a legislação que transparece o braço regulador do Estado na atividade canavieira por meio do IAA, assim como aos dados organizados e publicados pelo próprio IAA em periódicos vinculados a este Instituto.

Ofereceram contribuições imprescindíveis para esta seção as planilhas dos censos agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, disponibilizados e acessado em grande parte através da Rede Mundial de Computadores: no site oficial do órgão, ou, por e-mail.²² O mesmo é possível dizer acerca dos Boletins Gerais de Produção do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Alagoas – SINDASSUCAR, acessados através de e-mail após prévia solicitação ao órgão. Foram consultados, ainda, matérias de jornais que circularam no período estudado afim de identificar elementos que aludem a expectativas ou desconfiças, projetos ou queixas em relação ao desenvolvimento canavieiro por parte de grupos que haviam se expressado por meio da imprensa.

A terceira seção trata da mudança de percepção quanto ao valor da terra no espaço em estudo. A partir da teoria sobre o valor de uso e valor de troca, amplamente trabalhada entre autores de tendências marxistas, o texto busca apresentar as influências da intensificação da produção canavieira nas drásticas mudanças pelas quais passaram as populações locais no recorte espacial e temporal estudado.

Como notado por Karl Marx (2017):

A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados.²³

A partir desta perspectiva, este trabalho de pesquisa procura apontar o avanço dos canaviais sobre os tabuleiros como o marco de uma nova fase do desenvolvimento capitalista

²² Disponíveis em: <https://sidra.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-1995-1996>

²³ MARX, K. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I, 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 786.

na região, no qual novas relações foram estabelecidas, sobretudo entre os homens e a terra por eles ocupadas e eventualmente trabalhada em função da própria subsistência. Deste modo, esta seção procura associar a industrialização, e o crescimento do número de usinas, a intensificação da conversão da terra e da força de trabalho em mercadoria. Ambas que perderam, paulatinamente, o seu valor essencial de uso em detrimento do valor de compra e venda.

Para o desenvolvimento desta seção foi de fundamental importância o recurso aos livros de registros do Cartório do Único Ofício de Junqueiro. Para acesso e exploração dos registros arquivados, prestaram os mais gratos favores a Juíza da Comarca de Junqueiro e a equipe que trabalha no referido Cartório. Neste estabelecimento foi examinado e catalogado um volume documental lavrado entre 1952 e 1980.²⁴ Ancorado a um plano de pesquisa de campo, o material coletado propiciou o desenvolvimento de uma narrativa histórica acerca das mudanças e permanências na forma predominante de acesso à terra e as influências do setor canavieiro em tais mudanças.

Em conformidade com a proposta de desenvolvimento desta seção, o mesmo se encontra dividido em duas subseções. Na primeira, buscou-se apontar os elementos dispostos na documentação consultada que reforçou a defesa do desenvolvimento de um amplo mercado de terras na região, durante o período que coincide com a intensificação da atividade canavieira vinculada as usinas. Na segunda, a discussão gira essencialmente entorno dos múltiplos mecanismos observados que visavam a concentração de terra por parte de um pequeno grupo de investidores, e, a supressão do seu acesso por parte das populações rurais que, privadas do meio elementar de produção, concorriam para as fileiras de fornecedores de mãos de obras para as usinas e para os latifundiários.

Por fim, a quarta seção é baseado na proposta de se trabalhar as influências da nova fase econômica no campo mental das populações. Para este estudo, recorreu-se as pesquisas de teóricos que trabalharam com a relação entre História e Memória, dentre os quais é possível destacar Michel Pollak (1992),²⁵ Ulpiano de Meneses (1992)²⁶ e Jacques Le Goff (1988).²⁷ O texto propõe a defesa de que, a forma como a atividade canavieira se desenvolveu na região, levou a uma dependência das populações locais em relação as usinas. Essa dependência foi alimentada pela construção de uma memória local baseada no trabalho com a cana de açúcar.

²⁴ Este volume documental foi composto por 582 Escrituras Públicas de Compra e Venda, além de outras 47 Escrituras de Permuta, de Hipoteca, de Doação e de Testamento, lavradas no cartório entre 1952 e 1980.

²⁵ POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, vol.5, n.10. Rio de Janeiro, p. 200-205, 1992.

²⁶ MENESES, U. B. de. **História, cativa da memória**: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992.

²⁷ LE GOFF, J. A história Nova. In: **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, p.26-64, 1988.

Neste sentido, a seção em questão procura elucidar sobre as possíveis formas de legitimação do *status quo* assumido pela agroindústria canavieira no espaço em estudo.

Ao mesmo tempo, o texto aponta para as possibilidades desta dissertação está contribuindo para uma outra leitura sobre a história da região e seu vínculo com a cana de açúcar. Ao defender que, nem sempre a região esteve tão submetida ao sistema canavieiro, que os usos atuais dos espaços e da força de trabalho na região são frutos de um processo relativamente recente de industrialização e urbanização, este trabalho lança luz sobre a possibilidade de admitir como plausível uma nova ruptura, desta vez, a partir da superação da dependência da região em relação a agroindústria canavieira.

Os estudos que embasam esta seção foram concentrados nos mecanismos de apropriação simbólica do espaço pela atividade canavieira. Contribui para este propósito o levantamento dos principais símbolos locais que, de forma intencional ou não, reportam-se a atividade canavieira como se esta estivesse desde os tempos remotos condicionando o povoamento local, e representando os mais concretos sentimentos de unidade entre as populações atualmente assentadas nas proximidades dos canaviais.

De acordo com Pollak (1989):

Toda organização política, por exemplo - sindicato, partido etc. -, veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. Ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização.²⁸

É neste sentido que este trabalho defende que, a partir da agroindústria canavieira, personificada nas usinas e usineiros, foi construída uma identidade de pertença e de presença constante, refletida, sobretudo nos símbolos municipais. Assim, ruas, monumentos e brasões passaram a valorizar a imagem da cana como meio de reivindicar à agroindústria canavieira a origem e a funcionalidade dessas áreas de convívio comum de pessoas provenientes de espaços distintos.

O aumento da escala de produção dos derivados da cana, a acessão das usinas e o desenvolvimento urbano comprometeram drasticamente a posição social dos senhores de engenho, até então vistos como os símbolos mais proeminentes da economia canavieira. Deste modo, não é possível tratar a temática proposta nesta seção sem reportar aos desdobramentos

²⁸ POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, vol.2, n.03, p. 03-15. Rio de Janeiro, 1989, p. 10.

nos quais se inseriram os senhores de engenho, que, ora perdiam espaço para os usineiros, ora reagiam a perda de prestígio no cenário econômico e social. Esta, entre outras questões discutidas na seção, foram analisadas sob a perspectiva das produções da imprensa, fossem estas destinadas ao público amplo, fossem voltadas para o posicionamento de grupos restritos, como os fornecedores de cana, dentre os quais, um número expressivo era composto por antigos senhores de engenho. Contribuíram também para o desenvolvimento da discussão, produções sobre história local, dentre as quais se destacam aquelas sobre história de municípios do recorte estudado, como Azevedo (2005), Castro (1991) e Oliveira (2015).

1 TECITURA DO ESPAÇO ESTUDADO: O HOMEM, A ECONOMIA E O MEIO AMBIENTE

Hoje, um importante agente da mudança é o homo sapiens sapiens. A espécie humana é o motor da tragédia ambiental e da catástrofe real, devido ao impacto devastador de suas atividades. As transformações ocorrem no ritmo acelerado da evolução cultural e da consciência, e não mais no ritmo lento da evolução biológica. (RIBEIRO, 2013, p. 47)

A atividade canavieira é elemento bastante presente nos estudos sobre a economia e a sociedade brasileira. Esta tornou-se célebre na história do Nordeste ao ser associada, primeiro ao mecanismo dos engenhos,²⁹ com o complexo fabril no qual se incluía a casa grande e a senzala,³⁰ depois, na estrutura das usinas e aparente uniformidade dos extensos canaviais que atualmente recobrem parte expressiva da Zona da Mata. No estado de Alagoas, por exemplo, os estudos sobre esses canaviais e o que eles representam para a sociedade alagoana aludem com frequência as relações de poder entre a histórica *açucaroocracia*³¹ nordestina, da qual tratou Freyre (2006), e o Estado. Este último tem oferecido, desde o período colonial, o suporte imprescindível para o desenvolvimento da atividade canavieira,³² inclusive no que diz respeito a “perpetuação da forma latifundiária de propriedade”, condição esta que, conforme salientou Gnaccarini (1980),³³ tanto favorece as dimensões dos canaviais.

Posto isso, nota-se que nem sempre a ação do Estado e a vontade da elite açucareira foram capazes de explicar por si só o desempenho de uma atividade econômica e a forma como a sociedade nela se envolveu. Do ponto de vista geográfico, o Sul de Alagoas, mais precisamente na região dos chamados tabuleiros de São Miguel, é possível recorrer as disposições naturais do espaço para melhor compreender a relação entre a cana de açúcar e a formação econômica e social da região. Neste sentido, os períodos de permanências e rupturas na forma de ocupação e manejo do espaço, seja nos tabuleiros ou nos vales da região, podem

²⁹ ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Introdução e notas por André e Mansuy Diniz Silva. São Paulo: Edusp, 2007.

³⁰ Sobre este aspecto vê: ANDRADE, M. C. **Os Rios-do-açúcar do Nordeste Oriental**: Os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel. Recife: Imprensa Oficial, 1959; FREYRE, G. **Casa grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª edição. São Paulo: Global Editora, 2006;

DIEGUES JUNIOR, M. **O banguê das Alagoas**: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 3 ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

³¹ Freyre reporta a este termo para fazer referência a aristocracia agrária que se desenvolveu apoiada pela atividade canavieira.

³² CARVALHO, C. P. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. 3ª ed. Maceió: EDUFAL, 2009.

³³ GNACCARINI, J. C. **Latifúndio e proletariado**: Formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural. São Paulo: Editora Polis, 1980, p. 94.

ser tratados considerando as influências exercidas pelas condições espaciais nas ações humanas: no modo de interagir com o espaço, na capacidade de desenvolver técnicas de exploração ou mesmo na forma como pensa-lo. “O Homem é parte integrante da Natureza, mas não é um boneco de engonço nas mãos dela. A Natureza, atua sobre o Homem e, inversamente, o Homem atua sobre a Natureza. Resulta, daí, uma ação recíproca”.³⁴ Assim, a atenção voltada para as estruturas naturais do espaço torna-se uma necessidade constante no estudo das sociedades que o ocupa.

Por esse viés, as fronteiras político-administrativas são incapazes de conter a dinâmica da atuação da cana de açúcar no estado de Alagoas, ainda assim, algumas considerações sobre o recorte espacial em estudo são necessárias para melhor compreensão de sua relação com a atividade canavieira. A microrregião de São Miguel dos Campos, hoje formada por nove municípios, possuiu mapas diferenciados no curso do período estudado, a saber, entre 1950 e 1980. Municípios se fragmentaram, outros foram incorporados, e mesmo a designação “Microrregião dos Tabuleiros de São Miguel dos Campos” foi modificada nos relatórios do IBGE desde a década de 1980, a partir da qual é suprimida a referência a formação geográfica dos tabuleiros.

A historiografia alagoana, baseada sobretudo nos trabalhos de Manoel Diegues Junior (2006) e Moacir Medeiros Sant’Ana (1970) apresenta a cana de açúcar como elemento central na formação econômica e social do estado. De fato, qualquer discurso sobre a história de Alagoas em que a atividade canavieira seja excluída resultaria, no mínimo, em uma fala deficiente. Ainda assim, é necessário levar em consideração a heterogeneidade na geografia do estado, assim como as diferentes fases pela qual a atividade canavieira passou e as intensidades com que incidiu em cada período na história de Alagoas.

Desde as movimentações no modo de pensar o trabalho do historiador impulsionadas pelo movimento dos *Annales*, as disposições espaciais têm pautado cada vez mais os discursos sobre economia e sociedade. O “Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo” de Braudel é uma das obras mais comprometidas em trabalhar a relação entre a história e as condições do espaço ocupado pelos homens que a constrói. O reconhecimento das influências das condições geográficas na atuação do homem requer novas formas de enquadramento dos recortes espaciais, que, deixam paulatinamente as fronteiras entre os municípios, estados, países, etc. Se estudamos Alagoas, por exemplo, considerando essa possibilidade investigativa, somos obrigados a fragmentar o estado de um jeito diferente, em que os limites espaciais deixam as

³⁴ BRANDÃO, O. *Canais e lagoas*. 3 ed. Maceió: EDUFAL, 2001, p.11

convencionais linhas dos mapas político-administrativos para atentar as linhas dos mapas sobre relevo, hidrografia e clima.

Os estudos em que se busca discorrer sobre as bases econômicas de determinados grupos sociais historicamente localizados permitem uma reflexão sobre a importância das disposições do espaço na formação socioeconômica dos mesmos grupos. Assim, em Alencastro (2000), a dinâmica do tráfico negreiro, base da colonização complementar envolvendo o Brasil, Portugal e a África, esteve diretamente relacionada aos rumos das correntes marítimas no Oceano Atlântico³⁵. Freyre (2006) destacou a presença dos rios brasileiros como fator imprescindível para o desbravamento ou para a formação de fluxos populacionais. Relaciona ainda o volume dos fluxos de água a cada um desses dois empreendimentos, de modo que, os mais volumosos teriam contribuído para a dispersão do colonizador, enquanto os menores, “fixaram-no tornando possível a sedentariedade rural”.³⁶ São essas mesmas disposições ambientais que fizeram Antonil (2007), entre tantos outros, dividir o Nordeste brasileiro entre o litoral canavieiro e o Sertão do algodão e do gado. Ou seja, a interação entre a formação geográfica, o clima e a hidrografia no espaço permite, ou exige, novas delimitações.

Sob este aspecto, embora Alagoas, se comparado aos demais estados da Federação, seja relativamente pequeno, a adoção desses critérios de delimitação se mostra possível, quando não necessária, diante da heterogeneidade do espaço. A Zona da Mata alagoana é fortemente marcada por duas formações geográficas distintas que permitem fragmentá-la entre Norte e Sul. Ao Norte se destaca o complexo lagunar formado pelas lagoas Mundaú e Manguaba, além de rios que, embora variem muito em volume de água possuem comumente vales alargados com uma ampla planície fluvial. Já ao sul do Rio São Miguel, chama a atenção a formação dos tabuleiros cortados por rios e riachos encravados em vales estreitos. Estas características espaciais estão entre os principais atrativos para o desenvolvimento da atividade canavieira em dois períodos distintos da história do estado de Alagoas.

Consultando-se as fontes que tratam da histórica presença da cana de açúcar na economia brasileira, é possível observar que houve uma significativa mudança no perfil dos espaços privilegiados para os canaviais. Tomando como base o espaço em estudo, percebe-se que, nos primeiros séculos da introdução e desenvolvimento da atividade canavieira, os canaviais se concentravam nas margens de rios e riachos, não obstante, os mesmos fluxos de

³⁵ ALENCASTRO, L. F. **O trato dos viventes**: Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

³⁶ FREYRE, G. **Casa grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª edição. São Paulo: Global Editora, 2006, p. 88.

água se tornavam a principal via de escoamento dos produtos finais dos engenhos, conforme fora defendido por autores como Manoel Correia de Andrade (1973).³⁷ Como se perceberá adiante, foi só a partir da segunda metade do século XX que os tabuleiros, altas planícies com solo e cobertura vegetal particular, passaram a ser ocupado pelos canaviais, até adquirir o aspecto com o qual nos dias atuais se apresenta, quase uniforme, em especial ao viajante que segue pela rodovia BR 101 entre os municípios de São Miguel dos Campos e São Sebastião.

1.1 A ocupação e exploração dos tabuleiros do Sul alagoano

A formação geográfica dos tabuleiros, que compõe parte da paisagem no Sul de Alagoas, revelou sua existência há muitos séculos,³⁸ porém, sua atual cobertura é relativamente recente, mesmo se compararmos com o tempo em que a cana de açúcar participa de forma privilegiada da economia alagoana. Discorrer sobre o desenvolvimento da atividade canavieira na região, requer considerações sobre o processo de ocupação e exploração desses tabuleiros que, só na segunda metade do século XX, passaram a ser associados ao cultivo de cana de açúcar.

Intercalando esses vastos tabuleiros alagoanos, encontram-se, do Norte para o Sul, os rios São Miguel, Jequiá, Coruripe e o Piauí, que desagua no São Francisco, além de riachos, seus tributários. O acompanhamento desses cursos de água permite observar que existem nítidas particularidades tanto na geografia quanto na forma de ocupação espacial dos trechos em que os mesmos cortam os tabuleiros. Nestes pontos, que podem ser referidos como os cursos médios dos rios, os vales são geralmente mais estreitos e os maiores fluxos populacionais se concentram o mais próximo possível das bordas dos vales, como que evitassem o interior dos tabuleiros. A historiografia desenvolvida sobre o espaço em questão mostra que esse fenômeno remonta ao início da ocupação espacial da região, e não, necessariamente, a tomada dos tabuleiros pelos canaviais.³⁹

Para compreender melhor o papel histórico desses tabuleiros, e atestar a ausência de vínculos entre eles e o cultivo de cana até o século XX, é necessário reportar a períodos anteriores. No século XVII, quando a região estudada ainda era parte de Pernambuco, o

³⁷ ANDRADE, M. C. **A terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

³⁸ ANDRADE, M. C. **Os Rios-do-açúcar do Nordeste Oriental**: Os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel. Recife: Imprensa Oficial, 1959.

³⁹ A presença dos canaviais intensificou essa tendência de afastamento dos contingentes populacionais do interior dos tabuleiros. Atualmente o maior centro urbano que não está construído necessariamente na borda do vale de um dos rios da região é o Distrito de Luziápolis. O aprofundamento desta questão deve ser objeto de posteriores trabalhos de pesquisa.

Nordeste brasileiro foi invadido pelos neerlandeses através da Companhia das Índias Ocidentais que, depois de fracassadas investidas na Bahia, conseguiram finalmente êxito com a tomada do polo açucareiro pernambucano em 1630.⁴⁰ O período em que durou a estadia dos invasores no Nordeste é rico em sentido para este estudo em pelo menos dois aspectos: primeiro, porque o açúcar estava na pauta dos interesses dos holandeses, o que faz do período um capítulo singular da histórica relação entre a cana de açúcar e o Nordeste brasileiro. Segundo, os invasores tiveram clara preocupação em desenvolver trabalhos que viabilizassem o reconhecimento e melhor exploração do espaço ocupado, inclusive da área que separava a região das Lagoas dos limites da Capitania invadida, no Rio São Francisco.

Dentre esses trabalhos de reconhecimento do espaço ocupado, as produções cartográficas chamam a atenção, sobretudo, pela riqueza em detalhes. Em mapa de 1643 intitulado *Brasilia Qua Parte Paret Belgis*, Georg Marcgraf⁴¹ ilustrou os domínios holandeses no Novo Mundo com a preocupação de identificar aspectos naturais da paisagem e focos de ocupação humana, como vilas e engenhos de açúcar. Conforme Ilustração 2 permite observar, o espaço entre a região das Lagoas e o Rio São Francisco aparece quase por completo livre de grandes intervenções humanas, sobretudo ao sul do rio Çenebi, o São Miguel. O espaço encravado entre a foz do Rio São Miguel e Nhuanhû, ao Norte, e Penedo, na divisa dos domínios holandeses, aparece marcado apenas por algumas povoações no litoral e a zona de criação de gado ao Oeste, as quais são ligadas por caminhos que, ao unir os currais do Vale do São Francisco aos do Vale do São Miguel, parecem oferecer as primeiras vias de acesso entre o Norte e o Sul da região estudada através do interior da então Capitania de Pernambuco.⁴²

⁴⁰ MELLO, E. C. de. **Olinda Restaurada**. São Paulo: Editora 34, 2007.

⁴¹ A autoria do mapa em questão é, com frequência, atribuída a Gaspar Barléus. Ocorre que, o trabalho de mapeamento coube a Georg Marcgraf em 1643, e compreendia um conjunto de vários mapas de diferentes espaços do domínio holandês no Nordeste brasileiro. Em 1647 Joan Blaeu editou os mapas transformando-os em um só pôster que recebeu no todo o título de *Brasilae Quae Part Paret Belgis*, o trecho que compreendia o atual território alagoano recebeu o título de *Prefecturae Paranambucae Pars Meridionalis*, no mesmo ano Gaspar Barléus publicou a obra já editada em livro sobre o Brasil Holandês.

⁴² SILVA, F. B. Cartografia como fonte: O Sul de Alagoas no século XIX. In.: **Revista Eletrônica de Educação de Alagoas** – **REDUC**, vol. 4, nº 1, janeiro de 2018. Disponível em: <http://www.educacao.al.gov.br/component/jdownloads/send/157-artigos-5-edicao/614-o-caminho-de-camarao-e-o-desbravamento-do-sul-alagoano>. Acesso em: 31 de dezembro de 2018 às 23:13.



Ilustração 2 – Intervenção no mapa Praefecturae Paranambucae Pars Meridionalis

Fonte: Cartografia histórica. Disponível em: http://www.cartografiahistorica.usp.br/mapa/MA_662/OID_97/OID97.pdf . Acessado em: 19 de dezembro de 2018 às 17:21 hs. Intervenção do autor.

No que diz respeito a presença da atividade canavieira naquele período, o mapa de Marcgraf registrou apenas um modesto engenho sem capela, movido a tração animal, na margem norte do Rio São Miguel,⁴³ e outro similar na margem do Jequiá, próximo a lagoa de mesmo nome. Em compensação, a importância da criação de gado na região se torna evidente não só pela presença de currais no Nhuanhû e entre os Rios Paiui e São Francisco, mas também pela forma como esses currais são ligados pelas principais vias de acesso para além do litoral, registradas na região.

⁴³ Mello (2012, p. 144), fazendo uso de fontes produzidas pelos invasores holandeses, atestou a existência de um engenho nas margens do Rio São Miguel, o mesmo, segundo o autor, não foi registrado por Marcgraf, e, na época da invasão, pertencia a Antônio Barbalho Feio. Considerando que de fato este engenho foi ignorado por Macgraf, o cruzamento desta informação com os elementos disposto no mapa a cima permitem a defesa de que, naquele período, haviam três engenhos entre os vales do Rio São Miguel e o curso médio do Rio Paiui.

Os tabuleiros dispostos ao Sul do São Miguel também podem ser observados. Neles é apresentada uma vegetação particular, que, diferente daquela encontrada nas margens dos rios, parece menos densa. Enquanto nos vales dos rios prevalecem o símbolo formado por duas árvores, “o mato”, os tabuleiros são tomados pelo desenho de apenas uma árvore, identificada na *Notularum Explicatio*⁴⁴ como “campina”. Esta observação é útil na defesa de que os espaços dos tabuleiros, já naquele período, eram formados por uma vegetação que denunciavam um solo com particularidades que dificultavam o desenvolvimento de plantas e, por isso, seriam pouco propensos para o desenvolvimento da agricultura.

O século seguinte a invasão holandesa ainda apresenta uma imensa lacuna no que diz respeito ao conhecimento histórico sobre o modelo de ocupação humana do espaço estudado. Ainda assim, informações da “Idêa da População da Capitania de Pernambuco”, publicada nos Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (1923) permitem observar que na década de 1770 a pecuária era atividade econômica com maior distribuição no espaço em estudo, se a comparamos com a monocultura canavieira.⁴⁵ Esta afirmação se depreende do fato de o número de engenhos ser bem inferior ao número de fazendas de criação de gado em freguesias cuja área ocupada correspondia a parte significativa do espaço aqui estudado. Os dados apresentados na Tabela 1 são referentes apenas as então freguesias de São Miguel da Senhora do Ó, São José do Curato do Poxim e Nossa Senhora do Rozario da Villa do Penedo. As duas últimas eram as freguesias litorâneas da Vila de Penedo, portanto não incluem os dados das outras duas freguesias da mesma Vila que se estendiam pelo Sertão.⁴⁶

Freguesia	Nº de Engenhos	Nº de Fazendas
São Miguel	9	32
Poxim	2	14
Penedo	7	80

Tabela 1 – Engenhos e fazendas em 1774

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados disponibilizados em: Idêa da População da Capitania de Pernambuco. In: Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibiotheca Nacional, 1923.

⁴⁴ Trata-se da legenda do mapa. O termo latino utilizado pelo cartógrafo pode ser traduzido como “notas explicativas” e ajudam na leitura dos símbolos apresentados.

⁴⁵ SOUZA, A. L. **Annaes da Biblioteca nacional do Rio de Janeiro**. Vol. 40. Rio de Janeiro: Officinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923.

⁴⁶ Não foi possível identificar com precisão o território que compreenderia a futura Comarca de Anadia cujo espaço foi historicamente associado a criação de gado. É plausível que suas fazendas já estejam inclusas no número daquelas registrados para São Miguel, Poxim e Atalaia.

Os dados disponibilizados não permitem identificar com precisão a estrutura e o funcionamento das referidas fazendas. Para além da explicação de que se tratam de fazendas de criação de gado, a fonte não dispõe de detalhes sobre a composição do espaço assim designado. Moreira (2014) pontuou que o sistema de divisão do pasto por cerca formando estâncias já podia ser constatado em Minas Gerais no século XVIII.⁴⁷ Ao discorrer sobre a criação de gado na região, autores como Beatriz Herédia (1988) associam-na ao modelo de colônias, no qual não há divisão por cercas, sendo assim, é possível defender que o número de fazendas apresentados nesta tabela, seja dado com base no número de sedes, sem considerar o espaço total ocupado pelo rebanho.⁴⁸

Ainda que os dados acima mencionados não quantifiquem os tamanhos dos rebanhos ou da área por eles ocupada, evidencia-se que, naquele período, a atividade canavieira, mesmo que fosse economicamente mais rentável, ainda não se apresentava de forma tão expressiva a ponto de ambicionar as terras dos tabuleiros. As informações acessadas sobre a região, no que tange o século XIX, permite-nos observar que a relação entre os ocupantes do espaço e os tabuleiros permanecia, naquele século, quase a mesma que no período em que os invasores holandeses registraram a região em mapas.

Na segunda metade do século XIX, enquanto os engenhos se desenvolviam timidamente seguindo os rios, sobretudo contra as correntes, as terras altas pareciam ainda objeto de desprezo. Tanto a bibliografia quanto a cartografia consultada não apresenta evidências que apontem os tabuleiros do Sul alagoano como espaço de amplo desenvolvimento da agricultura, menos ainda da agricultura canavieira.⁴⁹

Para melhor observação do desenvolvimento espacial da cana de açúcar no século XIX a Cartografia desenvolvida na época oferece suporte imprescindível. Em Carta Topográfica de Alagoas levantada por Carlos de Mornay, em 1862, a distinção entre os vales dos rios e os tabuleiros, no que diz respeito a concentração de assentamentos populacionais, é bem visível.

⁴⁷ MOREIRA, R. **A formação espacial brasileira**: Contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 73.

⁴⁸ HERÉDIA, B. M. Alásia de. **Formas e Dominação e Espaço Social**: A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1988, p. 63-65.

⁴⁹ Neste sentido foram tomados como referências, dentre outros, os trabalhos de AVÉ-LALLEMANT, R. C. B. **Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe**. Ed. Itatiaia, 1981; ANDRADE, Manoel Correia de. **Os Rios-do-açúcar do Nordeste Oriental**: Os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel. Recife: Imprensa Oficial, 1959, e um estudo sobre a região através da cartografia entre os séculos XVII e XIX: SILVA, F. B. Cartografia como Fonte: O Sul de Alagoas no século XIX. In.: Encontro de História, 8º, 2016, Maceió. **Anais do VIII Encontro de História**: Ensino, Metodologia e Práticas Pedagógicas em História na Sociedade Contemporânea. Maceió: UFAL, 2016, p. 120-127.

Tal distinção pode ser reflexo das impropriedades dos tabuleiros para o desenvolvimento da agricultura naquele período. A Ilustração 3 apresenta parte da já mencionada Carta Topographica da Província das Alagoas na qual, dentre os elementos perceptíveis, nota-se que, em relação a presença de engenhos, a concentração no entorno dos rios do Norte, é bem maior que a registrada nos Vales fluviais do Sul, como o do Jequiá, Coruripe e Piauí. Neste último, circundado pela histórica zona de criação de gado, apenas dois engenhos mereceram o registro do cartógrafo: o Pescoço e o Barra das Laranjeiras, este, já nas imediações do Rio São Francisco, onde o Rio Piauí desagua.



Ilustração 3 – Intervenção em Carta Topográfica da Província das Alagoas de 1862

Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Intervenções do autor.

A pouca concentração relativa de engenhos nos vales, e a soma de razões que dificultavam o aproveitamento agrícola das terras de tabuleiro, contribuiu para que esse espaço ainda permanecesse pouco habitado durante boa parte do século XIX. Esta característica chamou a atenção do viajante alemão Robert Avé-Lallemant que registrou as impressões sobre o espaço em questão em sua passagem por Alagoas, em 1859. Depois de percorrer cidades e engenhos na região próxima das lagoas, o viajante se deparou, após a travessia do rio São

Miguel, com um espaço peculiar, pouco habitado, e, onde até a vegetação distinguia-se das de outras localidades que havia visitado. Em obra publicada posteriormente, Avé-Lallemant (1981) atribuiu as particularidades da cobertura vegetal da região a disposição de água, uma vez que “o desenvolvimento das plantas depende das chuvas, que despertam a vida, conservada mesmo durante os meses secos, de maneira a caracterizar a vegetação desses altos planaltos”.⁵⁰

Os primeiros engenhos encontrados pelo viajante, após a travessia do Rio São Miguel, foram aqueles localizados no baixo Coruripe, ainda assim, o emprego da designação “engenho” parece seletiva. Uma tentativa de refazer os caminhos de Avé-Lallemant, usando mapa da época como subsídio, permite constatar que sua primeira parada nas margens do Coruripe foi no engenho Poção.⁵¹ A segunda, onde afirma ter pernoitado, seria o engenho Jenipapo, ainda assim, o autor se refere a ambos como fazendas e não engenhos, como eram designados em mapas antes e depois de 1859.⁵²

Dentre as possibilidades explicativas para esta opção do autor, é possível defender que o porte daqueles engenhos não os deixava confundir com o de outros, vistos por ele anteriormente em outras províncias, ou mesmo na Região das Lagoas.⁵³ Outra explicação pode estar em uma suposta multiplicidade de atividades desenvolvidas nesses engenhos, como o trato com o algodão e a mamona, o que parece que era comum na região naquele período, fazendo dos engenhos fábricas híbridas. No entanto, não foi encontrado para esta pesquisa fontes razoáveis que sustentem esta segunda explicação.⁵⁴ O que fica claro, nos relatos de Avé-

⁵⁰ AVÉ-LALLEMANT, R. C. B. **Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe**. Ed. Itatiaia, 1981, p. 295.

⁵¹ Para tanto fez-se uso da Carta Topográfica da Província de Alagoas, de 1862, de Carlos de Mornay, a mesma apresentada na ilustração 3.

⁵² Ave-Lallemant afirmou ter chegado a fazenda Poção após a passagem pela lagoa Santa Luzia. Segundo ele a mesma pertencia a dona Ana Pastora. Naquele período o engenho Poção, que na carta topográfica aparece ligado a referida lagoa por um caminho vindo dos tabuleiros, é arrolado em mapa demonstrativo dos engenhos de açúcar da província das Alagoas daquele mesmo ano de 1859 como sendo de propriedade de Maria Pastora de Jesus. Caso Ana e Maria não sejam a mesma pessoa, é considerável que sejam ao menos parentes. Quanto ao Jenipapo, onde Ave-Lallemant procurava encontrar certo engenheiro, Dr. Morn, não resta dúvidas de que se trate do mesmo engenho que, segundo Sant’Ana foi adquirido pelo engenheiro Carlos de Mornay a um cunhado que o herdou após a morte da mãe em 1856.

⁵³ Com base em dados das produções dos engenhos moentes em Alagoas disponibilizados por Sant’Ana (1970) para aquele ano da visita de Ave-Lallemant, percebe-se que, apesar de ser o Jenipapo o mais produtivo engenho do vale do Coruripe, sua produção de 1500 a 1600 pães de açúcar não o podiam comparar com os maiores de Porto Calvo, de Maceió ou mesmo do vale vizinho, do rio Jequiá, onde o Ilha produziria até 4200 pães.

⁵⁴ Esta conjectura se baseia em pesquisas anteriores que apontam esse caráter de fábricas híbridas dos engenhos da região durante o século XIX e XX (SILVA, 2016), longe de ser uma particularidade da indústria canieira naquele espaço, a mesma característica já fôra observada em engenhos e mesmo usinas em Alagoas e Pernambuco (ANDRADE, 1973; TENÓRIO e LESSA, 2013). É possível citar ainda que, segundo Sant’Ana (1970) Carlos de Moray teria sido o proprietário do Jenipapo e de uma fábrica de óleo de mamona em Coruripe naquele período, e, uma cunhada sua, a senhora do Poção. Apesar desses relatos apontarem para a possibilidade de serem naquela época esses dois engenhos um complexo dinâmico de processamento de matéria prima, a fala de Ave-Lallemant não permite afirmar que essas considerações fossem por ele levadas em conta.

Lallemant, é a ausência de uma pujante atividade canavieira na região, se comparada a outras localidades, que pudesse monopolizar os meios de exploração nos vales dos rios e, menos ainda, atingir a extensão dos tabuleiros.

O fato de só ter encontrado habitantes nos tabuleiros em torno da lagoa de Santa Luzia, entre os rios São Miguel e Coruripe, pode ter contribuído para que o autor atribuísse as particularidades da vegetação a fatores pluviométricos. Andrade (1959), cem anos depois, foi mais adiante e defendeu que a constituição do solo é fator primário que determina as características da cobertura vegetal nos tabuleiros e, conseqüentemente, as possibilidades de exploração desse solo para a agricultura: “uma vez que o solo arenoso é extremamente permeável e as águas das chuvas se infiltram escoando-se em lençóis subterrâneos. Isto, quando não empoçam sob a forma de extensas lagoas rasas que, devido a evaporação, desaparecem inteiramente na estação seca”.⁵⁵ A Ilustração 4 permite observar a referida Lagoa Santa Luzia nos dias atuais, A mesma é atualmente conhecida como Lagoa da Sapel, referência a uma fazenda construída em sua proximidade, já no século XX.



Ilustração 4 – Vista parcial da antiga Lagoa de Santa Luzia

Fonte: Fotografia de 28 de fevereiro de 2020. Acervo do autor.

A despeito da tipologia da vegetação, o autor em tela não negou a presença das chamadas madeiras de lei no espaço estudado. Ainda assim, o mesmo destacou que parte significativa dos tabuleiros era coberta por palmeiras, mangabeiras e cajueiros. A presença dessas duas últimas plantas atribuiu ao espaço entre os rios Jequiá e Coruripe o topônimo de Tabuleiros de Caju Bravo e Mangaba. Tais plantas ainda eram comuns naqueles tabuleiros nos anos que antecederam o início da fertilização para o cultivo de cana, e mesmo em fins da década

⁵⁵ ANDRADE, M. C. **Os Rios-do-açúcar do Nordeste Oriental**: Os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel. Recife: Imprensa Oficial, 1959, p. 28.

de 1950, conforme observou Andrade (1959).⁵⁶ Nieuhof (1981) certificou a presença dessas árvores em abundância em sua viagem pela então capitania de Pernambuco já na década de 1640, ainda que de seus escritos não se possa decifrar com precisão o seu itinerário, é possível que já naquele período se encontrassem as referidas árvores por entre “planícies do *Nhumahu* e *Cororipe*”, já conhecida na época pelos invasores e frequentemente associada aos domínios do Quilombo dos Palmares.⁵⁷ Caso essas árvores, de fato, já fizessem parte da vegetação dos tabuleiros naquele período, é possível defender que o espaço em questão foi alvo de poucas intervenções humanas, visando o aproveitamento agrícola, durante os primeiros quatro séculos e meio da colonização.

Tanto as impressões de Nieuhof e Ave-Lallemant, quanto as explicações de Andrade, têm muito a contribuir com este trabalho na medida em que apresentam as impropriedades agrícolas dos tabuleiros, e justificam-nas, permitindo descartar qualquer possibilidade de apropriação desse espaço por canaviais para antes da segunda metade do século XX. Embora impróprios para a agricultura, os extensos tabuleiros somavam características que, em muito, contribuía para o desenvolvimento da pecuária. Além da bem assentada prática de criação de bovinos na região, que, como apresentado, já se destacava nos tabuleiros pelo menos desde o período holandês, a disposição de terra e a vegetação resistente as intempéries do clima e do solo, favoreciam a manutenção dos rebanhos onde as lavouras de cana, ou gêneros alimentícios, não encontravam as condições necessárias para desenvolvimento.

Para a melhor compreensão dos fatores que levaram a essa disposição de terras na região, destaca-se, entre outros, o processo de povoamento do espaço que atualmente compreende a Zona da Mata alagoana. O mesmo ocorreu de forma desigual. De acordo com Diegues Junior (2006), surgiram no século XIX três pontos pioneiros de povoamento em Alagoas, a saber, Porto Calvo, a região banhada pelas lagoas Mundaú e Manguaba e Penedo. Ainda segundo o autor, só Penedo, nas margens do rio São Francisco, não esteve desde sua fundação associada ao cultivo de cana.⁵⁸ A região entre as lagoas e Penedo teria recebido as levadas de colonizadores com menor intensidade, o que resultou em um espaço pouco povoado, e por isso, com maior disponibilidade de terra. Dentre os fatores que justificam essa relativa baixa densidade demográfica, pontua-se a distância e as dificuldades de comunicação com os

⁵⁶ ANDRADE, M. C. **Os Rios-do-açúcar do Nordeste Oriental**: Os rios Cororipe, Jequiá e São Miguel. Recife: Imprensa Oficial, 1959, p. 27.

⁵⁷ NIEUHOF, J. **Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil**. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. Belo Horizonte: Ed Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981, p. 40.

⁵⁸ DIEGUES JUNIOR, M. **O banguê das Alagoas**: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 3 ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

principais centros urbanos da região, como o Recife.⁵⁹ Essa disponibilidade de espaço era fator imprescindível para a pecuária no modelo de colônia, forma com a qual a criação de gado é identificada na região até meados do século XX.

Segundo Beatriz Herédia (1988),

Além das terras dedicadas ao cultivo de cana e as ocupadas pelos pequenos produtores na área estudada, havia locais, denominados *colônias*, especificamente dedicadas à criação do gado. Eram terras localizadas nos tabuleiros, geralmente área de vegetação baixa, consideradas inadequadas para os cultivos (*tabuleiros-de-caju e mangaba*). Ali o gado era criado solto.⁶⁰

Conforme observou a autora, na criação em forma de colônia, o gado era criado solto se alimentando da vegetação nativa. Uma vez que quase não havia interferência por parte dos donos de rebanhos no que diz respeito ao cultivo ou manutenção de pastos, os rebanhos necessitavam de constantes deslocamentos sob os cuidados de um vaqueiro.⁶¹ Por isso, a necessidade de amplos espaços. O fato dos vales serem estreitos e inundáveis durante parte do ano, fazia dos tabuleiros, locais importantes para a criação. Para lá os rebanhos eram conduzidos durante o período chuvoso, ainda que o pasto do vale fosse aproveitado durante os meses de seca, quando a vegetação nas margens de rios e riachos resistiam e complementavam a alimentação feita, até então, com a vegetação dos tabuleiros.

No inverno, quando grande parte das várzeas é inundada, o gado é levado para os pontos mais altos, à salvo da inundação, ou para os tabuleiros chamados localmente “de caju e mangaba”, ou ainda para pontos dos tabuleiros onde a mata veio a ser destruída permitindo o aparecimento do capim-luca (*Sporobolus tenacissimus*). Este não é boa forragem, devido a sua consistência muito dura, mas queimado antes do inverno, brota muito tenro e o gado com êle se alimenta satisfatoriamente durante 20 ou 30 dias. Um mês após a queima o gado, que o tem quase como único alimento, resente-se. Mas como são poucas as rêsas para uma grande área, suporta magro à espera da estação seca, quando irá encontrar melhores pastagens na várzea.⁶²

⁵⁹ ANDRADE, M. C. de. **Os Rios-do-açúcar do Nordeste Oriental**: Os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel. Recife: Imprensa Oficial, 1959.

⁶⁰ HERÉDIA, B. M. A. de. **Formas e Dominação e Espaço Social**: A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1988, p. 63.

⁶¹ A única interferência no cuidado com o pasto nos tabuleiros, a qual as fontes fazem menção, são as eventuais queimas da vegetação quando se aproximava o período chuvoso, o que permitia que novos brotos, fáceis de digerir surgissem entre as cinzas nas primeiras chuvas (ANDRADE, 1959). Dean (1996) também observou essa prática das queimadas constantes, promovidas pelos nativos em outras regiões do Brasil. Ao constituir um modelo predatório do uso da terra podem ter contribuído para a formação da cobertura vegetal que passou a predominar nos tabuleiros.

⁶² ANDRADE, M. C. **Os Rios-do-açúcar do Nordeste Oriental**: Os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel. Recife: Imprensa Oficial, 1959, p. 50.

As observações de Andrade (1959), são bastante pertinentes para a compreensão dos meios de exploração desses tabuleiros pela pecuária. Ainda que o autor não identifique intervenções, como construção de cercas e outros mecanismos de assistência ao gado, o mesmo evidencia uma intervenção frequente na vegetação através das queimadas. Mesmo não sendo, de modo geral, um espaço ideal para a criação, devido aos aspectos da vegetação, nota-se que a existência desses tabuleiros foi imprescindível para a manutenção da pecuária na região.

A possibilidade de os rebanhos seguirem os fluxos de água, mesmo sem serem contidos nos vales, permitiu a formação de faixas retangulares, entre os rios, destinadas a criação. Ao apresentar os mecanismos através dos quais o sistema pastoril teria contribuído para a formação espacial brasileira, Moreira (2014) caracterizou essas “fazendas” de criação de gado como espaços que “adquirem forma retangular, de pequena largura e longo comprimento, dividindo-se as margens dos rios”.⁶³ No caso do espaço estudado, os limites dessa área não seriam necessariamente as margens dos rios, e sim as bordas dos vales cortados pelos fluxos de água. Os mesmos aspectos já foram também identificados por Caio Prado Junior (1994) ao discorrer sobre o modelo de desenvolvimento da pecuária bovina no Brasil.⁶⁴

Dado o modelo de criação de gado solto, é plausível que, embora a economia canavieira tenha sofrido um impulso significativo na região durante o século XIX, a mesma reteve-se nos vales, enquanto a pecuária dominava os tabuleiros. Ainda tomando a cartografia daquele século como fonte, percebe-se que os principais caminhos, ao seguirem os vales ou entrelaçarem-se nos tabuleiros, deixam pistas sobre as principais atividades econômicas ali desenvolvidas. Estudos recentes discorrem sobre essa associação entre os caminhos e as atividades econômicas a eles vinculadas.

Silva (2016) defendeu que os caminhos que seguiam os cursos dos rios, ligando engenhos ao litoral, tinham como principal fim o escoamento do açúcar produzido, uma vez que a navegação pelos rios da região só era possível em uma pequena parte dos cursos de água. Por outro lado, os caminhos que cortam os tabuleiros no sentido Norte/Sul podem, facilmente, serem associados as antigas vias de traslado das colônias de gado entre os chamados currais, ou, desde os pastos nativos até as zonas de consumo. Para tanto, o autor se baseou em análise comparativas de mapas que representam o espaço em estudo entre os séculos XVII e XIX, e pôde observar que a maioria dos caminhos representados obedeciam uma lógica: No sentido Norte/Sul, costumavam ligar fazendas de gado, no sentido interior/litoral, ligavam engenhos,

⁶³ MOREIRA, R. **A formação espacial brasileira**: Contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 73.

⁶⁴ JUNIOR, C. P. **História econômica do Brasil**. 41ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

nas margens dos rios. A exceção observada era a Estrada do Sal que “ligava Limoeiro ao litoral de Coruripe através dos tabuleiros ao Norte do rio Coruripe, no entanto, a mesma não parecia assistir ao interesse da economia açucareira”.⁶⁵ Tal defesa conclui que, neste caso, a referida via assistia justamente a pecuária, pois tinha como um dos principais objetivos o abastecimento de sal do importante centro de produção e venda de carne de sol em Limoeiro de Anadia.

As condições sob as quais a pecuária em forma de colônia era desenvolvida dificulta a mensuração do peso econômico e social da mesma atividade na região em estudo. Uma vez que não dependia de instalações próprias para manuseio, como a cana dependia dos engenhos, e por não possuir se quer um local fixo de pastagem, em alguns pontos é difícil até associar determinado espaço a zona de criação, dada a falta de vestígios. Ainda assim, Sant’Ana (1970) defendeu que já por volta de 1835 Limoeiro de Anadia, que figurava no centro da zona de criação, tinha na industrialização de carne “a principal ocupação daquele distrito”.⁶⁶ É neste contexto que se insere a Estrada do Sal, que, pelo nome e pelo fato de cortar os tabuleiros em vez de ligar os engenhos, reforça o discurso sobre o papel da pecuária naqueles pontos do Sul alagoano, uma vez que sugere uma demanda especial de sal em Limoeiro. Certamente, empregado na salga das carnes. A mesma via ainda era utilizada em meados do século XX. No entanto, foi coberta por canaviais depois que as máquinas revolveram a terras para o cultivo da cana e criaram novas vias de tráfego de acordo com os interesses da indústria canavieira, esta, já vinculada as usinas.

A legislação local, no mesmo período, também contribui para reiterar a aplicação dos tabuleiros para a pecuária. Em Postura Municipal de 1865, a Câmara de São Miguel dos Campos faz restrições a prática agrícola nos tabuleiros que se estendiam pelo município, alegando serem eles espaços destinados a pecuária. Neste espaço a agricultura só seria permitida mediante a construção de cercas que protegessem a lavoura, medida que buscava evitar discórdias entre plantadores e criadores de gado cujos rebanhos poderiam arruinar as plantações.

Nos artigos 63 e 64 o documento explicita:

“art. 63. São destinados para a criação de gado, de qualquer natureza que seja, a ribeira do Brejo e beiradas do rio Coruripe; até o logar denominado Palmeira de Carlos de Souza;

⁶⁵ SILVA, F. B. Cartografia como Fonte: O Sul de Alagoas no século XIX. In.: Encontro de História, 8º, 2016, Maceió. **Anais do VIII Encontro de História: Ensino, Metodologia e Práticas Pedagógicas em História na Sociedade Contemporânea.** Maceió: UFAL, 2016, p. 123-124.

⁶⁶ SANT’ANNA, M. M. de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas.** Recife: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1970, p. 48.

art. 64. Os que plantarem nos logares destinados para a criação de gado serão obrigados a fazer cerca de dez palmos de altura, e de modo que nella não possam penetrar animaes”.⁶⁷

Esta iniciativa saiu na contramão das medidas tomadas por outras vilas naquele mesmo período. Em meio ao que parece ser um avanço da produção agrícola em grande parte da então província, outras Câmaras, como a de Pilar, em 1861, Palmeira dos Índios, em 1865 e Coruripe, em 1871, procuraram justamente limitar a liberdade das colônias de gado, determinando espaços exclusivos para a agricultura e impondo condições a criação de gado solto. As medidas visavam claramente a preservação das lavouras que, naquele momento, parecia disputar espaço com as colônias de gado.

Essa disputa é o que se depreende do texto da já mencionada Postura de Coruripe de 1871 que, ao contrário das de São Miguel, reservava um amplo espaço na margem Sul do Rio Coruripe, e vale do riacho Cana Brava, para a agricultura. Ainda que não especifique quais culturas estavam, por lei, sendo protegidas dos rebanhos, a presença de engenhos nos limites do espaço reservado, sugere que canaviais estariam ali inclusos. Herédia (1988), ao discorrer sobre os mecanismos de delimitação dos espaços destinados para agricultura e para as colônias de gado, relatou que as colônias costumavam ser separadas das terras agrícolas, geralmente nos vales, por valas profundas que contornavam a área destinada a circulação de gado e eram chamadas na região de travessão.⁶⁸ É necessário pontuar que o sistema de cercamento dos pastos, como é comum nos dias atuais, só foi encontrado em registro para região justamente a partir da segunda metade do século XX.⁶⁹ Até então, os travessões⁷⁰ eram a única forma utilizada para contenção dos rebanhos.

Ainda nos dias atuais é possível encontrar parte de uma vala coincidindo justamente com os limites estabelecidos pelas posturas de Coruripe para o uso exclusivo da agricultura. Parte desse espaço, entre os vales do rio Coruripe e do riacho Cana Brava, nas imediações do atual centro urbano de Teotônio Vilela, era composto por tabuleiros. Manoel Elesbão da Costa

⁶⁷ GALVÃO, O. E. de A.; ARAUJO, T. V. **Compilação das Leis Provinciais de Alagoas de 1835 a 1872**. Tomo IV. Maceió: Tipografia Comercial de A. J. da Costa, 1872, p. 641-642.

⁶⁸ HERÉDIA, B. M. A. de. **Formas e Dominação e Espaço Social: A modernização da agroindústria canvieira em Alagoas**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1988, p. 63.

⁶⁹ Como apresentado anteriormente, com base nas mesmas posturas, as cercas eram utilizadas apenas para proteger lavouras plantadas dentro da zona de criação. A razão para não se fazer o mesmo com os rebanhos talvez esteja na inviabilidade de se cercar espaços tão amplos por onde os rebanhos circulavam.

⁷⁰ Parte do travessão que, nas Posturas de São Miguel apareceram limitando o espaço de criação ainda poderia ser encontrado na década de 1950. Na Escritura Pública de Compra e Venda de duas partes de terra, em Junqueiro, em 18 de novembro de 1955, o lote em questão aparece limitado pelo travessão nas imediações dos povoados Retiro Velho e Barro Vermelho.

(s/d), ao tratar do local onde surgiu o então distrito de Feira Nova, mencionou em seus escritos o referido travessão, o que evidencia que o mesmo esteve associado, de alguma forma, a já referida lei de Coruripe de 1871, uma vez que o espaço limitado pela Postura e aquele envolvido pelo travessão coincidem.

Antes da exploração da estrada federal por aqui, foi um taboleiro inteiramente estéril, não possuía nem sequer um rancho de roça! Assim pois, a parte compreendida dentro de um antigo travessão advindo de plagas ignoradas, de Sudeste a Noroeste, [...] seguindo a mesma direção noroeste, defendendo as terras produtivas, livrando-as da invasão do gado solto na escassa pastagem numa extensão indefinida; à certa altura voltando de Norte a Sul fazendo reflexões paralelas à sinuosidade do riacho, oriundo da Lagoa do Roteiro, banhando os sítios e fazendas: Gulandim, Pau Bento, Várzea de Cima, Olho D'Água, Pau Ferro do fazendeiro Manoel Cassiano, folha larga e as três Canabravas; do Lúcio, da Palha e das Fuencas, daí penetrando na propriedade da família Rolemberg, como tributário ou afluente do rio Coruripe, fazendo barra noutro Pau Ferro, ponto confinante com a fazenda Gravatá. Enquanto o mencionado travessão seguindo o mesmo curso em busca do sítio Anhumas; daí passando através das propriedades São Matheus, Rocheiro, Capoeiro de Dentro e busca da fazenda Sapel, antigo Pari-Peri. Assim discriminado era todos revestida de vegetação variada, depois do tenro capim de taboleiro. Ervas, subarbustos, arbustos e algumas arvores distanciadas umas das outras; as quais servim de esconderijos ou abrigos aos animais silvestres, posto que por analogia assemelhava-se a um arquipélago.⁷¹

As leis que regulavam as atividades econômicas no espaço em questão, e a distribuição demográfica não são obras do acaso. É necessário entender que essa configuração espacial obedecia a critérios relacionados as condições geográficas, a morfologia do solo nos vales e tabuleiros, e ao nível das técnicas utilizadas para a exploração do espaço por seus ocupantes. No século XVIII, Antonil (2007) descreveu as particularidades do solo proveitoso para o cultivo de cana, enfatizando características que, pelo menos na região estudada, permaneceram como regra do empreendimento canavieiro até meados do século XX. Para o autor, o sucesso do engenho dependia em muito do cultivo da cana em terras de massapê.

As terras boas ou más, são o fundamento principal para ter hum engenho real bom, ou máo rendimento. As que chamão massapés, terras negras, e fortes, são as mais excelentes para a planta da canna. Seguem-se atrás destas os salões, terra vermelha, capáz de poucos cortes; porque logo enfraquece. As

⁷¹ COSTA, M. E. **Introdução a História de Feira Nova**. Junqueiro: Imprensa do autor, s/d. p. 9-10.

areiscas, que são huma mixtura de arêa, e saIões, servem para mandioca., e legumes; mas não para cannas.⁷²

No recorte espacial estudado, o massapê é o tipo de terra muito presente nos vales úmidos. Por outro lado, quando se compara a geografia dos vales dos rios ao Sul de Alagoas com aqueles próximos do complexo lagunar, fica evidente que as planícies fluviais ao Norte são bem mais espaçosas que ao Sul, onde, a partir do Rio São Miguel, prevalecem os vales mais estreitos e de ladeiras íngremes, principalmente no médio curso dos rios onde os mesmos são ladeados pela maior extensão dos tabuleiros. É possível que essa característica geográfica dos vales tenha desestimulado um intenso aproveitamento dos mesmos para o cultivo da cana, pelo menos em comparação com outros vales alocados ao Norte.

Além de ser limitado o espaço útil para o cultivo, esses vales estreitos poderiam ainda ser inundados a cada certo período de tempo, tornando a moradia ou cultivo nas proximidades de suas margens um investimento arriscado. No Rio Coruripe, de modo particular, Andrade (1959) observou que, por ser sua várzea “inundável em sua maior extensão, não se presta para a construção de habitações, estas estão sempre na encosta, formando verdadeiro rosário como acontece em outros vales úmidos do Nordeste”.⁷³ Ao tentar estimar o volume das cheias do Rio Coruripe, o autor defendeu que o mesmo “enche uma vez por ano subindo o seu nível aproximadamente 1m. As cheias excepcionais se dão geralmente de 3 em 3 anos, cobrindo as vezes o terraço de 2/3m, na várzea”.⁷⁴ Dessa forma, é plausível que o regime de cheias desses rios obedeça a um padrão cíclico de tempo e intensidade mais ou menos constante, como também foi sugerido para o Rio Mundaú, ao Norte, por Otávio Brandão.⁷⁵

Assim, as impropriedades agrícolas dos tabuleiros permitiram, por séculos, a sua reserva para a pecuária. Quanto aos vales, a limitação de espaço útil a agricultura, e seguro para o estabelecimento de moradias, contribuiu para o menor adensamento populacional. Dado que a pecuária em forma de colônia era atividade que demandava muito espaço e pouca mão de obra, as condições da terra e de sua disponibilidade nos vales e nos tabuleiros acabaram convergindo entre si e contribuindo para a manutenção da pecuária até meados do século XX, quando o interesse econômico permitiu movimentações no uso da terra que levaram ao que Andrade

⁷² ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Introdução e notas por Andréa Mansuy Diniz Silva. São Paulo: Edusp, 2007, p. 45.

⁷³ ANDRADE, M. C. **Os Rios-do-açúcar do Nordeste Oriental**: Os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel. Recife: Imprensa Oficial, 1959, p. 83.

⁷⁴ ANDRADE, M. C. **Os Rios-do-açúcar do Nordeste Oriental**: Os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel. Recife: Imprensa Oficial, 1959, p. 32.

⁷⁵ BRANDÃO, O. **Canais e lagoas**. 3 ed. Maceió: EDUFAL, 2001.

(1994) chamou de “revolução agrária em Alagoas” iniciada na região pelos irmãos Antônio e Benedito Coutinho, na década de 1950.⁷⁶

1.2 Os avanços da agricultura canavieira no espaço estudado

Para a região em estudo, é possível identificar dois avanços significativos da agricultura em períodos distintos, e por razões variadas: o primeiro, em meados do século XIX, e o segundo, a partir de 1950. Dada a maior disposição de fontes, cada um desses dois momentos se torna mais perceptível quando se busca investigá-los com base no avanço da atividade canavieira. Como se apresenta no curso deste trabalho, o segundo momento marcou uma supremacia da cana de açúcar não só sobre a pecuária, mas também sobre o cultivo de outros produtos, principalmente de gêneros alimentícios cultivados na região.

De acordo com Manoel Correia de Andrade (1959), a participação dos vales úmidos do Sul alagoano no programa da ocupação holandesa consistia no fornecimento de gêneros alimentícios para o centro açucareiro da Capitania, do qual a região não participava. Diante da preocupação com o abastecimento de alimentos dos domínios conquistados no Nordeste, os holandeses buscavam uma diversificação da produção agrícola. “Certamente em coerência com essa política, dificultaram, ou pelo menos não favoreceram um surto canavieiro no Sul das Alagoas, visando manter essa região como celeiro da Capitania”.⁷⁷ Impressão semelhante é compartilhada por Mello (2007) em seu estudo sobre o período. Ao tratar das dificuldades com abastecimento enfrentadas pelos beligerantes, o autor ressaltou a importância do gado proveniente do Baixo São Francisco, e, sobretudo, da farinha de mandioca do entorno das Lagoas, para o provimento das tropas.

Segundo o autor, em Porto Calvo,

Se encontrava o provedor da Fazenda Real, André de Almeida da Fonseca, para reunir carne e farinha para o Arraial e para o Cabo, então sitiados. A seu espírito prático não teria escapado a perspectiva de fazer da região o celeiro da resistência. Calado, que viveu muitos anos nas cercanias de Porto Calvo, é testemunho da abundância local, pois naquela subárea a monocultura da cana não dominara inteiramente sequer no interior dos engenhos.⁷⁸

⁷⁶ ANDRADE, M. C. de. **Modernização e pobreza**: A expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: Editora da Unesp, 1994, p.110.

⁷⁷ ANDRADE, M. C. **Os Rios-do-açúcar do Nordeste Oriental**: Os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel. Recife: Imprensa Oficial, 1959, p. 40.

⁷⁸ MELLO, E. C. de. **Olinda Restaurada**. São Paulo: Editora 34, 2007, p. 233-234.

De acordo com o mesmo autor, naquele período, Rojas y Borja escreveu ao rei sobre as condições do espaço entre as Lagoas e o Rio São Francisco, apresentando-as como “estéreis” devido à baixa densidade populacional.⁷⁹ Percebe-se que a ausência de braços, e não as condições de fertilidade da terra, é o agravante para a qualificação de esterilidade da mesma. Ainda assim, mesmo que se tivesse investido na criação de uma zona especializada em alimentos na região, a ideia de uma relação de produção e consumo intenso entre o Norte e Sul da Capitania parece inviável, pelo menos enquanto durasse a guerra entre ibéricos e batavos, dada a distância e os problemas de comunicação entre o centro açucareiro pernambucano e um possível celeiro no extremo Sul da Capitania que, ao fim das contas, funcionava “como espaço tampão, encravado entre o Norte de Pernambuco, reduto dos invasores, e a Bahia, um dos principais núcleos da resistência”.⁸⁰

Quanto a cultura da cana, ainda segundo Andrade, a falta de mão de obra e os poucos recursos dos colonos da região teria contribuído para a lenta apropriação dos vales pela atividade canavieira. Outro motivo que pode ter desestimulado a intensificação da presença dos engenhos foi o fato da região estar muito propensa ao ataque de quilombolas, que estendiam suas influências desde o Palmares até os tabuleiros na Bacia do rio Coruripe, conforme apresentou Nieuhof, já no século XVII,⁸¹ e que mesmo depois da queda do Palmares podem ter continuado atuando de alguma maneira através dos mocambos espalhados pela região.⁸²

Já em meados no século XIX, a utilização de novas técnicas no campo e nos engenhos ajudou na implementação da atividade canavieira em Alagoas. Inclusive no Sul do estado. Dentre tais inovações, destacaram-se o uso do arado, que passou a facilitar o cultivo no campo, e a substituição das moendas horizontais pelas verticais em algumas fábricas, além dos engenhos a vapor, novidade que melhorava o rendimento.⁸³ A possibilidade de melhor

⁷⁹ MELLO, E. C. de. **Olinda Restaurada**. São Paulo: Editora 34, 2007, p. 236.

⁸⁰ SILVA, F. B. O Caminho de Camarão e o desbravamento do Sul Alagoano. In.: **Revista Eletrônica de Educação de Alagoas – REDUC**, vol. 4, nº 1, janeiro de 2018, p. 98. Disponível em: <http://www.educacao.al.gov.br/component/jdownloads/send/157-artigos-5-edicao/614-o-caminho-de-camarao-e-o-desbravamento-do-sul-alagoano>. Acesso em: 31 de dezembro de 2018 às 23:13.

⁸¹ NIEUHOF, J. **Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil**. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. Belo Horizonte: Ed Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981.

⁸² A presença de remanescentes quilombolas é reconhecida em alguns pontos entre os rios Jequiá e Coruripe, e entre este e o Piauí. Não foi possível identificar qual tipo de influência estes grupos ainda poderiam exercer no espaço após a queda do Palmares. Das observações de Nieuhof (1981) se depreende que uma das consequências da proximidade com quilombos e suas extensões, o que chama de mocambos, era o medo que causava nos colonos. A atuação do Palmares na área em estudo foi registrada dentre outros por Carotá (1872) que atesta a atuação dos integrantes do Quilombo em Penedo, nos extremos de Alagoas.

⁸³ Sobre a intensificação do uso de arado em Alagoas: TENÓRIO, D. A. Os caminhos do açúcar em Alagoas. In: **Revista Incelencia**. p. 5-27, 2011, p. 18. Sobre melhorias nas técnicas e equipamentos de moagem: SANT’ANA, M. M. de. Os Mornay em Alagoas. In.: **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Recife, Instituto do Açúcar e do Alcool, 1970, p. 353-367.

aproveitamento da matéria prima sem dúvidas estimulou o funcionamento dos engenhos, a criação de novas fabricas e, conseqüentemente, a demanda por espaço cultivável. Da fala do então presidente da Província, Antônio Manoel de Campos Mello, ainda em 1847, se depreende que a abertura do comércio de açúcar brasileiro com a Grã-Bretanha tendia a mobilizar, naquele período, o interesse do Estado e de investidores senhores de engenhos.

Não ha industria, é preciso dizer muitas vezes, que tanto reclame ser melhorada, como a fabricação do assucar, por ser uma fonte perene de riqueza do Paiz ; mas nem por isso, e nem porque o genero vai certamente offerecer maiores vantagens de lucro por causa dos novos mercados que se nos abrem com os portos da Grã-Bretanha, os Proprietarios sahem, por assim dizer, do estado natural; e bem que a mudança dos aparelhos até agora usados entre nós seja uma verdadeira necessidade para o melhoramento deste fabrico, e os donos dos Engenhos tenases em seos preconceitos nem disso se lembrão. O modo de rotear o terreno é antiquado, porque nem ao menos são conhecidos pelos nomes os instrumentos usados na Europa: as machinas além de muito pezadas, estão no maior atrazo, e desconhecido o Vapôr; o melhor motor de que se usa é agoa, sendo ainda muitas movidas por Bois e Cavallos ; e a bôa qualidade do assucar dependendo de conhecimentos Chimicos, estes nos faltão absolutamente. Quanto tendes a fazer por este lado!⁸⁴

Apesar de reconhecer, e criticar, a falta de técnicas da qual padecia a indústria do açúcar, desde o campo até a fábrica, o presidente exortou os senhores de engenho a promoverem uma modernização no setor, o que só teria a beneficiar a economia a nível nacional. Possivelmente, o empenho do Estado, conforme se percebe através de Campos Mello, tenha favorecido a abertura para as melhorias no setor durante aquele século.

O estímulo para a modernização da agricultura, sobretudo a canavieira, é tema recorrente nas falas dos sucessivos presidentes da Província. Quando a agricultura assumiu a pauta das preocupações das autoridades alagoanas, no século XIX, o assunto era, com frequência, resumido em plantação de cana ou algodão. Este último foi estimulado, sobretudo, quando os preços do açúcar no exterior desagradavam os produtores. A melhoria das estradas aparece nos discursos das autoridades pautada pelo progresso da agricultura,⁸⁵ o aperfeiçoamento das hidrovias era justificado pelo bem da agricultura, e os critérios para a imigração estrangeira deixavam claro que seriam os engenhos de açúcar o setor mais assistido pelo braço europeu, que deveria estar familiarizado não só com o idioma e a religião do Brasil,

⁸⁴ MELLO, M. de C. **Falla com que abrio a segunda sessão ordinária da sexta legislatura da Assembleia Legislativa da Provincia das Alagoas o Excellentissimo Presidente da mesma Provincia Antonio Manoel de Campos Mello, em 15 de março de 1847.** Pernambuco: Typ. Imparcial, 1847, p. 8.

⁸⁵ GONZAGA, J. M. de S. **Falla dirigida à Assembleia Legislativa das Alagoas pelo presidente da Provincia João Marcelino de Souza Gonzaga, na abertura da 2ª sessão ordinária da 14ª legislatura a 24 de outubro de 1863.** Maceió: Typografia progressista, 1863, p. 21.

mas também com o trato com a cana, que era uma das principais atividades da Província. É o que se pode deduzir através da fala do Presidente da Província Sá e Albuquerque:

Desejoso de promover a introdução de colonos agrícolas, convidei a diferentes senhores de engenho para receberem esses novos trabalhadores em suas fazendas. [...] Os senhores de engenho fizeram os seus pedidos em cartas, nas quaes se obrigam a pagar as passagens dos colonos, a dar-lhes commodo necesario, apenas aqui chegarem e a alimenta-los durante um anno, sendo pagas essas despezas pelo colono com os seus serviços no primeiro anno.

[...]

Preferi colonos portugueses vindos dos Açores porque entendo que a homogeneidade de língua e de religião seria uma facilidade para o bom resultado deste primeiro ensaio, convindo não esquecer que os Açorianos pela sobriedade com que se alimentam e pela profissão agrícola, de que vivem, são talvez os mais adaptados para a colonisação nesta provincia, onde quasi nada existe ainda feito neste sentido.⁸⁶

Diegues Junior (2006) apontou um crescimento significativo do número de engenhos em toda Alagoas desde o início do século XIX até 1859. Segundo o autor, esse número saiu de 120 para 479 neste período.⁸⁷ No espaço estudado o crescimento também é visível quando se compara com os números da década de 1770, apresentados na tabela 1, ou mesmo com a década entre 1849 e 1859, conforme explicita os dados da Tabela 2.

Localidade	Nº de engenhos	
	1849	1859
Anadia	8	15
Penedo	20	12
Poxim/Coruripe	7	15
São Miguel	22	27

Tabela 2 – Número de engenhos no Sul de Alagoas entre 1849 e 1859

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir de dados disponibilizados por: Mapa dos engenhos de fabricar açúcar moentes e correntes da província das Alagoas no ano de 1849. In: SANT'ANA, M. M. de. Contribuição à história do açúcar em Alagoas. Recife: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1970. pp. 243-275.

No mesmo ano de 1859, Maceió já possuía 57 engenhos, quase o total da soma de todos os engenhos localizados nos vales ao Sul. Apesar de não poder ser comparado aos números de instalações ao Norte da então Província, o crescimento é visível. Apenas em Penedo percebe-

⁸⁶ ALAGOAS (Província). Presidente Sá e Albuquerque. **Relatório de 1º de março de 1867**, p. 34.

⁸⁷ DIEGUES JUNIOR, M. **O banguê das Alagoas**: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 3 ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

se uma retração no número de engenho, pois, mesmo com a instalação de três novas unidades em relação a 1849, outras 11 já existentes aparecem como de “fogo morto”, em 1859.

A legislação, já no início naquele século, procurava estimular o empreendimento açucareiro através da diminuição na burocracia para a fundação de novos engenhos. Em 1827 o então imperador D. Pedro I emitiu carta de lei reduzindo a burocracia para quem desejasse instalar engenho de açúcar. A partir de então, qualquer pessoa estava autorizada a “levantar Engenhos de Assucar nas suas terras, em qualquer distancia de outros Engenhos, sem dependência de Licença alguma”.⁸⁸ Não é objeto deste estudo avaliar as dimensões dos impactos que a burocracia imperial gerava nos processos de licença para instalação de engenho até 1827, no entanto, o assunto mobilizou o imperador e é sugestivo que a ação de Sua Majestade tenha facilitado de alguma forma a iniciativa de novos empreendedores no ramo do açúcar.

As políticas de acesso à terra constituem um dos mais proeminentes meios de intervenção na produção canavieira por parte do Estado. Neste sentido é possível mencionar as adaptações feitas pelo Estado no sistema de concessão de sesmarias que acabou estimulando a expansão dos engenhos. Para Nozoe (2006) as tentativas de adaptar a instituição das sesmarias a realidade brasileira levaram a fundamentação do princípio de que as autoridades só deveriam “conceder terras em sesmarias aqueles que alegavam possuir os meios para explorá-las e fundar engenhos”.⁸⁹ Este princípio contribuiu para a apropriação das terras férteis por pretensos senhores de engenho que mantiveram o monopólio sobre a área das antigas sesmarias, pelo menos nos espaços onde as condições ambientais permitiram o desenvolvimento de canaviais. Ou seja, nas proximidades de fluxos de água e onde as características agrônômicas eram adequadas ao desenvolvimento de canaviais, como as terras de massapê.

A Lei 601 de 18 de setembro de 1850, que ficou conhecida como a Lei de Terras, também pode ter contribuído para a expansão da atividade canavieira na região. Entre o fim do regime de sesmarias, em 1822, e a referida Lei de Terras, de 1850, o país ficou sem uma legislação que regulamentasse o acesso à terra, assim, prevaleceu neste período a posse pura e simples.⁹⁰ A partir da referida lei, a propriedade da terra ficou condicionada a compra. Assim, ficava facilitada a aquisição das terras férteis por parte de quem dispusesse de capital, para

⁸⁸ D. Pedro I, carta de Lei declarando livre a instalação de engenhos de açúcar sem dependência de licença. Rio de Janeiro, 13 Nov. 1827. IHGAL, doc. n° 00308. Localização: Cx. n° 05, Pac. n° 03, doc. n° 12.

⁸⁹ NOZOE, N. Sesmarias e Aposamentos de Terra no Brasil Colônia. In.: **Revista EconomiA**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 587-605, set/dez. 2006, p. 591.

⁹⁰ SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndios**: Efeitos da Lei de 1850. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

investir em engenhos por exemplo, uma vez que os pobres, pretensos posseiros, estariam fora de uma possível concorrência por tais terras.

O discurso sobre a instalação de novos engenhos no século XIX abre espaço para considerações importantes no que diz respeito a relação entre engenhos e produção de gêneros alimentícios. O estudo que embasa este trabalho mostra que a aplicação do termo *plantation*, amplamente utilizado para designar a agroindústria canavieira nos dias atuais, é inviável para referir-se à atividade canavieira vinculada aos engenhos bangues da região no século XIX. Enquanto o termo remete a monocultura para exportação que caracteriza as atuais usinas, o engenho banguê do século XIX apresentava um grau de diversificação considerável no uso do espaço. Mesmo Freyre (2006) e Diegues Junior (2006) não deixaram de notar que os engenhos, objeto de seus estudos, eram compostos por canaviais, florestas para o fornecimento de madeira, pastos para os animais que serviam ao engenho, o rio, e o espaço destinado a produção de alimento. Com relação a este último elemento, é necessário considerar que o crescimento do número de engenhos em determinada região levasse ao aumento do espaço para cultivo de gêneros alimentícios.⁹¹

Mesmo que a atividade canavieira representasse uma importante fonte de renda na Província, pensar o seu crescimento é pensar também no crescimento da produção de gêneros alimentícios que, inclusive, mantivesse o contingente empregado nos engenhos. Se o produto da cana aparece com tamanha proeminência na historiografia alagoana, é porque o seu resultado financeiro ultrapassava as fronteiras da província, estava envolvido em burocracia que gerava amplos registros e, por fim, esteve associada a fortuna ou fama da elite açucareira. É preciso levar em conta as famílias que viviam a produzir unicamente seu próprio alimento, cujo fruto do trabalho não deixava registros em alfandega, tão pouco interessava um corpo político que mobilizasse força para garantir melhorias técnicas em seus roçados, de onde um eventual excedente poderia ser comercializado em alguma vila, o mais próximo possível do local onde foi colhido.

É necessário ainda levar em consideração os problemas de locomoção e conseqüente circulação de mercadorias na província. Dentre as fontes que denunciam as precárias condições de acesso no interior de Alagoas, no século XIX, destacam-se as falas e relatórios dos

⁹¹ No que diz respeito a produção de gêneros alimentícios no entorno dos engenhos, este estudo julga necessário repensar o uso do termo “cultura ancilares”, amplamente utilizado por Diegues Junior (2006), por exemplo, uma vez que simplifica a relação entre a produção canavieira e o cultivo de gêneros alimentícios. Este termo sugere uma condição de submissão da produção de alimentos em relação a produção de cana de açúcar, entendimento que parece no mínimo anacrônico para o século XIX conforme apresentado em trabalhos anteriores (SILVA, 2016).

Presidentes da Província, nas quais, a preocupação em ligar as zonas produtoras aos portos e a capital aparece como necessidade recorrentemente reclamada.

Em um desses documentos, o então presidente João Vieira de Araújo, manifestou sua preocupação quanto ao estabelecimento de “comunicação fácil” entre o município de São Miguel e a capital devido a “sua importância agrícola e comercial”.⁹² Este fator, que representava um empecilho para a circulação, conduziu ao entendimento de que, onde houvesse assentamentos populacionais deveria existir, nas proximidades, um polo produtor de alimentos capaz de abastecer o contingente empregado nos engenhos, no algodão, na pecuária, no comércio de madeira etc. Colaboram com essa afirmação as impressões de Thompson (1998) sobre a precariedade das estradas na Inglaterra do século XVIII e o necessário desenvolvimento de mercados de produtos primários em curtas distâncias. “O estado precário das estradas tornava necessária uma grande quantidade de mercados locais, nos quais as trocas de artigos entre produtores primários podiam ser inusitadamente diretas”.⁹³ Como se discorrerá adiante, só a partir da década de 1970, os investimentos governamentais para melhorias das estradas alagoanas permitiram a facilitação da comunicação entre centros produtores de alimentos e centros especializados na produção de exportáveis.

Além das supostas zonas monocultoras, as minas também exigiam a presença de áreas dedicadas a policultura assim como mercados locais em suas proximidades. Sobre esta questão Gnaccarini (1980) chamou a atenção para a dinâmica de produção e abastecimento das minas, o autor apontou a existência de um mercado interno de gêneros de primeira necessidade que abastecesse a mão de obra empregada na extração dos minérios.

Além dessa população própria das minas, constituía-se à sua volta toda uma outra inserida em economia monetária, dedicando-se à produção destinada à subsistência do pessoal ocupado na extração do ouro. Ao lado de uma extensa pecuária de corte e de carga, que se destinava ao suprimento das minas, também cresceu o número de fazendas especializadas na produção policultora para o mercado interno, especialmente em Minas Gerais.⁹⁴

No caso da economia canavieira, assim como a atividade mineradora, a sua ocupação espacial só poderia ser plena se houvesse possibilidade de abastecer as populações empregadas nos engenhos, e adjacências, com produtos vindos de fora. O que não parece plenamente

⁹² ARAÚJO, J. V. de. **Falla dirigida à Assembleia Legislativa da Província das Alagoas na abertura da 2ª sessão da 20ª legislatura em 15 de março de 1875 pelo doutor João Vieira de Araújo Presidente da Província.** Maceió: Typografia do Jornal das Alagoas, 1875, p. 79.

⁹³ THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 44.

⁹⁴ GNACCARINI, J. C. **Latifúndio e proletariado: formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural.** São Paulo: Editora Polis, 1980, p. 37.

possível no âmbito do espaço estudado até a segunda metade do século XX. Deste modo, apesar dos privilégios dos quais a cana dispunha nos discursos sobre a economia e a agricultura na Província como um todo, uma produção mais diversificada parece ter marcado as terras férteis dos vales do Sul.

Em 1871 Espindola defendeu a construção de uma estrada de ferro que ligasse Palmeira dos Índios ao Pontal de Coruripe, cortando os tabuleiros ao Sul do Rio Coruripe. A referida estrada deveria ser acompanhada por estações no Canto, na Cana-Brava e no Olho d'Água do Acioli “para onde afluiria os produtos dos ricos distritos de Anadia e Palmeira”.⁹⁵ A intenção, segundo o mesmo autor, era criar uma via de escoamento da produção do interior para o litoral no centro da área em estudo, para a qual convergiria ainda as produções de São Miguel, Limoeiro e adjacências. Embora não especifique quais produtos justificariam o empreendimento, fica claro que o alvo não era apenas os engenhos de açúcar, uma vez que, no vale do Coruripe e seus afluentes predominavam engenhos de pequenos portes, “as engenhocas”, na maior parte de seu curso, concentrando-se os mais produtivos no baixo curso, e alguns no médio, como o Brejo e o Matheus.⁹⁶ A construção da referida estrada não foi concretizada. Em 1884 foi inaugurada a primeira ferrovia alagoana, que,

Ligou Maceió a União, sendo construído um ramal para Viçosa, depois estendido até Palmeira dos Índios. Maceió, assim, com a vantagem de ser a capital, roubou a Coruripe o *hinterlnd* que ela tanto ambicionava. A região só veio a conhecer transporte fácil na era das rodovias, com a construção da estrada Maceió-Penedo.⁹⁷

A julgar pelo itinerário da ferrovia construída, nota-se que, assim como aquela que não saiu do papel, a produção dos engenhos não era seu único objetivo.

Francisco Izidoro (1901), ao apresentar o perfil econômico de Coruripe em 1901 fez descrição das atividades agrícolas do município que pode lançar luz sobre a dinâmica produtiva dos outros municípios da região. O autor identificou o interior do município, para além de sua sede, como “zona dedicada à grande cultura de cannas e cereais”. Apesar de afirmar que a produção canavieira era a principal fonte de riqueza do município, onde havia 25 engenhos em

⁹⁵ ESPÍNDOLA, T. B. **A Geografia Alagoana ou Descrição física, política e histórica da Província das Alagoas**. Maceió: Edições Catavento, 2001, p. 178.

⁹⁶ SILVA, F. B. da. **Entre o Vale e os Tabuleiros: O processo de povoamento no fluxo médio do rio Coruripe (1850-1970)**. 2016. 113 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Arapiraca, 2016.

⁹⁷ ANDRADE, M. C. **Os Rios-do-açúcar do Nordeste Oriental: Os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel**. Recife: Imprensa Oficial, 1959, p 45.

funcionamento⁹⁸, o mesmo atestou a produção de algodão e farinha, ambos gêneros de exportação para Maceió e Penedo. Exportado também era o coco, ainda que não mencione o destino. “O milho, feijão e toda espécie de frutas são abundantes e baratíssimos, o que torna a vida fácil. As uvas, as mangas do Coruripe são deliciosas”.⁹⁹ Quando se refere aos povoados, chama atenção a este trabalho suas observações acerca do Olhos d’Água dos Meninos¹⁰⁰, o mais interiorano dos citados, onde o autor certificou a presença de engenhos, porém, reconheceu que é a pecuária e o cultivo de cereais as principais ocupações de seus moradores.

A descrição de Izidoro (1901) estimulou a defesa de que, no espaço em estudo, a presença da cana não representava ameaça a produção de gêneros alimentícios naquele momento. De sua fala depreende-se ainda que, na medida em que se afastava do litoral, onde está localizada a sede do município e o principal ponto de comunicação com a capital, a atividade canavieira ia, aos poucos, cedendo espaço para a produção de cereais, ainda que os vales do rio e riachos se estreitassem limitando o espaço fértil para cultivo.

Descrições desta natureza são, no entanto, raras. As fontes que permitem uma fala mais precisa quanto as dimensões da agricultura, sobretudo de gêneros alimentícios, surgiram a medida em que os mesmos produtos passaram a gerar receita significativa para o Estado ou municípios. Mesmo que ainda não se possa mensurar a importância desse ramo da agricultura para a região, as condições do espaço já apresentadas reforçam, além da existência desse ramo, o seu imprescindível favor. Se a navegação só era possível em parte do baixo curso dos rios, conforme apresentou Andrade, o que constituía uma deficiência amplamente reclamada pelas autoridades locais,¹⁰¹ se não havia ferrovias além da que ligava Palmeira a Maceió, e, se as rodagens eram decadentes, a única forma de manter as populações instaladas na região era através da produção de alimento nas proximidades dos centros populacionais.

A agricultura de gêneros alimentícios, como ocupação das famílias pobres que não podiam levantar engenhos, exigia de seus praticantes apenas um espaço onde cultivar.¹⁰² De acordo com o então presidente da Província José Bento Figueiredo Junior “á exceção do

⁹⁸ De acordo com o autor, quase todos engenhos do município já utilizavam o sistema de vapor no cozimento de açúcar. Esta informação sugere um bom desempenho para a atividade canavieira em Coruripe naquele momento.

⁹⁹ IZIDORO, F. Descrição geográfica estatística e histórica dos municípios do Estado de Alagoas. In.: **Revista do instituto Archuelógico e Geográfico Alagoano**, v. 3, n. 1, p. 103-115, ano 1901, p. 107.

¹⁰⁰ Trata-se do atual povoado Água de Meninos, no vale do rio Piauí, nos limites entre os municípios de Teotônio Vilela e Junqueiro.

¹⁰¹ ANDRADE, M. C. **Os Rios-do-açúcar do Nordeste Oriental**: Os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel. Recife: Imprensa Oficial, 1959, p 45.

¹⁰² A bibliografia a cerca desta questão aponta que, mesmo para os que não eram posseiros ou proprietários, existiam vários mecanismos de acesso a terra tornando o produtor um rendeiro, meeiro ou foreiro, categorias que serão trabalhadas com maior diligência em outra seção.

assucar e do algodão, os produtos agrícolas quase que se limitam para o consumo”.¹⁰³ Aparentemente, a carência de registros pode ser resultado da pouca circulação desses produtos, que eram consumidos nas proximidades das lavouras.

Feita esta consideração, é possível afirmar que não se pode esperar vasta e precisa documentação referente a esta atividade para a região, afinal, as famílias pobres, empregadas basicamente na produção de subsistência, não tinham razão para deixar em suas moradias vasta documentação sobre suas atividades cotidianas. Conforme defendeu Thompson (1988) “os ‘trabalhadores pobres’ não deixaram os seus asilos repletos de documentos para os historiadores examinarem, nem é convidativa a identificação com sua dura labuta”.¹⁰⁴ Não se trata, porém, de uma cultura avessa a conservação documental. A atividade desenvolvida por essas famílias é que gerava poucos vestígios documentais, pelo menos no recorte espacial estudado.

Os avanços das indústrias que processavam a matéria prima local deram um tom de otimismo para a economia do Estado no apagar das luzes do século XIX. Em 1894 o então governador, Gabino Bezouro, mostrou-se animado pelo “grande desenvolvimento industrial e commercial que se vae operando no Estado”.¹⁰⁵ Os engenhos centrais respondiam pela parcela de expectativas que cabia a atividade canavieira naquele momento. O governo do estado pretendia a construção de três deles para Alagoas. Um em Coruripe, o que indica “a importância obtida pela cultura canavieira nesse vale”, conforme observou Andrade.¹⁰⁶ Na mesma linha de defesa, Sant’Ana (1970) apontou que Carlos de Mornay, com outros dois parceiros, já pretendiam fundar um engenho central em Coruripe em 1882. Para esse autor, a morte de Mornay, “ocorrida a 1º de outubro de 1883, veio sustar a concretização do plano”.¹⁰⁷ Ainda que a proposta do engenho central de Coruripe não tenha se concretizado, outro foi construído na região, no vale do rio Jequiá, onde antes estava instalado o engenho Ilha, conforme informou Diegues Junior (2006).

A instalação de um engenho central no vale do Jequiá antecipou o ingresso definitivo da região na zona açucareira. A proposta dos investidores, ao montar um engenho central, parece oportuna numa fase da economia em que urge o avanço da técnica de produção em prol

¹⁰³ FIGUEIREDO JUNIOR, J. B. da C. **Relatório lida para a Assembléia Legislativa da Provincia das Alagoas no asto de sua instalação em 16 de março de 1870 pelo presidente da mesma Exm. sr. dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior**. Maceió: Typ. Commercial de A. J. da Costa, 1870, p. 73.

¹⁰⁴ THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 26.

¹⁰⁵ BESOURO, G. **Mensagem dirigida ao Congresso alagoano pelo Dr. Gabino Besouro Governador do Estado por ocasião de abrir-se a 2ª sessão ordinária da 2ª legislatura em 15 de abril de 1894**. Maceió: Typ. da Empreza Gutemberg, 1894, p. 11.

¹⁰⁶ ANDRADE, M. C. **Os Rios-do-açúcar do Nordeste Oriental: Os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel**. Recife: Imprensa Oficial, 1959, p. 56.

¹⁰⁷ SANT’ANNA, M. M. de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Recife: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1970, p. 365.

de melhores rendimentos e vantagens na concorrência de mercado. Naquele momento, o açúcar brasileiro enfrentava a concorrência do europeu, este, feito a partir de beterraba, e do açúcar de cana das Antilhas, onde um polo produtor vinha se aperfeiçoando desde o fim da ocupação holandesa do Nordeste. Nos engenhos centrais buscava-se a separação entre a atividade agrícola e a industrial. Para Carvalho (2009), se pretendia com isso “aumentar a produtividade nos dois setores, baixando os custos na produção do açúcar, tornando-o mais competitivo no mercado internacional”.¹⁰⁸ Ao reconhecer o insucesso da iniciativa, o autor defendeu ainda que,

Essa tentativa de modernização reflete o período de transição entre os antiquados banguês e as usinas. No entanto, os donos de engenhos, temendo perder o controle completo sobre o complexo produtor, continuaram a moer cana nos seus banguês. Os engenhos centrais, derrotados pela instabilidade na produção de matéria-prima, por não poderem contar com o fornecimento regular de cana a preços que tornassem o açúcar competitivo, não vingam e, em seu lugar, surgem as modernas unidades industriais integradas.¹⁰⁹

Deste modo, a decadência do empreendimento deveu-se, em parte, a falta de espírito cooperativista por parte dos senhores de engenhos. Os receios dessa camada, em perder o controle sobre a atividade que lhes conferia privilégios econômicos e sociais, rendeu a suplantação dos engenhos centrais por um empreendimento cuja existência passou a ser ainda mais decisiva para as mudanças no setor açucareiro, o que os mesmos senhores de engenho tentaram impedir.

Mesmo diante do fracasso, o engenho central marcou o início de um novo capítulo da atuação da atividade canavieira em Alagoas, e de um modo particular no Sul da Zona da Mata, levando adiante a decadência dos banguês e a eminência das usinas. O avanço com a técnica que o engenho central adquiriu em ralação ao banguê não poderia retroceder. A sua falência não marcou o retorno do domínio dos banguês, mas a sua supressão definitiva através das usinas. No que diz respeito a experiência no Vale do Jequiá, onde o referido engenho “adquirindo várias propriedades, transformou-se na atual usina Cansanção de Sinimbu”,¹¹⁰ percebe-se que aquele engenho central, além de não garantir a esperada sobrevivência no ramo por parte dos senhores de engenho que a eles aderiram, acabou por preparar o espaço para a consolidação das usinas, uma vez que estas herdaram, do fracasso do engenho, seus canaviais, dos quais tanto dependiam as modernas instalações.

¹⁰⁸ CARVALHO, C. P. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. 3ª ed. Maceió: EDUFAL, 2009.

¹⁰⁹ Idem, p. 16.

¹¹⁰ ANDRADE, M. C. **Os Rios-do-açúcar do Nordeste Oriental**: Os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel. Recife: Imprensa Oficial, 1959, p. 46.

A Cansanção de Sinimbu foi a primeira usina instalada no espaço estudado, em 1894, respondendo pelos canaviais do Vale do Jequiá. Só em 1927 surgiu a segunda usina da região, a Coruripe, no vale do rio de mesmo nome. Logo, neste primeiro momento, passaram-se mais de três décadas entre a instalação de uma e da outra usina na região. O surgimento de ambas foi marcado pela união de produtores de seus respectivos vales que buscavam manter-se no ramo do açúcar em meio a tão urgente necessidade de modernização das técnicas produtivas. Sentimento similar mobilizou os banguzeiros do Vale do Rio São Miguel na década de 1930 que se uniram em cooperativa e deram início ao empreendimento que resultaria na usina Caeté.

Compreendendo que a época do banguê e do açúcar mascavo estava superada, e não desejando se tornar vassalos de usinas, resolveram os proprietários do São Miguel organizar uma cooperativa e montar fábrica própria. Seriam assim fornecedores de si mesmos, e não de terceiros.¹¹¹

Da fundação dessas três fabricas se conclui que, as tentativas de manutenção da independência dos engenhos em relação as usinas, resultaram na transformação, ou anexação, dos engenhos centrais por usinas. Já em meados do século XX uma série de fatores impulsionou o que viria a ser a segunda fase de expansão da atividade canavieira na região. Dentre esses fatores é possível destacar a legislação vinculada ao Instituto do Açúcar e Alcool – IAA¹¹² e o desenvolvimento técnico que permitiu a adaptação das terras de tabuleiros para o cultivo de cana de açúcar. Foi neste segundo momento que se consolidou a usina como unidade de transformação da matéria prima em substituição ao banguê.

A estreita relação entre o Estado e o setor canavieiro já podia ser percebida nas ações dos governos que remontam aos primeiros anos da colonização, quando a planta e seus produtos foram inseridos na economia brasileira. De acordo com Carvalho (2009), em Alagoas, o setor sucroalcooleiro foi estruturado no período colonial e “atravessou os anos do Império e da República sob um modelo fortemente amparado pelo Estado”.¹¹³ As formas como o Estado conduziu esta relação mudou de acordo com os interesses, tanto do próprio Estado quanto da aristocracia que se desenvolveu a partir da atividade canavieira. Dentre estas formas de

¹¹¹ ANDRADE, M. C. **Os Rios-do-açúcar do Nordeste Oriental**: Os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel. Recife: Imprensa Oficial, 1959, p. 47.

¹¹² Criado pelo Decreto 28.789 de 1º de junho de 1933, o Instituto do Açúcar de álcool – IAA consolidou as medidas de intervenção por parte do Estado na produção e venda dos derivados da cana. O IAA representa, de certo modo, a evolução das medidas governamentais do início da década de 1930 que visavam a contenção das crises de superprodução, como o Decreto 20.401 de 15 de setembro de 1931 e a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar, criada pelo Decreto 20.761 de dezembro do mesmo ano.

¹¹³ CARVALHO, C. P. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. 3ª ed. Maceió: EDUFAL, 2009, p. 6.

intervenção, é de particular interesse deste trabalho abordar a atuação do IAA, criado em 1933, através do qual o governo passou a controlar com maior intensidade os rumos da atividade canavieira.

Para Lima (2006) “com a criação do IAA consolidou-se a fase do domínio incontestado das usinas na estrutura açucareira/alcooleira e do usineiro numa estrutura social complexa”.¹¹⁴ Isso se deu porque os velhos e antiquados engenhos bangues já não podiam atender aos interesses do Estado, focado na produção para a exportação. É certo que o banguê resistiu por muitas décadas após o triunfo das usinas e maiores intervenções do IAA. No espaço em estudo alguns engenhos resistiram mesmo nas proximidades de usinas até fins do século XX. Dentre os fatores que permitiram esta sobrevivência dos engenhos, é possível destacar a distinção entre os mercados assumidos pelo banguê e aquele para o qual as usinas investiam, o regional e o internacional, respectivamente. Neste sentido, Andrade (1973) defendeu que, “com menores capitais, técnicas mais atrasadas, baixa produtividade e pondo no comércio um produto de qualidade inferior, o banguê resistiu como pôde ao surto usineiro, voltado que estava para o mercado consumidor regional”.¹¹⁵

A resistência de alguns engenhos é paralela a assimilação de outros pelas usinas das quais se tornaram fornecedores de cana. Para Carvalho (2009) as usinas dividiram a classe dos antigos senhores de engenho entre industriais/usineiros e fornecedores de cana. Ao incorporar ou arrendar a terra de novos engenhos, as usinas expandiram os canaviais por terrenos antes aplicados na pecuária, na agricultura de gêneros alimentícios ou mesmo naqueles que ainda detinham sua cobertura vegetal natural.

No caso específico da região estudada a conversão de senhores de engenhos em usineiros não passou de tentativas frustradas. Neste sentido, são emblemáticos os casos das usinas Caeté, em São Miguel dos Campos e a Gauxuma, por exemplo, pois estas tiveram em suas origens a atuação direta de senhores de engenhos que buscavam adaptar a experiência que dispunha no campo da produção de açúcar às exigências do moderno mercado do produto e novas técnicas de produção. Nos dois casos citados as empresas fundadas acabaram vendidas para sócios ou grupos, estes, certamente, mais conscientes dos abismos que separavam o banguê da usina no que diz respeito a gestão da empresa e a relação com um mercado cada vez mais competitivo.

¹¹⁴ LIMA, A. A. de. **Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional**. 2006. 181 f. Tese (Doutorado Economia Aplicada) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006, p. 100.

¹¹⁵ ANDRADE, M. C. de. **A terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1973, p. 100.

Alguns engenhos não conseguiram sequer garantir seu lugar como fazendas fornecedoras de matéria prima, sendo logo anexados por usinas, as quais passavam a pertencer diretamente. É neste sentido que Andrade (1973) associou as usinas a um ser com fome voraz por terra, tendo como critério básico para sua cobiça a possibilidade de cultivo de mais canas. Nas palavras do autor estas usinas são comparadas a

Um autentico D. João de terras, estando sempre disposta a estender seus trilhos, como verdadeiros tentáculos, pelas áreas onde pudesse obter cada vez mais canas. Esta fome de terras iria dá origem ao agravamento do problema do latifúndio que desde a colonização aflige o Nordeste.¹¹⁶

Por seu turno, a concentração do latifúndio é característica frequentemente associada a atividade canavieira mesmo na fase de predominância dos engenhos. Ainda assim, no que diz respeito ao espaço em estudo, a associação entre canaviais e latifúndio foi visivelmente intensificada com a decadência dos engenhos e ascensão das usinas. Este fator, e a participação no cenário econômico e social dos agentes que não se encaixam no grupo dos usineiros nem dos fornecedores de cana, é objeto de maior atenção na próxima seção.

A atenção despendida pelo Estado através do IAA forçou as unidades produtoras de açúcar e álcool a investirem em técnicas que permitissem maior capacidade produtiva. O aumento desta capacidade por parte das usinas ampliou a demanda por matéria prima, que, por sua vez, passou a exigir mais terras para os canaviais e maior concentração de mão de obra empregada no campo e nas fábricas. O processo de liberação de espaço para o cultivo de cana, por parte das usinas, atingiu a região em estudo inicialmente através do procedimento de fertilização dos tabuleiros, o que permitiu a substituição de sua vegetação nativa por canaviais.

A Sinimbu, primeira usina da região, protagonizou o pioneirismo na adequação dos tabuleiros para o cultivo de cana. No início da década de 1950 os irmãos Benedito e Antônio Coutinho, então proprietários da usina Sinimbu, deram início a testes com adubação química afim de tornar produtiva para cana os chamados tabuleiros de caju e mangaba. O empreendimento obteve sucesso e é amplamente trabalhado por diversos autores.¹¹⁷ A fertilização dos tabuleiros não foi fruto de uma experiência aleatória. Além da liberação de

¹¹⁶ ANDRADE, M. C. de. **A terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1973, p. 112.

¹¹⁷ CARVALHO, C. P. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. 3ª ed. Maceió: EDUFAL, 2009, p. 31; ANDRADE, M. C. de. **Os Rios-do-açúcar do Nordeste Oriental: Os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel**. Recife: Imprensa Oficial, 1959, p. 27; HERÉDIA, B. M. A. de. **Formas e Dominação e Espaço Social: A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1988, p. 67.

novos espaços para cultivo de canaviais, a utilização dos tabuleiros para este fim viabilizava também o maior uso da mecanização em alguns processos na lavoura, como a aragem da terra.¹¹⁸ De acordo com Lima “a decisão foi importante fator influenciador do comportamento de outros agentes econômicos que iniciaram investimentos em áreas de tabuleiros, alguns liberando tradicionais áreas canavieiras em regiões de várzeas que passaram a ser exploradas pela atividade pecuária”.¹¹⁹ Deste modo, o êxito obtido pelos Irmãos Coutinho não influenciou apenas a atividade canavieira na região, mas permitiu que, através da cana, ocorresse um verdadeiro rearranjo do espaço, marcado, a princípio, pela troca de lugar entre canaviais e pastos.

Percebe-se que este segundo momento de expansão da atividade canavieira não afetou apenas a área em estudo. Na verdade, o período a partir da década de 1950 foi marcada por significativas transformações na forma com que a cana de açúcar passou a atuar em todo espaço que atualmente compreende as zonas açucareiras do Brasil, seja no Nordeste ou Sudeste. Esta transformação se deu, sobretudo, devido aos problemas com a navegação de cabotagem entre o Nordeste e o Sudeste durante a Segunda Guerra Mundial, o que obrigou o Sudeste a desenvolver seu próprio polo produtor de açúcar.¹²⁰ Ao mesmo tempo, com o fim do conflito, a reestruturação da Europa favoreceu o aumento da demanda pelos produtos da cana. Visto que não se tratava de um fenômeno restrito ao Sul alagoano, a atenção voltada de modo particular a esta região pode ser justificada pela intensidade com que a atividade canavieira passou a incidir no espaço e nas populações nele assentadas.

O quadro em que a atividade canavieira se inscreveu a partir da década de 1950, na região em estudo, não atingiu apenas o espaço e as pessoas envolvidas até então no trato com a cana. Tratou-se de uma reviravolta em que o espaço mudou de função, e com ele alguns agentes foram obrigados a mudar também. Uns ganharam destaque, como os trabalhadores canavieiros urbanos, categoria que outrora concentrava-se no meio rural junto aos engenhos. Outros mudaram de posição na pirâmide social. É o caso dos senhores de engenho que, soberanos por séculos, apoiados quando não no poder econômico, na cultura desenvolvida a partir do engenho,

¹¹⁸ Quando se avalia o atual grau de mecanização empregado nas lavouras das usinas da região, a importância do processo de fertilização dos tabuleiros torna-se ainda mais perceptível no que diz respeito a consolidação da região como zona canavieira. Tendo em vista que a sobrevivência das usinas no mercado atual depende em muito da mecanização que vai do preparo da terra até a colheita, a apropriação dos tabuleiros pelos canaviais apresenta-se como fator decisivo para a atuação das usinas na região mesmo nos dias atuais.

¹¹⁹ LIMA, A. A. de. **Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional**. 2006. 181 f. Tese (Doutorado Economia Aplicada) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006, p. 102.

¹²⁰ SZMRECSÁNYI, T.; MOREIRA, E. P. O desenvolvimento da agricultura canavieira no Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. In.: **Estudos Avançados**. Vol. 11, nº 5, 1991, p 57-79.

passaram a disputar um espaço como fornecedor de cana, a exceção dos poucos que conseguiram manter sua posição, no caso de outras áreas do Nordeste, agora como usineiro. Quando se analisa a fundo os impactos nas relações sociais locais viabilizados pelos novos rumos da atividade canavieira de meados do século XX, as associações entre sociedade alagoana e a cana de açúcar do tempo dos bangues, a que a historiografia alagoana frequentemente recorre, adquire um tom de exagero.

A próxima seção lança luz sobre os aspectos mais perceptíveis dessas mudanças sociais. Partindo da relação entre terra e trabalho, o texto discorre acerca das mudanças no acesso à terra a partir da segunda metade do século XX, e como tais mudanças foram impulsionadas pela acessão das usinas no espaço estudado, impondo, ao mesmo tempo, sérias rupturas nas relações de moradia e trabalho por parte das populações alocadas no espaço em questão.

2 INDUSTRIALIZAÇÃO E TRABALHO

A divisão e oposição entre cidade e campo, indústria e agricultura, em suas formas modernas, representa a culminação crítica do processo de divisão e especialização do trabalho que, embora não tivesse início com o capitalismo, foi desenvolvido dentro do capitalismo a um grau extraordinário e transformador. (WILLIAMS, 2011, p. 495)

No Sul da Zona da Mata alagoana, as mudanças nas relações de trabalho e nas formas de aquisição e interação com a terra ocorreram simultaneamente e têm, ambos, no processo de expansão da atividade canavieira a sua principal referência. Um fator está diretamente ligado ao outro: terra e trabalho como elementos-chave para a compreensão do quadro de mudanças em que a sociedade estudada está inserida no recorte temporal estabelecido. Nesta seção, optou-se em abordar as transformações ocorridas no âmbito do trabalho: as relações entre trabalhadores e os donos dos meios de produção – isso quando não eram a mesma pessoa – assim como os mecanismos de associação entre esses trabalhadores, para maior proveito de seus meios de trabalho. Para tanto, faz-se necessário compreender o quadro de transformações que envolveram as relações entre o homem e a terra juntamente com os elementos naturais que ela contém, ou seja o espaço ocupado por esses homens.

Em seu estudo sobre o processo de trabalho, Marx explicitou que:

A terra (que do ponto de vista econômico, também inclui a água), que é para o homem uma forma originária de provisões, de meios de subsistência prontos, preexiste, independentemente de sua interferência, como objeto universal do trabalho humano. Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com a totalidade da terra são, por natureza, objetos de trabalho preexistentes.¹²¹

Desta forma, mudanças nos meios de acesso, assim como interferências no trato com a terra, comprometem o trabalho humano, que, como apresentado, depende de suas provisões. Esta relação é ainda mais perceptível no âmbito do trabalho agrícola, no qual a relação entre o trabalhador e “o objeto universal” de seu trabalho ocorre de forma direta. Ainda que as duas temáticas, trabalho e terra, sejam inseparáveis nesta pesquisa, a natureza das fontes usadas para abordar a problemática, e, a diferença metodológica na exploração das mesmas fontes, levam a crer que, reservar um espaço para o aprofundamento da questão do trabalho e outro para a questão da terra torne a leitura mais agradável, e mesmo o contexto de confluência entre as duas dimensões, mais perceptível.

¹²¹ MARX, K. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I, 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 256.

Para esta pesquisa, a discussão acerca dos elementos terra e trabalho parte da premissa de que a expansão da atividade canavieira no Sul da Zona da Mata alagoana promoveu a reestruturação do latifúndio neste espaço durante a segunda metade do século XX. Para fundamentar tal reestruturação é necessário recorrer as primeiras formas de concessão de terra empreendidas pela coroa portuguesa, ainda no período colonial, e como alguns fatores foram capazes de promover a transformação do latifúndio em minifúndio, para em seguida, inserir a ampliação do cultivo de cana de açúcar na região como elemento determinante na criação de um novo modelo de latifúndio. Este, caracterizado pelo maior comprometimento com o princípio da ocupação da terra, e, com a exclusividade de uso aos titulares da mesma e a monocultura que passou a representa-lo. É neste contexto que se busca discutir como grupos de pessoas que construíram paulatinamente uma relação com o espaço a sua volta, sobretudo através da agricultura e da pecuária, passaram, em poucas décadas, por um processo de expropriação da terra sob várias formas, assim como a generalização da alienação do próprio trabalho, dada a ausência de terra ao seu alcance na qual pudesse emprega-lo.

A gênese do acesso à terra no Brasil foi marcada pelo domínio de poucos senhores sobre vasto território. Já no século da apropriação do Novo Mundo pelos ibéricos, as políticas de concessão de terras estiveram relacionadas ao latifúndio. A divisão das conquistas lusitanas na América, em Capitânicas Hereditárias, em 1534, tornou possível que, a princípio, um único donatário se assenhoreasse de um espaço maior que o próprio Portugal, ou outros reinos da Europa. A Ilustração 5 permite uma visualização parcial deste quadro de divisões das terras, ainda no primeiro século da colonização do Novo Mundo pela Coroa portuguesa. Tal ilustração é útil a discussão em curso no sentido de facilitar a compreensão do quão concentrada era a terra nos domínios portugueses, incluindo assim o recorte espacial desta pesquisa, no início do período colonial. No entanto, é necessário considerar que algumas características inerentes a própria política de concessão de Capitânicas Hereditárias contribuía para a fragmentação constante das áreas concedidas.

estrangeiros”.¹²² Esta afirmativa é aqui importante quando refletimos sobre o nível da autonomia administrativa que os capitães possuíam sobre a terra em relação a Coroa que às concedia. Impressão semelhante revelaram os estudos de Evaldo Cabral de Mello (2007), quando ele reportou ao papel decisivo dos senhores de engenho pernambucanos no que tange a expulsão dos invasores holandeses e posterior “restauração” do Nordeste açucareiro.¹²³

Sem a pretensão de adentrar na relação estabelecida entre donatários e sesmeiros, ou mesmo na autoridade exercida pelos primeiros sobre as sesmarias já doadas, importa considerar que as possibilidades de acesso à terra através das doações de sesmarias se alargavam na medida em que as Capitânicas, ou as mesmas sesmarias, se fragmentavam em novas, por doações ou pela sucessão hereditária. A preocupação aqui não está necessariamente na identificação das categorias que agiam como titulares da terra na forma da legislação portuguesa, e sim na forma como a terra era explorada por aqueles que a ela tinha acesso, no máximo na relação direta entre os trabalhadores e a terra, seja esta doada, aforada, emprestada etc. Se a princípio buscou-se destacar o grau de autonomia que os capitães possuíam em relação a Coroa, cumpre agora buscar elementos que corroborem para a defesa de situação semelhante entre aqueles e os sesmeiros a quem cabia os fragmentos das sesmarias, e, conseqüentemente, a possibilidade de gerir a terra acessada da maneira que melhor assistisse as suas necessidades por parte dos que, como sesmeiros, posseiros ou foreiros, por exemplo, mantinham uma relação de uso ou exploração direta da referida terra.

Os múltiplos mecanismos que davam vida ao latifúndio no início da colonização eram incapazes de mantê-lo, quatro séculos depois, nas proporções que se apresentava a distribuição da terra na Zona da Mata alagoana de fins do século XX. É importante considerar que, mesmo diante das tentativas de manutenção do latifúndio, em vigor desde o período colonial, a superação do mesmo seria apenas uma questão de tempo. Emília Viotti da Costa, apesar de contrapor as políticas brasileiras de concessão de terras a proposta do *Homestead Act* norte-americana – que visava a doação de terra a quem nelas desejasse produzir – lembra que o período entre a proclamação da Independência, em 1822, e a promulgação da Lei 601 de 18 de setembro de 1850, o Brasil ficou sem uma legislação específica no que diz respeito a concessão de terras, assim, neste período foram suprimidas novas doações de sesmarias e prevaleceu, junto

¹²² SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndios**: Efeitos da Lei de 1850. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008, p. 29-30.

¹²³ MELLO, E. C. de. **Olinda Restaurada**. São Paulo: Editora 34, 2007.

a compra e a herança, a possibilidade da posse, pura e simples da terra.¹²⁴ Ainda de acordo com a autora,

Tal fato criou uma situação anárquica no sistema da propriedade rural, uma vez que os direitos dos ocupantes não foram reconhecidos pela lei. As “posses” resultantes da ocupação aumentaram de forma incontrolável e os posseiros acumularam grandes extensões de terra cujos limites eram vagamente definidos por acidentes geográficos naturais: um rio, uma queda d’água, uma encosta. Apesar de essas propriedades não possuírem estatuto legal, elas eram compradas, vendidas e avaliadas à vontade.¹²⁵

Mesmo questionando sobre a legitimidade da terra apossada do ponto de vista legal, da fala da autora se depreende que, para os ocupantes/usuários da terra apossada, esta, em nada divergia daquelas adquiridas com base na legislação de antes de 1822 ou posterior a 1850. Tendo em vista que a preocupação aqui reside no acesso e uso da terra e não necessariamente em sua natureza perante a legislação vigente, é possível afirmar que este período de quase 28 anos contribuiu para que famílias, outrora limitadas ao trabalho na terra de terceiros, viessem a se apossar de um espaço onde pudessem produzir e posteriormente transferi-lo a outros através da venda ou da sucessão hereditária. A documentação de natureza cartorial, analisada no recorte espacial desta pesquisa, aponta que parte significativa dos lotes transferidos por venda, já na segunda metade do século XX, ainda eram qualificados como “posses”, em detrimento das “propriedades”, o que indica que aquele recurso, fruto, dentre outras razões, da ausência de leis específicas, de fato contribuiu para a expansão do acesso à terra na região em estudo.

Ainda que se busque apresentar esta lacuna entre 1822 e 1850 como período propício aos apossamentos, nota-se que esse meio de apropriação da terra era praticado mesmo quando a coroa procurava, mediante a legislação, regular a concessão de sesmarias. Em seu estudo sobre as movimentações na estrutura fundiária no Vale do Paranapanema, em meados do século XX, Penço (1994) defendeu que,

Apesar da existência de uma legislação sobre as terras a partir da Lei 601 e de sua regulamentação em 1854, 1895, 1898 e 1900, a posse ainda era permitida àqueles que a tivessem feito de maneira pacífica e com prioridade de instalação, isto é, que tivessem terras já cultivadas ou com um começo de cultura e habitação permanente do ocupador ou de algum preposto seu.¹²⁶

¹²⁴ COSTA, E. V. da. **Da monarquia à República**. 9ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 178-183.

¹²⁵ Idem, p. 178.

¹²⁶ PENÇO, C. C. F. **A “evaporação” das terras devolutas no Vale do Paranapanema no estado de São Paulo**. São Paulo: HVF Representações, 1994, p. 106.

Soma-se a tais critérios o fato de que, a incapacidade, por parte dos sesmeiros, de ocupar e gerenciar a totalidade das vastas doações, permitia que lavradores, cujo poder aquisitivo não se enquadrava no perfil de beneficiários legais das datas de terra, se apossassem de partes não aproveitadas de sesmarias doadas pela coroa. Contribuía para o sucesso desta prática a precariedade no sistema de medição das sesmarias que, em muitos casos, impedia até que seus titulares soubessem com precisão os seus limites. Para Alveal (2015), esta prática, ainda no século XVIII, estimulou a medição das sesmarias mesmo em Capitanias nas quais as medidas de controle das doações por parte da Coroa não as exigia.

A autora ressaltou que,

Não foi somente nas áreas onde passou a existir a cobrança de foro sobre a terra que diligências para medição foram realizadas. Também na Bahia passou-se a executar a medição de terras. Em um primeiro momento, em 1703, o próprio Senado da Bahia solicitou a medição de suas terras, visando a saber quais seriam elas exatamente, além de verificar aquelas que estavam sendo ocupadas por posseiros.¹²⁷

No que tange o território alagoano, as atividades de fiscalização e medição, que constam nos Relatórios das Terras Públicas e da Colonização, apontam uma série de medidas que permitiam a aquisição de terra fora do controle direto das autoridades competentes para concedê-las. É plausível que, em alguns casos, essas aquisições se davam por meios fraudulentos confiando-se na incapacidade do Estado ou demais titulares da terra – quando já havia um – em comprovar a fraude, tamanha era a falta de controle. A título de exemplo é possível citar o caso da Sesmaria dos Índios do Urucú, localizada nas margens do Rio Mundaú. Quando da medição da mesma pelo engenheiro Carlos Boltersten constatou-se que, embora possuísse originalmente 16 léguas quadradas, apenas frações espalhadas encontravam-se em uso dos índios a quem fora concedida.

A maior parte desta grande extensão de terreno acha-se hoje na posse de proprietários e outras pessoas, que não pertencem á corporação dos Índios, apresentam títulos de heranças, de compra e mesmo de sesmaria, além dos que se estabelecerão como arrendatários; restando sómente para os Índios sobras espalhadas.

[...]

No decurso destes trabalhos verificou o engenheiro a existência de 85 propriedades particulares, constando de sesmarias, sítios, engenhos, e posses encravadas na sesmaria geral, inclusive alguns arrendamentos de terras e

¹²⁷ ALVEAL, C. M. O. Transformações na legislação sesmarial, processos de demarcação e manutenção de privilégios nas terras das capitanias do Norte do Estado do Brasil. In.: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 28, nº 56, p. 247-263, julho-dezembro de 2015, p. 254.

engenhos, feitos por diversos diretores geraes dos Indios: o que tudo se acha marcado e designado na planta, e descripto no memorial.¹²⁸

É plausível que o fato de ter sido doada aos índios tenha contribuído para a situação específica desta Sesmaria. Nota-se que, parte da defasagem em que se encontrava era fruto da ação dos Diretores Gerais dos Índios. Ainda assim, o mesmo relatório, além de outros de anos anteriores e posteriores a este, mostra que o caso desta Sesmaria não é um isolado, dão testemunho disso as multas aplicadas com frequência a pessoas que ocupavam e trabalhavam as terras sem os respectivos títulos, assim como, a intensificação dos processos de legitimação e revalidação das posses. Estas possibilidades de ocupação e permanência na terra por parte de posseiros em muito interessa a esta pesquisa, pois, contribui para a teoria de que, mesmo as grandes extensões de terra não apresentavam uma estrutura rígida de controle e manutenção de seu uso por parte dos titulares, havendo uma série de mecanismos que permitia que outras pessoas, completamente alheias aos órgãos responsáveis pela concessão e fiscalização, usufruísse de lotes ainda não aproveitados.

É importante considerar que, ainda que o latifúndio que caracterizava as Sesmarias, se apresentasse no papel de forma semelhante aquele vinculado às usinas de açúcar e álcool, a forma de exploração em muito diferia entre um e outro. Se no primeiro caso havia falta de controle por parte dos titulares, e sobras de terras em desuso que atraíam posseiros, no segundo, o controle é mais rígido se comparado ao anterior, em consonância, inclusive, com o avanço das técnicas de medições e vigilância do espaço. Quanto as terras vinculadas aos latifúndios canavieiros do século XX, as partes que não foram adequadas ao cultivo de cana, não deixaram de ser notadas por usineiros, fornecedores e pecuaristas, que desenvolveram meios de garantir o controle sobre as mesmas dando-lhes outras finalidades, em último caso, reservando-as para a proteção ambiental, de modo que impedisse o seu usufruto por invasores e pequenos lavradores interessados em explora-la, mesmo por meio de acordos que, do ponto de vista econômico, não fossem interessantes aos titulares das referidas terras.

Os referenciais teóricos explicitados anteriormente permitem compreender a posse como um mecanismo constante de aquisição de terra em vários períodos da história do Brasil, com ou sem leis específicas que a regulamentassem. Tal estudo importa a esta pesquisa na medida em que apresenta uma maior possibilidade de acesso à terra, sobretudo por parte de

¹²⁸ AZAMBUJA, B. A. N. de. **Relatório das Terras públicas e da Colonização apresentado em 4 de março de 1863 ao Ilustríssimo e Excellentíssimo Senhor Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas pelo Director da Terceira Directoria Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja**. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1863, p. 16-17.

famílias que não se enquadrava no perfil exigido para a recepção de doações, ou, eram incapazes de compra-las de proprietários que detinham os títulos com base na legislação vigente. É importante salientar que a prática de apossamento só era possível diante da disponibilidade de terras não cultivadas, na medida em que seus titulares não eram capazes de ocupar com lavoura ou gado as vastas extensões. A terceirização do aproveitamento da terra por meio da concessão de lotes a foreiros, meeiros e rendeiros aparece como forma de conter os posseiros em potencial, tais medidas, ainda que limitem as possibilidades de uso da terra por parte de seus trabalhadores, não tolhe por completo o acesso a mesma em uma sociedade tipicamente agrícola.

Como já apresentado, mesmo as posses acabavam com frequência sendo caracterizadas como extensos latifúndios. Para Barickman (2003), a concentração fundiária no Brasil, durante todo período colonial e imperial, já é um entendimento consagrado na historiografia. De acordo com o autor, o fim das doações de sesmarias, e mesmo a Lei de terras, em nada alterou essa realidade, ainda que a Coroa, portuguesa ou brasileira, tenha lutado contra ela.

O fim da concessão de sesmarias em 1822 não teria alterado em nada o predomínio do latifúndio e o monopólio da posse da terra nas mãos de grandes proprietários. Durante quase três décadas, o parlamento do império não conseguiu aprovar nenhuma lei para substituir o sistema colonial de concessão de terras. A Lei de Terras, finalmente aprovada em 1850, mostrou-se completamente ineficaz para controlar a aquisição de terras devolutas por particulares.¹²⁹

Ainda assim, Barickman reconhece que a questão da terra no Brasil é mais complexa do que se imagina. Para além dos dados oficiais sobre concessões de terra, que serve com frequência como fonte para os estudos sobre o latifúndio, se estendem uma gama de pequenos trabalhadores que acessavam fragmentos das terras que estavam oficialmente sob a posse de um latifundiário, podendo estes ceder, inclusive com o mero propósito de alimentar o seu prestígio social.¹³⁰

Este sentido da terra do qual trata Barickman não é o mesmo trabalhado por Emília Viotti da Costa. Para esta, a terra como prestígio social esteve vinculada aos meios de concessão precedentes a Lei de Terra. Tal prestígio se revelava na medida em que esta terra representava uma aproximação entre o beneficiado e as autoridades que as concediam. Na forma trabalhada por Barickman, este prestígio se dava na medida em que a terra funciona como vínculo entre o latifundiário, que a possui, e aqueles que a trabalham e dela tiram a sua subsistência. Este último

¹²⁹ BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano**: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003, p. 181.

¹³⁰ Idem, p. 198.

aspecto é particularmente interessante a esta pesquisa na medida em que configura mais uma possibilidade de acesso à terra por parte daqueles que não são seus titulares mediante a legislação vigente.

Dentre os fatores que contribuíram para a concentração fundiária, podemos destacar o caráter predatório do uso da terra, que se esgotava rapidamente e exigia a exploração de novos lotes. Para Silva (2008), esses “avanços” na apropriação do espaço visavam justamente a criação de reservas de terra que seriam exploradas quando as primeiras esgotassem seus nutrientes.¹³¹ A autora defendeu ainda que o apossamento se apresentava como uma forma de apropriação típica de pequenos lavradores incapacitados de comprovar recursos que lhes permitisse ser atendido, caso solicitasse sesmarias. Em face disso, “a posse foi uma forma de apropriação particularmente importante na região da pecuária que se criara integrada a região produtora de açúcar no interior do Nordeste”,¹³² isso porque o modelo de exploração do espaço utilizado para a criação de gado, como já foi apresentado, sofria o mínimo de intervenção humana no sentido de aumentar o rendimento do pasto nativo, exigindo, assim, vastos territórios.

O problema, porém, parece ser aplicado a todo País e está presente na exploração do espaço para quase todas atividades econômicas. Para o cultivo do café no Sudeste, Gnaccarini destacou que:

Os métodos irracionais de cultivo do solo faziam concentrar extraordinariamente a propriedade das terras, exaurirem-se as florestas, empobrecer-se o solo, reduzirem-se as áreas de subsistência, proliferarem as pragas e doenças nos cafezais, baixar a produtividade do escravo.¹³³

No que diz respeito a região em estudo, estas colocações colaboram para a defesa da predominância do latifúndio, sobretudo no espaço destinado a cana, ao mesmo tempo apontam para uma propensão aos apossamentos por parte de famílias menos abastadas em áreas desprezadas pela monocultura canavieira. Tendo em vista que parte das terras que compõe o espaço estudado não seriam de interesse dos senhores de engenho, devido a incompatibilidade com o cultivo de cana, e o amplo desenvolvimento da pecuária nos tabuleiros – como já apresentado na seção anterior –, estas áreas, onde pastavam as colônias de gado, e as terras

¹³¹ SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndios**: Efeitos da Lei de 1850. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008, p. 77-78.

¹³² Idem, p. 66.

¹³³ GNACCARINI, J. C. **Latifúndio e proletariado**: Formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural. São Paulo: Editora Polis, 1980, p. 42.

acidentadas dos vales se encaixam perfeitamente no perfil das terras apropriadas pelo sistema de posses por famílias pobres da região.

Colaborando com esta afirmativa, Herédia (1988), apontou estas terras de tabuleiros do espaço estudado como áreas de concentração de pequenos produtores, assentados na periferia dos latifúndios canavieiros ainda vinculados aos engenhos.

A presença de pequenos produtores pode ser confirmada, atribuindo-se a eles responsabilidade pelo menos parcial sobre a produção local de alimentos. No entanto, só neste século tal realidade é objeto de informações específicas, de modo que apenas nas últimas décadas podemos localiza-los de forma precisa. [...]. Todos fazem referência à existência de pequenos produtores na Área, fato que contribui para confirmar a idéia de que a presença destes últimos já se fazia sentir em épocas passadas, sobre as quais dispomos de referências muito escassas.

Os pequenos produtores se encontravam principalmente nas terras alta (*chãs*), em áreas que, embora limítrofes as terras dos grandes proprietários, eram consideradas improdutivas em termos do cultivo da cana.¹³⁴

O excerto revela que, na região estudada a distribuição e usufruto da terra ia muito além do regime oficial de compras e doações, nos quais, o latifundiário, empenhado na produção de exportáveis, aparece como controlador quase intransponível do espaço agrícola. É plausível que o caráter de novidade com que a autora trata destes pequenos produtores esteja relacionado ao anonimato dos mesmos nas fontes que são comumente consultadas em pesquisa sobre o acesso e ocupação da terra. Não seria prudente defender que a existência deste sistema de uso da terra, paralelo ao latifundiário, seja uma peculiaridade do espaço estudado. Na verdade, trata-se de um problema relacionado as fontes, baseadas com frequência em registros oficiais de concessão e compra, assim como em leituras das mesmas que ignoram as possibilidades de acesso para além das vias instituídas legalmente.

Quanto ao apossamento de partes extras de terra, esta prática estava relacionada, sobretudo, a ausência de técnicas apropriadas para um manejo eficiente do solo. Tal ausência de técnicas contribuiu para que a pequena propriedade se tornasse muitas vezes insignificante para quem a possuísse.¹³⁵ Neste sentido, outra prática recorrente entre pequenos produtores

¹³⁴ HERÉDIA, B. M. A. de. **Formas de dominação e espaço social**: a modernização da agroindústria canvieira em Alagoas. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: MTC/CNPq, 1988. p. 57.

¹³⁵ Além de SILVA (2008) esta problemática é amplamente trabalhada por DEAN, W. **A Ferro e fogo**: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. As práticas predatórias do uso da terra parecem caracterizar a agricultura no Brasil desde os primeiros anos da colonização. É plausível que as mudanças que visem um maior racionamento do solo se desenvolveram em cada região ao seu tempo e de acordo com situações específicas. No contexto do espaço em estudo, Andrade (1959), atestou já nos anos de 1950 o uso de técnicas primitivas mesmo no cultivo de cana, como o plantio com furão, instrumento rudimentar tido pelo autor como de origem indígena, usado pelos nativos para furar o chão onde depositariam as sementes.

chama a atenção no estudo da fragmentação da terra, trata-se do recurso da “posse em comum união”.¹³⁶ Neste, um conjunto de herdeiros buscava manter a estrutura original da terra herdada tendo em vista que sua fragmentação entre os mesmos resultaria em um menor aproveitamento do espaço por cada herdeiro,¹³⁷ já que a necessidade de repouso para a recuperação do solo esgotado limitaria em muito a produção, e conseqüentemente, a subsistência dos produtores, sobretudo dos pequenos.

Ainda que possa ser entendida como meio de contenção da fragmentação da terra, a posse em comum era incapaz de garantir a manutenção das dimensões da herança por muitas gerações. Na medida em que o tempo passava, cada herdeiro gerava novos herdeiros, o espaço útil ao cultivo tornava-se aos poucos obsoleto, o que resultava na venda, inclusive entre os próprios herdeiros, ou na constituição das “terras de hereus”, categoria que será trabalhada mais adiante. Assim, no que diz respeito a fragmentação da terra, esse mecanismo funcionava como mão dupla: se por um lado mantinha a herança indivisa e estimulava a compra por um, ou parte, dos herdeiros, por outro lado poderia facilitar a integração da terra nas categorias de uso coletivo, quando o número de herdeiros fosse tamanho a ponto de não compensar a partilha, ou, quando a terra em questão fosse de tabuleiros, adequada apenas para a pecuária, que exigia espaços maiores que a agricultura e, como apresentado, não era compatível com um sistema rigoroso de divisão do espaço.

Para fortalecer a teoria da fragmentação emergente através das sucessões hereditárias, é preciso refutar as possibilidades legais de herança apenas por parte de um herdeiro ou grupo específico, como o primogênito ou apenas os filhos do sexo masculino. Silva (2008), destacou que, apesar de não ser frequente a sua aplicação na colônia, a Lei do Morgadio teve fim no Brasil em 1835, contribuindo assim para a maior fragmentação das terras herdadas, visto que, por tal lei, só os primogênitos tinham direito de reclamar a herança.¹³⁸ Barickman (2003), ao reportar para a aplicabilidade do Código Filipino no Recôncavo baiano, buscou justificar a constante fragmentação da terra através da sucessão hereditária. O autor lembrou que o referido Código, com algumas modificações, possuiu validade no Brasil até 1917, ainda assim, só em casos muito específicos é que o mesmo reconhecia o direito de herança do primogênito em

¹³⁶ Este termo aparece com certa frequência em documentos de transferência de terra, aludindo ao caráter de indivisibilidade com que os herdeiros assumiram o bem herdado.

¹³⁷ SILVA, F. B. da. **Entre o Vale e os Tabuleiros: O processo de povoamento no fluxo médio do rio Coruripe (1850-1970)**. 2016. 113 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Arapiraca, 2016, p. 94.

¹³⁸ SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio: Efeitos da Lei de 1850**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008, p. 94.

detrimento dos demais irmãos.¹³⁹ A documentação analisada não evidenciou elementos que apontem para a aplicação do direito de primogenitura no contexto do espaço em estudo, o que leva a crer que prevalecia a partilha por iguais entre todos os herdeiros.

Para o Sul da Zona da Mata alagoana é possível ter uma ideia acerca dessa fragmentação ao menos no que diz respeito as terras banhadas pelo Mar, ou seja, as mais cobiçadas devido à proximidade com portos e fertilidade das terras. Em 1817 Manuel Aires de Casal já criticava a concentração de terras neste espaço e apontava a atividade canavieira lá desenvolvida como responsável pela forma como a terra era distribuída e trabalhada.

Segundo o autor, em Alagoas

Os terrenos das vizinhanças do mar, (unicos fecundos) tendo sido repartidos francamente, acham-se hoje no dominio de tao poucos, que se calcula haver entre duzentos vizinhos so oito ou dez proprietarios, de ordinario senhores de engenho, que so permitem aos rendeiros plantar canas para ficarem com a meação.¹⁴⁰

Ainda que reconhecesse a alta concentração fundiária, Casal apresentou elementos que sugerem a possibilidade de maior fragmentação fora da faixa por ele observada. Com base no que já foi apresentado na seção anterior, é possível defender que a situação do acesso à terra para além da faixa litorânea fosse mais indulgente com aqueles que não possuíam cabedal de senhores de engenho. Sobretudo na região em estudo, onde os vales estreitos dificultavam a dispersão dos canaviais.

Ao tratar da economia da então Comarca das Alagoas, o próprio Casal reclamou da produção insuficiente de farinha, porém, destacou com entusiasmo a produção de gêneros como a mamona, cujo óleo já era objeto de exportação, inclusive na Vila do Poxim, e o algodão, que junto ao açúcar representava as principais fontes de divisas da região.¹⁴¹ Percebe-se que a base de cálculo para estimar a produtividade e o potencial econômico de determinada atividade ou região ainda era a possibilidade de comércio, principalmente de gêneros exportáveis. Assim, eram ignorados os contingentes envolvidos na agricultura familiar de subsistência, e os que vendiam seus excedentes em mercados locais, fora do controle das autoridades, sobretudo no que diz respeito a cobrança de impostos.

¹³⁹ BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003, p. 181.

¹⁴⁰ CASAL, M. A. de. **Corografia Brasília: ou relação Historico-geografica do Reino do Barzil composta e dedicada a Sua Magestade Fidelissima por hum presbítero secular do Gram Priorado do Crato.** Tomo I. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817, p. 257.

¹⁴¹ Idem.

No início do século XX, iniciativas que promovessem a maior fragmentação da terra era reclamada por autoridades locais visando o aumento da produção. Em 1926 o então Governador Costa Rego, ao tratar da alta concentração fundiária, atribuiu a este fator a carência de gêneros alimentícios no Estado, problema que, mesmo reconhecendo-se incapaz de solucionar durante o tempo do mandato, fez questão de chamar a atenção. No momento, Costa Rego propôs maior rigor no controle das terras possuídas, assim como mudanças nos critérios de arrecadação de impostos que então vigoravam, estendendo os impostos cobrados sob as exportações, ou seja, sobre o produto, as terras que, embora fossem reconhecidas como possuídas não eram produzidas: “Lançado o imposto territorial sobre a extensão da área ocupada, o possuidor fará a terra produzir e será digno della; em caso contrário, cedel-a-á aos mais fortes”.¹⁴² Para o Governador, tais medidas estimulariam o empenho dos que já possuíam a terra no sentido de fazê-las produzir, ou fragmenta-las em favor de quem desejasse e dispusesse de meios para fazê-las produtivas.

Com base em dados fornecidos por um “ensaio de recenseamento”, o governador aprofundou a discussão sobre o problema e lamentou:

E' inutil adeantar que é muito elevado o numero de possuidores de grandes extensões territoriaes. Existem no Estado Municipios immensos, com uma quantidade irrisoria de proprietarios: União tem apenas 250; São José da Lage, 360; São Luiz do Quitunde, 126; São Miguel de Campos, 118; Muricy, 157; Camaragibe, 109. E aqui está explicada a razão pela qual Alagoas, podendo produzir em grande escala o milho, o feijão, o arroz e toda sorte de leguminosas, importa cereaes do sul do paiz!¹⁴³

De todo modo, as impressões do referido ensaio apontam para uma significativa fragmentação da terra desde o início do século XVII, ou seja, no curso de 300 anos. De acordo com Castro (1991), em 1612 toda terra que se estendia desde o Vale do Rio São Miguel até o baixo curso do Rio São Francisco, pertencia a pouco mais de uma dúzia de sesmeiros. A saber, Dona Felipa de Castro, os genros Antônio Ribeiro e Cosme Dias, e Antônio Baralho Feio eram senhores de um dos lados do Vale do São Miguel, até os Campos de Inhauns. Belchior de Carvalho, Miguel Pinto Pereira, Gonçalo da Rocha Barbosa, os filhos de Brósio Correia Dantas, Antônio Moura Castro, Manoel de Calda, Gonçalo Ferreira, Belchior Pinto e Sebastião Ferreira dominavam os demais pontos do espaço em questão.¹⁴⁴

¹⁴² RÊGO, P. C. **Mensagem ao Congresso Legislativo lida na abertura da 2ª sessão ordinária da 18ª legislatura**. Maceió: Imprensa Oficial, 1926, p. 131.

¹⁴³ Idem, p. 132

¹⁴⁴ CASTRO, G. A. de. **São Miguel dos Campos**: Obra comemorativa dos 490 do descobrimento do Rio São Miguel. São Miguel dos Campos-Al. Setembro de 1991, p. 23.

Se reportarmos ainda para um estudo semelhante apresentado por Verçosa (2006) perceberemos que a concentração fundiária reclamada em 1926 por Costa Rêgo nem se comparava aquela de três séculos antes. Segundo Verçosa, a faixa litorânea entre o Vale do São Miguel e o Vale do São Francisco, pertenciam, no século XVII, a apenas dois sesmeiros: “Antônio de Moura Castro, com a posse das terras que vão do porto do Francês ao Rio Coruripe (cerca de 7 léguas) e Belchior Álvares Camelo, com terras compreendidas entre os rios Coruripe e São Francisco”.¹⁴⁵ Ambos autores lembram que essas datas de terra eram dadas em légua. Verçosa explicou que a légua de sesmarias correspondia a 6.600 metros, ou seja, a sesmaria de Antônio de Moura Castro, teria, por essa medida, um comprimento de pouco mais de 46 km paralelo ao mar.¹⁴⁶ Outrossim, Castro (1991) defendeu que as léguas de sesmarias eram ainda maiores, embora não tenha apresentado valores.

Ao comparar as falas de Casal e Costa Rêgo, percebe-se uma confluência nos interesses de ambos, cujas impressões foram registradas com uma diferença de tempo de pouco mais de cem anos. Ambos não parecem preocupados, necessariamente, com o fato da propriedade da terra está concentrada nas mãos de poucos, e sim, com a renda que estas terras concentradas, e por isso não produzidas, deixavam de gerar para o Estado ao nega-lhe o produto do comércio, fonte de impostos. Assim, desde que o latifúndio produzisse e contribuísse de alguma forma para a implementação da economia estatal, a sua constituição não representaria problema.

Se esta percepção for acertada, é plausível a defesa de que, o pequeno proprietário, empregado na produção unicamente de sua própria subsistência,¹⁴⁷ e o latifundiário, que não produzia em toda sua terra, seriam obstáculos em igual tamanho ao desenvolvimento econômico e demais interesses do Estado. Esta possibilidade pode explicar o fato de que, cerca de três décadas depois da Mensagem de Costa Rego, a reação do Estado em relação ao latifúndio, já vinculado as usinas, é de completa conviência. Mesmo intensificando os problemas de abastecimento dos quais o então governador reclamava, seus sucessores e o Governo Federal estimularam este novo modelo de concentração fundiária, inclusive através dos bancos públicos.

¹⁴⁵ VERÇOSA, E. G. **Cultura e educação nas Alagoas**: história/ histórias. 4ª edição. Maceió: Edufal, 2006.

¹⁴⁶ Este valor está bem próximo do que se pode constatar, nos dias atuais, quanto a distância entre os dois rios que serviam de limites da sesmaria de Moura Castro, se considerarmos que, a Praia do Gunga, na foz do Rio São Miguel, está separada do Pontal de Coruripe, na foz do Rio Coruripe, por uma distância de 48,8 Km através da Rodovia AL 101, que segue o sentido Norte/Sul quase paralela à orla marítima.

¹⁴⁷ SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (orgs.). **Vida rural e mudança social**: leituras básicas de sociologia rural. São Paulo: Ed. Nacional, 1979, p. 28-29. Com base no entendimento do autor, este trabalho defende que a agricultura de subsistência se dá quando “a maior parte do produto agrícola é consumido dentro da comunidade produtora.” (Idem, p. 28-29).

Um breve acompanhamento das transações envolvendo lotes de terras no espaço em estudo corrobora para a defesa de que, na Zona da Mata, a terra tendia a sofrer maior fragmentação na então periferia da tradicional zona canavieira. No pequeno município de Junqueiro, entre janeiro e outubro de 1952 – período inicial da expansão dos canaviais pelo interior – o Cartório local registrou escritura pública de compra e venda de 37 “partes de terra” e “propriedades agrícolas” com uma média de 9,8 hectares cada parte.¹⁴⁸ Estiveram envolvidos nas transações, como compradores, 37 pessoas diferentes, das quais um ainda dividia a compra entre um número desconhecido de irmãos. Do lado dos vendedores foram apenas 30 pessoas diferentes, destes, 6 continuaram possuindo uma parte de terra contígua ao lote vendido, perfazendo assim um total de pelo menos 43 pessoas com acesso à terra em fins de 1952, apenas com base nesta investigação. O estudo das fontes cartoriais será aprofundado na seção seguinte, esses dados preliminares ajudam a compreender melhor a teoria apresentada recentemente sobre a propensão e tendência a fragmentação da terra no espaço estudado nos anos que antecederam a intensificação do cultivo de cana.

É necessário pontuar que o montante de 37 transações envolvendo igual número de lotes e compradores diferentes, em apenas 10 meses, leva a crer que o número de possuidores de terra era bem maior tendo em vista aqueles que não negociaram suas terras naquele período. Como será apresentado posteriormente, a venda de terras no espaço em estudo não era um ato corriqueiro até a década de 1970. O histórico de compra e venda dos lotes acima analisados aponta que, destes, o primeiro a ser revendido adquiriu novo proprietário apenas 20 anos depois. Assim, é provável que haviam mais possuidores de pequenos lotes de terra em Junqueiro no início da década de 1950 que a média apresentada por Costa Rego para municípios vizinhos, apenas 26 anos antes. Devemos questionar também a eficiência do ensaio de recenseamento que o então governador tomou como fonte, este, talvez não fez uma cobertura ampla do espaço, apresentando, por isso, números muito inferiores aos reais.

Ao lançar luz sobre as condições recorrentes de uso da terra no espaço estudado, torna-se mais claro os meios pelos quais as relações no mundo do trabalho mudaram tão significativamente, de modo espacial no recorte temporal estabelecido para esta pesquisa. A discussão que segue parte da ideia de que as mudanças estabelecidas, por diversas vias, nas formas como os indivíduos acessaram a terra, são responsáveis pelas mudanças nas relações de trabalho nas quais esses mesmos indivíduos estiveram envolvidos. Considerando que a terra é, como bem salientou Marx, o “objeto universal do trabalho humano”, as formas de interação

¹⁴⁸ Apenas 30 lotes tinham suas medidas registradas, destes 21 possuíam menos de 10 hectares, os demais variavam entre 14 e 58 hectares. Deste modo, a maioria absoluta dos lotes se encaixavam no perfil de pequenas propriedades.

entre o homem e a terra, são, em certo sentido, os condicionantes do trabalho dos indivíduos. O mesmo autor defendeu que, para o homem, “do mesmo modo como a terra é seu armazém original de meios de subsistência, ela é também seu arsenal originário de meios de trabalho”.¹⁴⁹ Assim, pensar as condições de trabalho em determinado contexto histórico exige também que se pense nas possibilidades de usufruto da terra, sobretudo quando se trata da predominância no espaço/tempo do trabalho agrícola, ou sua transição para o modo industrial.

Os processos que permitiram a adequação dos tabuleiros para o cultivo de cana de açúcar podem ser entendidos como ponto de partida das mais significativas transformações impostas ao espaço em estudo. Tal adaptação atendia a necessidade de aumento da produção canavieira, que de fato cresceu de forma expressiva a partir da década de 1950, impulsionada por diversos fatores. Neste período, cresceram a demanda pelos derivados da cana nos mercados nacional e internacional e os estímulos do Estado para a modernização e expansão da indústria sucroalcooleira no Brasil, visando a qualificação do País como produtor apto a atender as demandas do mercado em crescimento.

2.1 A expansão da agroindústria canavieira alagoana na segunda metade do século XX

No que diz respeito aos elementos que justificam o crescimento da cultura de cana no Brasil, na segunda metade do século XX, já foi destacado na seção anterior a necessidade da implementação do polo açucareiro no Sudeste, e, a demanda de uma Europa devastada pela II Guerra Mundial.¹⁵⁰ Para Alagoas, assim como para todo Nordeste, a possibilidade de auto abastecimento do Sudeste tende a ser entendido como elemento comprometedor da produção nordestina, uma vez que a região perdeu com isso um rico mercado consumidor. No entanto, o governo interviu através do IAA estabelecendo Cotas de Produção por Estado e por unidade produtora através do Plano Anual de Safra,¹⁵¹ a fim de balancear os interesses em processar cana de açúcar das duas regiões.

O acompanhamento dos índices de produção e exportação dos estados da federação entre 1940 e 1955 permite observar o crescimento da produção no Sudeste e sua relação com o açúcar nordestino. Tomando como referência os estados de Alagoas e Pernambuco, no Nordeste, e São Paulo, no Sudeste, percebe-se que São Paulo, que havia sido o principal destino

¹⁴⁹ MARX, K. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro 1, 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 256-157.

¹⁵⁰ SZMRECSÁNYI, T.; MOREIRA, E. P. O desenvolvimento da agricultura canavieira no Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. In.: **Estudos Avançados**. Vol. 11, nº 5, 1991, p 57-79.

¹⁵¹ BRASIL. **Lei Nº 4.870 de 1 de dezembro de 1965**. Dispõe sobre a produção açucareira, a receita do Instituto do Açúcar e do Alcool e sua aplicação, e dá outras providências. Brasília, 1965.

do açúcar de Alagoas e Pernambuco, apresentou um alto índice de crescimento na produção no período em questão, saindo de uma produção inferior a 3 milhões de sacos em 1940 para quase 12 milhões em 1955. Os índices percentuais de crescimento da exportação açucareira do mesmo estado foram ainda maiores que os de produção no curso desses 16 anos. Em compensação, o recebimento de açúcar provenientes de Alagoas e Pernambuco por parte de São Paulo não acompanhou o ritmo de crescimento da produção e exportação dos estados nordestinos. O Gráfico 1 apresenta a relação entre as exportações totais de açúcar de Alagoas, e as exportações do mesmo produto deste estado para São Paulo.

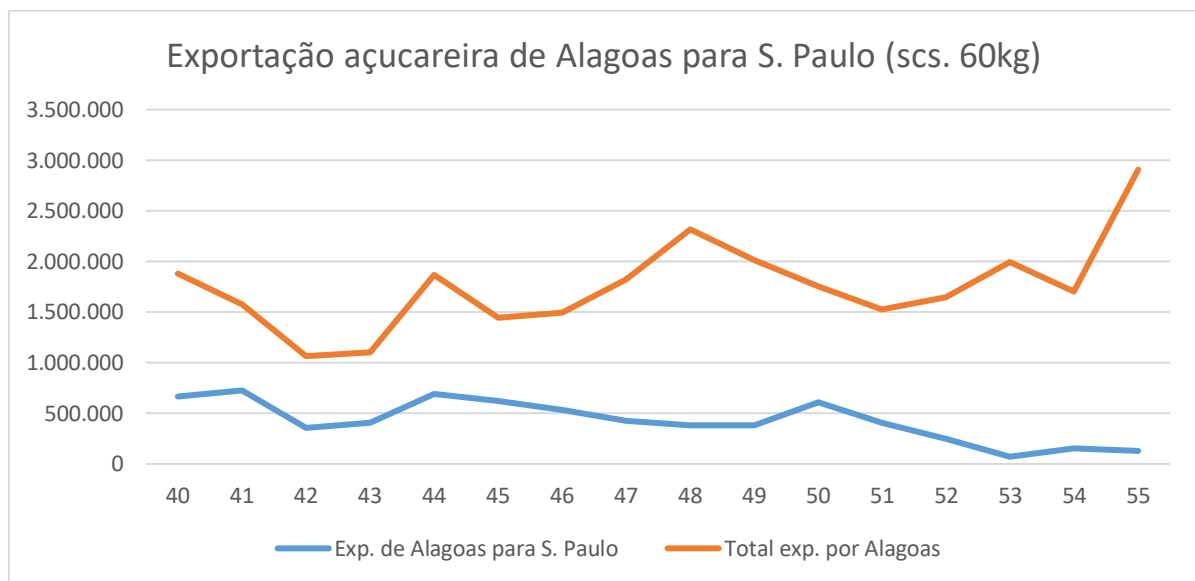


Gráfico 1 – Exportação açucareira de Alagoas para S. Paulo

FONTE: Gráfico elaborado pelo autor a partir de dados disponibilizados em: Instituto do Açúcar e do Alcool, Anuário Açucareiro.

Nota-se que, mesmo diante de uma queda no envio de açúcar para São Paulo, as exportações alagoanas deste produto cresceram de um modo geral. Em relação a Pernambuco, a exportação geral de açúcar mais que dobrou no mesmo período, enquanto os números referentes a exportação para São Paulo mantiveram-se praticamente estáveis. A partir desses dados percebe-se que a intensificação na produção de São Paulo, tomado como referência para o Sudeste, não prejudicou a produção e exportação nordestina, mantendo, inclusive, quase os mesmos volumes de importação de alguns estados. Isso foi possível graças as medidas do IAA que, ao regular os níveis de produção e exportação garantiram a manutenção e mesmo o crescimento desses índices na tradicional zona açucareira nordestina.

Tomando como subsídio a Lei Nº 4.870 de 1º de dezembro de 1965, percebe-se que, pelo menos em meados da década de 1960, a agroindústria açucareira no Nordeste tinha garantido, perante a Lei, certos privilégios no que diz respeito ao escoamento do seu açúcar produzido. O artigo 7º do 1º capítulo da referida Lei assegurava que: “ A região Norte-Nordeste, em vista do seu atual estágio de desenvolvimento econômico, será atribuído, prioritariamente, o contingente de açúcar destinado aos mercados preferenciais”.¹⁵² As razões que justificam a concessão de tal privilégio são questionáveis. Tendo em vista o prestígio adquirido e mantido, por séculos, pelos representantes do setor, sobretudo no Nordeste, é possível indagar se a medida não era, afinal, uma resposta direta aos anseios dos produtores da região.

Crises na produção de açúcar de beterraba na Europa, e a alta nos preços dos derivados de petróleo, por exemplo, competiram para a absorção da produção dos derivados da cana, principalmente dos dois polos produtores brasileiros. O cenário de possibilidades de oferta e demanda que seguiu a partir da década de 1950 pareceu, em muito, promissor para a atividade canavieira no Brasil. Mesmo a Revolução Cubana e o conseqüente rompimento entre Cuba e Estados Unidos, em fins da década de 1950, animaram o governo brasileiro e os produtores de cana – duas instâncias cujos interesses eram unidos através do IAA. Em 1960 uma matéria do *Jornal de Alagoas*, intitulada “Forum econômico: Açúcar do Brasil para E.U.A.”, sintetiza o cenário otimista quanto ao escoamento da produção açucareira do Brasil.

Uma safra de açúcar anormalmente curta na França, devido à queda acentuada de produção de beterraba, este ano, na Europa, está constituindo ali um fato muito grave. Como consequência natural disso, esse país tem de importar 271.000 toneladas de açúcar, a fim de fazer face às necessidades de seu consumo.

Tais informes, constantes de estatísticas atualizadas, agora inseridas em “La Vie Française” de Paris, corroboram com as afirmações recentemente feitas pelo sr. Gomes Maranhão, presidente do Instituto do Açúcar, sobre melhores perspectivas para o açúcar brasileiro em virtude da queda da safra de beterraba no velho mundo. [...]

Por outro lado, o noticiário telegráfico internacional, do fim da semana passada, anunciava, em palavras de um senador norte-americano o receio sobre o futuro da indústria de açúcar em Cuba, preconizando mesmo a possibilidade de uma transferência daquela indústria.

Esse fato vem dar um reforço de simpatia à pretensão de iniciativa do atual presidente do Instituto do Açúcar, de que os EE UU incluam o Brasil como seu fornecedor de açúcar, privilegio concedido com exclusividade até hoje a Cuba.¹⁵³

¹⁵² BRASIL. **Lei nº 4.870 de 1 de dezembro de 1965**. Dispõe sobre a produção açucareira, a receita do Instituto do Açúcar e do Alcool e sua aplicação, e dá outras providências. Cap. I, Art. 7º. Brasília, 1965.

¹⁵³ FORUM econômico: Açúcar do Brasil para E.U.A. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 3 de janeiro de 1960, p. 2.

As pretensões do IAA a respeito do mercado consumidor norte americano já vinham de outros tempos. Em artigo intitulado “Os Estados Unidos e o nosso comércio de açúcar”, assinado por Miguel Costa Filho e publicado em mensário do IAA em 1942, o autor não escondeu a insatisfação diante da pouca participação do açúcar brasileiro no comércio norte americano. No período, Cuba já era apresentada como grande vendedora do produto ao vizinho, a quem fornecera em 1941 uma cota de 2.038.230 toneladas de açúcar, o equivalente a cerca de 40% de todo açúcar importado pelos EUA naquele ano.

Ao apresentar esses e outros números referentes ao consumo e importação daquele país, o autor fez questão de pontuar que em anos anteriores a participação do Brasil neste mercado era irrisória, com um fornecimento de apenas 6 sacos em 1935 e 2 em 1929. Naquele momento, Cuba era vista como um fornecedor blindado. Ainda assim, mesmo reconhecendo a incapacidade do Brasil de suprir a demanda internacional, dada as regulamentações do IAA, os olhos do autor se voltavam para os postos de outros grandes fornecedores, como Havaí e Filipinas, que tinham seu fornecimento comprometido pelo estado de guerra que então vigorava no Pacífico. Na ocasião, o mercado consumidor direto dos Estados Unidos não era o único alvo, visava-se ainda os consumidores aliados a quem aquele país poderia repassar parte do açúcar comprado ao Brasil.¹⁵⁴ Aparentemente, o autor do referido artigo não esperava que, mesmo o abastecimento de outras partes do próprio Brasil seria comprometido pelos desdobramentos da guerra em curso.

É certo que Costa Filho não chegou a defender mudanças na política do IAA quanto a produção de açúcar a fim de abastecer, naquele momento, o mercado norte americano. O autor apontou como inviável, inclusive, a exportação do açúcar excedente das cotas de produção que, por isso seriam convertidos em álcool. Porém, fica claro que, o desdém com que trata as possibilidades de maior fornecimento de açúcar para o exterior naquele momento, se davam pelas incertezas quanto a permanência desses países como consumidores do açúcar brasileiro. A guerra, mais cedo ou mais tarde tenderia a acabar, e conseqüentemente a retomada das compras dos EUA e seus aliados aos antigos fornecedores. No caso do rompimento entre os Estados Unidos e Cuba, a entrada do Brasil no quadro dos fornecedores era diferente, pois gerava uma relação previsível de demanda e oferta que não abalava um dos principais pilares sob os quais o IAA se sustentava: a regulamentação da produção brasileira afim de evitar excedentes, e conseqüentemente as temidas crises de superprodução.

¹⁵⁴ FILHO, M. C. Os Estados Unidos e o nosso comércio de açúcar. In.: **Brasil Açucareiro**. Ano 10, vol. 19, nº 4, abril de 1942, p. 65-68.

De fato, o rompimento com Cuba levou os Estados Unidos a comprar grandes volumes do açúcar brasileiro. No entanto, a absorção do mercado norte americano não significou necessariamente a expansão de vendas proporcional a capacidade de compra dos Estados Unidos. A Tabela 3 permite observar que as exportações do açúcar brasileiro não acompanharam o ritmo da produção nacional. Do mesmo modo, o crescimento no volume da importação, realizada pelos EUA, não representou um aumento proporcional nas exportações totais do açúcar brasileiro. O que ocorreu, na verdade, foi uma substituição de mercados consumidores.

Ano	Exportação p/ os EUA	% do total exportado	Total exportado p/ o exterior	Total da produção brasileira
1959	175.611	1,74%	10.107.055	51.804.214
1960	1.723.720	12,07%	14.278.663	55.311.987
1961	4.887.294	39,37%	12.414.406	55.902.280
1962	6.025.541	75,54%	7.976.446	53.967.687
1963	7.031.713	85,76%	8.199.666	51.130.632
1964	2.727.178	60,91%	4.477.525	57.088.107
1965	5.436.600	39,45%	13.779.261	77.673.269

Tabela 3 – Produção e exportação brasileira de açúcar (sacos de 60 kg)

FONTE: Tabela elaborada pelo autor a partir de dados disponibilizados por: Instituto do Açúcar e do Alcool, Anuário Açucareiro, anos de 1961 e 1967.

A associação entre as vendas para os Estados Unidos e os estímulos para a produção já foram pontuados, no entanto, nota-se que os volumes adquiridos por aquele país não correspondiam a incrementos nos índices de exportação. Na medida em que os EUA passaram a comprar o açúcar brasileiro em grandes quantidades, outros países que compravam muitos sacos reduziram suas compras. Dentre estes países, chama a atenção o Ceilão que comprou quase 2 milhões de sacos em 1959 e apenas 519 mil sacos entre 1961 e 1965, período de grandes compras por parte dos EUA.

Caso semelhante foi o da França, que, no lustro 1961 a 1965 comprou apenas 20,6% do volume de açúcar brasileiro que havia comprado entre 1956 e 1960.¹⁵⁵ Ainda que o aumento das exportações para os Estados Unidos tenha apresentado índices de crescimento maiores que os da exportação total, estes últimos não acompanharam o ritmo de produção observados no mesmo recorte. Os dados disponibilizados pelo IAA apontam um crescimento significativo do consumo nacional de açúcar nos primeiros anos da década de 1960, dado, claramente pelo

¹⁵⁵ Instituto do Açúcar e do Alcool, **Anuário Açucareiro**. São Paulo: IAA, 1961-1967.

aumento populacional. Mesmo assim, os altos números referentes aos estoques dos 5 primeiros anos da mesma década, quando comparados aos últimos anos da década anterior, são sintomáticos de uma crise de superprodução iminente.

Percebe-se que, já na década de 1950, as frustrações e incertezas relacionadas ao comércio de açúcar durante a II Guerra Mundial já haviam sido superadas. Contribuindo para o quadro otimista em que esteve inserida a agroindústria canavieira no Brasil dos anos de 1960, Szmerczányi (1991) chamou a atenção para a produção do álcool, que, produzido a partir do caldo ou melaço residual, tendia a aumentar, junto com a produção de cana. Segundo o autor, o período coincidiu com o aumento da capacidade de refinamento de petróleo por parte da Petrobrás, logo, surgia a necessidade de criar um mercado alternativo para absorver o álcool e/ou melaço excedentes, afim de evitar uma eventual disputa de mercado entre a Petrobrás e a Agroindústria canavieira.

Uma das alternativas então preconizadas era a de ampliar a utilização do álcool como matéria-prima pela indústria química. Ele poderia ser utilizado, por exemplo, na fabricação de borracha sintética pela Coperbo, uma empresa estatal que estava sendo instalada em Recife. Outra possibilidade era a de exportar o melaço, principalmente para os EUA, onde esse produto vinha sendo crescentemente empregado como importante componente da alimentação animal.¹⁵⁶

Percebe-se que o Estado brasileiro estava empenhado em garantir o espaço da cana de açúcar na economia nacional, conciliando, inclusive, dois concorrentes em potencial: o álcool e o petróleo. O recorrente entusiasmo do IAA, naquele período, deve ser estendido as autoridades e produtores alagoanos, em especial aos instalados no parque industrial canavieira em expansão no Sul da Zona da Mata. Neste espaço, a fertilização dos tabuleiros havia permitido a instalação de mais 3 usinas, entre 1952 e 1959, somando as duas que já tinham sido instaladas entre as décadas de 1890 e 1920.

No entanto, o quadro de otimismo levou, de fato, a uma crise de superprodução de açúcar no Brasil. Em meados da década de 1960 os produtores foram surpreendidos com

Um forte declínio dos preços do açúcar no mercado livre mundial, um declínio que não poderia ser compensado pelos preços mais favoráveis que vigoravam no mercado preferencial norte-americano. A redução da demanda e dos preços do açúcar nos mercados internacionais coincidiu no tempo com a forte

¹⁵⁶ SZMRECSÁNYI, T.; MOREIRA, E. P. O desenvolvimento da agricultura canavieira no Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. In.: **Estudos Avançados**. Vol. 11, nº 5, 1991, p. 57-79, p. 66.

recessão instaurada no mercado interno do Brasil, em decorrência da política econômica da então recém-inaugurada ditadura militar.¹⁵⁷

Do estudo das fontes e da bibliografia consultada depreende-se que, a referida crise de superprodução foi a primeira no setor desde o início da fase de expansão ocorrido na década anterior. No entanto, ela não foi a única. Durante a década de 1960 nenhuma nova usina foi instalada na região em estudo, o que pode ser entendido como uma resposta a referida crise, uma vez que esta pausa representou uma quebra no ritmo de desenvolvimento da atividade depois da quase triplicação no número de unidades no curso de apenas 7 anos.

Ainda que Szmrecsányi tenha atribuído parte da responsabilidade pelo agravamento da crise no setor às políticas econômicas do governo ditatorial, o mesmo regime contribuiu na década seguinte para a retomada do ritmo da expansão da agroindústria canavieira. As iniciativas governamentais permitiram que a década de 1970, sobretudo o primeiro lustro, tenha sido marcada pelas maiores transformações no cenário econômico e social do espaço estudado. Foi neste período que a atividade canavieira, vinculada as usinas, se consolidou definitivamente na região como atividade econômica hegemônica, alterando bruscamente o espaço físico-natural e concretizando as bases de uma sociedade urbana-industrial altamente dependente das usinas, estas, personificadas na classe dominante que delas minam poder econômico e político.

Na década de 1970 algumas usinas alagoanas tinham uma capacidade irrisória de processamento de cana, o que comprometia a produção pretendida pelo sistema de cotas. Dentre as razões que contribuía para o baixo rendimento industrial, é possível destacar as condições rudimentares do maquinário utilizado e a indisposição de campos que atendessem as exigências de cultivo então vigentes. Parte das usinas da tradicional zona açucareira do Norte do estado viam sua produção limitada pela topografia das terras da região. Da mesma forma que as condições geográficas haviam contribuído para a limitação dos canaviais do Sul da Zona da Mata até os anos de 1950, 20 anos depois, os vales férteis do Norte revelaram-se também estreitos diante da necessidade de ampliação dos canaviais.

No mesmo período, as usinas passavam por acelerado processo de modernização no campo e na indústria para o qual competia frequentemente os financiamentos de safra adquiridos junto ao Banco do Brasil. As recorrentes dificuldades em honrar compromissos junto a instituição financeira faziam com que as pequenas usinas, que produziam pouco, e, portanto, rendiam pouco, representassem cada vez mais um entrave ao órgão regulador – o IAA – que

¹⁵⁷ SZMRECSÁNYI, T.; MOREIRA, E. P. O desenvolvimento da agricultura canavieira no Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. In.: **Estudos Avançados**. Vol. 11, nº 5, 1991, p. 66-67.

funcionava também como interveniente entre usinas e banco.¹⁵⁸ Para Fonseca (1975), a manutenção do ritmo necessário de produção e rendimento do setor canavieiro dependia em muito do sacrifício dessas unidades, pouco produtivas e por isso problemáticas.

A economia açucareira, no limiar da presente década, apresentava problemas de ordem estrutural resultantes de baixa produtividade agrícola e industrial, com elevado número de usinas de pequeno porte, evidenciando a necessidade de ser incentivada a absorção de algumas fábricas, comprovadamente antieconômicas. O parque industrial, além de obsoleto, encontrava-se com sua capacidade esgotada, obrigando a moagens prolongadas, o que, no dizer do nosso saudoso Milan, fazia com que as usinas não produzissem açúcar, e sim sacos de açúcar, querendo significar, no seu linguajar dos mais brasileiros dos tchecos, o enorme prejuízo advindo dessa prática, em decorrência do baixo rendimento obtido.¹⁵⁹

A visão apresentada é de um parque açucareiro formado por um aglomerado com pequenas usinas, nas quais não se valia a pena investir. Para o órgão regulador, a solução era estimular a concentração da produtividade em unidades maiores e mais rentáveis. Uma vez que a maioria das usinas não conseguiriam manter-se sem os subsídios financeiros adquiridos do Estado ou através dele, o direcionamento de tais subsídios por parte do IAA determinaria a sobrevivência, ou não, das unidades produtoras.

Em 1971, através do Decreto-Lei Nº 1.186, o governo tomou medidas que comprometiam o funcionamento dessas usinas com pouca capacidade produtiva. O mesmo concedia, entre outros, “estímulos à fusão, incorporação e realocização de unidades industriais açucareiras”. A proposta era estimular usineiros e fornecedores de cana a aumentarem suas capacidades produtivas através da concessão de incentivos de ordens fiscais e financeiras sem os quais os produtores teriam dificuldades de garantir sua manutenção no mercado. Esta medida favoreceu ao crescimento das usinas instaladas no Sul da Zona da Mata de Alagoas, e estimulou a instalação de novas unidades na mesma região dada a disposição de espaço adaptado ao cultivo de cana desde a década de 1950.

O referido documento apoiava-se em outros dois de mesma natureza, o Decreto-Lei nº 1.137 de dezembro de 1970, e o de nº 1.182 de julho de 1971. O primeiro instituiu isenção de impostos na compra de equipamentos importados e créditos para a compra de equipamentos nacionais. O segundo concedia benefícios de ordem fiscal e deliberava sobre as condições para

¹⁵⁸ FONSECA, A. C. da. Política governamental de investimento no setor açucareiro. In.: **Brasil Açucareiro**. Ano 44, vol. 86, nº 4, outubro de 1975, p. 41-51.

¹⁵⁹ FONSECA, A. C. da. Política governamental de investimento no setor açucareiro. In.: **Brasil Açucareiro**. Ano 44, vol. 86, nº 4, outubro de 1975, p. 41-42.

fusão e incorporação. Tendo como base os benefícios dispostos nestes dois documentos, o Decreto-Lei 1.186 previa, entre outros, que:

Art. 2º Serão concedidos estímulos financeiros aos fornecedores de cana que, nas condições previstas neste Decreto-lei, incorporarem novas cotas de fornecimento às cotas de que já são titulares.

[...]

Art. 4º O Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool poderá autorizar fusão, incorporação ou realocação de unidades industriais açucareiras, com as respectivas cotas oficiais de produção situadas na mesma região geoeconômica.

§ 1º Somente será autorizada a realocação de unidades industriais que tenham cota oficial mínima de 400.000 sacos de açúcar.¹⁶⁰

Como previsto no Artigo 2º, os benefícios eram estendidos também aos fornecedores de cana que incorporasse novas cotas, aumentando assim o seu fornecimento. Ainda que não condicione a incorporação de cotas a necessária aquisição de novos canaviais através da compra, esta medida colaborava claramente com a concentração de canaviais e terras entre os fornecedores com melhor poder aquisitivo.

Um dos problemas que este artigo buscava sanar era o da dispersão dos canaviais, fragmentados e espalhados em pequenos núcleos de produção. Fonseca descreveu este quadro como a “atomização dos fundos agrícolas, gerando minifúndios antieconômicos e não permitindo a total realização dos programas que objetivam a racionalização da produção e elevação do rendimento por hectare”.¹⁶¹ Como se percebe, o modelo de produção sucroalcooleiro que passou a vigorar através das usinas tem o minifúndio como um obstáculo a ser superado. Contrariando algumas políticas de contenção do latifúndio percebidas até o século XIX, o posicionamento do IAA, através da legislação estudada, colaborava para uma questão levantada ainda nesta seção, a saber, que o latifúndio só representava um problema para as autoridades na medida em que permanecessem ociosos e por isso não lucrativo.

A existência de pequenos canaviais dispersos prejudicava, entre outros aspectos, a logística de abastecimento das usinas. Esta dispersão, além de encarecer o transporte da matéria prima até as fábricas, dificultava o controle de qualidade da cana fornecida, dois aspectos que comprometiam o funcionamento e o rendimento final de cada usina. Por outro lado, ao incorporar novas cotas, o fornecedor poderia ser beneficiado na compra de equipamentos,

¹⁶⁰ BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.186, de 27 de agosto de 1971**. Concede estímulos à fusão, incorporação e realocação de unidades industriais açucareiras e dá outras providências. Brasília, 1971.

¹⁶¹ FONSECA, A. C. da. Política governamental de investimento no setor açucareiro. In.: **Brasil Açucareiro**. Ano 44, Vol.86, nº 4, outubro de 1975, p. 48.

produtos e maquinários que permitissem maior rendimento de sua lavoura, aumentando assim o desequilíbrio na balança dos lucros entre pequenos e grandes fornecedores, o que desestimulava ainda mais a permanência desses últimos no ramo.

No que diz respeito aos usineiros, os benefícios disponíveis aos grandes, em detrimento daqueles que não conseguissem aumentar a produção, foram igualmente estimulantes. Ao apresentar o quadro com as taxas de juros e prazos referentes aos procedimentos previstos na nova lei, Fonseca torna perceptível as vantagens obtidas por usineiros e fornecedores que atendessem aos requisitos da mesma. O autor mostra ainda que tais vantagens eram maiores para investidores da região Norte/Nordeste que para os do Centro-Sul.

Para os empréstimos destinados à modernização de usinas, que hoje representam a maior parcela de aplicações do Fundo, os juros são de 10% ao ano para o Norte-Nordeste, e 12% ao ano para o Centro-Sul, isentos de correção monetária, como os demais, com prazos de pagamento de 12 anos, inclusive 3 de carência.

Em tais condições, e levando-se em conta os índices inflacionários dos últimos três anos, pode-se notar que as taxas de juros adotadas tornam-se negativas.¹⁶²

Se a nível setorial a agroindústria canavieira do Norte/Nordeste foi mais beneficiada do ponto de vista econômico, no âmbito regional o Centro Sul acabou absorvendo grande parte do capital investido por fornecedores e usineiros do Norte/Nordeste. Enquanto estes últimos eram beneficiados com juros sempre mais vantajosos em relação aos do Centro-Sul, nesta região estava se desenvolvendo amplamente o ramo da indústria especializada em máquinas, peças e implementos para usinas e para o cultivo da cana. Deste modo, eram esses industriais em ascensão que passaram a fornecer parte considerável dos equipamentos comprados pelos produtores nordestinos, uma vez que foram contemplados com os estímulos financeiros e fiscais do Governo. Como se verá adiante, esta relação, estabelecida, sobretudo, entre o setor metalúrgico do Sudeste e a agroindústria canavieira nordestina, acabou se tornando motivo de divergências entre os dois ramos, ainda em fins da década de 1970.

É importante atentar-se para o fato de que as fusões, incorporações e realocações de unidades produtivas poderiam se dá, inclusive, entre usinas de estados diferentes, desde que na mesma região. Esta possibilidade levou a falência de zonas canavieiras tradicionais em detrimento da expansão de outras onde as cotas das primeiras foram concentradas. Neste sentido, o Decreto-Lei 1.186 (1971) pode ser interpretado como um elemento imprescindível

¹⁶² FONSECA, A. C. da. Política governamental de investimento no setor açucareiro. In.: **Brasil Açucareiro**. Ano 44, Vol.86, nº 4, outubro de 1975, p. 43.

para a retomada da fase de instalações de novas usinas na região em estudo, assim como para a ampliação e consolidação do potencial produtivo de outras já existentes. Logo após sua promulgação iniciaram-se os projetos para a instalação de, pelo menos, mais três usinas na região, que de fato foram instaladas até 1974, conforme apresentado pela Tabela 4.

Unidade	Ano de fundação	Município atual
Sinimbu	1893	Jequiá da Praia
Coruripe	1925	Coruripe
Roçadinho	1952	São Miguel dos Campos
Caeté	1959	São Miguel dos Campos
Triunfo	1959	Boca da Mata
Seresta	1973	Teotônio Vilela
Porto Rico	1973	Campo Alegre
Guaxuma	1974	Jequiá da Praia
Paísa	1978	Penedo

Tabela 4 – Usinas instaladas no Sul da Zona da Mata de Alagoas

FONTE: Tabela elaborada pelo autor a partir de dados disponibilizados por: Sindicato da Indústria do Açúcar e Álcool no estado de Alagoas (Sindaçúcar-al), e Anuário da Cana 2012.

Os casos de fusão, incorporação e realocização não alteravam apenas as condições de funcionamento e rentabilidade das empresas envolvidas, mas também do espaço, da cidade ou do vale onde estavam localizadas. No caso do espaço em estudo destaca-se a fusão das usinas Boa Sorte e Santa Amália localizadas nos municípios de Viçosa e Joaquim Gomes, respectivamente, de cuja fusão resultou a usina Seresta, fundada em 1973 no então município de Junqueiro.¹⁶³ A baixa capacidade produtiva das duas usinas, com cotas individuais que mal passavam dos 200.000 sacos de açúcar, impedia que recebessem os incentivos financeiros previstos em lei, ou que efetuassem a realocização das unidades produtoras, operação prevista apenas para unidades com cotas de, no mínimo, 400.000 sacos.

A distância entre as duas usinas impediu a manutenção de seus canaviais, ou a ampliação dos mesmos devido as condições geográficas. Assim, a fusão diz respeito apenas as cotas que cabiam a cada uma, ademais, apenas alguns equipamentos, grande parte dos funcionários e os empresários continuaram sendo os mesmos. O mais impactante neste processo é que o espaço de cultivo muda, e, ao ser instalada no Vale do Rio Coruripe a usina Seresta trouxe consigo,

¹⁶³ OLIVEIRA, F. F. F. **Teotônio Vilela**: a terra do Menestrel. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2015, p. 31-32.

para instalar-se próximo, os canaviais equivalentes ao das duas usinas cuja inscrição fora cancelada.

O caso da usina Coruripe é ainda mais emblemático. Localizada no Vale do Coruripe, no município homônimo, esta usina incorporou entre 1972 e 1973 as cotas de três usinas sergipanas que também tiveram suas inscrições canceladas, a Boa Vista, Pedras e São José. Cada uma possuía uma cota de 200.000 sacos. Diante da inviabilidade de se recolher cana em Sergipe para moer em Alagoas, tal incorporação obrigou a ampliação dos canaviais nas proximidades da usina Coruripe de modo que estes passaram a representar, em termo de ocupação de espaço, o equivalente aos canaviais de mais três pequenas usinas. Ainda em 1972, a usina Caeté, no Vale do Rio São Miguel, incorporou as cotas de 200.000 sacos da usina Cumbe, também de Sergipe. No ano seguinte o mesmo fez a usina Porto Rico com uma fábrica recém instalada no Vale do Rio Jequiá, esta incorporou a cota da usina Caraíbas.¹⁶⁴

Diante do quadro de fusões e incorporações, Alagoas, ao fim do ano de 1973, contava com um saldo negativo de três usinas, cujas inscrições foram canceladas.¹⁶⁵ Em contrapartida, incorporou as cotas de mais 6 usinas sergipanas. Além das 5 já mencionadas, a Central Riachuelo teve sua cota incorporada pela Central Leão Utinga, de Alagoas. Se considerarmos que as pequenas usinas possuíam em média uma cota de 200.000 sacos – uma vez que este era um valor recorrente para as cotas das usinas incorporadas naquele período – a região em estudo esteve propensa, entre 1972 e 1973, a um aumento na produção equivalente a 7 usinas.

Com base no rendimento das usinas da região na safra 1973/74 percebe-se que, em média, essas unidades produziam 1,2 sacos de 60 quilos de açúcar por tonelada de cana.¹⁶⁶ Sendo assim, para cada uma dessas usinas produzir o equivalente as cotas incorporadas precisariam de pelo menos 167.000 toneladas de canas a mais, sejam próprias ou de fornecedores. Neste aspecto, é necessário considerar que as usinas, sejam as recém instaladas ou as incorporadoras de novas cotas, não passaram a moer de imediato o montante equivalente das cotas que estavam autorizadas a produzir, ainda assim, estas implantações e incorporações refletiram o processo de intensificação da atividade canavieira que marcou o espaço geográfico no Sul alagoano nos anos seguintes.

¹⁶⁴ Instituto do Açúcar e do Alcool. Anexo ao Ato nº25/75 de 1º de agosto de 1975. In.: **Brasil Açucareiro**. Ano 44, Vol. 86, nº 2, agosto de 1975, p. 85.

¹⁶⁵ Além da Boa Sorte e da Santa Amália, a usina Campo Verde também encerrou suas atividades, sua cota de 223.000 sacos foi incorporada pela usina Laginha, também alagoana.

¹⁶⁶ Instituto do Açúcar e do Alcool. Anexo nº 44/74 de 22 de agosto de 1974. In.: **Brasil Açucareiro**. Ano 42, Vol. 84, nº 3, setembro de 1974, p. 87.

Para a safra de 74/75 o I.A.A. estabeleceu para as usinas, como de costume, os limites mínimos para recebimento de cana proveniente de fornecedores. No que diz respeito as usinas instaladas na região em estudo, a soma das canas fornecidas e próprias perfaziam um total de 3.035.087 toneladas distribuídas em 7 unidades.¹⁶⁷ Considerando um rendimento otimista de 50 toneladas de cana por hectare plantado¹⁶⁸, este valor representava uma área de aproximadamente 60.702 hectares de canaviais. Com base no mesmo rendimento, se considerarmos apenas os valores referentes as cotas provenientes das fusões e incorporações ocorridas entre 1972 e 1973, o saldo das cotas de produção transferidas para a região no período, representava um aumento presuntivo de 23.380 hectares reservados para canaviais entre o Vale do Rio São Miguel e as imediações do Vale do São Francisco.¹⁶⁹ Ou seja, entre as safras de 1971/72 e 1974/75 é possível considerar que as extensões destes canaviais tenham aumentado cerca de 38,5%. Neste período, foram aproximadamente 23.380 hectares a mais de florestas, pastos e lavouras diversificadas que foram convertidas em canaviais, ou pelo menos estiveram propensas a isto.

Além do impacto ambiental, este crescimento abrupto da área cultivada com cana implicou também uma série de mudanças na organização social do espaço em estudo. A nova realidade do espaço contribuiu para o adensamento populacional, sobretudo em centros urbanos, para a diminuição na produção de gêneros alimentícios e um eminente processo de dependência em relação as usinas por parte das populações estabelecidas nas fronteiras dos canaviais. Diante da necessidade de adaptação do espaço estudado, e de seus ocupantes, a expansão da atividade canavieira, algumas relações foram drasticamente modificadas. A discussão que segue procura destacar o processo de industrialização como ponto fulcral das mudanças nas relações de trabalho e moradia, entre os homens, e entre estes e o espaço ocupado no âmbito da região em estudo.

¹⁶⁷ Instituto do Açúcar e do Alcool. Anexo n° 44/74 de 22 de agosto de 1974. In.: **Brasil Açucareiro**. Ano 42, Vol. 84, n° 3, setembro de 1974, p. 87. De acordo com esta fonte, coube a Usina Porto Rico I e II a cota de 503.400 toneladas. Uma vez que, apenas uma dessas unidades encontrava-se na região em estudo, e, diante da impossibilidade de se reconhecer o valor referente a cada unidade, este estudo suprimiu as cotas desta usina para o cálculo que segue. Dado o caráter da pesquisa, tal supressão não compromete o raciocínio que justifica tal cálculo uma vez que o propósito é apresentar uma dimensão aproximada do espaço ocupado por canaviais na região em estudo em meados da década de 1970.

¹⁶⁸ Este é o valor médio nacional sugerido em 1975 por FONSECA (1975, p. 49).

¹⁶⁹ Para este cálculo considerou-se uma produção média de 1,2 sacos de açúcar por tonelada de cana processada, assim como uma colheita de 50 toneladas de cana por hectare. Para as usinas da região em estudo o rendimento industrial variava entre as unidades de 1,1 a 1,5 sacos de açúcar por tonelada de cana. Os números autorizados pelo IAA para recebimento de cana e produção de açúcar referentes a safra 74/75 se basearam no rendimento das mesmas unidades na safra anterior, são a partir destes valores que deduz o rendimento médio 1,2 sacos/toneladas para as usinas em questão.

2.2 Industrialização e o meio rural

A intensificação do cultivo de cana de açúcar, no espaço em estudo, contribuiu para uma rápida mudança na situação de domicílio das populações, nas proximidades das usinas que lá se instalaram. Esta mudança não diz respeito apenas aos aspectos físico/espaciais que distinguem a cidade do campo. O rural e o urbano são conceitos amplos que, para além das disposições arquitetônicas, envolvem formas diferentes de socialização entre os homens e na relação entre estes e o espaço que ocupam. Ao discorrer sobre as características inerentes as sociedades urbanas e rurais, Solari apontou elementos que podem ajudar na distinção entre uma e outra. Segundo o autor, competem para esta distinção, dentre outros fatores, aqueles relacionados a ocupação ou meios de trabalho, as condições dos ambientes ocupados, a concentração demográfica e a relação entre os elementos homem e terra, e, a homogeneidade ou heterogeneidade dos integrantes de cada um dos dois modelos de sociedade.¹⁷⁰

Partindo destas colocações, é possível traçar um perfil aproximado das populações rurais alocadas no Sul da Zona da Mata alagoana, e apontar as principais transformações que lhes foram impostas a partir da segunda metade do século XX, buscando, na medida do possível, associar tais mudanças a intensificação da cultura canavieira na região. Como já apontado, as condições predominantes de distribuição da terra no Brasil, de um modo geral, e no litoral de modo particular, contribuiu para a alta concentração fundiária que persistiu até, pelo menos o fim do século XIX.

No entanto, buscou-se a partir desta discussão, apontar para o caráter de finitude do objeto do latifúndio, ou seja, as terras por conquistar, além dos meios como essas terras eram acessadas, mesmo diante do modelo concentrador. Deste modo, ainda que houvesse de forma permanente uma elite conquistando o espaço por diversos meios, a sua fragmentação seria, mais cedo ou mais tarde, inevitável através da sucessão hereditária. O estudo mostrou ainda que entre a elite latifundiária e seus latifúndios, se encontrava, até meados do século XX, uma camada de trabalhadores cujo acesso à terra poderia ser veiculado por diversos meios, desde apossamentos a contratos com os latifundiários, a quem cediam produtos ou dinheiro em troca do uso provisório ou permanente da terra.

Tomando como base os dados fornecidos pelo censo demográfico de 1970, referente aos municípios que compunham a microrregião de São Miguel dos Campos, percebe-se que,

¹⁷⁰ SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Orgs.). **Vida rural e mudança social**: leituras básicas de sociologia rural. São Paulo: Ed. Nacional, 1979, p.6-7.

naquele período, a maioria absoluta da população da região se enquadrava no perfil rural.¹⁷¹ Em municípios como Junqueiro e Boca da Mata, esta categoria excedia os 85% da população. A soma dos municípios que compunham a referida microrregião dispunha de uma população rural equivalente a 76,7% do contingente demográfico total. Ou seja, tratava-se majoritariamente de uma população que habitava na zona rural, e, por isso, mantinha relações de trabalho e de socialização típicas, dentre as quais é possível destacar uma maior possibilidade de ligação com a terra no que diz respeito aos meios de subsistência.

Quando vinculados aos engenhos, mesmo os espaços alocados nas imediações das maiores concentrações de canaviais, mantinham o caráter rural das populações neles empregadas. Herédia (1988) descreveu aspectos da zona rural do espaço em estudo antes da expansão das usinas, assim como do meio urbano já no período de transição. Segundo a autora, os *sítios* representavam a forma típica de aglomeração populacional. Os mesmos eram caracterizados como pequenos centros produtores de gêneros alimentícios dotados de espaços para moradia, cultivo e pomares. Estes pomares eram chamados na região de *sítios* e davam nome ao conjunto. A mesma autora defendeu que alguns desses aglomerados adquiriam uma concentração maior de pessoas e também maior organização do espaço, passando, assim, a se constituírem como povoados. Um dos aspectos que muito chamou a atenção no funcionamento destes aglomerados rurais foi o grau de autonomia que mantinham em relação aos engenhos e seus senhores.

Alguns *sítios*, e até alguns povoados, se encontravam localizados de tal maneira que se constituíam em enclaves entre os engenhos; em outros casos eles se localizavam nas áreas limites da expansão da cana. [...]. Os pequenos produtores, habitantes dos *sítios*, constituíam o *povo dos sítios*, categoria com que se reconheciam e eram reconhecidos pelos trabalhadores residentes nas propriedades – os *moradores* – que, por oposição, eram reconhecidos e se autodenominavam *povo do engenho*.¹⁷²

Ainda que senhores de engenho recorressem a esses aglomerados rurais para recrutar mão de obra, sobretudo para trabalhos sazonais, não foram encontrados elementos que apontem interferências desses senhores no âmbito da produção e circulação no espaço ocupado. É importante salientar que, o sistema canavieiro vinculado aos engenhos, mesmo que sustentado pelo latifúndio, não possuía uma estrutura capaz de impedir a existências de vínculos de trabalho e socialização para além do complexo no qual estavam inseridos engenho e a casa

¹⁷¹ IBGE. Censo Demográfico.

¹⁷² HERÉDIA, B. M. A. de. **Formas de dominação e espaço social**: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: MTC/CNPq, 1988, p. 58-59.

grande. Em suma, as famílias proprietárias de engenhos até poderiam influenciar de diversas formas a rotina dos vizinhos, no entanto, mesmo que fosse do seu interesse, esta influência não parece caracterizar necessariamente, uma situação de dependência daqueles pequenos produtores em relação ao senhor de engenho e a atividade econômica desenvolvida com base na cana de açúcar.

No que diz respeito a relação com o ambiente no contexto do trabalho rural, é possível defender que a cultura da cana de açúcar, vinculada aos engenhos, e a produção de gêneros alimentícios mantinham com o espaço natural uma forma de interação semelhante. Por se tratar de uma região marcada por variação geográfica, composto por vales de rios e riachos, ladeiras e tabuleiros, o uso do solo exigia uma fragmentação do espaço de trabalho medida pela capacidade de exploração para cada atividade.¹⁷³ Assim, o engenho precisava dos vales férteis para o cultivo da cana, pastos para os animais utilizados na fábrica e no campo, mas também precisava das matas de onde tirasse a lenha que nutria os fornos sob os tachos de cozimento ou as caldeiras.

Do mesmo modo, o contingente empregado na produção de alimentos, dependia dos tabuleiros para as colônias de gado, de um espaço reservado para o cultivo que não se comunicasse com as colônias, e, de uma floresta de onde tirasse parte da matéria prima de suas construções e instrumentos de trabalho, como cipós para cestos e amarras, cabos para enxadas e foices e varas para varais de secagem. Em todos os casos, a manutenção de uma área florestal era imprescindível para o funcionamento dos engenhos, sítios e povoados. Andrade (1959), ao descrever o espaço estudado, notou uma significativa concentração florestal, inclusive nos baixos cursos dos rios, área pioneira de cultivo de cana, e que coincidia justamente com a maior concentração de engenhos.

Quase toda a região drenada pelo baixo e médio curso do rio Coruripe e pelos rios Jequiá e São Miguel foi recoberta no período precolonial por mata muito espessa, mata cuja presença estava assegurada por condições de solo e de clima das mais favoráveis. Essa mata espessa é testemunhada pelas grandes extensões que ainda hoje ocupa sobre os tabuleiros localizados nos interflúvios desses rios, possivelmente as maiores reservas ainda existentes no Nordeste do Brasil.¹⁷⁴

¹⁷³ SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Orgs.). **Vida rural e mudança social**: leituras básicas de sociologia rural. São Paulo: Ed. Nacional, 1979, p. 16.

¹⁷⁴ ANDRADE, M. C. de. **Os rios-do-açúcar do Nordeste Oriental**: os rios Coruripe, Jiquiá e São Miguel. Recife: Imprensa Oficial, 1959, p. 49.

A ausência de registros impede que se identifique com precisão uma exploração dessas florestas no âmbito da caça. Mesmo assim, dado o caráter de utilidade das mesmas para o desenvolvimento da agricultura e para a moradia, supõe-se que sua manutenção não dependia da incapacidade de desbrava-las, ou de impossibilidade de uso do solo que ocupava para outros fins. Um estudo sobre as condições de moradia predominantes no Vale do Rio Coruripe, até o terceiro quartel do século XX, aponta que, a existência e manutenção dos aglomerados rurais dependia da conservação de uma área de mata. Ainda que houvesse um sistema de rotação entre lavoura e mata, esta última competia para o desenvolvimento de uma parcela considerável das atividades rurais.

O “mato”, até hoje aparece nos diálogos dos agricultores, como um obstáculo a ser vencido para a garantia da produção. Em última análise, a terra coberta de “mato” é a terra do indolente, que não brocou, não limpou, nem a produziu. No entanto, a terra que não dispunha de uma reserva florestal proporcional a sua área produtiva, acaba se tornando a gleba do imprevidente, do avarento, que não cuidou em deixar uma mata de onde tirasse a lenha para o forno da casa de farinha ou do engenho, a madeira da casa e a estaca que passou a compor as divisórias entre o gado e a lavoura.¹⁷⁵

No que se refere a habitação, a floresta mais uma vez aparece como fonte expressiva da matéria-prima das residências típicas da região. As eventuais dificuldades em transportar todo o material de áreas diferentes, sugere a manutenção de reservas de matas espalhadas propositalmente nas proximidades dos núcleos habitacionais.

Uma pequena casa de taipa de aproximadamente 40 m², consome cerca de 930 m de madeira de espessuras diferente, apenas no esqueleto das paredes. Se contar o teto, o consumo de madeira sobe para 1410m. Para cada saco de farinha, um forno de casa de farinha precisa de uma carga de lenha de aproximadamente 100 kg. Da mesma forma que não se cogitava o plantio de árvores, não se pode esperar a dependência de madeira de regiões distantes.¹⁷⁶

As casas de taipa, também chamadas de pau-a-pique,¹⁷⁷ constituíam a maior parte das residências, inclusive das casas grandes de engenhos. Mesmo na zona urbana de Junqueiro, as ditas “casas de morar” arroladas em Testamentos e Escrituras Públicas de Compra e Venda

¹⁷⁵ SILVA, F. B. da. **Entre o Vale e os Tabuleiros**: O processo de povoamento no fluxo médio do rio Coruripe (1850-1970). 2016. 113 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Arapiraca, 2016, p. 85.

¹⁷⁶ Idem.

¹⁷⁷ Esse tipo de moradia é caracterizado por paredes feitas a partir de uma espécie de esqueleto de madeira, com trocos na vertical presos a terra e varas que se cruzam na horizontal formando cavidades que são em seguida preenchidas com barro molhado.

eram descritas como sendo de taipa, no máximo com a frente de tijolo. Este aspecto é predominante nos documentos recorrentes até a década de 1960.

Mesmo considerando a possibilidade de uma eventual predominância de casas de tijolo em algumas áreas do espaço estudado, a dependência em relação as matas para sua construção, é inquestionável, pelo menos até a intensificação do comércio de material de construção vindos de fora da região, o que parece só ter acontecido depois do esgotamento das matas locais. Dean (1996), ao apresentar o resultado de pesquisa sobre o funcionamento das olarias, calculou que “uma carga de forno de 30 mil tijolos, medindo aproximadamente 63 m³, suficiente para construir uma pequena casa, consome 18 toneladas de lenha, ou cerca de 20 toneladas, se incluir o preparo das telhas”.¹⁷⁸ Deste modo, a tentativa de descrever o espaço rural na região estudada deve incluir, necessariamente a presença de matas nas proximidades dos povoados.

Do ponto de vista da organização do trabalho, chama a atenção os mecanismos de interação social e solidariedade entre os grupos rurais que compunham o espaço em estudo. Sem a pretensão de nos aprofundar nos critérios usados para a distribuição dos membros da família no trabalho doméstico e no campo, é importante atentar para os laços estabelecidos entre os membros das comunidades que contribuía para o desenvolvimento dos trabalhos, sobretudo, entre famílias que não possuíam mão de obra suficiente para a efetivação das atividades necessárias para a subsistência, nem dispunham de recursos financeiros que lhes permitisse recrutar mão de obra assalariada. Dentre estes mecanismos, é possível destacar o compadrio e a troca de dia, que se apresentavam no meio rural como elementos de facilitação, ou mesmo de garantia, da produção familiar.

Para além da natureza religiosa, o compadrio entre membros de famílias, ou comunidades rurais diferentes, visava a extensão dos laços entre essas famílias e comunidades e a consequente ampliação da rede de trocas, inclusive de força de trabalho. Para Gnaccarini (1980)

O compadrio, além de um suprimento maior de força de trabalho às diversas famílias do *bairro*, não apenas garante uma válvula de escoamento do excedente de população de algumas famílias, de acordo com os padrões vigentes de localização ecológica, como acentua ritualmente o caráter estreito e natural do intercâmbio nesse sistema econômico-social, implicando em uma série de obrigações entre recíprocas entre compadres e entre padrinho e afilhado. Estas obrigações regulam, assim, a *troca direta* de produtos e força de trabalho entre as distintas unidades básicas de parentesco cosangüíneo que

¹⁷⁸ DEAN, W. **A ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 212.

compõem o *bairro*, de conformidade com os *mores* tradicionais e sagrados do grupo familiar.¹⁷⁹

Sendo assim, o compadrio funcionava também como elemento de coesão entre as comunidades dispersas, caráter que foi assumido pelas unidades fabris quando da supressão do trabalho rural pelo urbano-industrial. No contexto do espaço em estudo, percebe-se que esses laços ultrapassavam a natureza religiosa caracterizada pelo apadrinhamento de um filho. A necessidade de extensão das relações familiares permitia o surgimento de rituais alternativos que também estabeleciam laços similares, como o “compadre de fogueira”, relação de compadrio estabelecida entre indivíduos, na qual, as tradicionais fogueiras das festas juninas celebravam o compromisso de aproximação e respeito mútuo, outrora mediado pela Igreja no âmbito do Batismo de uma criança.

Outra prática recorrente no espaço rural estudado era a “troca de dia”. Tratava-se de certa associação entre produtores com o objetivo de cumprir de maneira alternada, tarefas que caberiam a cada uma das famílias dos indivíduos envolvidos. Apesar de ocorrer também no âmbito da construção de casas, a troca de dia pode ser melhor percebida nos trabalhos agrícolas. No período de cultivo, por exemplo, quando cada família de uma comunidade se mostrava incapaz de concluir os trabalhos de preparo do solo e plantio em tempo hábil, os membros das várias famílias locais se reuniam e, em um dia ou mais, concluía as atividades no roçado de uma família, logo em seguida, os membros desta, em resposta, juntavam-se ao grupo para desenvolver atividades semelhantes no roçado de outra família que enfrentava situação semelhante. O procedimento se repetia até que todas as famílias envolvidas fossem contempladas. O mesmo poderia ser feito no período de colheita.

Sobre estas articulações entre produtores no contexto do espaço estudado, Herédia defendeu que:

As atividades no *roçado* que demandassem maior esforço em tempo reduzido eram efetuadas com a participação de membros de várias unidades produtoras. A “troca de dia” significava a retribuição dessa ajuda quando fosse necessário. [...]. A “troca de dia”, portanto, era uma espécie de “socialização” dos braços disponíveis, uma forma de articular o trabalho do conjunto de unidades que assumia um caráter festivo acentuado ainda mais pelo fato de que os participantes eram brindados com comidas e bebidas oferecidas pelos ajudados.¹⁸⁰

¹⁷⁹ CNACCARINI, J. C. **Latifúndio e proletariado**: Formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural. São Paulo: Editora Polis, 1980, p. 113-114.

¹⁸⁰ HERÉDIA, B. M. A. de. **Formas de dominação e espaço social**: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: MTC/CNPq, 1988, p. 183.

A percepção desta prática contribui para a defesa da existência de um sistema produtivo, vinculado, sobretudo, ao consumo interno do grupo, formado por pequenos produtores que, dispondo de poucos recursos, buscavam entre si os meios de subsistência através da agricultura. De acordo com as análises de Gnaccarini (1980), esta relação de trabalho, a qual se refere como *mutirão*¹⁸¹, representava um suporte vital para a produção de subsistência familiar ao ampliar “a economia de subsistência e a divisão natural do trabalho, inerentes ao sistema econômico-social do grupo doméstico. O *mutirão*, como toda forma de troca direta, efetiva o intercâmbio em condições de ludicidade de uma maneira ritualizada”.¹⁸²

Esta relação de ajuda mútua permitia a manutenção de produtores, comumente pobres, trabalhando dentro ou nos limites das terras dos canaviais, sem atuar necessariamente em função da atividade canavieira. Deste modo, como já foi explicitado anteriormente, cabe reavaliar a aplicabilidade do termo “*culturas ancilares*” para se referir a produção de gêneros alimentícios, por exemplo, nas proximidades do complexo canavieiro dos engenhos do espaço em questão.

Situação similar foi percebida por Barickman (2003) no contexto da produção de fumo no Recôncavo Baiano. De acordo com o autor, “os lavradores mais pobres dependiam da ajuda mútua para realizar a transferência das mudas a tempo. Convidavam os vizinhos para um dia de trabalho, seguido de uma refeição e uma festa – uma espécie de *mutirão*, que, no século XIX se chamava ‘*boi-de-cova*’”.¹⁸³ Ainda que no caso específico do Recôncavo Baiano, o trabalho girasse em torno de um produto para comércio e não só para consumo do grupo, as condições dos trabalhadores e as relações estabelecidas entre eles eram as mesmas percebidas na produção de gêneros alimentícios. Em alguns povoados no Vale do Rio Coruripe, a mesma prática era referida como “*piquenique*”, o que reafirma o caráter festivo e lúdico que o trabalho realizado sob esse regime assumia.¹⁸⁴

Ainda que não se conheça a origem desta prática, é possível constatar que ela ocorria em tempos e espaços diferentes. Em todos os relatos até então apurados, a troca de dia esteve associada ao trabalho rural, às famílias de trabalhadores pobres e a uma correlação entre

¹⁸¹ É possível que *mutirão* seja a terminologia utilizada no Sudeste do Brasil para designar a mesma prática de troca de dias.

¹⁸² GNACCARINI, J. C. **Latifúndio e proletariado**: Formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural. São Paulo: Editora Polis, 1980, p. 114.

¹⁸³ BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano**: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003, p. 294.

¹⁸⁴ SILVA, F. B. da. **Entre o Vale e os Tabuleiros**: O processo de povoamento no fluxo médio do rio Coruripe (1850-1970). 2016. 113 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Arapiraca, 2016, p. 83.

trabalho e festa. No que diz respeito a este último aspecto, por não está vinculada apenas a colheita, a mesma prática assume mais um caráter de socialização da força de trabalho do que de um meio de distribuição dos excedentes produzidos entre os membros de um grupo.

Ainda que, neste caso, a terra não assumisse um caráter de uso coletivo, o trabalho que a fazia produzir o assumia. Através da troca de dia, entre outros mecanismos adotados pelas comunidades rurais, percebe-se que tais comunidades eram capazes de desenvolver meios próprios de existência, de modo que sua supressão não pode ser explicada pela ausência de condições internas de manutenção sem que haja fatores externos que as comprometa. No caso específico do espaço estudado, o processo de expansão e modernização da atividade canavieira pode ser entendido como esse fator externo que, ao promover um produto destinado, principalmente, para a exportação, exigiu a terra até então ocupada pelos gêneros que garantiam a manutenção de seus produtores dentro do espaço de produção.

O aumento da extensão dos canaviais nos espaços adaptados ao cultivo de cana comprometeu o cultivo de outros gêneros com os quais se ocupava parte da população cujo poder aquisitivo não lhes permitia investir em canaviais. A Tabela 5 apresenta um perfil da produção agrícola em Alagoas durante o recorte temporal estudado. Na mesma, são apontados, além da cana de açúcar, gêneros cujo cultivo na região em questão já fora pontuado na seção anterior.

Produto/Ano	1950	1960	1970	1975	1980
Algodão em caroço	16.049	17.234	3.032	8.501	9.234
Cana de Açúcar	1.800.674	3.621.178	7.303.454	11.554.711	17.782.776
Feijão em grão	31.542	28.986	17.048	58.218	19.642
Mamona	655	4	2	60	0
Mandioca	266.536	203.776	206.034	152.607	123.528
Milho em grão	56.939	53.172	21.404	52.102	5.481

Tabela 5 – Produtos da lavoura temporária em Alagoas (em toneladas)

FONTE: IBGE: Tabela elaborada pelo autor a partir de dados disponibilizados por: IBGE, Censo Agropecuário, anos de 1950, 1990, 1970, 1975 e 1980.

Percebe-se que o crescimento no cultivo de cana foi acompanhado pelo decréscimo da produção de gêneros alimentícios, geralmente cultivados por pequenos agricultores. Ainda que a pesquisa não disponha de números referentes, exclusivamente, ao Sul da Zona da Mata alagoana, é possível defender que, neste espaço, a queda percentual seja ainda maior no que diz respeito a produção desses gêneros listados junto a cana. Contribui para esta afirmação o fato

de que o algodão, o feijão, a mamona, a mandioca e o milho estavam sendo cultivados em todo estado, enquanto a cana de açúcar se restringia a Zona da Mata.

Sendo assim, os dados apresentados nesta tabela contêm uma visão genérica a nível estadual e por isso ignoram os núcleos de concentração da produção de cada gênero. Por isso são incapazes de apontar uma relação precisa entre os números referentes a colheita de cana e dos demais produtos cultivados no recorte espacial desta pesquisa. É plausível que parte do crescimento na produção de algodão e feijão, por exemplo, seja reflexo de colheitas fartas no Sertão e no Vale do São Francisco no fim do primeiro lustro da década de 1970. Jornais daquele período já previam um aumento nas colheitas daquelas regiões devido a uma maior incidência de chuvas.¹⁸⁵

As fontes jornalísticas da época podem contribuir também para a identificação do Sertão como possível *locus* do aumento na produção de mamona. Em 1974 o Jornal de Serviços veiculou a informação de que o governo do estado estaria incentivando uma campanha que visava o cultivo de mamona em consórcio com o feijão, também no sertão do estado.¹⁸⁶ Possivelmente o incremento na produção de mamona notado em 1975 seja resultado desta iniciativa. A notícia não permite precisar os meios pelos quais se davam tais incentivos, tão pouco o interesse do governador no cultivo de mamona. É possível que o estímulo ao cultivo desta planta objetivasse a extração do óleo, que chegou a ser comercializado décadas antes para lubrificação de maquinário de usinas, e/ou a produção de adubo, através do bagaço das sementes, que era amplamente utilizado no cultivo de fumo. De qualquer forma, fica evidente que a zona de interesse do estado para o aumento da produção desses gêneros ficava fora do circuito canavieiro.

Considerando que, com exceção da cana já vinculada as usinas, os demais produtos listados tinham seu cultivo associado aos contingentes rurais, o acompanhamento das tendências de concentração populacional pode indicar mudanças no cultivo local destes produtos. Não se conhece nenhum programa na região que visasse o aumento da produtividade com racionamento da mão de obra, exceto no cultivo de cana. Deste modo, a medida em que a população urbana crescia e a rural diminuía, a tendência seria de uma queda, também, nos níveis de produção desses gêneros. Mesmo dentro do sistema canavieiro, a supressão dos engenhos pelas usinas impactava no cenário rural e, conseqüentemente, na produção de gêneros alimentícios, uma vez que esses engenhos funcionavam como um complexo produtivo que,

¹⁸⁵ FLAGRANTES de Alagoas. **Jornal de Serviço**. Maceió, 25/02 a 04/03/74, p. 4; 25/03 a 01/04/74, p. 4.

¹⁸⁶ FLAGRANTES de Alagoas. **Jornal de Serviço**. Maceió, 15/04 a 22/04/74, p. 4.

quando não produzia a subsistência do contingente envolvido no trato com a cana, dependia para isso da produção de povoados localizados nas proximidades.

Como já foi salientado, entre o século XIX e meados do século XX, as dificuldades com transportes obrigavam os núcleos populacionais a manterem centros produtores de alimentos, mesmo nos arredores da área de cultivo de cana. Na segunda metade do século XX, os processos de intensificação da especialização das zonas produtoras foram acompanhados por nítida preocupação por parte do estado em melhorar as vias de acesso entre os polos especializados. Assim, a Zona da Mata, especializada na produção de cana de açúcar, e os polos produtores de grãos e carne, localizados no Sertão, ao longo do Vale do São Francisco ou mesmo fora do estado, tiveram facilitadas as relações de produção/venda e compra/consumo de modo que a substituição dos roçados por canaviais, na Zona da Mata, não comprometeria tanto o abastecimento da zona açucareira. As melhorias nas rodovias estaduais e federais contribuíram ainda para o escoamento da produção das usinas que, dado a mudança no perfil do espaço preconizado para o cultivo de cana, precisavam concentrar suas instalações distante do litoral, onde o transporte hidroviário não seria capaz de garantir a comunicação entre usinas e portos.

As melhorias nas vias de acesso que se fizeram perceber em Alagoas, sobretudo na década de 1970, estavam em consonância com as políticas de abastecimento do Governo Federal naquele período. Em 1974 o *Jornal de Alagoas* publicou um artigo que evidenciava a recente preocupação do Estado em somar esforços para maior articulação entre a produção agrícola e o transporte para centros consumidores.

Agora, pela primeira vez, o Brasil vai dispor de um organismo em condições de executar uma política de abastecimento. Pois, em lugar de uma simples repartição burocrática, nominalmente voltada à fiscalização dos preços, surge agora o Conselho Nacional de Abastecimento, que reúne em sua estrutura a ação coordenada dos Ministérios da Agricultura, Fazenda, Transportes e Indústria e Comércio.

A prática mostrou ser impossível pretender realizar um programa nacional de abastecimento sem o apoio de uma estrutura de transporte.¹⁸⁷

Um ano antes, o mesmo jornal já havia publicado uma matéria na qual associava o programa rodoviário do então governador Afrânio Lages ao projeto maior de desenvolvimento nacional. De forma positiva, o artigo elogiava as iniciativas do governo junto ao Departamento de Estradas e Rodagens de Alagoas que visavam “dotar todas as áreas de importância econômica do estado de estradas compatíveis às suas necessidades”. O jornal acrescentava

¹⁸⁷ POLÍTICA de Abastecimento. *Jornal de Alagoas*. Maceió, 5 de jul. 1974, p. 4.

ainda que tais medidas acompanhavam “a política desenvolvimentista desencadeada pelo Governo Federal em todo País”.¹⁸⁸ Na mesma página, outra matéria intitulada “1974 será o Ano Rodoviário de Alagoas”¹⁸⁹ antecipava as expectativas de maiores investimentos no setor rodoviário para o ano seguinte. De fato, em 1974 o *Jornal de Serviço*, órgão claramente empenhado em propagandar os feitos do Governador Afrânio Lages¹⁹⁰, veiculou diversas matérias relatando inauguração de pontes, pavimentação e mais melhorias em diversas estradas do estado. Em uma nota, da eclética coluna “Flagrantes de Alagoas”, este jornal publicou parte da agenda do então governador no que diz respeito a inaugurações para comemorar o aniversário de seu mandato e do Golpe Militar de 1964.

Prosseguindo seu programa de inaugurações, em comemoração ao terceiro ano de administração e ao décimo aniversário da Revolução, o Governador Afrânio Lages inaugurou no dia 20, no município de Anadia – a cerca de 100 quilômetros da capital –, a rodovia AL-407, trecho Maribondo/Anadia, o Hospital Regional beneficiando uma população superior a 30 mil pessoas, e um grupo escolar.¹⁹¹

Nota-se que ambos os jornais buscavam, na medida possível, associar as melhorias nas vias de acesso ao programa desenvolvimentista do Governo Federal, aspecto emblemático da propagando do governo militar. O aperfeiçoamento da malha rodoviária era condição imprescindível para a realidade brasileira naquele momento, em que se intensificava o grau de especialização das zonas produtoras. É evidente que o avanço da monocultura canavieira na região em estudo foi amplamente beneficiado por tais melhorias. Elas permitiram a liberação de tradicionais áreas de cultivo de gêneros de primeira necessidade para a expansão dos canaviais, uma vez que o abastecimento local com produtos vindos de fora ficava facilitado.

Ao expandir os canaviais pelos tabuleiros, o processo de industrialização da região estudada promoveu uma redistribuição dos elementos que compunham o espaço. É importante

¹⁸⁸ GOVERNO Afrânio Lages bate novo recorde com estradas de rodagem por todo Estado. **Jornal de Alagoas**. Maceió, 30 de dez. 1973, p. 7.

¹⁸⁹ 1974 será o Ano Rodoviário de Alagoas. **Jornal de Alagoas**. Maceió, 30 dez. 1973, p. 7.

¹⁹⁰ Para a presente pesquisa, ainda não foi possível identificar com precisão informações que contribuam para se traçar a trajetória deste jornal. Aparentemente, o mesmo circulou por um período curto e circunscrito a Capital. Pelo menos é o que se depreende dos volumes acessados através do Arquivo Público de Alagoas onde encontra-se arquivado apenas os números semanais publicados entre 1973 e 1976. A ausência de informações como tiragem, ano e número, dificultam a identificação do seu período exato de circulação e alcance. Contudo, percebe-se em suas páginas um forte viés político afinado com o discurso desenvolvimentista do Governo do estado, sobretudo de Afrânio Lages, e do Regime político nacional então vigente. Não ficou claro os limites de suas ligações com o governo estadual, no entanto, a variedade dos conteúdos publicados torna possível a defesa que a enfática laudatória do Jornal ao governador e ao regime ditatorial – a cuja origem reporta utilizando o termo “Revolução” – talvez não passe de uma tentativa de construir uma base de sustentação que lhe permita subsistir em um período de forte vigilância dos meios de comunicação pelo Estado.

¹⁹¹ FLAGRANTES de Alagoas. **Jornal de Serviço**. Maceió, 01/04 a 08/04/74, p. 4.

lembrar que, até a segunda metade do século XX, a pecuária através do sistema de colônias, consistia a principal ocupação dos tabuleiros, como já foi apontado anteriormente. No entanto, a intensificação do cultivo de cana na região, e a consequente apropriação dos tabuleiros por canaviais, não suplantou a pecuária, mas redirecionou o seu espaço de atuação. Se considerarmos apenas os anos da década de 1970, marcados pelo mais significativo aumento do número de usinas na região, é possível perceber que o número efetivo dos rebanhos de bovinos não sofreu grandes baixas naquele período, salvo algumas oscilações em poucos municípios. A Tabela 6 permite observar que os municípios que então compunham a Microrregião de São Miguel do Campos, *locus* da concentração de usinas no período, apresentaram de um modo geral um crescimento gradual no rebanho, exatamente no mesmo período em que crescia a área destinada a canaviais.

Município/ano	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Anadia	7.775	8.881	9.458	9.372	9.250	9.215	8.743
Boca da Mata	4.585	4.880	5.124	5.098	5.090	5.092	6.642
Campo Alegre	1.326	1.532	1.638	1.617	1.720	1.829	2.569
Coruripe	6.622	4.682	4.479	4.583	4.760	6.950	8.560
Junqueiro	4.155	4.641	4.929	4.897	4.640	4.750	6.780
Roteiro	15	2	2	2	4	4	4
S. M. dos Campos	3.222	4.834	5.443	5.055	5.308	5.573	4.833
Total Microrregião	27.700	29.452	31.073	30.624	30.772	33.413	38.131

Tabela 6 – Efetivo do rebanho de bovinos (cabeças)

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário, anos de 1974 a 1980. Recorte de tabela organizado pelo autor.

Percebe-se que, apesar de apropriar-se, principalmente, do espaço destinado ao gado, o cultivo de cana não representou baixas no efetivo do rebanho de bovinos. Isso só foi possível porque os rebanhos, outrora concentrados nos tabuleiros, foram reagrupados nos vales dos rios, nas áreas abandonadas pelos canaviais, assim como nos locais até então destinados as matas e a produção de gêneros alimentícios. Ao discorrer sobre os meios de ocupação do espaço no Brasil, Moreira (2014) deixou entender que o caso de Alagoas não é único, e que os incentivos do Estado para a agricultura, de modo particular a monocultura, tende a promover tais mudanças

no que diz respeito ao uso do espaço, de modo que “a lavoura passa a ser feita nas áreas de vegetação campestre e o gado nas antigas áreas de mata”.¹⁹²

Neste sentido, o que seria uma revolução agroindustrial configurava-se ainda como uma revolução ambiental, modificando não só a paisagem, mas também os usos do espaço e consequentemente os meios de acesso a terra. Para além dos tabuleiros, tal mudança implicou em um maior sacrifício das matas ciliares, e contribuiu para a redução do espaço de trabalho de pequenos agricultores. A utilização de cercas na contenção dos rebanhos, tornou possível o desenvolvimento da pecuária literalmente ao lado da agricultura, desprezando fronteiras de matas ou os tradicionais travessões, amplamente utilizados na limitação do espaço das colônias que vagavam pelos tabuleiros. A Ilustração 6 torna perceptível o quanto essa utilização dos vales dos rios pela pecuária pode ser danosa.



Ilustração 6 – Aspecto de pastos no Vale do Rio Coruripe

Fonte: Fotografia de 31 de maio de 2013. Acervo do autor.

¹⁹² MOREIRA, R. **A formação espacial brasileira**: Contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 21.

Além da supressão da vegetação nativa dos vales, a transferência dos rebanhos para este espaço acabou por comprometer também a vida animal e vegetal nos fluxos de água. O trânsito livre dos rebanhos pelas margens do rio contribuiu para o assoreamento de parte de suas margens, afetou os viveiros naturais dos peixes e promoveu uma profunda simplificação da vegetação ciliar e semiaquática, uma vez que, apenas as plantas que não faziam parte da alimentação do gado é que resistiram as suas investidas. No mais, com a intensificação do uso de agrotóxicos, os rios se transformaram em escoadouros dos resíduos tóxicos aplicados nos pastos das ladeiras.

Esse processo de transferência dos rebanhos exigiu também maiores investimentos, tais como, a substituição da vegetação natural por capim, e a construção das próprias cercas. Dado os investimentos necessários, não foi possível manter, como anteriormente, o uso coletivo dos pastos. Esses fatores fizeram com que a pecuária se tornasse mais onerosa e por isso deixasse, aos poucos, de ser atividade viável para famílias pobres. Ao longo dos anos seguintes, essa mudança no uso do espaço permitiu o surgimento de uma elite rural que poderia ser, ao mesmo tempo, canavieira e pecuarista. Tendo em vista que os canaviais, sob a lógica das usinas, e a pecuária demandavam grandes extensões de terra para o seu desenvolvimento, a reconfiguração do espaço para essas duas atividades contribuiu para a reestruturação do latifúndio na região, fenômeno que será melhor trabalhado na seção seguinte.

Na região estudada, a atividade canavieira associada as usinas não impôs mudanças apenas no uso dos tabuleiros, até então “incultos”, mas exigiu também uma reconfiguração de todo espaço em sua volta, incluindo assim os vales dos rios da região. Esta situação implicou mudanças nas condições da disponibilidade de terra para o desenvolvimento de atividades até então praticadas por famílias que não pertenciam ao rol da casa grande nem dependia diretamente do trabalho nos engenhos. Neste sentido, esta demanda por espaço “empurrou” grande parte das populações rurais para os centros urbanos que surgiram, ou que se expandiram. O redirecionamento dessas populações, assim como o atrativo por emprego que trouxe para a região populações, sobretudo do sertão, atendia ainda a outra necessidade das usinas: a disponibilidade de mão de obra.

Diante do que foi apresentado até então, percebe-se que os rumos tomados pela atividade canavieira nos recortes temporais e espaciais em estudo vão além do enfrentamento engenho/usina. Fruto de um projeto mais amplo de desenvolvimento e modernização da produção agrícola, o surto usineiro da segunda metade do século XX redesenhou a cobertura do espaço, desintegrou sistemas produtivos e reconcentrou as populações locais, atraindo ainda

contingentes de fora do espaço. Não parece possível defender que esse quadro de mudanças, pensado e embasado no âmbito da economia, foi minimamente planejado. Para além do rendimento econômico, todo esse processo deixou uma conta do ponto de vista social, que, apesar de ser comumente justificada pela oferta de emprego e melhorias nos padrões de consumo locais, escondem a marca da dependência à atividade canavieira e às usinas, que as populações envolvidas nesse processo foram, e ainda são, submetidas.

A seção seguinte é fruto da concentração de esforços em apresentar, dentre outros aspectos, o que pode ser entendido como uma mudança expressiva na forma como a terra passou a ser percebida na região em estudo, a partir do surto canavieiro da segunda metade do século XX. Dentre os elementos que tornam essa mudança visível, é importante atentar de modo particular, para movimentações no mercado de terra e suas eventuais consequências, tais como o desenvolvimento de mecanismos que promoviam a expropriação no meio rural, a concentração fundiária e o adensamento das populações urbanas.

3 PERCEPÇÕES ACERCA DO VALOR DA TERRA

Não toques no marco antigo, não penetres na terra dos órfãos, porque seu vingador é poderoso e defenderá sua causa contra ti. (Deuteronômio, 19, 14)

O cenário de crise econômica que marcou o fim da década de 1920 e início da década seguinte, e a eclosão da II Guerra Mundial foram acompanhados por um período de soerguimento do sistema capitalista nas décadas posteriores. Já em 1931, a criação da Comissão de Defesa da Produção do Açúcar previa o maior controle do Estado sob o cultivo e processamento de cana de açúcar a fim de conter a queda no preço do produto final e evitar as chamadas crises de superprodução.¹⁹³ Posteriormente, o IAA, que substituiu a referida Comissão, buscou, ao longo de sua existência, consolidar esse propósito do Estado.¹⁹⁴ Neste contexto, ao fim da II Guerra Mundial, a relação entre o desenvolvimento econômico e a atividade canavieira se fortaleceu paulatinamente sob a égide do Estado e adquiriu em Alagoas um novo perfil no cultivo e processamento da matéria prima, no uso da terra e na organização da força de trabalho.

Ainda que esse quadro de mudanças não possa ser reduzido a adaptação dos tabuleiros para o cultivo de cana, o processo de fertilização de suas terras marcou o início desta nova fase da economia canavieira no estado, principalmente no Sul da Zona da Mata. A possibilidade de expansão dos canaviais pelos tabuleiros, permitiu um aumento significativo da área cultivada nas décadas seguintes, o que comprometeu de forma expressiva a disposição da paisagem natural através da simplificação do ecossistema, assim como a reorganização das populações, tanto as rurais com as urbanas.

O aumento da produção não requereu apenas maiores dimensões do espaço disponível ao cultivo, do mesmo modo, a apropriação de tal espaço não implicou apenas em uma simplificação do ecossistema através da conversão da vegetação dos tabuleiros em canaviais e dos vales em pastos. Tudo na usina aparece em maior concentração quando se compara aos engenhos. Com base na reflexão de Augusto Fonseca (1975), a intervenção do Estado previa incentivos as usinas que ampliassem a sua capacidade produtiva, tornando-se capazes de concentrar os canaviais que as pequenas usinas e os engenhos mantinham dispersos.¹⁹⁵ Além de canaviais mais amplos, as usinas precisavam de um contingente maior de braços empregados

¹⁹³ ROCHA, D. Notas. In.: **Brasil Açucareiro**. Ano 11, vol. 21, nº 2, fevereiro de 1943, p. 86 – 87.

¹⁹⁴ COUTINHO, N. A nova legislação açucareira, seus antecedentes e alcances. In.: **Brasil Açucareiro**. Ano 34, vol. 67, nº 1, janeiro de 1966, p. 23 – 36.

¹⁹⁵ FONSECA, A. C. da. Política governamental de investimento no setor açucareiro. In.: **Brasil Açucareiro**. Ano 44, Vol.86, nº 4, p.41-52, outubro de 1975.

nas fábricas e nos campos. Neste interim, se intensificou a supressão do rural pelo urbano. Enquanto as usinas careciam de espaço para os canaviais, as colônias de gado e os pequenos núcleos empregados na agricultura familiar, dispersos pelo espaço almejado, apareciam como obstáculos, pois, a pecuária e a policultura de subsistência, além de representarem concorrência para o uso da terra, igualmente o eram com relação a ocupação de mão de obra.

Concomitante à legislação que estimulava a concentração da produção por unidades, a criação do Plano Nacional de Melhoramento da Cana de Açúcar (Planalsucar), em 1971, pretendia a potencialização do rendimento dos canaviais e maior dinamização no uso da cana como matéria-prima. Para Carvalho (2009), o referido programa tinha como objetivo

incentivar a modernização da produção canavieira, introduzindo variedades de cana-de-açúcar mais produtivas e de maior longevidade, assim como aproveitar a cana como matéria-prima (ração animal, co-geração de energia, adubos, produção de celulose, álcoolquímica, etc), por meio da criação de um aparato de pesquisa agrônômica distribuído pelos estados produtores de açúcar.¹⁹⁶

Tal medida contribuía de forma clara para tornar mais seguro o investimento em novas unidades, uma vez que reduzia o custo da produção ao mesmo tempo em que oferecia alternativas para o destino de eventuais colheitas excedentes à produção de açúcar e álcool. Tendo em vista as variáveis do solo e do clima na zona canavieira, o programa atentava ainda para estudos que permitissem uma relação eficiente entre as variedades de cana e as áreas de cultivo. De acordo com Lima (2006), isso foi feito através da criação de “uma estrutura de pesquisa agrônômica para introduzir novas variedades mais produtivas e com mais adaptabilidade as condições de cada região”.¹⁹⁷ Assim, o Planalsucar favorecia de modo especial a expansão dos canaviais pelos espaços que até pouco tempo eram considerados como improdutivos, ainda que contíguo as terras tradicionalmente utilizadas no cultivo de canas.

O papel assumido pela cana de açúcar, na pauta das preocupações nacionais, inseriu a região em estudo em uma nova fase do desenvolvimento capitalista, com a qual parte da Europa é identificada no período da chamada Revolução Industrial. Dentre os aspectos que marcaram esta nova fase, é possível assinalar “a predominância do trabalho assalariado” e a reprodução do capital acumulado através da compra e concentração dos meios de produção.¹⁹⁸ No âmbito

¹⁹⁶ CARVALHO, C. P. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. 3ª ed. Maceió: EDUFAL, 2009, p. 32.

¹⁹⁷ LIMA, A. A. de. **Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional**. 2006. 181 f. Tese (Doutorado Economia Aplicada) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006, p. 148.

¹⁹⁸ SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 16ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017, p. 47.

das usinas, esta fase representou, de certo modo, uma aversão ao projeto previsto para os engenhos centrais, a partir dos quais as usinas surgiram. Isso porque, se os engenhos centrais previam a separação da produção agrícola da industrial, as usinas passaram a consolidar a união entre os dois setores, os usineiros, por sua vez, passaram a concentrar usinas e outras unidades industriais de ramos diversificados através da formação de grupos.

Neste contexto, a confluência entre o processo de industrialização e a urbanização se tornou mais evidente na área em estudo. Ainda que fosse possível concentrar os canaviais e manter disperso o contingente empregado nas usinas, o significado do meio rural perderia os elementos mais emblemáticos do seu modo de ser, uma vez que a indústria é quem requisitaria o tempo outrora desprendido no cultivo da terra, no cuidado com o gado e demais aspectos que, como já apresentado, poderiam caracterizar a vida no meio rural.¹⁹⁹

Entendendo por cidade os centros urbanos, Sposito (2017), ao ser indagada sobre o significado da industrialização para a urbanização, defendeu que:

A cidade é o território-suporte para a atividade industrial, por se constituir num espaço de concentração e por reunir as condições necessárias a esta forma de produção. Contudo, o desenvolvimento da urbanização não é apenas condição para o desenvolvimento industrial, mas também este mudou o caráter da cidade, ao lhe dar, de forma definitiva, um traço produtivo e transforma-la no 'centro' de gestão e controle da economia capitalista, subordinando até mesmo a produção agrícola que se dá no campo.²⁰⁰

Ao reunir a mão de obra necessária para o funcionamento da indústria, a cidade reuniu também as condições para a manutenção da massa trabalhadora. Para os centros urbanos, passaram a convergir a produção agrícola indispensável à subsistência, ao mesmo tempo em que o meio rural, produtor desta mesma subsistência, se tornou cada vez mais subordinado ao polo consumidor. A própria organização administrativa dos municípios reflete esse grau de subordinação, na medida em que as decisões tomadas nas cidades passaram a nortear as condições de vida no campo, sobretudo através da oferta de serviços que, ao serem concentrados nos centros urbanos, atraíram para si com maior facilidade o contingente rural.

No contexto do espaço em estudo, os centros urbanos já existentes, assim como os que se desenvolveram no recorte temporal estudado, passaram a atender as demandas da indústria canavieira em dois sentidos. A medida em que concentrava a mão de obra necessária, fazia atrair para o seu entorno os grupos até então dispersos na zona rural, facilitando assim a

¹⁹⁹ SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (orgs.). **Vida rural e mudança social**: leituras básicas de sociologia rural. São Paulo: Ed. Nacional, 1979, p. 6-7.

²⁰⁰ SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 16ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017, p. 10.

liberação do espaço agrícola necessário a expansão dos canaviais. Do mesmo modo que, no século XIX, por exemplo, os meios convencionais de apropriação da terra se davam através da aquisição de excedentes, além da capacidade produtiva dos sesmeiros e posseiros que as tinham como reservas, a apropriação do trabalho humano pela indústria também requisitou mão de obra excedente a sua disposição, com a finalidade, entre outras, de fomentar a concorrência e, conseqüentemente, o controle dos preços pagos pelo trabalho.

É preciso atentar para o fato de que a nova fase na qual se inscreveu a atividade canavieira em Alagoas, na segunda metade do século XX, correspondeu também a uma nova fase do próprio sistema capitalista, na qual, a usina representou sua maior expressão. Dito isto, é importante compreender que, no âmbito do sistema capitalista, “todos os seus insumos estão sobre a forma de mercadoria”,²⁰¹ inclusive a terra e a força de trabalho. Diante desta afirmação, podemos reportar a alguns aspectos inerentes ao trabalho na zona rural, como os mutirões ou troca-de-dias, cujo modelo foi apresentado na seção anterior, fazendo notar que, diante do desenvolvimento capitalista tais práticas já não faziam mais sentido.

O trabalho que se troca por trabalho, a terra que se obtém ou se fragmenta basicamente por meio de herança, perderam o sentido diante da nova realidade do sistema, pois era preciso alimentá-lo e expandi-lo. Portanto, as relações diretas estabelecidas no âmbito das pequenas comunidades precisavam ser convertidas em transações econômicas mais complexas, de modo que alguém compre, por um preço determinado, a força de trabalho de outrem, e este vendedor, por sua vez, gaste o dinheiro que lhe coube comprando um produto que lhe interesse, mas que está sendo posto à venda por um terceiro, que dificilmente entraria em cena caso os dois primeiros trocassem trabalho para a produção de seus próprios bens. Em tal contexto, os centros urbanos passaram a funcionar como mercados. Mercados de mão de obra para a indústria, mercado para o abastecimento dessa mão de obra, e para a oferta de produtos que o valor recebido pelos detentores da força de trabalho vendida fosse capaz de pagar.

Dentre os centros urbanos que se desenvolveram na região em estudo, a cidade de Teotônio Vilela chama a atenção por representar de forma emblemática essa concentração de mão de obra a disposição do sistema canavieiro. Com a instalação da usina Seresta, nas proximidades do povoado Chã da Planta, a região foi transformada em um ponto de convergência, sobretudo para as massas de trabalhadores, onde até então era um pacato povoado de Junqueiro. Esse adensamento populacional ficou mais evidente quando percebemos que a população urbana de Junqueiro foi reduzida quase pela metade depois que o Distrito Industrial

²⁰¹ MARX, K. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I, 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 62.

de Teotônio Vilela, instalado no antigo povoado Chã da Planta, emancipou-se de Junqueiro em 1986, dando origem a um novo município.

Ao reportar a organização social daquele aglomerado, quando ainda era conhecido como Feira Nova, Herédia (1988) pôde perceber que, além da oferta de produtos primários com melhores preços, o espaço poderia ser caracterizado também pela concentração de mão de obra.

Se, por um lado, a residência em Feira Nova significa uma liberdade que se materializa no fato de não se estar submetido a nenhum proprietário em particular, por outro lado ela não significa, para os trabalhadores, que se libertaram da classe dos grandes proprietários; pelo contrário, dependem exclusivamente deles e a eles estão ligados mediante a venda da sua força de trabalho. E, nesse contexto, a própria existência de Feira Nova, assim como sua localização – cercada de usinas – representam essa dominação.²⁰²

Diante disso, é possível entender esse, e outros centros urbanos próximos, como depósitos de trabalhadores, sobre os quais, os contratantes de sua força de trabalho não assumiam responsabilidades, já que esses trabalhadores não moravam no interior da unidade produtiva, como vilas, mantidas por engenhos e mesmo por algumas usinas. Apesar das condições adversas desses centros urbanos, como a restrição do espaço e dependência em relação aos usineiros e fornecedores de cana, os mesmos centros representavam para alguns trabalhadores a possibilidade de profissionalização através das usinas, e eventual ascensão social. Expectativa escassa no meio rural devido a precoce incorporação dos filhos nos trabalhos agrícolas com os pais, o que se perpetuava entre as gerações diante da ausência de alternativas no campo.²⁰³

Sobre este aspecto, Malassis (1979), defendeu que

De um modo mais geral, a aceleração do êxodo rural provoca fenômenos de “superurbanização”, transforma o desemprego rural real ou disfarçado em desemprego urbano com suas seqüelas – cortiços, pressão sobre o mercado de trabalho, desencorajamento à inovações (baixos salários), desvios das poupanças necessárias ao desenvolvimento. Esta situação provém de numerosas causas, que são de ordem econômica (rendas baixas e flutuantes dos trabalhadores rurais) e sociológica: Os trabalhadores rurais são tradicionalmente submetidos a múltiplos tipos de servidão; o trabalho agrícola, considerado como servil, é frequentemente desprezado, etc. Daí resulta que, no espírito de um grande número, subir na hierarquia social é mudar de profissão.²⁰⁴

²⁰² HERÉDIA, B. M. A. de. **Formas e Dominação e Espaço Social**: A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1988, p. 110.

²⁰³ Idem, p. 203-205.

²⁰⁴ MALASSIS, L. Educação e desenvolvimento rural. in.: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (orgs.). **Vida rural e mudança social**: leituras básicas de sociologia rural. São Paulo: Ed. Nacional, p. 80-93, 1979, p. 84.

Nas imediações dos tabuleiros do Sul da Zona da Mata de Alagoas, o crescimento dos centros urbanos atraídos pela atividade industrial foi fomentado não só pelas populações rurais locais, mais também por grupos que se deslocaram de outras cidades para a zona canavieira, principalmente na década de 1970. No primeiro momento, a zona rural também apresentou crescimento populacional significativo, uma das razões possíveis para esse crescimento pode estar na estrutura dos centros urbanos situados próximos das usinas da região, que dificilmente estariam preparados para oferecer os atrativos suficientes e as condições básicas de acomodação aos novos moradores. Tomando como referência as cidades próximas das usinas da região, a Tabela 7 permite observar o crescimento das populações urbanas e rurais no espaço estudado durante a década de 1970, quando foi intensificado o número de usinas na região, e compará-lo com os dados referentes a década anterior.

Município	Perfil	População			Crescimento populacional (%)	
		1960	1970	1980	1960/1970	1970/1980
Campo Alegre	Rural	5.271	5.266	12.970	-0,20%	146,90%
	Urbana	1.637	1.684	4.611	3,40%	171,30%
	Total	6.908	6.950	17.581	0,60%	152,80%
Coruripe	Rural	16.408	22.530	33.242	37,30%	47,50%
	Urbana	4.091	4.695	8.408	14,90%	79,20%
	Total	20.499	27.225	41.650	32,80%	53,00%
Junqueiro	Rural	11.498	12.897	20.329	12,80%	56,40%
	Urbana	1.409	2.101	10.849	43,90%	435,00%
	Total	12.907	14.998	31.178	16,20%	107,60%
S. M. dos Campos	Rural	16.795	19.492	22.218	16,10%	14,00%
	Urbana	7.475	10.229	18.490	36,80%	80,80%
	Total	24.270	29.721	40.708	22,50%	37,00%

Tabela 7 – Desenvolvimento populacional no entorno das usinas instaladas na década de 1970

Fonte: IBGE – Censo Demográfico. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/series-temporais/series-temporales>/acessado em: 07 de dezembro de 2018, às 17:20 hrs. Recorte de tabela organizado pelo autor.

Os municípios listados nesta tabela fazem parte da chamada Microrregião de São Miguel dos Campos, os mesmos correspondem àqueles nos quais foram instaladas usinas na

década de 1970.²⁰⁵ Ao atentarmos para o seguimento das duas últimas colunas, referentes ao desenvolvimento percentual da população, é observável um acentuado crescimento populacional na década de 1970 se comparados com os dados da década anterior, sobretudo no que se refere a população urbana. Os casos mais emblemáticos são os de Campo Alegre e Junqueiro, que receberam entre 1973 e 1974 as instalações das usinas Porto Rico e Seresta, respectivamente. É necessário pontuar que o período foi marcado por um acelerado processo de urbanização em todo Brasil, e não só na região em estudo. Ainda assim, os percentuais do adensamento urbano nas cidades destacadas excedem as médias da região para o mesmo período.

Para reforçar a defesa de que esse crescimento populacional esteve diretamente relacionado ao processo de industrialização na região, é possível recorrer aos mesmos dados referentes a outros municípios próximos. Limoeiro de Anadia, por exemplo, foi apontado por Manoel Correia de Andrade, na década de 1960, como fornecedor de mão de obra para os centros açucareiros da Zona da Mata.²⁰⁶ Ainda que limítrofe a Junqueiro e Campo Alegre, aquele município apresentou um percentual de crescimento populacional de apenas 8,6% entre 1970 e 1980, um déficit quando comparado aos 11,2% da década anterior. Deste modo, é plausível que parte da população de Limoeiro de Anadia tenha sido absorvida pelo centro açucareiro ao qual as cidades vizinhas estavam mais integradas.

Outro caso que merece ser destacado é o da usina Seresta, instalada no Vale do Rio Coruripe, em Junqueiro. Como já foi pontuado, esta usina é fruto da fusão de duas outras pequenas unidades localizadas na porção Norte da Zona da Mata, a Boa Sorte e a Santa Amália.²⁰⁷ Os incentivos financeiros previstos no Decreto-lei 1.186 de 1971 colaboraram para que essas unidades tivessem suas inscrições canceladas. A alternativa para os industriais foi unir forças e transferir o empreendimento para o Vale do Rio Coruripe, onde a disposição de terras, sobretudo nos tabuleiros, permitiria a ampliação dos canaviais e o cumprimento das metas estabelecidas pelo IAA para a contemplação dos incentivos previstos na referida legislação.²⁰⁸

A partir do acompanhamento do desenvolvimento populacional de Viçosa, por exemplo, depreende-se que a transferência do capital que movimentava a usina local propiciou também

²⁰⁵ No caso de Coruripe, a usina de mesmo nome já havia sido fundada na década de 1920, ainda assim, sua inserção nesta lista foi motivada pela incorporação, por parte da referida usina, de cotas de produção de mais três unidades sergipanas, conforme foi apresentado de forma mais detalhada na seção 2 desta dissertação.

²⁰⁶ ANDRADE, M. C. **A terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

²⁰⁷ OLIVEIRA, F. F. F. **Teotônio Vilela: a terra do Menestrel**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2015, p. 31-32.

²⁰⁸ VILELA, T. B. **A civilização do Zebu e a civilização do Basset**. Brasília: Centro gráfico do Senado federal, 1974.

a transferência de parte da população dessas cidades. Ainda que a população urbana de Viçosa tenha aumentado 13,7% na década de 1970,²⁰⁹ os números referentes a população total apresentaram uma redução de 14,2% quando comparado com a década anterior.²¹⁰ Se estiver certa a teoria de que parte dessa população de Viçosa migrou para Junqueiro junto com as cotas da usina Boa Sorte, é possível defender que a mesma usina já havia imposto certo grau de dependência aos seus moradores durante as duas décadas e meia que gerou empregos e absorveu a mão de obra daquela região.

Nos dois casos recentemente citados: Limoeiro de Anadia e Viçosa, o fenômeno da migração foi trabalhado do ponto de vista inter-regional, se considerarmos que Limoeiro de Anadia não teve usina instalada no seu município e por isso não foi diretamente integrada ao novo polo canavieiro. No entanto, a migração pode ser observada ainda dentro do próprio polo açucareiro, através do êxodo rural. Diante do modelo de ocupação do espaço na região em estudo, as populações rurais representavam para as usinas um saliente obstáculo. A localização dos núcleos populacionais rurais e a forma como interagiam entre si e com o espaço, tendia a comprometer aquele que era o principal atrativo das unidades industriais recentemente instaladas, a saber, a disponibilidade de terra para ampliação dos canaviais e consequente atendimento das exigências do IAA.

No caso específico do Vale do Coruripe, por exemplo, os povoados se encontravam organizados entre os vales e os tabuleiros, formando como que “rosários” nas bordas do vale, conforme já pontuou Andrade (1959).²¹¹ Esta localização sugere uma proximidade e possibilidade de exploração simultânea tanto das terras dos vales quanto dos tabuleiros pelos mesmos grupos humanos. De acordo com o que já foi apresentado acerca do uso dessas terras, o posicionamento das comunidades rurais pode ser estratégico, ao facilitar o desenvolvimento da pecuária, sobretudo nos tabuleiros, e demais atividades agrícolas nos vales.

²⁰⁹ Crescimento próximo ao registrado na população urbana de Limoeiro de Anadia no mesmo período, que foi de 13,6%.

²¹⁰ Os mesmos dados dos Censos do IBGE permitem observar que a população de Viçosa já havia diminuído drasticamente durante a década de 1960 quando apresentou uma queda de 33,3%. No entanto, esse decréscimo pode estar relacionado a criação de mais dois municípios no seu entorno durante aquela década, Chã Preta e Mar Vermelho, ambos em 1962. Possivelmente a população subtraída de Viçosa naquele período é a que passa a ser contabilizada como parte dos dois novos municípios. Situação semelhante pôde ser observada em Junqueiro na década de 1980, quando a população urbana daquela cidade caiu pela metade devido a fragmentação e emancipação do Município de Teotônio Vilela, que, a propósito, ficou com a usina Seresta sob seus domínios. Uma vez que não se percebeu novas fragmentações em Viçosa durante a década de 1970, esta redução na população pode muito bem estar associada a transferência da usina local.

²¹¹ ANDRADE, M. C. de. **Os rios-do-açúcar do Nordeste Oriental**: os rios Coruripe, Jiquiá e São Miguel. Recife: Imprensa Oficial, 1959, p. 83.

Sendo assim, as usinas e os grupos políticos locais interessados no desenvolvimento industrial da região, precisavam desenvolver mecanismos que estimulassem a liberação desses espaços, assim como a eventual absorção de seus ocupantes pelo emprego nas atividades relacionadas a monocultura canavieira. Uma vez que as possibilidades de uso da terra representavam o principal vínculo das pessoas com o espaço rural, a intensificação do mercado de terras na região, e a eventual ruptura com os meios precedentes de acesso ao espaço agrário constituíram as medidas mais eficientes de liberação do terreno para canaviais e integração da mão de obra local ao mercado de trabalho na agroindústria.

No contexto do recorte espacial em estudo, os meios de liberação do espaço e expropriação de seus moradores se deram por diversas vias, mas que, no entanto, acabaram sendo legitimadas por uma relação de compra e venda. É importante salientar que o uso do termo “expropriação” aqui empregado não reporta apenas a uma ação violenta de expulsão ou saque explícito. Na verdade, essa forma de expropriação, ou resistência a ela, amplamente identificada por Penço (1994) no que tange ao Vale do Paranapanema,²¹² não parece ter sido a predominante no contexto do fenômeno aqui estudado. Pelo menos não é o que transparecem as fontes analisadas para esta pesquisa. O texto adiante desvela algumas das vias através das quais a propriedade da terra foi reconcentrada no Sul da Zona da Mata alagoana e como esta reformulação do sistema latifundiário pode está diretamente relacionado a ampliação dos canaviais e a intensificação do número de usinas na região.

Para aprofundar esta discussão, foi possível recorrer a análise de fontes de natureza cartorial, sobretudo, Escrituras Públicas que tratavam da transmissão de bens imobiliários envolvendo pessoas, famílias e/ou empresas. Uma vez que o *locus* dessas fontes são os Cartórios das cidades da região, e a escolha do estabelecimento não poderia ser feita aleatoriamente, buscou-se estabelecer critérios para a escolha dos documentos, e a partir deles, a escolha do Cartório. Depois de cruzar as informações sobre o ano de fundação das cidades e de funcionamento de seus respectivos Cartórios, constatou-se que apenas as cidades de São Miguel dos Campos, Coruripe, Junqueiro e Campo Alegre poderiam armazenar documentos referentes ao recorte temporal definido para a pesquisa, ou seja, os anos das décadas de 1950, 1960 e 1970.

Outrossim, o município de São Miguel dos Campos foi o que conseguiu uma diversificação mais acentuada em sua economia na segunda metade do século XX, dispondo de fábrica de cimento e polo de extração de petróleo. Logo, dificilmente a análise de fontes que

²¹² PENÇO, C. C. F. A “**evaporação**” das terras devolutas no Vale do Paranapanema no estado de São Paulo. São Paulo: HVF Representações, 1994, p. 117-143.

atestassem a intensificação, ou não, da compra e venda de terra naquele município permitiria a defesa de que essas transações estariam ligadas a agroindústria canavieira. No caso de Coruripe, a proximidade com as praias e propensão ao turismo representava obstáculo semelhante a pesquisa, uma vez que, só um estudo acurado sobre o turismo naquela região possibilitaria uma distinção entre os impactos do turismo e os da cana de açúcar em um eventual processo de especulação agrária.

Já em Campo Alegre, o fato de o Cartório da cidade só ter iniciado seus trabalhos em fins da década de 1970 impossibilitaria uma análise comparativa com períodos anteriores, o que tornava inviável o enfrentamento da burocracia que permitiria o acesso as fontes. Em contrapartida, o Cartório de Junqueiro está em funcionamento desde a segunda década do século XX, além da documentação correspondente ao próprio município, o estabelecimento armazena a documentação referente ao território que atualmente compreende o município de Teotônio Vilela.

Ambos os municípios possuem uma profunda ligação com o avanço dos canaviais, sobretudo na década de 1970. A ausência de outra indústria expressiva no entorno desses dois municípios, que represente os interesses do sistema capitalista em expansão em seus territórios, permitem que as fontes analisadas em Junqueiro contribuam para a melhor percepção acerca das influências da agroindústria canavieira, no que diz respeito a relação com a terra no espaço estudado.

3.1 O valor de uso e de comércio da terra

Para compreender as influências da atividade canavieira na dinâmica do uso da terra, cumpre identificar a estrutura fundiária para antes da expansão dos canaviais, assim como as movimentações nos usos e nos valores atribuídos as unidades agrícolas nos recortes estudados. Desde a década de 1990 os dados dos censos agrícolas do IBGE apresentam elementos que permitem observar aspectos que sugerem certas variações nos valores atribuídos a terra, sejam através das mudanças no tamanho das propriedades ou mesmo na ocupação a elas atribuída.²¹³

Neste material do IBGE, os recortes espaciais também são mais amplos, abrangendo as unidades da federação, mas não os municípios ou microrregiões. Uma vez que o estudo aqui desenvolvido atentou para um recorte espacial menor, sob a influência da atividade canavieira, os dados dispostos para Alagoas não podem, necessariamente, atender as necessidades desta

²¹³ Informações neste sentido são disponibilizadas pelo mesmo órgão em alguns números de seus Anuários Estatísticos na primeira metade do século XX, por tanto, em períodos anteriores ao recorte temporal desta pesquisa.

pesquisa, uma vez que, do ponto de vista da ocupação espacial, a cana de açúcar não poderia exercer as mesmas influências em parte do Agreste ou do Sertão do estado, por exemplo. Diante disso, esta pesquisa recorreu aos dados coletados a partir das fontes cartoriais para melhor compreensão da relação entre atividade canavieira e mudanças na estrutura fundiária na região em estudo.

Tomando a Microrregião de São Miguel dos Campos como cenário propício para esta análise, a escolha do estabelecimento de origem das fontes atendeu a critérios limitadores, como a disponibilidade e acessibilidade as fontes, o período do início das atividades do cartório, e, conseqüentemente, a idade de seus documentos, ou a cobertura espacial acerca da qual o acervo documental fora produzido. Neste sentido, os cartórios de cidades como Campo Alegre e Teotônio Vilela não foram incorporados como *locus* de um acervo documental compatível com o período analisado, por só iniciarem seu funcionamento entre fins das décadas de 1970 e 1980, respectivamente.

Já o Cartório de São Miguel dos Campos possui documentos que cobrem o período pesquisado, tanto para o espaço do próprio município como para Campo Alegre, ainda assim, aquele município conseguiu diversificar sua economia na segunda metade do século passado, inclusive com a exploração de poços de petróleo. Deste modo, eventuais movimentações nas incidências de transferência dos estabelecimentos rurais, assim como em seus valores de compra, por exemplo, dificilmente poderiam ser identificadas como sendo reações a expansão dos canaviais ou da extração mineral. Em uma situação semelhante pode ser enquadrado o município de Coruripe, onde a valorização de alguns espaços em decorrência do turismo poderia ser confundida como sendo resposta a necessidade de aumento da área plantada por parte de sua principal usina, a Coruripe, e seus fornecedores de cana de açúcar.

Os filtros utilizados para a escolha do espaço a ser explorado como estudo de caso, apresentaram o Cartório de Junqueiro como um ambiente fértil para a pesquisa em apreço. Distante do litoral cerca de 40 quilômetros, o município de Junqueiro participou da produção canavieira da Zona da Mata como fornecedor de mão de obra até o terceiro quartel do século XX.²¹⁴ Com uma economia pouco diversificada, baseada principalmente na agricultura e pecuária, este município foi cenário de expressivas transformações, na economia, na estrutura fundiária e, inclusive, no mapa físico, a partir da década de 1970. O cartório local está em funcionamento desde de 1912, e, por isso, conserva uma vasta documentação referente a

²¹⁴ ANDRADE, M. C. de. **A terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

transferências de imóveis rurais localizadas nos atuais territórios de Junqueiro, e parte de Campo Alegre e Teotônio Vilela.

Nos primeiros anos da década de 1970, Junqueiro recebeu a Usina Seresta, fruto da fusão das usinas Santa Amália e Boa Sorte. A mesma foi instalada no vale do rio Coruripe entre as propriedades de dois engenhos que já funcionavam desde meados do século XIX: o Brejo e o São Matheus, este último já com as atividades de beneficiamento da cana de açúcar encerradas. Além da Seresta, o espaço documentado pelo referido cartório está localizado no centro da zona de influência de pelo menos mais três usinas, a Porto Rico, a Sinimbu, e, a Coruripe, que ampliou significativamente seus canaviais desde que incorporou as cotas de produção de três pequenas usinas sergipanas.

Uma vez que a agroindústria canavieira, representada pelas usinas, foi a única grande novidade para a economia de Junqueiro durante o período estudado, a análise das fontes cartoriais do município permite que se relacione com maior segurança as eventuais mudanças nas condições de acesso à terra a ampliação dos canaviais das usinas em suas cercanias. Diante do exposto, as fontes cartoriais de Junqueiro vêm permitir a esta pesquisa fazer um estudo de caso para a região em questão, sem ignorar que movimentações semelhantes podem ser observadas em outros espaços, e em outros recortes temporais, sejam conduzidas pela expansão canavieira, seja por outra razão específica.²¹⁵

O acesso a tais fontes se deu orientado por um planejamento que buscou averiguar a existência de eventuais variações nos preços e nos tamanhos de lotes transferidos por vendas, arrendamentos, ou mesmo heranças, comparando-se os valores entre antes e depois da expansão dos canaviais. No que se refere aos elementos naturais e benfeitorias que viessem a caracterizar os mesmos espaços, de acordo com o acervo documental, buscou-se desde o princípio, esboçar um quadro que permitisse identificar aspectos relevantes na relação entre os indivíduos e as partes de terra as quais tinham acesso, e que ora vendiam, compravam ou herdavam.

Na contramão do plano de pesquisa, percebeu-se que variações de tamanhos e valores nem sempre poderiam ser percebidas ou levadas em conta no estudo proposto. Os valores registrados, claramente não possuíam um padrão razoável de variação entre os lotes em questão,

²¹⁵ O que se pretende mostrar aqui, é que o processo de conversão de valor da terra, a urbanização e êxodo rural dentro do espaço estudado possuem claras e profundas ligações como a expansão dos canaviais na região. Ainda que não aprofunde o estudo sobre casos similares em outros recortes espaciais, é necessário reconhecer que o mesmo período foi marcado por intenso processo de redefinição do espaço agrícola, das atividades rurais e dos centros urbanos em outros locais do país, e que essas transformações estiveram tanto relacionadas com o cultivo de cana de açúcar, como no Oeste Paulista, como atrelada a produção em larga escala de outros exportáveis, como na Região Centro-Oeste do País, onde o cultivo de grãos para a exportação tem ocupado um papel imprescindível na caracterização dos latifúndios e no atrativo a mão de obras para a região na proximidade das grandes fazendas produtoras.

de modo que, partes de terra com benfeitorias chegaram a aparecer no mesmo povoado, no mesmo período, porém, com valores significativamente inferiores se comparadas com outras partes declaradas sem benfeitoria alguma. Mesmo se levar em consideração as variações monetárias características de alguns períodos, para o plano Cruzeiro e Cruzado, por exemplo, fica evidente que tais oscilações também não poderiam justificar a ausência de padrão de valores, inclusive porque as bruscas oscilações no valor da moeda, e mesmo mudanças de unidade monetária, dificilmente seriam percebidas em tempo real no interior da Zona da Mata alagoana até fins da década de 1970, período até quando as fontes foram consultadas.

Diante da ausência de um padrão de preços de acordo com as características da terra, sua localização e meios de exploração, buscou-se identificar razões que o justificassem e que estivessem relacionadas aos sujeitos envolvidos nas transações, e não necessariamente a terra em questão. Neste sentido, a documentação permitiu identificar fatores que, para o período estudado, poderiam ser relevantes para justificar a variação de preços de determinado lote de terra, como a transação envolvendo mulheres, pessoas que viviam longe do espaço objeto da documentação, e mesmo um esboço do grau de instrução dos indivíduos envolvidos através da ocupação declarada por cada um. Este procedimento também não permitiu a identificação de um padrão que justificasse a defesa de que uma propriedade vendida por uma mulher, por exemplo, pudesse ser mais barata que um lote com características semelhantes vendidas por um homem.²¹⁶

As mulheres figuram como vendedoras ou cedentes em cerca de 18% das transações cujas partes envolvidas foram identificadas. A porcentagem cai pela metade quando se observa a presença feminina entre as compradoras. De todo modo, no que permite comparações, é possível notar situações bem distintas em cada caso. Em 27 de agosto de 1971, uma mulher vendeu os direitos hereditários que detinha sobre uma parte de terra em que cada hectare²¹⁷ custou Cr\$. 57,00.²¹⁸ Este valor declarado para cada hectare foi 7% mais caro que os vendidos por seu vizinho, cujo lote com características similares e localizado no mesmo povoado foi vendido na semana seguinte.²¹⁹

²¹⁶ Transações envolvendo mulheres, como compradoras ou como vendedoras estão presentes em todos os livros consultados, referente aos registros de Escrituras Públicas do Cartório. Foram esses livros, descritos com maior precisão nas Referências Bibliográficas, que serviram de base a afirmação acima.

²¹⁷ O referido lote foi declarado em braças. Para facilitar a análise, as áreas foram padronizadas, ao fim do levantamento, de modo que, sempre que possível as mesmas serão apresentadas neste trabalho em hectares.

²¹⁸ ESCRITURA pública de compra e venda. **Cartório do Único Ofício de Junqueiro**, Junqueiro, AL. Livro Escritura Pública, folha 96. 27 ago. 1971.

²¹⁹ ESCRITURA pública de compra e venda. **Cartório do Único Ofício de Junqueiro**, Junqueiro, AL. Livro Escritura Pública, folha 98. 02 set. 1971.

Em outro caso ainda mais emblemático, duas mulheres declararam a venda de uma parte de terra em maio de 1972 cujo hectare custou Cr\$ 117,00.²²⁰ Esta transação rendeu as vendedoras um valor pouco mais que 10 vezes maior que outra parte de terra, no mesmo povoado, vendida por um homem um mês antes.²²¹ A comparação entre os dois documentos permite supor ainda que, ao menos uma das vendedoras e o comprador da primeira transação citada, assim como o vendedor da segunda, pertenciam à mesma família, dado possuírem o mesmo sobrenome: Madeiro. É importante dizer que em ambas escrituras de compra e venda, não foram declarados elementos, como benfeitoria, relevo, proximidade de água, que justificasse a supervalorização de um em detrimento do outro lote.²²²

Ainda que se possa identificar casos em que as mulheres declararam ter recebido menos que os homens pela venda de lotes em condições semelhantes, os exemplos acima citados, dentre outros, contribuem para que seja refutada, ao menos no âmbito deste trabalho, alguma necessária correlação entre as ausências de padrão nos preços da terra e uma questão de gênero. Uma análise comparativa das fontes também não permite associar a variação dos preços às condições anteriores de sua aquisição, ou seja, não é possível afirmar que as terras herdadas, compradas ou adquiridas via termo de Usucapião, foram transmitidas por vendas com valores diferentes em decorrência de tais condições de aquisição.

Deste desencontro, é sugestivo acreditar que as variações nos preços declarados possuíam maiores relações com interesses particulares dos declarantes do que com os valores reais pelos quais as terras em questão estavam sendo transmitidas. Isso porque, a taxa paga ao Cartório pela transcrição do documento, e demais burocracias, eram determinadas pelo valor que encerrava a transação, assim, ao declarar um preço diferente do real, os declarantes poderiam manipular o valor da taxa paga ao Cartório, que girava em torno de 7% do valor do bem transmitido, conforme esclarecem os próprios documentos.

Estas, e outras situações, permitem antecipar um breve discurso no campo da Teoria da História com relação a subjetividade na qual as fontes analisadas estão envolvidas. O ofício do historiador o coloca diante de materiais que não foram produzidos necessariamente para o seu manuseio, o que exige dele um esforço maior que coletar e agrupar informações. Em um

²²⁰ ESCRITURA pública de compra e venda. **Cartório do Único Ofício de Junqueiro**, Junqueiro, AL. Livro 40, folha 3. 15 mai. 1972.

²²¹ ESCRITURA pública de compra e venda. **Cartório do Único Ofício de Junqueiro**, Junqueiro, AL. Livro Escritura Pública, folha 185. 04 abr. 1972.

²²² Talvez seja relevante denunciar que, de acordo com a escritura em que as duas mulheres figuram como vendedoras, o comprador só poderia tomar posse do bem adquirido após a morte das referidas vendedoras. Tratava-se assim de uma compra antecipada. Este detalhe pode até incidir nas relações de valores, contudo, uma vez que se estava pagando por um bem cujo usufruto pelo comprador era incerto, esta condição deveria diminuir, e não aumentar o preço do bem em questão.

trabalho sobre análise de fontes cartográficas já foi defendido a necessidade de uma cuidadosa contextualização das fontes acessadas, uma vez que o cartógrafo que a produziu, dificilmente o fez considerando o seu uso como fonte histórica.²²³ A mesma problemática já foi exposta com defesa similar em relação a produção da imprensa, fomentando o entendimento de que o material em questão não foi produzido com o intuito de servir como fonte de pesquisa, por isso, é necessário que sejam transformados em tais fontes pelo pesquisador.²²⁴

A experiência com as fontes cartoriais surpreenderia os positivistas ao apresentar as mesmas dificuldades que os mapas e jornais, por exemplo, diante de um trabalho de pesquisa em história. A subjetividade contida em tais fontes, e sua carência por uma análise profunda, se opõe aos princípios mais salientes do paradigma positivista que pressupunha uma verdade transparente contida em documentos que falariam por si só. Além do próprio documento, do período e dos recursos que foram utilizados na sua produção, as fontes cartoriais exigem considerações sobre os grupos de indivíduos que estiveram envolvidos em sua produção, pois, cada documento carrega em si parte da identidade do escrivão e de cada um dos declarantes, o que torna a análise desse material ainda mais complexa.

Mesmo diante deste impasse, quanto a relação de valores, alguns detalhes das partes de terra comercializadas permitem identificar mudanças nas características que agregavam valor a terra durante o período analisado. O termo “terra agrícola” está presente em quase todos os documentos, sugerindo uma terminologia genérica aplicável a todo terreno cultivado ou cultivável. Por outro lado, o termo “chã e quebro” é bastante recorrente na documentação datada entre as décadas de 1950 e 1960.²²⁵ Esta designação faz referência a topografia do solo, composto por variações entre terras planas e depressões. Esta é uma característica comum nas terras que circundam os Vales dos Rios Coruripe e Piauí, nas áreas próximas dos tabuleiros, já defendido neste trabalho como sendo destinado tradicionalmente para as colônias de gado.²²⁶

²²³ SILVA, F. B. Cartografia como Fonte: O Sul de Alagoas no século XIX. In.: Encontro de História, 8º, 2016, Maceió. **Anais do VIII Encontro de História: Ensino, Metodologia e Práticas Pedagógicas em História na Sociedade Contemporânea.** Maceió: UFAL, p. 120-127, 2016.

²²⁴ CRUZ, H. de FARIAS; PEIXOTO, M.R. da Cunha. Na Oficina do historiador: conversa sobre história e imprensa. In: **Projeto História: Revista de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP.** São Paulo: Educ, 2007, n. 35, p. 253-272.

²²⁵ Por sua vez, designação “chã e tabuleiro”, presente em alguns registros levam a crer que o termo “tabuleiro” não representava apenas uma característica topográfica, e sim um conjunto de diversas características nas quais podemos deduzir que se incluía a fertilidade do solo e fins a ele destinados. Fosse diferente, tal designação poderia ser entendida como redundante uma vez que, do ponto de vista da topografia, chã e tabuleiro representam o mesmo padrão topográfico.

²²⁶ ANDRADE, M. C. de. **Os rios-do-açúcar do Nordeste Oriental:** os rios Coruripe, Jiquiá e São Miguel. Recife: Imprensa Oficial, 1959. As observações deste autor sobre esta característica do espaço em questão contemplam apenas o vale do rio Coruripe, mas pode ser percebida também pelo observador que cruza o riacho Piauí, o que é evidenciado também pelas escrituras de compra e venda de terras em seu vale onde a designação “chã e quebro” e outras similares são recorrentes.

A recorrência com que este termo aparece na documentação de antes da grande expansão dos canaviais, contribui para a defesa de que, até a década de 1970 as terras de tabuleiros não eram objeto de ampla comercialização, outrossim, o fato de alguns povoados localizados próximo aos tabuleiros figurarem com frequência entre a localização de alguns lotes vendidos, sugere que, pelo menos, ser terra de tabuleiro não era uma característica relevante na identificação da terra a ser vendida.

Esta situação mudou de forma expressiva na década de 1970, quando o aumento do número das usinas na região, e de suas áreas de influência, encontraram nos tabuleiros um espaço propício para a expansão canavieira. A valorização dos tabuleiros fica mais evidente quando se atenta para as Escrituras de Compra e Venda e se percebe que, a partir desse período, a designação “tabuleiros” passa a figurar com maior frequência na documentação analisada, como elemento de identificação das áreas transmitidas.

Entre 1952 e 1964, apenas 8 propriedades e posses vendidas foram declaradas como sendo compostas, em parte, por tabuleiros.²²⁷ Destas, uma não apresenta área e as demais juntas somam uma área de 29 hectares. Depois de 1964 esta característica só aparece associada as terras vendidas em 1972, somando 13 lotes, desde este ano até 1976. Foram 1.628 hectares de terras de tabuleiros vendidas na região no curso desses 4 anos. Desta área, 961 hectares foram comprados por uma usina e dois de seus acionistas, ambos, inclusive, representados pelo mesmo procurador. Estes dados ajudam na percepção do valor adquirido por essas terras para o cultivo de cana e como a presença de tabuleiros na região alimentou o comércio de terras, ao mesmo tempo, permite maior compreensão das transformações que a cana propiciou para o meio ambiente e para a pecuária no espaço estudado.²²⁸

Apesar de serem tidos como “incultos”, é plausível que esta posição que os tabuleiros passaram a ocupar no mercado de terras tenha comprometido drasticamente o desenvolvimento da agricultura na região. Como já foi apontado na Seção 2, o aumento da produção de cana de açúcar não representou uma ameaça ao volume dos rebanhos de gado que pastavam soltos pelos tabuleiros, isso porque as antigas colônias foram deslocadas para os vales, onde os cursos de água e as matas já compunham o cenário juntamente com os roçados, e mesmo com os canaviais, sobretudo de engenhos da região.

²²⁷ Destas, apenas uma de 1 hectare foi declarada como sendo de tabuleiros, para as demais foram usados termos como “mais ou menos tabuleiros”, “tabuleiro e quebro” e “chá e tabuleiro”.

²²⁸ A documentação associa frequentemente essas terras a “tabuleiros incultos”. Tal designação sugere que estes espaços eram, até então, impróprios para a agricultura, portanto, disponível para as colônias de gado. Outrossim, esta declaração pode ser útil aos usineiros para legitimar a sua ação benéfica transformadora em um espaço hostil e improdutivo.

Do ponto de vista ambiental, a valorização das terras planas e arenosas representou a completa devastação de sua vegetação. Já no âmbito da organização social, a ocupação desse espaço por canaviais contribuiu de forma expressiva para a expulsão das populações rurais e o consequente adensamento das mesmas nas zonas urbanas próximas, isso porque, mesmo quando essas populações não exploravam os tabuleiros através da pecuária e, quando possível, através da produção de gêneros para a subsistência, o deslocamento das colônias para as terras mais férteis dos vales, a falência dos bangues, que de alguma forma ainda funcionavam como espaço de moradia e de trabalho, e, a intensificação do mercado de terras, tornou a vida rural pouco atraente, quando não insustentável.

Para o surgimento e crescimento das zonas urbanas, é preciso considerar as contribuições das melhorias nas estradas, as mesmas que já foram apontadas neste trabalho como cruciais para o desenvolvimento industrial vinculado as usinas. Enquanto antigas vias, como a Estrada do Sal,²²⁹ desapareceram em meio aos canaviais, outras, como a Rodovia BR 101 surgiram, e, ao cortar os tabuleiros em estudo, contribuíram para a consolidação da união indispensável entre a agroindústria canavieira e a urbanização.²³⁰

A pesquisa que deu origem a esta dissertação buscou apontar que, o desenvolvimento da indústria e o aprimoramento das vias de tráfego e transporte, são processos interligados de modo que não se pode escolher um em detrimento do outro para explicar de forma genérica a valorização das terras dos tabuleiros no espaço estudado. Enquanto a industrialização impulsionou esta valorização em nome do aumento da área plantada, a abertura de novas vias e melhorias nas já existentes, estimulou o desenvolvimento urbano em suas margens e a consequente especulação imobiliária nos espaços onde os elementos estradas, usinas e cidades convergiam.

Reportando outra vez para os escritos de Costa (s/d), o autor, além de apontar a importância da Rodovia para o desenvolvimento urbano que sucedeu na região, permite a defesa de que a cobertura natural desses tabuleiros se manteve inalterada, desde, pelo menos o século XIX. Esta impressão é evidenciada a partir da comparação entre a sua descrição do espaço com

²²⁹ A Estrada do Sal era uma antiga via que ligava Limoeiro de Anadia ao litoral de Coruripe. A mesma já foi defendida neste trabalho como importante via de abastecimento da indústria de carne de sol, em Limoeiro, e escoamento dos produtos de Limoeiro para o litoral. Sobre isso vê: SILVA, F. B. da. Cartografia como Fonte: O Sul de Alagoas no século XIX. In.: Encontro de História, 8º, 2016, Maceió. **Anais do VIII Encontro de História: Ensino, Metodologia e Práticas Pedagógicas em História na Sociedade Contemporânea.** Maceió: UFAL, p. 120-127, 2016.

²³⁰ A título de exemplo a caracterização do espaço que atualmente compreende o centro urbano de Teotônio Vilela, antes e a partir da construção da rodovia, foi pontuado na Seção 2 através da fala de Elisbão da Costa, morador de Junqueiro que escreveu sobre o processo de urbanização que deu origem a referida cidade. Sobre isso vê: COSTA, M. E. **Introdução a História de Feira Nova.** Junqueiro: Imprensa do autor, s/d. p. 9-10.

aquela feita por Avé-Lallemant em 1859. Os dois observadores transmitiram uma imagem dos tabuleiros como espaços pouco habitados e com claras limitações nos modelos de exploração por parte dos homens.

Depois de uma descrição mais profunda sobre os tabuleiros que encontrou entre as Lagoas e São Miguel dos Campos Avé-Lallemant (1981) assim descreveu os Tabuleiros de Mangaba entre os Vales dos Rio Jequiá e Coruripe:

Atravessei no mesmo dia o grande canal de Jiquiá e chegamos ao vasto tabuleiros, depois de uma pequena depressão onde, em volta duma lagoa de água doce, alguns agricultores se tinham fixado, formando pequena povoação, S. Luzia. As poucas choupanas sob os coqueiros, em torno do pequeno lago, se assim quisermos chamar a pequena lagoa de S. Luzia semelham um oásis no meio do vasto tabuleiro.

Como nesses planaltos há estradas, e se entrecruzam numerosas veredas, é muito fácil perder-se, quando não se está inteiramente familiarizado com essa região solitária, mesmo depois de se ter passado algumas vezes pelo tabuleiro.²³¹

Em Costa (s/d), que era natural da região, os mesmos tabuleiros descritos pelo viajante alemão pouco mais de um século antes, ainda aparecem pouco prestigiados pela ocupação humana. O mesmo é apresentado envolto em mistérios assombrosos.

Se por ventura um dos destemidos transeuntes tivesse necessidade palpante que lhe fôsse preciso atravessar o referido deserto depois das dezoito horas neste comenos ele se escusaria em atravessar sozinho temendo lhe acontecer o que a outro já fora acontecido: gritos, assobios, risadas, silvas da horripilante cobra pintada, côm de brasa, conseqüentemente a mais perigosa entre todas hemergências citadas.²³²

O aspecto quase hostil desse espaço parece ter permanecido até a sua transformação em canaviais. De todo modo, o posicionamento dos autores chama a atenção para possíveis critérios de valorização do espaço através do uso de termos que denotam o aspecto de “esterilidade”, em Avé-Lallemant, e de “deserto”, em Costa, por exemplo. O “deserto”, a “terra estéril”, e “inculta” não significava dizer que fosse desprovida de vegetação, ou completamente inexplorada pelo homem. O uso das mesmas terras para a pecuária, assim como a presença de uma vegetação peculiar, notadas nas descrições do espaço feitas ao longo dos últimos séculos, inclusive pelo próprio Elesbão, dão a entender que o uso dos termos “estéril”, “deserto” ou “inculto” estão

²³¹ AVÉ-LALLEMANT, R. C. B. **Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe**. Ed. Itatiaia, 1981, p. 299.

²³² COSTA, M. E. **Introdução a História de Feira Nova**. Junqueiro: Impressão do autor, s/d. p. 10.

relacionados a inviabilidade da exploração agrícola daquela terra. Neste sentido, os processos então inovadores, como a adubação química e a fertirrigação tornaram-se elementos agregadores de valor a terra por superar sua infertilidade tornando-as cultiváveis.

A pesquisa, da qual essa dissertação é fruto, não encontrou elementos que apontem o uso desses processos por parte de outros investidores, senão as usinas, dentro do recorte temporal estudado. Aparentemente, nem mesmo os grandes senhores de engenho, cujos ancestrais haviam buscado, inclusive fora do país, mecanismos e tecnologias de aperfeiçoamento da produção canavieira, tiveram acesso aos meios de fertilização de suas terras, senão por intermédio das próprias usinas que processariam suas canas.

É importante lembrar que o pioneirismo das usinas nos processos de fertilização estava intimamente ligado a ação do Estado em proteger o setor e concentrar a produção nas mãos de poucos, o que, de certo modo, contribuía para que o processo produtivo fosse controlado pelo Estado através do IAA. Os estímulos financeiros e incentivos fiscais que permitiam investimentos na modernização do cultivo e processamento, contemplavam apenas as usinas, sobretudo as de maior porte, como já apresentado, e por isso não se estendiam aos pequenos fornecedores, tão pouco a algum produtor de gênero alimentício que eventualmente possuísse uma gleba em terras de tabuleiros e desejasse torna-la fecunda para seus roçados.

Notadamente, a falta de capital que pudesse ser investido em técnicas de cultivo tornou-se um fator relevante na intensificação do êxodo rural, quando os pequenos produtores se depararam com a incapacidade de concorrer com quem poderia investir em técnica e em força de trabalho.²³³ Não obstante, a venda da terra a quem pudesse compra-la junto com a força de trabalho de quem vendesse, parece ter sido a medida mais viável a ser tomada por pequenos proprietários e posseiros de terras passíveis do cultivo de cana de açúcar. Deste modo, as terras “incultas” dos tabuleiros não teriam para os pequenos produtores rurais, e mesmo para os senhores de engenho, desprovidos dos meios de beneficiamento do solo, o mesmo valor que para os usineiros. Em face disso, enquanto os primeiros detinham a terra e não podiam produzi-la, os usineiros tinham o interesse e as facilidades de compra e beneficiamento, fazendo da aquisição dessas terras uma operação, aparentemente, vantajosa para os dois lados.

A ampliação das possibilidades de cultivo não valorizou apenas o comércio das terras dos tabuleiros. O acompanhamento de algumas tendências acerca do uso e da transmissão da terra na região, notadas através das fontes cartoriais, evidenciam que o período de maior

²³³ Esta problemática é trabalhada, inclusive dentro do contexto da expansão canavieira em: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (orgs.). **Vida rural e mudança social**: leituras básicas de sociologia rural. São Paulo: Ed. Nacional, 1979, p. 23.

intensificação da produção canavieira, ou seja, a década de 1970, coincidiu com uma série de mudanças nos perfis dos lotes transmitidos e mesmo de seus vendedores e compradores. Uma questão bastante discutida acerca dos registros de terra diz respeito às precariedades com que se estabeleceu seus limites ao longo dos séculos, desde o período colonial. Em Junqueiro, os métodos arcaicos e imprecisos de limitação das faixas de terras resistiram, pelo menos, até a década de 1970, evidenciando uma valoração do espaço agrícola neste período.

Os lotes declarados entre 1952 e 1971, frequentemente apresentavam apenas os limites sem constar área aproximada ou qualquer medida das linhas divisórias que possibilitassem uma ideia acerca de seus tamanhos. Durante este período, as escrituras de 1952 foram as que melhor permitiram um acompanhamento das áreas transmitidas, das quais 30 dentre as 40 escrituras foram declaradas com suas respectivas áreas ou medidas que permitam calculá-las. Nos demais anos deste período, a porcentagem de documentos com área definida raramente atingiu os 50% dos volumes totais. Apenas em 1975 e 1976, anos limites da consulta, é que este número atingiu os 100% da documentação consultada. Até então, mesmo a forma como os limites eram descritos evidenciavam uma profunda falta de precisão que pode estar associada a relação de valor de uso da terra em detrimento de um valor comercial.

A transcrição dos limites de uma posse apresentada ao cartório de Junqueiro em 1919 permite exemplificar os métodos de delimitação recorrentes na documentação analisada até a década de 1970.

Dito quinhão de terra hé limitada da forma e maneira seguinte principiando do tozeiro do rumo da posse de meu irmão Francelino da hi travesçar o riacho e seguirar pelo o dito rumo para o lado do poente até topar o rumo da posse do Senhor José Elias ahi farar ponto e darar as costas ao Sul e seguirar para o lado do norte até topar o rumo da posse Senhor Sebastião seguirar por este até defrontar ao pé da Cajazeira e seguirar a topar ao dito pau da ali a travesçar o riacho e seguirar pelo rumo dividindo com Maria Terto até topar o rumo de meu irmão Francelino ahi darar as costas ao nascente e seguirar pelo o dito rumo para o lado do puente a topar o jamencionado tozeiro a onde foi o primeiro ponto.²³⁴

A presença de elementos com localização pouco clara, como rios, estradas, pedras e árvores, contrasta com os modernos meios de medição inaugurados posteriormente pelas usinas e adotados por parte expressiva dos demais declarantes. Estes critérios rudimentares de estabelecimento dos limites chamam ainda a atenção por permitirem amplas modificações por parte de confrontantes mal-intencionados. Deste modo, “os limites sagrados da sociedade rural

²³⁴ DECLARAÇÃO de compra e venda de um quinhão de terra de Filismina Maria da Silva, Teixeira, 30 de outubro de 1919. Acervo particular.

eram facilmente profanados pelo interesse alheio onde haviam várias pedras, várias cajazeiras e inúmeras guabirabas”.²³⁵

O uso de pontos georreferenciais dados em graus de latitude e longitude aparecem na documentação a partir de 1974. Naquele período, mesmo os pequenos proprietários que não dispunham do suporte técnico necessário para proceder tais medições já pareciam mais preocupados com seus limites, mencionando marcos artificiais posicionados estrategicamente, e mesmo um claro avanço na precisão com que declaravam as áreas. Os valores dados, quase que exclusivamente em braças,²³⁶ foram aos poucos trocados pelo metro, ou mesmo dados em palmos, de modo que a precisão com que se media evidencia o valor atribuído a cada parte do lote. Esta, dentre outras mudanças nas percepções dos declarantes com relação a terra que hora transmitem, faz parte de um conjunto de mudanças substanciais na relação estabelecida entre os usuários e a própria terra. É possível defender que, o cuidado crescente com o estabelecimento dos limites e da definição da área documentadas, não estivesse exclusivamente relacionado ao desenvolvimento de técnicas mais eficientes e precisas de medição.

Ao discorrer sobre as mudanças nos meios de apropriação do espaço agrário, em decorrência da Lei de Terras de 1850, Costa (2010) defendeu que, a conversão entre prestígio social e poder econômico, no que diz respeito a aquisição de terra, esteve diretamente relacionado a mudanças nas relações de trabalho que previam a substituição do trabalho escravo pelo livre. Para a autora, “a mudança de atitudes em relação à terra correspondeu à mudança de atitudes em relação ao trabalho: escravidão e certas formas de servidão foram substituídas pelo trabalho livre”.²³⁷ No contexto do espaço em questão, as mudanças percebidas e aqui discutidas, aludem também a reflexos das mudanças nas relações de trabalho, em que o trabalho rural, de cunho familiar, tendia a ser substituído pelo trabalho industrial e assalariado, para o qual as usinas se apresentavam na região como principal, senão único, *locus*. Neste sentido, a terra explorada no âmbito familiar perdia seu valor de uso para adquirir valor comercial, liberando as famílias nelas ocupadas para o trabalho assalariado.

Esta tendência de mudança de valor da terra ficou mais evidente quando se acompanhou a incidência com que se vendia e se comprava terra nos recortes temporais e espaciais estudados, assim como as mudanças nos tamanhos dos lotes. A Tabela 8 é resultado da

²³⁵ SILVA, F. B. da. **Entre o Vale e os** Tabuleiros: O processo de povoamento no fluxo médio do rio Coruripe (1850-1970). 2016. 113 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Arapiraca, 2016, p. 97.

²³⁶ Unidade de medida variável que pode corresponder entre 2 metros e 2,2 metros, ou, a altura de um homem com um dos braços levantados, desde a planta dos pés até a extremidade do dedo médio da mão levantada.

²³⁷ COSTA, E. V. da. **Da monarquia à República**. 9ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p.174.

sistematização das Escrituras Públicas de Compra e Venda acessadas no Cartório de Junqueiro entre os meses de agosto e setembro de 2018.

Ano	Nº de Escrituras acessadas²³⁸	Nº de Escrituras analisadas	Área total (ha)	Área média (ha)	Lotes < 10 (ha)	Lotes de 10 a 100 (ha)	Lotes > 100 (ha)
1952	40	30	293,94	9,80	21	9	
1954	6	3	8,00	2,67	3		
1955	37	23	86,42	3,76	23		
1958	11	3	14,00	4,67	3		
1959	10	5	31,50	6,30	5		
1960	9	2	2,73	1,36	2		
1961	16	3	25,15	8,38	2	1	
1962	4	1	12,40	12,40		1	
1964	41	9	52,59	5,84	7	2	
1965	25	12	122,38	10,20	8	4	
1966	37	19	428,59	22,55	8	10	1
1967	9	3	18,79	6,26	2	1	
1970	23	9	121,68	13,52	4	5	
1971	60	38	566,50	14,91	25	13	
1972	80	42	1.112,31	41,07	26	13	3
1973	98	70	2.874,90	41,07	41	22	7
1974	40	33	1.546,85	46,87	9	20	4
1975	12	12	1.444,37	112,36	3	5	4
1976	2	2	179,72	89,86		1	1
Total	560	319	8.942,82	453,17	192	107	20

Tabela 8 – Incidência de vendas e áreas das terras declaradas no cartório de Junqueiro entre 1952 e 1976

FONTE: Tabela elaborada pelo autor a partir de dados disponibilizados por: Livros de Registro do Cartório do Único Ofício de Junqueiro. Dados acessados entre 31 de agosto e 26 de setembro de 2018.

Esta tabela foi elaborada respeitando algumas lacunas, que, por uma questão de preservação dos documentos, não puderam ser devidamente consultadas. Ainda assim, através dos dados nela dispostos, é possível visualizar elementos que norteiam, pelo menos, três questões recentemente levantadas:

a) as escrituras analisadas são aquelas que, a partir do volume total acessado, constam declarados os valores referentes a área do lote em questão, ou medidas que permitiram o cálculo das mesmas. Como já pontuado, com exceção de 1952, quando 75% das escrituras permitem

²³⁸ Este volume contempla as Escrituras de Compra e Venda de partes de terras agrícolas, ignorando, pois, aquelas cujo objeto de transmissão são prédios na área urbana de Junqueiro.

identificar a área, as maiores porcentagens se concentraram nos últimos quatro anos cobertos pela pesquisa, ou seja, entre 1973 e 1976, chegando a 100% dos documentos nos últimos dois anos. Apesar de parte desses lotes terem sido comprados por usinas e seus acionistas, a preocupação em garantir melhores definições dos limites e das áreas foram evidenciadas mesmo entre os demais negociadores;

b) o aumento no número de transações também ficou claro na pesquisa. Respeitando-se as lacunas já mencionadas, a média mensal de transações declaradas dobrou entre a primeira e a última década analisada, evidenciando uma intensificação das vendas no mercado de terras da região. É importante pontuar que o período de pico dessas vendas é justamente o biênio 1972/73, que coincide com o momento da instalação das Usina Seresta em Junqueiro e outras duas em municípios vizinhos;

c) um terceiro ponto observável, e que reforça a defesa de uma valorização comercial da terra no período em questão, diz respeito ao aumento substancial nas áreas dos lotes transmitidos. Tal aumento esteve claramente em consonância com os padrões de exploração da terra através da monocultura de exportação. Situação semelhante foi descrita por Penço (1994) no âmbito da expansão da cultura de algodão no Vale do Paranapanema, entre as décadas de 1940 e 1960, período em que a autora observou um crescimento substancial no número de estabelecimentos maiores que 1.000 alqueires, refletindo assim um processo de concentração fundiária.²³⁹

É importante ponderar sobre a relação entre a venda de terras e o abandono ou permanência das atividades agrícolas por parte de quem a vende, em períodos distintos. A documentação consultada evidenciou que, nem sempre, o fato de se está vendendo um lote de terra significava que seu vendedor estava mudando do espaço de moradia, tão pouco de atividade. Ao longo do período consultado, algumas informações presentes nas Escrituras Públicas de Junqueiro apontaram tendências de fragmentação e concentração de terras através da venda. Isso porque em alguns casos a venda de um lote contemplava apenas parte do total possuído pelo vendedor, o que subtende uma fragmentação da área em questão.

As descrições acerca dos limites dos lotes vendidos são particularmente ricas em informações a esse respeito. Tomando como referência o volume documental declarado entre 1952 e 1967, das 245 Escrituras consultadas nesse período, 30 contêm termos que aludem a uma fragmentação da terra, tais como “desmembrada” ou “confrontando-se com o mesmo

²³⁹ PENÇO, C. C. F. A “evaporação” das terras devolutas no Vale do Paranapanema no estado de São Paulo. São Paulo: HVF Representações, 1994.

vendedor”. Neste mesmo período, outras 8 Escrituras apresentam os termos “vendido para o vizinho” ou “confrontando-se com o comprador”, apontando assim que as partes vendidas estavam atendendo a ampliação da área de algum dos confrontantes.²⁴⁰

Este quadro mudou de forma exemplar no período entre 1970 e 1975 quando das 313 Escrituras declaradas no período, 72 contêm as mesmas referências de limites, apresentando, porém, uma tendência diferente. O número de lotes cuja fragmentação fica visível através deste método de análise aumento para 34, ou seja, um aumento artificial, se considerarmos a desproporcionalidade entre este valor e o número total de Escrituras consultadas. Quanto ao número de lotes concentrados, que somam 34, passou de 3,2% do total até 1967, para 23% no lustro em estudo.²⁴¹ É certo que, em alguns casos, o vendedor de determinado lote aparece em outras transações na condição de comprador, mais também precisamos considerar que nem todos os proprietários que aumentaram seus lotes no período em estudo tenham essa concentração visível através do acompanhamento das declarações de limites, uma vez que, os novos lotes adquiridos nem sempre eram contíguos aos que, eventualmente o mesmo comprador já possuísse.

De todo modo, o Gráfico 2 contribui para reforçar a teoria aqui exposta de que, o período de maior expansão da atividade canavieira mediante a instalação de novas usinas, e expansão das já existentes, coincidiu claramente com o período de reconcentração fundiária no espaço em estudo.

²⁴⁰ Arquivo do Cartório do Único Ofício de Junqueiro. Dados acessados entre 31 de agosto e 2 de setembro de 2018. Dentre as informações constantes na documentação referida, contribuem para esta análise os dados que aludem as limitações dos lotes em questão, quando os mesmos foram registrados, o que não deve ser entendido como uma regra geral para todos os documentos consultados. É plausível que um número não negligenciável das transmissões em questão diga respeito a transferências entre membros da mesma família, a julgar pela incidência de sobrenomes idênticos entre vendedores e compradores. Outrossim, esta análise tem levado em consideração apenas o uso de terminologias mais claras, tais quais as já citadas no texto, que, quando aparecem na documentação permitem identificar a fragmentação ou concentração da terra por parte de indivíduos, e não de famílias.

²⁴¹ Deste total de 72 Escrituras, 4 confrontavam como compradores e vendedores ao mesmo tempo. A título de exemplo, em uma Escritura de 10 de outubro de 1972, referente a venda de parte de uma propriedade denominada Prata, constam os confrontantes da mesma propriedade, dentre os quais, foi registrado que a referida parte confrontava como o mesmo vendedor, de um lado, e com o comprador, de outro. JUNQUEIRO (AL). Cartório do Único Ofício de Junqueiro. **Escritura Pública de Compra e Venda**. Escritura registrada na folha 9 do livro 40. Registro em 07 jun. 1972.

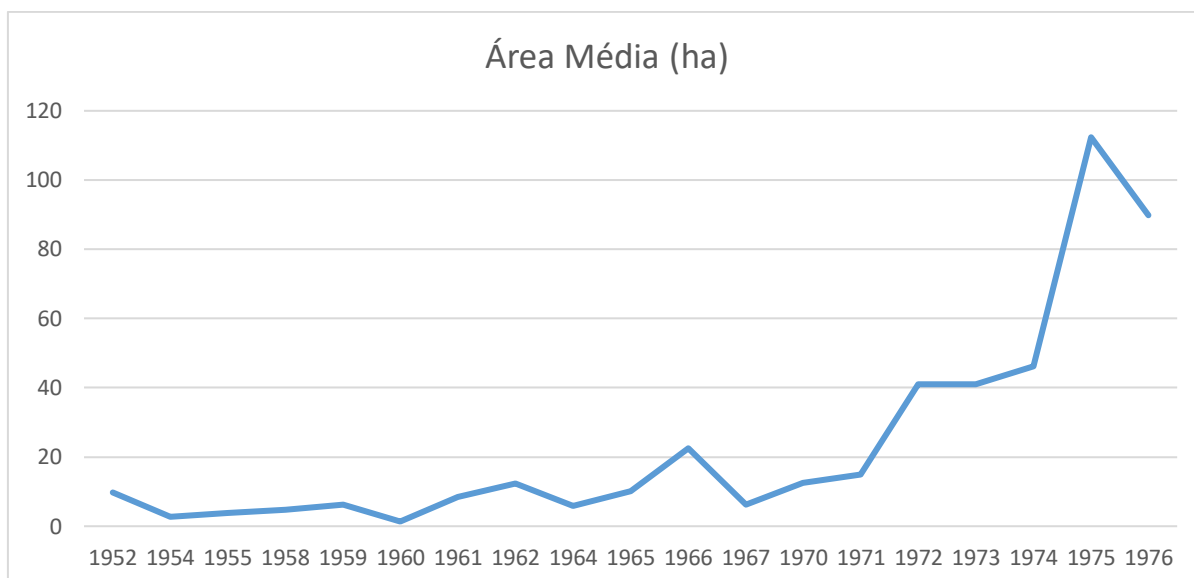


Gráfico 2 – Área média dos lotes transferidos por compra

FONTE: Gráfico elaborado pelo autor a partir de dados disponibilizados por: Livros de Registro do Cartório do Único Ofício de Junqueiro. Dados acessados entre 31 de agosto e 26 de setembro de 2018.

As dimensões dos lotes comercializados têm muito a dizer sobre a sua aplicação e mesmo sobre o perfil de quem os adquiriu. No contexto do espaço em estudo, não foram encontrados elementos que indicassem a possibilidade de aquisição de grandes extensões de terra em função da produção familiar, de gêneros alimentícios, por exemplo. Ainda que, nem todos os lotes comercializados no período, tenham sido destinados ao cultivo de cana, o ingresso das usinas no mercado de terras, como compradoras, possuiu um peso relevante nas relações de preço, e conseqüentemente na redefinição de quem pode comprar e de quem deve vender seus lotes.

Em seu estudo sobre o desenvolvimento e funcionamento do sistema capitalista, Marx defendeu que a aquisição de valor de determinado bem está diretamente relacionada a incorporação de trabalho.²⁴² Neste sentido, no âmbito do mercado de terras, fica patente que os benefícios oferecidos pelo Estado para a expansão da atividade canavieira, tornava os usineiros e grandes fornecedores, os agentes mais capacitados para agregar valor a grandes extensões de terra, levando-os a requererem mão de obra e domínio técnico. Em contrapartida, aos pequenos produtores que não dispunham de amplos recursos financeiros nem mão de obra suficiente, restava-lhes vender o que dispunham, para estes, a terra que ora se apresentava como via de trabalho, acabava sendo convertida em mercadoria e objeto de negócio.²⁴³

²⁴² MARX, K. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I, 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 240.

²⁴³ MARTINS, J. S. **Não há terra para plantar neste verão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

A falta de recurso já foi apontada por Silva (1999) como razão pela qual alguns posseiros do Vale do Jequitinhonha se viam obrigados a vender suas terras na segunda metade do século XX. Para a autora, as taxas impostas aos mesmos para que suas posses fossem legitimadas, e assim convertidas em propriedades, acabava por induzi-los a vender os lotes por eles explorados a gerações.

A lei, ao se mostrar benevolente com os posseiros, na medida em que se baseava em princípios equânimes e de justiça social, tornava-se reconhecida e, assim, legítima. No entanto, esta aparência de igualdade e justiça sociais escondia a ratificação das injustiças e das desigualdades, na medida em que, mesmo a preços "simbólicos", a grande maioria dos posseiros não pôde arcar com as despesas impostas pela lei. Por essa razão, "venderam" suas terras ou simplesmente as entregaram aos mercadores de terras provenientes do Estado de São Paulo ou às grandes companhias estatais ou privadas de reflorestamento.²⁴⁴

Não é difícil perceber que, se os valores para medição da terra e emissão do título de propriedade, tinha o poder de motivar a venda, a falta dos recursos necessários para tornar a terra mais produtiva, deveriam ser ainda mais estimulantes no sentido de convencer o pequeno proprietário a vender sua gleba. No caso dos "tabuleiros incultos", onde a possibilidade de produção era ainda mais onerosa, qualquer valor oferecido poderia parecer alto o suficiente para estimular a venda por parte de quem não detinha os meios de fazê-lo produtivo, ou seja, para agregar-lhe valor.

Para além da compra, outros meios de ampliação do espaço agrário apontam mudanças na relação com a terra por parte dos indivíduos no período estudado. Tomando como suporte os estudos de Emilia Viotti (2010), a partir da Lei 601 de 18 de setembro de 1850, a terra, outrora símbolo o prestígio social, passou a significar também poder econômico.²⁴⁵ No espaço em questão, essa relação entre a propriedade da terra e o poder econômico tornou-se mais evidente justamente no período em que o capital que os usineiros detinham passou a ser investido em extensos lotes na região. Além da maior preocupação com o estabelecimento dos tamanhos e limites dos lotes, evidenciados através do aperfeiçoamento dos métodos de medição e limitação, a documentação de natureza cartorial expõe algumas práticas que sugerem a possibilidade de aumento da área possuída por outros meios para além da compra.

Durante o período que cobre as fontes analisadas, apenas em 1971 apareceram as primeiras Escrituras Públicas de Ratificação e Retificação. Tais Escrituras pressupunham a

²⁴⁴ SILVA, M. A. M. *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1999, p. 37-38.

²⁴⁵ COSTA, E. V. da. *Da monarquia à República*. 9ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

correção de informações antes declaradas de forma equivocada. Entre 10 de março de 1971 e 25 de março de 1980 elas somam 16. O objeto destas escrituras variava desde a correção de nomes, a inclusão da área que, até então, não havia sido declarada, ou, a correção da área declarada anteriormente.

No estudo sobre o mercado de terras no Vale do Jequitinhonha, Silva (1999) também identificou a presença desta categoria documental e atribuiu-lhe o caráter de “ardil jurídico para disfarçar o roubo das terras dos camponeses pobres”.²⁴⁶ Nos casos de correção dos tamanhos dos lotes, as verdadeiras razões que justificam tais medidas não podem ser precisadas aqui, o que parece certo é que, assim como no espaço estudado por Silva (1999), em alguns casos, as disparidades nos números correspondentes as áreas de antes e depois das Ratificações e Retificações dificilmente podem ser lidas como frutos de mero engano, como alguns declararam ao cartório.

Para melhor ilustrar a situação exposta, a Tabela 9 permite observar os casos de mudança na área declarada relativos a tais escrituras. Chama a atenção de modo particular o fato de que as correções solicitadas em todos os casos de mudança de área, se deram no período de 11 meses, entre abril de 1975 e março de 1976, enquanto as primeiras declarações dadas por equívoco, datam de até 23 anos antes das respectivas correções.

Data da Retificação	Data da Aquisição	Área inicial	Área Retificada
29/04/1975	1952	5 hectares	12 hectares
17/07/1975	18/10/1967	60 hectares	50 hectares
02/01/1976	27/07/1972	3 hectares	7,58 hectares
13/01/1976	31/10/1952	7 hectares	53,64 hectares
19/02/1976	20/07/1972	8 hectares	300 hectares
12/03/1976	06/02/1974	24,8 hectares	41 hectares

Tabela 9 – Áreas ratificadas e retificadas entre 1975 e 1976

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir de dados disponibilizados por: Livros de Registro do Cartório do Único Ofício de Junqueiro. Dados acessados entre 31 de agosto e 26 de setembro de 2018.

É necessário considerar que, de fato, em algum caso o declarante incorreu em engano ao apontar a área de sua compra, uma vez que a medição efetuada por métodos diferentes poderia revelar disparidades significativas. A título de exemplo, uma parte de terra vendida em 07 de junho de 1972 consta medida como um retângulo de 272 braças por 816 braças,

²⁴⁶ SILVA, M. A. M. *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1999, p. 47.

perfazendo, segundo os declarantes, uma área de 200 tarefas.²⁴⁷ Ocorre que, de acordo com os padrões de medidas convencionais, um espaço de 221.952 braças² corresponde, na verdade, a 355 tarefas. Neste caso, a área passava de 60 para 107 hectares. Além das variações nas unidades de medida, em alguns casos, a área era dada a partir de uma estimativa, a chamada medida “no olho”. De qualquer forma, nem mesmo esses métodos precários de medição parecem justificar a transformação de 8 hectares em 300.²⁴⁸

Outra possibilidade razoável é a de que, nesses casos, os declarantes estivessem aproveitando da vacância de terras vizinhas, incorporando-as as suas e legitimando essa incorporação através dos meios legais disponíveis.²⁴⁹ Reforça esta teoria uma Escritura Pública de Transação de Limites através da qual um casal, herdeiro de uma parte de terra, reclamou dos outorgados, seus vizinhos, por terem, em um requerimento de Ação de Usucapião “incluído 160 tarefas de terra, aproximadamente, pertencentes aos outorgantes”.²⁵⁰ De todo modo, sendo essas variantes resultado de operações fraudulentas, ou correção de enganos por parte dos declarantes, os casos apontam para a existência de um novo olhar sobre a terra, e um valor diferente a ela atribuído, seja refletido no cuidado em preservar o espaço adquirido, ou nos meios utilizados para amplia-lo, como através da incorporação de lotes vizinhos, aparentemente sem ocupante.

Cabe ressaltar que este processo de mudança na percepção do valor da terra é significativamente caro para este estudo, tanto no que diz respeito às mudanças na paisagem quanto a organização da estrutura social local. Por um lado, a intensificação da compra de terra acarretou uma profunda transformação em sua cobertura, uma vez que o propósito da compra frequentemente se resumia a plantação de canaviais ou de pastos onde o gado, outrora pastoreado nos tabuleiros, seriam confinados.²⁵¹ Por outro lado, a valorização da terra fustigou

²⁴⁷ JUNQUEIRO (AL). Cartório do Único Ofício de Junqueiro. **Escritura Pública de Compra e Venda**. Escritura registrada na folha 9 do livro 40, folha 9. Registrada em 07 jun. 1972.

²⁴⁸ Ainda que o caso específico desta transação seja aqui utilizado para apresentar uma possibilidade não fraudulenta para algumas áreas retificadas, o mesmo caso pode corresponder a outro meio fraudulento de aquisição de terra, legitimado pela compra. Neste sentido, vale considerar os graus de instrução de compradores e vendedores, e indagar sobre até que ponto o vendedor deste lote era sabedor da real disparidade entre as medidas referentes a área em tarefas e as medidas dadas em braça.

²⁴⁹ Ainda que a possibilidade de fraude nesses lotes seja tomada como certa, diferente da situação enfrentada por Silva (1999), no Vale do Jequitinhonha, não foram encontrados quaisquer elementos que apontem para eventuais gestos de má-fé por parte do Cartório de Junqueiro, tão pouco, conivência com atitudes fraudulentas procedentes dos declarantes.

²⁵⁰ JUNQUEIRO (AL). Cartório do Único Ofício de Junqueiro, Junqueiro. **Escritura Pública de Transação de Limites**. Escritura registrada na folha 93 do livro 47. Registrada em 31 mar. 1977.

²⁵¹ Ainda que os documentos de transmissão de lotes raramente especifiquem o fim a ele atribuído pelo adquiridor, alguns elementos neles dispostos ajudam a fundamentar esta afirmação. Entre as décadas de 1960 e 1970 os lotes de terra cercados com arame farpado passaram a figurar com maior frequência. A localização desses lotes nos Vales dos Rios Piauí e Coruripe apontam a substituição gradual do modelo de criação em forma de colônia, nas partes altas, pelo modelo de confinamento em estâncias nos vales. Do mesmo modo, o acompanhamento de alguns

vários meios de promoção da expropriação daqueles que, dispondo apenas da terra e da própria força de trabalho, estiveram pressionados a vender o que dispunham e se deslocar para as zonas urbanas próximas, a partir de onde poderiam oferecer a força de trabalho que lhe restava, inclusive para os próprios compradores de suas terras.

De acordo com Marx (2017)

A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva esta separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.²⁵²

No contexto do estudo aqui desenvolvido, é importante salientar que o momento histórico no qual o recorte espacial se insere coincide com um período de amplo desenvolvimento do sistema capitalista na região, personificado, sobretudo, na ação do Estado favorável aos interesses dos usineiros. Para este processo de desenvolvimento ser bem-sucedido era imperioso que se promovesse mudanças radicais na estrutura social local. Uma destas mudanças diz respeito a simplificação dos estratos sociais, cuja tendência era a de serem convertidos, ao máximo, o número de agentes em mão de obra disponível. Nesta investida, nem mesmo os senhores de engenho, até então no topo da pirâmide social da zona açucareira, escaparam desse processo de simplificação.

Ao longo do período, pequenos, médios e mesmo grandes proprietários e posseiros acabaram vendendo suas terras para usineiros ou para pessoas ligadas as usinas. De acordo com as fontes cartoriais do período estudado, os maiores lotes identificados foram frequentemente

lotes, adquiridos principalmente na década de 1970, permitem constatar que, mesmo quando os usineiros não apareciam como compradores nos processos de compra analisados, em algum momento a partir da década de 1980, parte expressiva dos lotes que foram adquiridos e acumulados por um mesmo comprador durante os anos de pico da década de 1970, acabaram sendo convertidos em canaviais como propriedade de alguma usina ou de seus acionistas. Ainda que a intenção desses compradores não fosse, inicialmente, intermediar a aquisição da terra entre seus antigos proprietários e as usinas, o fato é que eles acabaram facilitando o processo de concentração do espaço agrário por parte dos usineiros, uma vez que, adquirir grandes lotes de terra de um só vendedor pode ser mais viável, inclusive do ponto de vista econômico, do que adquirir vários pequenos lotes de vendedores diferentes. Considerando-se apenas os lotes comprados por usinas e seus acionistas, percebe-se que o valor do hectare declarado em lotes maiores, é significativamente inferior ao de lotes menores, e com as mesmas características.

²⁵² MARX, K. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I, 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 786.

vendidos para usineiros ou grandes plantadores de cana. A título de exemplo, um dos maiores lotes, um imóvel rural com 511 hectares, foi adquirido através de usucapião por uma associação religiosa e vendido em 1974 por um valor bem abaixo dos declarados em outras transações no mesmo período e em povoados próximos.²⁵³ Um ano e meio depois, o mesmo imóvel apareceu em uma hipoteca a ser paga em 4 anos. Como penhor, foi declarada 7.700 toneladas de cana, o que aponta o emprego desta terra para o cultivo de canaviais.²⁵⁴ A frequente conversão desses lotes em canaviais comprometeu as tradicionais relações de meação e aforamento, recorrente entre aqueles que não dispunham de terra na qual pudessem produzir a própria subsistência. Não obstante, para esses grupos, privados do uso da terra, restou-lhes apenas o deslocamento para os centros urbanos, posicionando-se a disposição do mercado de trabalho, representado, sobretudo, pelas usinas.

Neste quadro de afirmação do sistema capitalista, a separação entre os produtores diretos e a terra assumiu diversas formas. Em todos os casos analisados, o aparato legal no qual a compra se sustenta acabou por legitimar os meios de expropriação que garantiam a ampliação da disponibilidade de espaço cultivável e de mão de obra a disposição dos capitalistas. Em consonância com o já mencionado estudo de Silva (1999), não foi a violência explícita um método usual de concentração de terras e separação entre ela e seus usuários no espaço em estudo. Antes, predominou a violência velada, “monopolizada pelo Estado, com promulgação de leis que implementaram os projetos de modernização nesta região”.²⁵⁵

Mais adiante, busca-se mostrar que, tão diversos quanto os meios de acesso à terra no espaço em estudo, foram os meios de limitação ou privação deste acesso por parte de vários agentes sociais que, visando o lucro, aproveitaram o momento de ebulição do mercado de terras para promover a conversão do espaço agrário em mercadoria, o que acabou por induzir ao mesmo fim a força de trabalho dos diversos grupos sociais ocupados com a lavra da terra, ou com a criação de gado em espaços até então disponíveis e acessados por meios distintos.

²⁵³ JUNQUEIRO (AL). Cartório do Único Ofício de Junqueiro. **Escritura Pública de Compra e Venda**. Escritura registrada na fl. 165 do livro 41. Registrada em 4 mar. 1974.

²⁵⁴ JUNQUEIRO (AL). Cartório do Único Ofício de Junqueiro. **Escritura Pública de Hipoteca**. Escritura registrada na fl. 66 do livro 47. Registrada em 15 out. 1975.

²⁵⁵ SILVA, M. A. M. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1999, p. 27.

3.2 As restrições ao uso coletivo do espaço

A associação entre o crescimento urbano e o processo de individualização dos sujeitos é tema amplamente trabalhado por Bonamigo (2012) e Engels (2008).²⁵⁶ A transição do modo de vida rural para o urbano, somado ao trabalho industrial, tende a intensificar esse processo. No que diz respeito a industrialização e urbanização inerente ao espaço em estudo, é possível identificar que a zona rural também foi acometida pela lógica do individual, do privado, mesmo onde antes prevalecia a lógica do coletivo.

Reportando-se outra vez ao uso das terras dos tabuleiros na pecuária em forma de colônias, cumpre entender que este modelo de criação só era possível graças a uma prática de uso coletivo da terra. Uma vez que o gado era criado solto, a única limitação conhecida para esses rebanhos eram os chamados travessões, que, como já descritos, serviam unicamente para proteger as áreas de lavoura da ação dos animais, e não para separar rebanhos de criadores diferentes. No curso desta pesquisa buscou-se compreender a relação entre uso e posse dessas terras ocupadas, sobretudo, pelos rebanhos. Os estudos de Beatriz Herédia (1988) sobre o desenvolvimento canavieiro na região de Junqueiro apontaram que, mesmo a agricultura poderia ser amplamente praticada em parcelas de terras de uso coletivo, cuja natureza jurídica das mesmas, a autora não conseguiu identificar.

Sobre essas terras, a autora discorreu que

Os pequenos produtores – inclusive os que eram proprietários – faziam uso, no passado, das parcelas que estavam localizadas fora dos limites das grandes propriedades, e eram por eles denominadas “terras de hereu” ou “terra sem dono”. Os tabuleiros da Área, situados fora das grandes propriedades, eram, pelo *povo dos sítios*, designados desse modo.²⁵⁷

Das reflexões da autora depreende-se que a existência dessas terras esteve ligada a falta de interesse em possuí-las por parte dos grandes proprietários, e mesmo de antigos posseiros que as deixaram de fora de suas aquisições por posses, ainda quando esse meio de usufruto da terra não era embargado pela lei. Segundo Herédia (1988), estas terras poderiam ser enquadradas na categoria de terras públicas. No entanto, um estudo parcial dos Relatórios da Repartição Geral das Terras Públicas, entre 1859 e 1862 não permitiu a identificação de terras

²⁵⁶ Sobre isso lê: ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

²⁵⁷ HERÉDIA, B. A. de. **Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas**. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: MTC/CNPq, 1988, p. 182.

devolutas neste espaço. Destarte, os documentos acessados e pesquisados revelam que, as terras alagoanas nesta condição estavam concentradas no Norte da então Província, nas proximidades da Colônia Militar Leopoldina,²⁵⁸ as mesmas já se encontravam, naquele período, em fase de medição para venda, atendendo, decerto, aos propósitos do Governo Federal de medir e comercializar todas as terras devolutas assim identificadas.²⁵⁹ Mediante a esta preocupação expressa do Estado, é plausível que, se tivessem sido identificadas terras devolutas na área em estudo, elas certamente já teriam sido instrumento de venda na segunda metade do século XX.

Terras em condição semelhante também foram identificadas no Vale do Rio Piauí. Ao discorrer sobre a estruturação da Cooperativa Pindorama, cujas terras se localizam entre as Microrregiões de São Miguel dos Campos e de Penedo, Carvalho (2005) associou a existência dessas terras abandonadas ao processo de concessão de grandes sesmarias e a incapacidade de geri-la por completo por parte de quem as recebeu, dando origem, assim, a espaços tampões, encravado entre diferentes sesmarias, porém, não reclamado pelos seus respectivos sesmeiros.

Assim, o autor ponderou que

A existência dessa área ainda abandonada é explicada pela história regional. O processo de ocupação das imensas terras encontradas pelos portugueses marcou definitivamente toda estrutura agrária brasileira. As capitânicas hereditárias tinham dimensões sempre maiores que o próprio território português. Ao capitão donatário era dado o poder de conceder sesmarias, com extensões de terra que, na época, eram impossíveis de ser delimitadas e ocupadas, reconhecendo-se seus limites através de grandes acidentes geográficos como uma enseada, a foz de um rio ou uma serra.

As sesmarias, de tão grandes, abrigavam espaços vazios, “as terras de ninguém”. No sul de Alagoas, na área ocupada por uma sesmaria, entre os rios São Francisco, Coruripe e Piauí, encontrava-se uma dessas faixas de terra.²⁶⁰

Caio Prado Junior (1994), em seu estudo sobre o desenvolvimento das fazendas de gado no Nordeste, pontuou que, tais fazendas possuíam um certo padrão de divisão do espaço. Dentre as características apontadas pelo autor para a composição das mesmas, cabe aqui destacar o fato de que “entre cada fazenda medeava uma légua de terras que se conservavam devolutas; nesta

²⁵⁸ AZAMBUJA, B. A. N. de. **Relatório da Repartição Geral das Terras Públicas apresentado em 15 de abril de 1859 ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Ministro e Secretário d’Estado dos Negócios do Império pelo Diretor Geral Interino da mesma repartição Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1859, p. 18.

²⁵⁹ NASCIMENTO, J. A. M. do. Terras nacionais e devolutas como fonte de receita para o Estado. In: **Tempos Históricos**. vol. 22, p. 50-79, 1º semestre de 2018.

²⁶⁰ CARVALHO, C. P. de. A cooperativa como alternativa: In: CANDEIAS, C. N. B.; MECDONALD, J. B.; MELO NETO, J. F. de. (Orgs.). **Economia solidária e autogestão: Ponderações teóricas e achados empíricos**. Maceió: Edefal, p. 135-164, 2005, p. 138.

légua nenhum dos confinantes pode levantar construções ou realizar quaisquer obras”.²⁶¹ Ainda de acordo com o autor, esta faixa de terras deveria funcionar, simplesmente, como uma divisória entre fazendas de proprietários diferentes. A fala de Prado Junior (1994) parece convergir para as observações de Carvalho (2005), dado que o espaço trabalhado por este último autor se encontra, exatamente, na antiga zona de criação, marcada, entre outros, pelos currais de Belchior Álvares Camelo.

Tal confluência entre os dois autores parece esclarecer a origem dessas “terras de ninguém” alocadas no Vale do Piauí. Ainda assim, é necessário destacar que a realidade da divisão do espaço destinado a criação de gado nos tabuleiros entre os vales dos rios ao Norte do Piauí não era a mesma. Basta lembrar que a existência dos travessões denuncia uma forma diferente de contenção dos rebanhos, no Vale do Coruripe, por exemplo. Já foi apontado neste trabalho que, nas imediações desse rio, o espaço era dividido entre colônias de gado e área de lavoura, e não entre rebanhos de donos diferentes. Assim, se faz necessário buscar outra possibilidade explicativa para a origem das “Terras de Hereus” ou “terras sem dono” que aparecem nos escritos de Herédia (1988) e em documentos acessados para esta pesquisa.

Nos dois casos citados, as condições de uso de tais terras podem estar diretamente relacionadas às suas características pedológicas uma vez que ambos autores associam essas terras isoladas a presença dos tabuleiros. De todo modo, seja compreendendo intersecções entre antigas sesmarias e fazendas, ou mesmo como terra devoluta que passou despercebida pelo processo de medição e venda pelo Estado, essas terras, aparentemente depreciadas pelos latifundiários, acabavam por constituir uma alternativa de uso por parte de famílias que não detinham posses ou propriedades onde plantar e criar. E este é o principal ponto a ser discutido nesta dissertação no que diz respeito a existência e exploração dessas terras.

Supondo que, de fato, as “terras de ninguém”, “terras sem dono” e “Terras de Hereus” possuam natureza jurídica distinta, as fontes consultadas para esta pesquisa permitem um aprofundamento quanto a origem e significado dessas últimas para os pequenos produtores rurais da área pesquisada. A palavra “Hereu” pode significar herdeiro, ou coproprietário.²⁶² Assim como as “terras sem dono” ou “de ninguém”, o fato de ser seu possuidor um agente indefinido a deixava propensa ao uso livre por parte de agricultores e criadores da região. Outrossim, sua origem pode estar relacionada a uma prática de apossamento de bens herdados recorrente na região: a posse em comum união.

²⁶¹ JUNIOR, C. P. **História econômica do Brasil**. 41 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

²⁶² HEREUS. In: DICIONÁRIO da língua portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 2020. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/heréus>. Acesso em 12 jan. 2020.

Esse mecanismo diz respeito, sobretudo, ao apossamento por parte de um grupo de herdeiros, de uma gleba herdada sem que se proceda a partilha. Além de aparecer com frequência em Escrituras Públicas de Compra e Venda e de Sessão de Herança, a posse em comum fica evidenciada na limitação de outras glebas, quando determinado confrontante não é apresentado como sendo um indivíduo, e sim um grupo: “os herdeiros de...”. As mesmas fontes indicam que a partilha da herança não parece ter sido uma prática muito comum na região em estudo, mesmo quando um dos herdeiros decidia vender a sua parte. Contribui para esta afirmativa a recorrência com que lotes identificados como “Direitos Hereditários” aparecem sendo vendidos nas referidas escrituras.²⁶³

A possibilidade de venda dos direitos hereditários, antes de procedida a partilha, foi suprimida pelo parágrafo 3º do Artigo 1.793 do Código Civil brasileiro de 2002. Já no período entre 1952 e 1980, esse recurso foi amplamente utilizado em Junqueiro. Ao que tudo indica, a manutenção da unidade da herança pressupunha, de certo modo, a manutenção da unidade da família, mesmo após a morte do patriarca ou da matriarca. Esta prática evitava também a fragmentação extrema dos lotes, que, com o passar das gerações acabavam por se tornar obsoletos de tão pequenos. Ocorre que, a cada sucessão hereditária a partilha se tornava cada vez menos interessante e difícil de se proceder, de modo que, com o passar do tempo, já não se reconhecia ao certo seus reais limites, tão pouco seus herdeiros. Esta pode ser uma justificativa amplamente aceitável, tanto para a exploração comunitária dessas terras como para a sua designação: Terra de Hereus, ou simplesmente Hereus.

A partir das fontes cartoriais foram identificados Hereus dispersos por vários pontos do então município de Junqueiro, atualmente, terras que pertencem também ao município de Teotônio Vilela e São Sebastião. A Ilustração 7 apresenta a localização aproximada dessas terras, assim identificadas de acordo com a localização de lotes confrontantes declarados no Cartório de Junqueiro entre 1965 e 1974. Nela, os pontos indicados com marcadores vermelhos apontam para a localização de lotes vendidos cujos declarantes atestaram a existência de Hereus em algum de seus limites.²⁶⁴

²⁶³ 12% dos lotes vendidos entre 1952 e 1980 foram identificados nos próprios documentos como sendo Direitos Hereditários. Isso significa que eram partes de terra oriundas de uma herança que ainda não havia sido inventariada nem partilhada. Deste modo, o indivíduo arrolado como vendedor estava, do ponto de vista jurídico, vendendo os direitos sobre um bem ainda a ser herdado, já que a herança em si estava condicionada ao inventário e posterior partilha.

²⁶⁴ É importante esclarecer que, em nenhum documento acessado as “Terras de Hereus” aparecem como objeto do próprio documento, ou seja, como parte de terra a ser vendida, doada, hipotecada etc. Elas aparecem na documentação como limites de outros lotes, estes sim, objetos do documento acessado. Neste sentido, a sua localização aproximada é deduzida na medida em que, o documento aponta que, em certo povoado, a parte de terra que está sendo vendida, por exemplo, confronta-se em algum ponto com “Terras de Hereus”, ou simplesmente “Hereus”, como os “Hereus do Retiro”, ou “Hereus do Taboleiro de Dentro”.

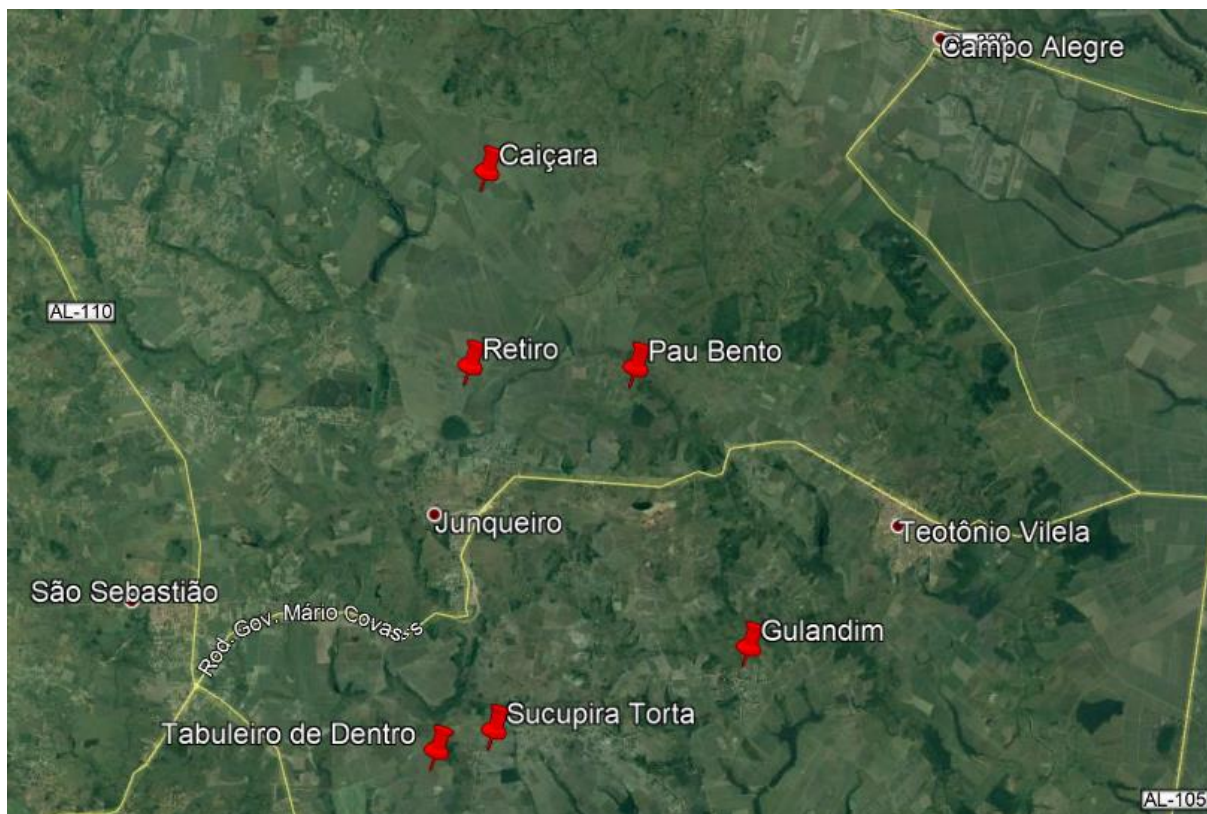


Ilustração 7 – Intervenção em imagem de satélite com a localização aproximada de terras de hereus em Junqueiro

FONTE: Sistematização das informações e intervenção em mapa feitos pelo autor a partir de dados disponibilizados por: Livros de Registro do Cartório do Único Ofício de Junqueiro, acessados entre 31 de agosto e 26 de setembro de 2018; Imagens de satélite do programa Google Earth; IBGE. Mapas Estatísticos Municipais. Disponível em: <ftp://geofpt.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_demografico_2010/mapas_municipais_estatisticos/al/>. Data de acesso: 28 de agosto de 2016.

Uma declaração de posse em comum união de uma parte de terra localizada em Junqueiro, e declarada em 1915, aponta ainda para a existência de Hereus também nos chamados Tabuleiros de Mangaba, nos atuais limites dos municípios de Junqueiro, Teotônio Vilela e Campo Alegre. De acordo com os limites declarados, a referida posse, localizada em um povoado no Vale de um afluente do Rio Coruripe, o riacho Teixeira, confrontava com o que parece terem sido os Hereus de Caboatã. Uma possível referência a outro riacho próximo, o Caboatã, já que os referidos Hereus estavam localizados entre o vale deste riacho e o Vale do Rio Coruripe.

[...]de riacho a cima agruta do Coelho; de gruto Coelho acima dividindo com Simião Madeira, até a Chã; daí dessendo ao riacho Teixeira dividindo com

João Francisco, subindo de riacho acima apé da Guabiraba, dahí rumo certo dividindo com os herdeiros de Caboatam digo, éreos de Caboatam a estrada de São Miguel e por esta abaixo ao pé da mangueira, [...] ²⁶⁵

A substituição da palavra herdeiros por “éreos” leva a crer que esta última seja uma variante de hereus, que também aparece grafada como heréos, uma vez que a palavra “éreos” se refere a objetos feitos de cobre ou latão, o que não faz sentido sua aplicação neste documento. A mesma substituição reforça a defesa de que o termo hereus está diretamente relacionado a condição de bem herdado. De todo modo, o que é necessário pontuar é que a localização de todos os Hereus identificados coincide atualmente com espaços dominados por amplos canaviais.

Duas escrituras, de 1966 e 1965, mencionam os “Hereus do Retiro”, confrontando, ora com uma propriedade alocada no povoado Gulandim, ²⁶⁶ ora confrontando com outra propriedade no povoado Baixa Grande, ²⁶⁷ respectivamente. Este fato sugere a existência de um extenso lote de terras sob as condições previstas de uso coletivo, englobando o povoado Retiro e outros em sua cercania. A impossibilidade de precisar a localização deste lote permite defender que esta talvez seja a única parte de Terra de Hereus, dentre as mencionadas, que não foi completamente convertida em canaviais nas últimas décadas, isso porque a variação da topografia entre os povoados Gulandim e Retiro impediu o completo domínio da cana naquele espaço.

Apesar de identificar a localização aproximada desses Hereus, não foi encontrado nenhum registro de terra com essa denominação sendo vendida. No entanto, a existência de tais lotes de terra atualmente é completamente desconhecida por esta pesquisa, o que reforça a teoria apresentada de que, em algum momento, nas últimas cinco décadas, toda esta terra passou, de algum modo, para o controle privado de usineiros ou fornecedores de cana, dado suas localizações coincidirem, nos dias atuais, com vastos canaviais.

A partir dos trabalhos de Herédia (1988), para o Vale do rio Coruripe, e de Silva (1999) no Vale do Jequitinhonha, é possível esboçar uma teoria para explicar os meios através dos

²⁶⁵ JUNQUEIRO (AL). Cartório do único Ofício de Junqueiro. **Declaração de posse em comum união dos herdeiros de Bento José de Mello**. Declaração registrada nas fls. 118 e 119 do livro de registros. Nº 169 de ordem. Apresentado em 18 de maio de 1915. A identificação aqui referenciada consta no próprio documento, ainda assim a consulta foi feita através de exemplar pertencente ao acervo do autor.

²⁶⁶ JUNQUEIRO (AL). Cartório do Único Ofício de Junqueiro. **Escritura Pública de Compra e Venda**. Escritura registrada na fl. 9 do Livro Escrituras de Compra e Venda. Registrada em 15 de ago. 1965.

²⁶⁷ JUNQUEIRO (AL). Cartório do Único Ofício de Junqueiro. **Escritura Pública de Compra e Venda**. Escritura registrada na fl. 57 do Livro Escrituras de Compra e Venda. Registrada em 21 de nov. 1966.

quais essas terras de uso coletivo passaram, quase que despercebida, para o domínio privado. A pesquisa que deu origem a esta dissertação permitiu a defesa de que o modelo de posse em comum união, já defendido como via para o surgimento dos Hereus, tenha sido também a principal responsável pela sua extinção. Quando da implementação do mercado de terras na região, os lotes mantidos por muitas gerações sob o regime de posse em comum, já não ofereciam condições razoáveis de partilha, dado a amplitude do número de pretensos herdeiros, dentre os quais, muitos desconhecidos. Esta situação ofereceu a alguns herdeiros, muitas vezes responsáveis pela documentação da terra da família, a possibilidade de vender os lotes sem o consentimento, e as vezes sem o conhecimento dos demais herdeiros.

De acordo com Herédia (1988), além da incorporação de terras circunvizinhas aos lotes adquiridos, a prática de venda da totalidade das posses em comum por parte de um único herdeiro constituiu queixa recorrente em suas entrevistas na região estudada. Em um desses relatos o (a) entrevistado (a) declarou que

Hoje fazem a demarcação com topógrafo, mas antes não. Tinha muita terra assim que se chama hereu, tinha 16 pessoas, todos herdeiros de uma posse, era do tempo do meu avô. Ao lado tinha terra de um irmão meu que vendeu, marcaram, vendeu, mas quando foram passar o documento passaram por aquilo tudo, arrodando a todos 16 posseiros.²⁶⁸

A partir desse caso, percebe-se que o desenvolvimento das técnicas de medição, ao tempo que servia para assegurar os limites das terras de quem detinha poder econômico, contribuía para a expropriação dos demais. Enquanto famílias perdiam o que tinham devido a astúcia de alguns membros, outras perdiam pela ignorância ou pela falta de suporte técnico e jurídico que lhes atendessem. As possibilidades de expropriação eram vastas, para o grande capitalista bastava saber o mecanismo mais eficiente para proceder em cada caso.

A ausência de documentação que legitimasse a posse da terra também contribuiu grandemente para expropriação dos usuários das Terras de Hereus e de pequenos posseiros assentados na área ambicionada por usineiros e grandes investidores. Neste sentido, os requerimentos de ação de usucapião poderiam funcionar como suporte para legitimar a incorporação dos lotes dos vizinhos que não detinham os títulos da terra. A pesquisa revelou que alguns lotes foram declarados como adquiridos por ação de usucapião, ao mesmo tempo

²⁶⁸ HERÉDIA, B. M. A. de. **Formas e Dominação e Espaço Social**: A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1988, p. 188.

apontados como tabuleiros incultos e sem benfeitorias, o que vai na contramão dos requisitos para aquisição por usucapião.²⁶⁹

O medo também foi instrumento de expropriação amplamente utilizado no contexto do espaço em questão. No estudo já mencionado, Herédia (1988) deparou-se com situações em que o medo de perder por completo a terra, impelia os pequenos posseiros, sem títulos de posse ou Escritura Pública, a venderem os lotes por eles acessados. Os mesmos mecanismos aqui pontuados também foram percebidos no âmbito da acumulação de terras e expropriação de pequenos posseiros no Vale do Jequitinhonha. Um depoimento recolhido por Silva (1999) sintetiza as semelhanças nos métodos utilizados em Minas Gerais e em Alagoas por detentores do capital que almejavam a concentração do espaço agrário.

A minha terra era assim, era da minha avó, do meu pai, e agora é dos filhos. Então, a terra vai passando. Uns tinham documentos, outros não ... Vieram aqui fazer medições, mas tinha dinheiro pra pagar o *registro* pra fazer o documento certo, é pouca gente. A maioria não tem. Mesmo que mediu, não registrou, porque o dinheiro era muito pra pagar o documento ... A divisa das terras era marcada com o trabalho. [...] Agora, quem ‘gargantou a valentia’, quem brigou, aí ganhou. Mas, a maioria teve medo ... não tinha dinheiro pra pagar o registro e nem advogado. A justiça nunca ajuda. A justiça ajuda o lado mais forte ...²⁷⁰

Mesmo sendo os espaços estudados separados por centenas de quilômetros, e distintos os agentes envolvidos nos processos, os métodos e os resultados coincidem, pois, em comum, percebe-se nos dois casos um amplo processo de capitalização da terra, e de investimentos por parte de empresas monopolizadoras do espaço agrário em vista do lucro. Neste processo, percebe-se que a ânsia pelo lucro não atua apenas de cima para baixo, ela permeia todos os estratos. Em nome do lucro se compra, se vende, anexa, intimida etc., porém, no fim, o mesmo lucro é retido por apenas uma pequena parte dos envolvidos.

Para além das mudanças nas relações entre as pessoas e entre elas e o espaço de trabalho, a valorização da terra como mercadoria implica ainda uma profunda mudança na forma de interação entre o homem e a natureza.

De acordo com Worster (2003)

O capitalismo introduziu ainda uma outra inovação, que mudaria profundamente a forma como as pessoas se relacionavam com a natureza em

²⁶⁹ Para ilustrar esta situação, um desses lotes de tabuleiros incultos foi adquirido por ação de usucapião em 1973, em setembro do ano seguinte, o mesmo lote foi vendido para um usineiro e declarado sem benfeitoria no ato da venda. Ocorre que a ação de usucapião pressupõe o emprego de trabalho por parte do requerente no lote requerido.

²⁷⁰ SILVA, M. A. M. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1999, p. 54.

geral: ele criou, pela primeira vez na história, um mercado geral de terras. Todas as forças e interações complexas, seres e processos que designamos como “natureza” (às vezes até elevada ao *status* honorífico de uma “Natureza” capitalizada), foram reduzidas a uma simplificada abstração, “terra”.²⁷¹

Neste sentido, a concentração da terra por parte do capitalista que a adquiriu implica, necessariamente, a retenção dos elementos naturais que ela porta. Tal operação facilita o processo de simplificação dos ecossistemas, impondo ao mesmo tempo restrições de acesso por parte dos grupos que antes exploravam os pastos dos tabuleiros, os peixes dos rios, os recursos das florestas. Isso ocorre, inclusive, através dos programas de preservação ambiental.

A criação de reservas florestais ao tempo que permite a necessária preservação de parte do ecossistema, intensifica as sanções para o acesso aos recursos outrora abundantes. É importante mencionar que, não obstante, as mesmas reservas são utilizadas como instrumento de intensificação do êxodo rural por serem as comunidades rurais, a elas adjacentes, consideradas como uma ameaça a sua preservação. As comunidades rurais que resistiram encravadas entre os canaviais e as matas preservadas sempre representaram um perigo para o projeto de desenvolvimento econômico e preservação ambiental apoiado pelas grandes empresas.

Braudel (2014), explicitou que o tempo em que a natureza transforma e se transforma não consegue competir com a velocidade das transformações sociais.²⁷² Em um relativo curto espaço de tempo, a dialética entre mudanças sociais e mudanças ambientais faz parecer muitas vezes que o Sul da Zona da Mata alagoana sempre foi um vasto canal. Além das bruscas transformações, essa percepção de continuidades que encobre grandes rupturas é alimentada por um forte, porém invisível, aparato que opera no campo mental dos agentes envolvidos, ora negando, ora legitimando, ora questionando as mudanças ocorridas. Para compreendermos as estruturas que sustentam a aparência de conformidade por parte da sociedade local, com todo esse contexto de perdas e ganhos, muitas vezes superficiais, é necessário enveredar pelos caminhos das mentalidades buscando entender as relações entre as práticas e as ideias no âmbito do desenvolvimento e consolidação da atividade canavieira no espaço estudado.

Diante desta preocupação, a próxima sessão procura identificar elementos que permitam um discurso pautado nos mecanismos de sustentação da atividade canavieira baseado no simbolismo do espaço e na conversão de símbolos de outras atividades em símbolos da

²⁷¹ WORSTER, D. Transformações da Terra: Para uma perspectiva agroecológica na história. In. **Ambiente & Sociedade**, vol. V, nº 2, ago./dez. 2002, vol. VI, nº 1, p. 23-44, jan./jul. 2003, p. 34.

²⁷² BRAUDEL, F. **Escritos sobre história**. trad. J. Guinsburg e Teresa Cristina Silveira da Mota. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

atividade canavieira. Fundamentado em teóricos que trabalham com conceitos como o de lugares de memória, o texto busca elucidar sobre os meios pelos quais as atividades desenvolvidas em função das usinas foram sedimentadas na Microrregião de São Miguel dos Campos, e como tal consolidação, ainda que recente, pode assumir um caráter de estática e permanente no tempo e no espaço, desde o período de predominância dos engenhos bagues no âmbito do cultivo e processamento das canas de açúcar.

4 DAS PRÁTICAS ÀS IDEIAS: AS DIMENSÕES DO AVANÇO DOS CANAVIAIS

Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo o que é chamado de clarão de memória é a finalização do seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade da história. (NORA, 1993, p. 14)

Tomando como base as teorias de Worster sobre os três níveis da História Ambiental, a problemática trabalhada nesta seção exige que se busque compreender os desdobramentos da expansão canavieira no subjetivo dos grupos envolvidos neste mesmo processo. Até o momento, foi apontado que a região em estudo foi palco de uma intensa transformação no cenário geográfico e social, direcionada pelo aumento da produção de cana de açúcar e sua industrialização na segunda metade do século XX. Ocorre que este fenômeno não pode ser lido apenas do ponto de vista das mudanças na ocupação do espaço, seja por pessoas, plantas ou animais, é necessário entender, ainda, como a nova realidade em que se inscreveu a atividade canavieira interferiu também na percepção, sobre si mesmo e sobre o espaço, dos grupos humanos envolvidos neste processo de expansão canavieira.

Neste sentido, buscou-se compreender as formas de interações entre tais grupos, e entre estes e o espaço ocupado do ponto de vista de uma possível mudança de perspectiva e de ação. Afinal de contas, é provável que mudanças tão significativas na paisagem, no espaço de trabalho e de moradia, impliquem em reações por parte dos envolvidos que podem refletir uma insatisfação ou luta contra a nova realidade, ou, um interesse de se ajustar a mesma.

Para esta análise, foi levado em consideração os discursos desenvolvidos e propagados no período estudado, acerca da industrialização, da urbanização, e do açúcar em si. Um dos veículos de propagação destes discursos são originários de determinados setores da imprensa, como jornais e periódicos. A interpretação dos mesmos tem levado em consideração os agentes produtores, assim como os eventuais grupos políticos que poderiam ter acesso a esse material ou que podem ter influenciado a sua produção. O estudo dessas fontes pode ajudar na compreensão das formas de reação por parte de alguns grupos, ou na ausência de uma reação mais contundente por parte de outros.

Outrossim, esta seção é fundamentada na ideia de que, a forma como a atividade canavieira, vinculada as usinas, se consolidou na região, permitiu o desenvolvimento de uma mentalidade voltada para o sustento da mesma atividade. Nesta nova mentalidade, elementos de um passado que associava a região a outras atividades econômicas foram levados ao subterrâneo da memória ou ressignificados, afim de prolongar na história, passado e futuro, a hegemonia da cana de açúcar. Ainda que, a princípio, não possa parecer um mecanismo com resultados concretos, o recurso de se buscar associar elementos contemporâneos a um passado

remoto, pode ser interpretado como uma tentativa de legitimar ou atribuir um caráter de estabilidade e continuidade àquilo que, na verdade é bem recente ou ainda está em processo de formação.

Em estudos detalhados sobre a criação e aprimoramento de rituais envolvendo, sobretudo, as elites britânicas ao longo dos últimos séculos, Hobsbawm (2017) discorreu sobre a capacidade de alguns grupos em atribuir caráter de antiguidade e de continuidade a rituais e tradições que, na verdade, são relativamente recentes. Debruçando-se sobre o rico e detalhado cerimonial no qual a realeza britânica aparece envolvida, o autor apontou que muitos dos aspectos que marcam tal cerimonial, e que lhes atribui o caráter de antigo, é, na verdade, fruto de adaptações providenciadas justamente com o intuito de transparecer uma ideia de continuidade.

As antigas cerimônias foram adaptadas, foram inventados novos rituais, cujo resultado conjunto foi, paradoxalmente, o de dar a impressão de estabilidade em períodos de mudanças internas, e de continuidade e conforto em tempos de tensão e declínio internacional. Embora possa existir um sentido no qual a monarquia britânica legitima o *status quo*, permanece o fato de que, durante os últimos duzentos anos, mais ou menos, o próprio *status quo* modificou-se profundamente, e a imagem pública e cerimonial da monarquia mudou juntamente com ela.²⁷³

Ainda que Hobsbawm tenha adotado para sua análise uma dimensão muito particular, as suas observações contribuem para embasar um discurso que pautar a mediação do simbólico no que diz respeito a manutenção de um sentido de unidade em meio as rupturas as quais foram submetidas a agroindústria canavieira alagoana nos recortes desta pesquisa. Ao longo do processo de consolidação das usinas como centro de beneficiamento da cana, alguns elementos já consolidados, inclusive na historiografia da atividade canavieira, perderam espaço significativo, ou, foram completamente suprimidos, tais como a imagem do engenho e, conseqüentemente, do senhor de engenho.

A supressão das antigas fábricas e a transformação de parte de seus senhores em fornecedores de cana, já pode ser tomada como indício para fomento de um discurso de rupturas no que se refere ao desenvolvimento desta atividade. No entanto, a classe usineira cuidou em conservar elementos do passado, no caso, do banguê, que, ao serem inseridos ou adaptados à realidade das usinas, contribuíram para dar a estas um caráter de continuidade ou de forma

²⁷³ HOSBSBAWM, E. **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 11ª edição, Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017, p. 190.

evoluída do antigo sistema de produção, tanto no que diz respeito ao funcionamento das fábricas quanto no que se refere às relações sociais que se desenvolveram em seu derredor.

Dentre os elementos resgatados pelas usinas e que as conecta diretamente aos antigos bangues, é possível destacar as celebrações das Missas de Moagem, ou da botada. Mesmo com a acessão das usinas, essas celebrações religiosas continuaram marcando o início das safras, e, conseqüentemente, dos ciclos econômicos e sociais que orbitavam a atividade canavieira, envolvendo, de forma direta a classe operária, e, indiretamente, os núcleos populacionais estabelecidos na zona canavieira.

Em sua descrição sobre o evento, Diegues Junior (2006) aponta a Botada, ou Festa da Botada, como uma cerimônia que unia, nas dependências do engenho que a celebrava, representantes de outros engenhos e de múltiplos setores da sociedade local.

Festa legitimamente de engenho é a “botada”; é o início da safra da moagem, da produção açucareira, acontecimento fundamental na vida do engenho. É a festividade ligada a vida econômica, tal como a vindima é a festa da uva. É a festa da produção, o rito ligado ao fabrico do açúcar.

(...)

Antigamente, para a botada eram convidados os senhores de engenho da região, pessoas amigas da cidade, comerciantes, comissários de açúcar, parentes, etc. muitos convidados, sobretudo os que moravam mais distantes, vinham de véspera, hospedar-se na casa grande; e as vezes demoravam-se mais dias. Em carros de bois a cavalo ia chegando o pessoal: senhoras, senhoritas, cavalheiros, meninos.²⁷⁴

Quando publicou pela primeira vez este relato, em 1952, o autor não deixou de transparecer um sentimento saudosista. Ao fazer uso do passado como tempo verbal, Diegues Junior não parece reportar apenas aos engenhos como algo superado, sua fala sugere que, naquele período, a própria Festa da Botada também fosse parte de um passado suprimido, ou ao menos ofuscado pelas usinas. Usando como referência as Botadas do século XIX, às quais Koster tentou descrever, o autor lamentou que, “hoje, porém, o festejo não tem mais o brilho, o quase esplendor, de antes; é cerimônia modesta, restrita aos parentes, alguns senhores de engenho vizinhos e alguns amigos da família”.²⁷⁵ Ocorre que a mesma cerimônia chegou aos nossos dias, associada as usinas, com características muito próximas daquelas descritas nos engenhos do século XIX e início do século XX.

A partir desta fala, depreende-se que o autor ignorava, ou não considerava relevante a apropriação desse tipo de ritual por parte das usinas. Outrossim, uma das razões que podem

²⁷⁴ DIEGUES JUNIOR, M. **O engenho de açúcar no Nordeste**. Maceió: EDUFAL, 2006, p. 86.

²⁷⁵ Idem.

justificar este sentimento saudosista em relação a Botada, pode estar ligado, justamente, ao fato de que, a apropriação desta prática por parte das usinas tenha se dado de forma paulatina, a medida em que estas buscavam cada vez mais elementos que as aproximasse da ideia de evolução e continuidade em relação aos engenhos, e não de uma ruptura.

As fontes acessadas e analisadas para esta pesquisa não permitiram precisar a velocidade com que as usinas absorveram o ritual em questão. De todo modo, os informativos eletrônicos das usinas do espaço estudado permitem observar que as atuais Missas de Moagem, celebradas sob a mesma perspectiva das Festas da Botada, em muito se assemelham aos eventos aos quais Diegues Junior reportou. Além de serem apontadas frequentemente como “tradicionais”, as Missas de Moagem aparecem nos informes marcadas pela confraternização entre os usineiros, funcionários, políticos e comerciantes locais. Tal qual as Festas da Botada, o religioso é, claramente, um dos recursos utilizados para congregar as diversas esferas sociais relacionadas com a atividade canavieira.

Na publicação do parecer sobre as celebrações que marcaram o início da safra na usina Caeté, em São Miguel dos Campos, no ano de 2009, a representante da Assessoria de Comunicação da empresa, relatou que:

Tradicionalmente realizada nas usinas pertencentes ao Grupo Carlos Lyra, a missa reuniu, no último dia 9, cerca de 500 pessoas, entre colaboradores, seus familiares, fornecedores, parceiros agrícolas, além de autoridades públicas e integrantes da comunidade local.

(...)

Entre os presentes, o deputado estadual Rui Palmeira; a prefeita do município, Rosiane Santos; o vice-prefeito Manoel Messias; e o secretário extraordinário de São Miguel dos Campos, Nivaldo Jatobá. Um grande número de fornecedores de cana e parceiros agrícolas participou da celebração eucarística.²⁷⁶

Este relato aponta que, de alguma forma, ao longo das últimas sete décadas, as usinas conseguiram reconstruir parte expressiva das celebrações que marcavam o início das safras, características, em outros tempos, do cerimonial dos engenhos. As presenças de representantes dos diversos grupos envolvidos, direta ou indiretamente, no funcionamento e sustentação do setor canavieiro, além de expressar a importância adquirida pela agroindústria, reforça o caráter de vínculo estabelecido por esses grupos através das usinas.

²⁷⁶ ANJOS, C. V. N. dos. Usina Caeté realiza missa em Ação de Graças pela moagem 2009/2010. **Grupo Carlos Lyra**, 2009. Disponível em: <https://www.usinacaete.com/2009/09/usina-caete-realiza-missa-em-acao-de-gracas-pela-moagem-2009/2010>. Acessado em 01 dez. 2018.

É importante destacar que, mesmo que fosse possível, não convinha às camadas ligadas às usinas reproduzir todo o aparato cerimonial ou cultural ao qual o engenho esteve associado. A “tradição açucareira” da região em estudo precisava manter, ou resgatar, apenas parte das características que reportavam ao modelo precedente de interação entre os agentes envolvidos na produção canavieira através das unidades produtivas. Para Willians (1979) assim se constituem as tradições: através de um processo seletivo que vise, de alguma forma, dá ênfases à elementos que contribuam para um projeto de domínio de determinado grupo.

De acordo com o autor:

O que temos, então, a dizer sobre qualquer tradição é que nesse sentido ela é um aspecto da organização social e cultural contemporânea, no interesse do domínio de uma classe específica. É uma visão do passado que se deve ligar ao presente e ratifica-lo. O que ela oferece na prática é um senso de continuidade predisposta.²⁷⁷

O que se pretende extrair deste discurso é o entendimento de que, tanto as características mantidas do sistema banguê, quanto as que foram suprimidas, tinham como propósito oferecer suporte à hegemonia da atividade canavieira, assim como dos grupos que nela se apoiavam no âmbito da nova realidade na qual esta atividade se inscrevia. Neste sentido, para eventuais insatisfeitos com as imposições das usinas no espaço a sua volta, lutar contra ela, representaria, de alguma forma, lutar contra uma realidade bem sedimentada, firme, talvez inabalável.

Outra forma pela qual as usinas expressavam um caráter de continuidade em relação aos engenhos diz respeito a manutenção, por parte daquelas, dos núcleos habitacionais dos engenhos por elas incorporados. Em Pernambuco, o modelo de expansão das usinas permitiu a manutenção de certa autonomia dos engenhos, que, mesmo se tornando fornecedores de cana das usinas mantiveram parte expressiva de sua estrutura física e social. Em alguns casos, os engenhos adquiridos por usinas eram ainda arrendados junto com suas terras, garantindo, assim, ao menos uma distinção simbólica entre um e outro. Conforme pesquisa publicada por L’Estoile e Sigaud (2006), apesar da profunda ligação com as usinas, os engenhos pernambucanos estudados mantiveram seus aglomerados de moradores e mesmo diante de um período de crise das usinas, se mostravam otimistas diante da possibilidade de investir em turismo.²⁷⁸

Quanto ao Sul da Zona da Mata alagoana, não foram encontrados indícios que apontam para uma relação parecida entre usinas e engenhos, em que estes últimos tivessem a

²⁷⁷ WILLIANS, R. **Marxismo e literatura**. Zahar Editora: Rio de Janeiro, 1979, p. 119.

²⁷⁸ L’ESTOILE, B. de; SIGAUD, L. (Orgs.). **Ocupação de terra e transformações sociais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

possibilidade de trilhar caminhos distintos dos das usinas. Diante da consolidação das usinas como núcleo de produção e processamento de cana, restaram aos engenhos da região, no máximo, a condição de fornecedores de cana. Neste sentido, mesmo quando os engenhos mantinham parte da sua estrutura, a mesma deveria obedecer ao ritmo de funcionamento das usinas, como se um fosse apenas uma extensão do outro.

No mais, a adoção, por parte das usinas, de elementos que reportaram a atividade banguê, contribuiu para que a sua atuação no cenário econômico e social pudesse ser interpretada como continuidade da presença e influência dos antigos engenhos, sobretudo em espaços onde as antigas fabricas, mesmo em número e porte relativamente pequeno, cederam o seu lugar para as usinas no que tange ao processamento das canas. Esta impressão contribuiu para que as transformações advindas das rupturas no sistema produtivo pareçam menos impactantes do que de fato o foi.

A história desenvolvida na região acerca da atividade canavieira está intimamente ligada a relatos resgatados, ou construídos sobre esta mesma atividade. Para melhor compreensão desta questão, é imprescindível o recurso de teóricos que trabalharam no campo da memória e da relação entre história e memória, tais como Michel Polak²⁷⁹ e Ulpiano Bezerra de Meneses,²⁸⁰ dentre outros. Partindo do pressuposto de que o espaço simbólico atualmente ocupado pelas usinas, é fruto de uma ruptura dentro da própria atividade canavieira, os trabalhos destes estudiosos permitem entender melhor algumas formas de reação, ou aparente ausência de reações, por parte de indivíduos que, ao longo desta pesquisa, puderam ser percebidos envolvidos em situações nas quais suas vidas apareceram transformadas de forma impactante mediante as exigências da atividade canavieira em expansão.

Dentre estes indivíduos, é possível destacar os senhores de engenho, os grupos que se deslocaram de outros municípios para a nova zona açucareira em desenvolvimento, assim como o contingente rural expropriado e concentrado na zona urbana. Neste sentido, é importante discorrer sobre os mecanismos de consolidação da indústria canavieira, atentando para os aspectos que sugerem recusa ou aceitação por parte dos agentes envolvidos. Para esta discussão, urge tentar desenvolver um discurso consistente que fomenta algumas inquietações, tais quais:

a) diante da simplificação do uso do espaço, através da intensificação da monocultura canavieira, houve reações por parte dos indivíduos eventualmente atingidos?

²⁷⁹POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, vol.2, n.03. Rio de Janeiro, 1989, p.03-15a

²⁸⁰MENESES, U. B. de. **História, cativa da memória**: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 34, 1992, p.9-24.

b) diante da diversidade de situações em que os grupos humanos foram inseridos no processo de industrialização na região, como estes mesmo grupos dialogaram e contribuíram para a manutenção do *status quo* da agroindústria canavieira?

c) quais elementos simbólicos passaram a marcar a hegemonia da cana de açúcar sob as demais atividades praticadas na região?

4.1 Conflitos e convivências diante do quadro de mudanças

No que diz respeito as reações dos grupos envolvido, as reflexões apresentadas na seção anterior apontam para uma série de iniciativas por parte de indivíduos de segmentos sociais diferentes que sugerem múltiplas tentativas de auto beneficiamento através da situação em curso. Dentre os grupos economicamente menos beneficiados, estas iniciativas costumavam ser motivadas por vantagens que, posteriormente se revelariam claramente ilusórias. A venda da terra por preços aparentemente altos, por exemplo, esconde o cerceamento do direito ao meio essencial de produção, impõe mudanças nas condições de moradia, e submete os vendedores as regras do mercado de trabalho às quais os mesmos, com frequência, não estariam habituados.

Mesmo que estas, entre outras medidas, tenham sido legitimadas pela compra, é necessário se perguntar se, em algum momento, alguns desses grupos, ao se perceberem prejudicados, não manifestaram posicionamento conflitante com os interesses dos usineiros. A ausência de manifestações explícitas de coerção, com uso de armas, por exemplo, ou de amplas revoltas populares, pode sugerir que, mesmo em meio a um processo de transformação intenso, tais transformações foram recebidas com amistosidade por todas as partes. O que não é bem o caso. No entanto, se considerarmos que os meio para conflitos mais intensos estavam dados, é preciso se questionar ainda quanto as razões que impossibilitaram a sua eclosão. Como esta dissertação pretende desvelar, a apropriação dos espaços pelas usinas se deu acompanhada de uma série de elementos que induziam a crença de que tais transformações eram, em suma, boas para todas as partes.

As ideias de progresso e desenvolvimento que as usinas representavam, somado a possibilidade de salários melhores e os benefícios do trabalho formal, podem ter contribuído para dividir opiniões, amenizar conflitos e acalmar muitos ânimos insatisfeitos. Ao reportar ao Programa Nacional do Alcool – Proálcool, e a intensificação do uso do espaço para canaviais, Andrade (1994) elencou uma série de fatores negativos impostos pelo programa ao meio

ambiente e aos grupos humanos envolvidos neste processo.²⁸¹ Dentre os problemas apontados pelo autor estava o déficit de mão de obra em setores, como a produção de alimentos, cujo contingente empregado migrava para o setor canavieiro, atraído pela remuneração. Para o autor, a implantação do Proálcool não considerou agravantes como:

[...] o problema da expansão dos canaviais por áreas de florestas e cerrados, destruindo as associações vegetais naturais, e por áreas de pecuária e de lavouras de subsistência, provocando um desequilíbrio no abastecimento alimentar, além do impacto sobre a força de trabalho que estava estabilizada em uma série de atividades e passava a ser atraída para uma atividade nova e formalmente mais bem remunerada durante certo período do ano.²⁸²

A preocupação expressa neste trabalho sobre os impactos ambientais e sociais está claramente em consonância com o ponto de vista manifestado pelo autor. No entanto, o último ponto apresentado, a saber, o da remuneração na agroindústria canavieira, dificilmente seria encarado por trabalhadores rurais da década de 1970 como um problema em potencial, ou uma oportunidade desprezível. É plausível que, mesmo os lavradores de terras próprias, sem recursos para amplos investimentos em sua gleba, e, portanto, entregue as condições naturais da terra e incertezas do clima, não só considerasse vantajosa a troca de sua ocupação por um emprego assalariado nas usinas, como interpretasse a expansão dessas usinas como algo positivo.

Sigaud *et al.* (2006), ao descrever a relação entre patrão e empregado no engenho Amaragi, em Pernambuco, permite que se faça um paralelo entre a percepção acerca dos senhores de engenhos e dos usineiros por parte de seus empregados. Durante a estadia dos autores em Amaragi, este e outros engenhos da região estavam preste a serem desapropriados

²⁸¹ Apesar de ter sido criado em 1975, os efeitos do Proálcool, no que diz respeito às dimensões da expansão canavieira analisadas neste trabalho, são mais perceptíveis para a partir da década de 1980. Esta observação justifica o fato de, neste trabalho, o mesmo Programa ser mencionado de forma ainda superficial. Pelo menos dois fatores podem justificar esta afirmativa quanto aos maiores impactos do programa estarem para além do recorte temporal desta pesquisa: o primeiro diz respeito a ainda tímida produção de álcool das usinas do espaço analisado, entre a criação do Proálcool e o fim da década de 1970, os dados que levam a esta observação foram disponibilizados pelo Sindaçucar-Al no curso da pesquisa. O outro fator também está relacionado à análise das fontes, desta vez as fontes cartoriais, que apontam um significativo decréscimo nas transações de compra e venda de terras na região, justamente na segunda metade da década de 1970. O retardamento dos efeitos deste Programa, que de fato poderiam ser melhor trabalhados em uma pesquisa posterior focada nas décadas de 1980 e 1990, pode estar relacionado ao período de estiagem que marcou os últimos anos da década de 1970, impactando intensamente no setor canavieiro em seu período de plena expansão. Um terceiro fato, caso seja necessário expor, que merece ser mencionado é o caráter de dúvida e incerteza quanto a funcionalidade e eficiência com que o Programa aparece envolto, sobretudo em jornais que circularam em Alagoas em fins da década de 1970. Esta observação contribuiu também para que os impactos do referido Programa fossem abordados com nítida cautela nesta dissertação.

²⁸² ANDRADE, M. C. de. **Modernização e pobreza**: A expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: Editora da Unesp, 1994, p. 26.

pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária – Incra, e suas terras divididas entre famílias que nelas moravam e trabalhavam.

Chama a atenção o fato de que o senhor deste engenho, que o detinha através de um contrato de arrendamento, se declarava favorável à sua desapropriação, – uma vez que já não explorava as suas terras com cana – desejava apenas manter sob seu controle a casa grande que funcionava como pousada.²⁸³ No entanto, os moradores, aparentemente os maiores beneficiados com o processo de desapropriação, expressavam um sentimento de medo uma vez que, adquirir a terra significava perder o patrão.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tamandaré lembrava como os trabalhadores haviam brigado a vida inteira por seus salários: “para o trabalhador voltar a trabalhar para si próprio é difícil. Então, na hora que eles se organizam para brigar pela terra, a usina vai deixar de mandar o salário porque ele vai deixar de trabalhar para ela. Então, ele não tem como sobreviver naquele momento. Ai, nisso, eles ficam pensando e com medo. Entendeu?” Em Amarigi, o medo associado à reforma agrária era o de não ter mais patrão.²⁸⁴

Percebe-se a partir deste, e de outros relatos, que a percepção de um salário é uma conquista que muitos trabalhadores temem perder, mesmo nas circunstâncias acima apresentadas em que a sua perda poderia ser ressarcida com a propriedade da terra na qual pudesse trabalhar. Considerando que este não era um caso isolado, é possível reportar agora para o modelo de apropriação do espaço pelas usinas que se fizeram notar neste estudo, no qual, diferente do caso do engenho Amarigi, recentemente exemplificado, na medida em que o sistema usineiro se consolidou, suprimiu as possibilidades de alternativas diante de uma eventual perda de seu salário por parte dos trabalhadores.

Se em Amarigi, onde os moradores já trabalhavam a terra, trocar o salário proveniente das usinas pelo uso independente da terra já se apresentava como uma possibilidade assustadora, a importância do salário e da usina, de onde ele procede, deve ser ainda maior entre aqueles que, concentrados nos centros urbanos tem nas usinas a única fonte de renda. Imaginemos o vínculo de dependência estabelecido entre os contingentes que deixaram seus espaços de convívio e se deslocaram para as cidades que surgiam ou cresciam, e as usinas das proximidades, onde passaram a trabalhar!

²⁸³ Conforme apresentou os autores, o Amarigi era um dos engenhos incorporados por usinas e posteriormente arrendados.

²⁸⁴ SIGAUD, L. *et al.* Os acampamentos da reforma agrária: história de uma surpresa. In: L’ESTOILE, B. de; SIGAUD, L. (Orgs.). **Ocupação de terra e transformações sociais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 47.

Ainda que tamanha importância seja atribuída ao trabalho na usina, diga-se, ao trabalho assalariado, uma das mais salientes e dramáticas realidades dessa fonte de emprego diz respeito ao caráter sazonal de parte expressiva dos postos de trabalho ofertados nas usinas. É importante lembrar que, o funcionamento dessas fábricas pode ser dividido entre os períodos de safra e entressafra, este último corresponde ao momento em que parte dos funcionários são realocados dentro da empresa, enquanto outra parte é demitida. Soma-se a este fator as condições insalubres às quais são expostos um número não negligenciável de funcionários, na indústria e no campo, tais quais os cortadores de cana, categoria cujos esforços na labuta tem sido, nos últimos séculos, objetos de inquietantes representações na literatura e nas artes em geral. A Ilustração 8 exemplifica parte dessas representações.

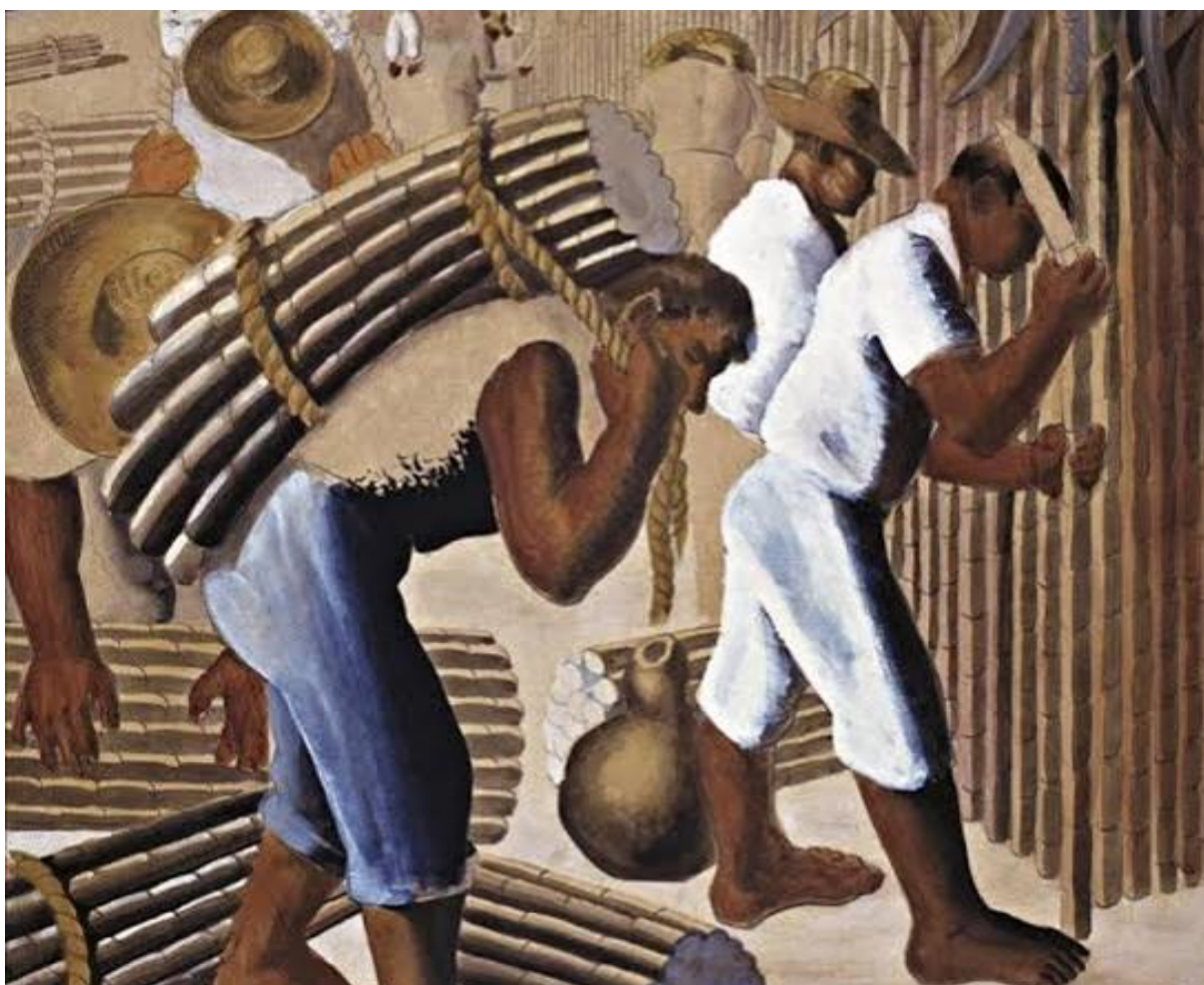


Ilustração 8 – Afresco de Cândido Portinari representando colheita de cana

Fonte: Reprodução de parte de afresco de autoria de Cândido Portinari, 1938. Domínio Público. Disponível em: www.google.com/search?q=lavoura+de+cana+de+Cândido+Portinari+&tbm=isch&ved=2ahUKEwj07d3Xy-XkAhUSFLkGHS-LAMgQ2-cCegKIABA. Acessado em 20 de setembro de 2019.

Ao tentar suprimir, no curso de seu desenvolvimento, as alternativas de subsistência dos grupos humanos locais, a industrialização da atividade canavieira se apresentava como o que

restou de bom em meio ao rompimento com os antigos modelos de trabalho e ocupação do espaço em questão. Notadamente, trabalhos de pesquisa, como este, tendem a desvelar que a concentração das terras, a supressão das terras de hereus, a indisponibilidade dos recursos naturais dos rios e das florestas é fruto, justamente, da expansão dos canaviais e da sedimentação das usinas como núcleo da produção, ao mesmo tempo, agrícola e industrial local.

Assim, na labuta do campo e da indústria, em que não houve amplo espaço de reflexão, a aquisição de terra e o trabalho tornaram-se terminologias antagônicas. Se quem tem a terra não dispõe dos recursos necessários para fazê-la produzir, e quem tem trabalho (nas usinas) dificilmente tem terra que funcione como alternativa de subsistência, é inevitável que os interesses das usinas sejam percebidos pela classe trabalhadora como seus interesses também. É neste sentido que este trabalho de pesquisa está pautado na defesa de que, a forma como a agroindústria sucroalcooleira se firmou no espaço estudado contribuiu para que a mesma pudesse ser interpretada como a solução, e não parte da causa, de problemas que tanto tem afligido a classe trabalhadora.

Esta interpretação, no entanto, não descarta a percepção de interesses conflitantes entre os envolvidos, ainda que a manifestação de resistência não tenha implicado recuos no processo de consolidação da agroindústria canavieira. Verçosa e Silva (2012), ao discorrer sobre os meios de resistência dos moradores de condição em relação ao autoritarismo dos senhores do engenho ou da terra ocupada, apontaram uma série de fatores que, embora velados, expressavam a insubordinação destes moradores, mesmo quando estes aparentavam submissão e conformismo. Além das manifestações culturais, tais reações se faziam visíveis, dentre outras, na fuga da propriedade e na falta com parte dos compromissos assumidos com o grande proprietário.

Os incêndios nos canaviais também podem ser considerados uma forma de enfrentamento velado. Um dos ex-moradores entrevistados nos informou que essa prática, que atualmente é utilizada com muita frequência, já é deveras antiga. Ela consiste em incendiar – secretamente – as canas antes do seu ponto ideal de maturação, desse modo, o objetivo dessa ação é causar prejuízo ao usineiro ou grande proprietário.²⁸⁵

Ainda que reconheçam quão limitadas se apresentam essas formas de resistência, os autores admitem que as mesmas não podem ser ignoradas. No contexto do período aqui estudado, algumas delas adquiriram caráter de limitação ainda maior. Fugir da propriedade de

²⁸⁵ VERÇOSA, L. V.; SILVA, M. A. M. Expropriação e memória na região dos tabuleiros de cana. In. **Revista Áskesis**, nº 1, Vol. 1, p. 82-104, jan/jun 2012, p. 93.

um engenho, por exemplo, pode significar o traslado de poucos quilômetros até um engenho próximo, fugir de uma usina, além de abrir mão do salário e de alguns benefícios, pode significar o traslado para outros estados, uma vez que as condições de trabalho não costumam variar entre usinas da mesma região.

Diante da dominação e transformação do espaço pela agroindústria canavieira, a fuga ou mudança da região, ainda que para trabalhar no mesmo setor, pode significar mais uma atitude de sobrevivência do que de resistência ao sistema. Quanto a prática da queima dos canaviais, esta parece ser tão antiga quanto a própria atividade canavieira no Nordeste. Em cada momento, ela assume um propósito específico que está intimamente ligado a relação estabelecida entre o dono dos canaviais e quem os incendia.

No contexto da invasão do Nordeste pelos holandeses, Mello (2007) apontou a queima dos canaviais pelos próprios moradores dos engenhos como meio de deixar desabastecida as hordas invasoras, que já estavam com os recursos limitados.²⁸⁶ No século XIX, incendiar canaviais poderia representar uma forma de afrontar os donos de engenhos, medidas estas adotadas por alguns escravos.²⁸⁷ Uma matéria do *Jornal de Alagoas* de 1960, aponta que o incêndio de canaviais cubanos por parte dos Estados Unidos consistia em um tipo de ataque, desta vez, não contra o invasor, mas, pelo invasor.²⁸⁸ Em pleno século XXI o incêndio dos canaviais ainda aparece como forma de ataque aos usineiros.

Em suas crônicas, Moura (2002) trouxe a luz, mais de uma vez, a problemática das queimas indevidas dos canaviais por parte de trabalhadores de engenhos ou usinas. Em um desses relatos, ainda que fictício, o autor, diante da vasta experiência de trabalho em usinas, expôs o contexto de rivalidade entre os donos dos canaviais e seus funcionários, em que estes últimos se apropriavam do mecanismo de queima dos partidos de cana como arma de luta contra as condições de trabalho impostas pelos patrões.

Em uma certa ocasião, no engenho Conceição, começaram a ocorrer incêndios nos canaviais, sem intenção e planejamento da usina.
O gerente determinou para os seus funcionários que descobrissem o malfeitor que estava causando prejuízos e desrespeitando as ordens do patrão.
Não demorou para que fosse flagrado um cortador de cana, morador do próprio engenho, tocando fogo em um partido de cana.
O incendiário foi levado à presença do seu Hilton, que perguntou:
– Por que você queima as canas da usina?
E ele respondeu:

²⁸⁶ MELLO, E. C. de. **Olinda Restaurada**. São Paulo: Editora 34, 2007, p. 105-106.

²⁸⁷ MOURA, C. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo, Editora Ática, 1988.

²⁸⁸ AVIÃO explodiu no ar antes de lançar suas bombas sobre Cuba. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 21 fev. 1960. p. 5.

– Para espantar as cobras e ficar o trabalho mais fácil sem as palhas atrapalhando.²⁸⁹

Sem adentrar no quadro de punições executadas por parte dos donos dos canaviais, o relato acima exposto ajuda na compreensão de que, os referidos incêndios poderiam ser adotados por trabalhadores, e famílias residentes próximas dos canaviais que notavam nos mesmos uma ameaça, ou obstáculo, ao desenvolvimento de seu trabalho ou condições de moradia. Diante das extensões dos canaviais e dificuldades de fiscalização por parte das usinas, a sua queima aparece como uma resposta acessível à classe trabalhadora diante dos diversos mecanismos de submissão impostos pela classe empresarial.

Além de “espantar as cobras” e reduzir o número de palhas, facilitando assim o trabalho no próprio canavial, a sua queima poderia representar um enfrentamento ao crescimento dos canaviais nas proximidades das áreas de moradia, ou um meio de pressionar as usinas para iniciarem as safras, antecipando assim as contratações dos trabalhadores sazonais que passam a entressafra esperando para serem contratados apenas no início do período da moagem.

Diante de tais colocações, ainda é preciso considerar que, por questões relacionadas ao maior poder de enfrentamento que os donos de engenho possuíam, estes conseguiram de forma mais clara protagonizar conflitos com as usinas em ascensão no período em questão. A posição social e o poder econômico que os senhores de engenho detinham, permitiu que os conflitos nos quais se envolveram fossem melhor registrados, ganhando destaque, inclusive na bibliografia produzida sobre a atividade canavieira. Outrossim, as movimentações identificadas no que diz respeito às reações dos senhores de engenho não impediram que se defenda que medidas similares pudessem ter sido adotadas por pequenos agricultores e pecuaristas locais ao perceberem as usinas como uma eventual ameaça.

Em um relato sobre invasões de terras envolvendo uma usina e um engenho da região estudada, Herédia (1988) apontou que, mesmo os recursos legais, amplamente utilizados, não conseguiram impedir reações hostis por parte do lado que se considerava em desvantagem. De acordo com as informações apresentadas pela autora, as reclamações interpeladas pelo engenho quanto a invasão de suas terras pela usina, levou esta usina a demarcação das terras que defendia serem suas e a lavratura de uma escritura pública.

Entretanto, a demarcação dos limites não pôs fim aos problemas; estes continuaram a eclodir com a quebra de cercas e a decorrente invasão de

²⁸⁹ MOURA, J. **Onde há fumaça, há fogo**: Crônicas de uma usina de açúcar. Maceió: Edições Catavento, 2002, p. 84-85.

animais, situações que, na realidade, se revelam como mecanismos de represália utilizados pelo engenho e pela usina perante novas situações de conflito que se sucederam, inclusive em outros níveis ao longo do tempo.²⁹⁰

Este caso em particular chegou até nós graças aos relatórios do engenho em questão, acessados e analisados pela autora. Tendo em vista a ausência de argumentos que nos levem a crer que todos os engenhos, assim como pequenos produtores, possuíssem arquivos desta natureza, é defensável que o processo de expansão dos canais vinculados a usina tenha sido seguido por uma série de conflitos desta natureza, ainda que não registrados, envolvendo não só usineiros e senhores de engenhos, mais também pequenos agricultores e criadores, instalados nas circunvizinhanças das usinas.

Diante destas movimentações, torna-se perceptível que as mudanças impulsionadas pela expansão canavieira, além de mudar o espaço e as relações entre as pessoas, implicou também mudanças na forma como os grupos envolvidos percebiam e interagiam com este espaço. O espaço de fuga da opressão nos engenhos, por exemplo possuía uma escala reduzida, frequentemente dentro da mesma zona açucareira, no âmbito da usina essa escala é ampliada englobando o conjunto de estados. Do mesmo modo, o espaço de mando ou zona de influência dos senhores de engenhos foi gradualmente convertido em espaço de luta pela manutenção de sua condição na pirâmide social, e mesmo de resistência à expansão das usinas.

Em Alagoas, estas reações dos senhores de engenho podem ser notadas ainda através das publicações de um *Boletim* mensal da Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas – Asplana, o órgão que representava os fornecedores, dos quais, alguns eram antigos senhores de engenho. Ainda que este material não possuísse ampla circulação²⁹¹ é possível que as opiniões nele expressa representassem não só o ponto de vista desses fornecedores com relação a sua própria posição no cenário econômico e social da época, mas, também, a imagem que eles buscavam transmitir sobre si e seu papel diante dos demais grupos com os quais dialogavam.

Diante do crescimento da importância das usinas, e conseqüentemente dos usineiros, essa categoria, composta, sobretudo, por antigos senhores de engenhos, se associou desde 1942 com o claro intuito de defender seus interesses diante do quadro de reestruturação da pirâmide social, na qual os usineiros passaram a ocupar o topo. O *Boletim Técnico Informativo* da Asplana permite o desenvolvimento de um discurso no qual ficam visíveis os anseios e pontos

²⁹⁰ HERÉDIA, B. M. A. de. **Formas e Dominação e Espaço Social**: A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1988, p. 164.

²⁹¹ É difícil precisar o alcance deste material, no entanto, é plausível que sua circulação se circunscrevesse ao grupo dos fornecedores de cana.

de vista dessa categoria, interposta entre os usineiros e os demais agentes sociais envolvidos no cultivo e processamento da cana de açúcar.

Ao tentar descrever a visão que o órgão tinha sobre o fornecedor de cana e seu papel crucial no desenvolvimento da atividade canavieira, foi publicado em 1977, no periódico, um texto intitulado “Dia-a-dia do fornecedor de cana”, no qual o fornecedor é apresentado como uma espécie de mártir da economia canavieira.

Aí está um cidadão que nasceu para sofrer. Vítima de injustiças e incompreensões. Um atleta na diuturna corrida de obstáculos que enfrenta a cada instante. Um colecionador de frustrações. Um pescador de miragens. Administrador. Sociólogo. Economista. Relações Públicas. Sacerdote. Executivo. Matemático. Psicólogo. O fornecedor de cana é, antes de tudo, um acrobata de talentos polivalentes. Um faz tudo. É um otimista.²⁹²

Percebe-se que as primeiras partes do enunciado lembram ao leitor desavisado uma alusão aos trabalhadores envolvidos na labuta dos canaviais, como os cortadores de cana. No entanto, essa era, possivelmente, uma das imagens apresentadas pelos fornecedores no momento de cobrar benefícios em relação aos usineiros, ou de justificar-se aos subalternos diante de eventuais cobranças por melhores salários ou condições de trabalho. Se acertada, tal percepção permite identificar uma mudança na forma de se manifestar ou de impor sua autoridade por parte dos fornecedores de cana, outrora, em parte, senhores de engenhos. Se antes tal autoridade era, com frequência, baseada na força ou na expulsão de suas propriedades, por exemplo, no relato acima, percebe-se uma categoria que apela para a possibilidade de sensibilização e autoafirmação como grupo no qual os demais envolvidos na indústria da cana se apoiam.

A análise desses periódicos além de tornar perceptível a autoafirmação dos fornecedores como elemento imprescindível do desenvolvimento da atividade canavieira, ajuda na percepção de mudanças de ânimos por parte do grupo em questão, de modo que, enquanto em alguns momentos pareciam medir forças com os usineiros, em outros, se apresentavam como detentores dos mesmos interesses.

Em uma matéria do número de dezembro de 1977, os fornecedores de cana se posicionaram contra a imprensa do Sudeste que atribuía a culpa pela crise do setor no Nordeste a avareza e falta de planejamento dos produtores nordestinos. Através da matéria intitulada “Imprensa desinformada”, a ASPLANA rebateu a crítica feita pelo jornal *Estado de São Paulo*

²⁹² LYRA, M. Dia-a-dia do fornecedor de cana. ASPLANA. **Boletim Técnico Informativo**. Maceió, n° 8, dez. 1977, p. 5.

e pela revista *Veja*, através da qual estes órgãos da imprensa atribuíam a culpa pela crise vigente no setor sucroalcooleiro a irresponsabilidade do setor no Nordeste.

Editorial publicado no Jornal “Estado de São Paulo” e reportagem da revista “Veja”, demonstram completo desinforme por parte de certa imprensa do sul do país para com a realidade do sistema canavieiro nordestino e uma visível má fé no julgamento dos homens que fazem em nossa terra a lavoura e a indústria da cana-de-açúcar. Além de dados que não correspondem à verdade, distorcem os fatos e as afirmações com a indiscutível preocupação de servir aqueles que combatem o desenvolvimento nordestino.²⁹³

Além de isentar os fornecedores e usineiros de qualquer culpa, a Asplana usou a matéria para repassar a culpa pela referida crise para o IAA, e mesmo para o setor mecânico instalado no Sudeste, apontando-o como responsável por parte do endividamento dos produtores nordestinos que adquiriam empréstimos para comprar os produtos fornecidos por São Paulo, por exemplo. Como o açúcar não conseguia preços favoráveis, o Sudeste saía como único beneficiário dos investimentos para a modernização e ampliação do parque produtor nordestino. Este aspecto chama a atenção para a dinâmica da indústria açucareira no Sudeste, onde o setor mecânico buscou acompanhar o desenvolvimento das usinas fornecendo peças para a própria região e para o Nordeste.

É importante notar que os “homens que fazem em nossa terra a lavoura e a indústria da cana de açúcar”, de certo modo parece congregar fornecedores e usineiros em um mesmo grupo. Apesar de terem perdido espaço significativo para os usineiros, é plausível que os interesses dos fornecedores estivessem mais próximos dos usineiros do que do proletariado do campo e da indústria. Sendo assim, os fornecedores se qualificavam também para eventuais propagadores das benesses da expansão canavieira. Considerando que estes fornecedores, eram, em parte, os mesmos senhores de engenho, esta relação amistosa entre os dois grupos reforçava ainda o potencial das usinas de serem interpretadas como continuidades do sistema banguê.

Ao tempo em que esses grupos interagem, seja como combatentes, seja como aliados, essa relação se apresentava como solo fecundo para o desenvolvimento de uma memória coletiva acerca da cana. Esta memória tende a legitimar a atividade canavieira como elemento a partir do qual se desenvolveram as mais salientes relações no espaço no qual se expandiam. É importante considerar ainda as contribuições da tradicional historiografia alagoana para a legitimação da hegemonia da atividade canavieira, sobretudo no Sul da Zona da Mata do estado.

²⁹³ IMPRENSA mal informada. ASPLANA. **Boletim Técnico Informativo**. Maceió, nº 8, dez. 1977, p. 5.

Ainda que não se busque defender uma convivência entre o meio intelectual e o industrial, é preciso entender que, ao desconsiderar as distinções entre os espaços e intensidades com que a atividade canavieira incide em cada um, essa historiografia, marcada, sobretudo, por Diegues Junior e Sant'ana tem contribuído para a generalização da importância dessa atividade, partindo do centro açucareiro pernambucano, passando pela região das lagoas e se estendendo ao Sul do estado.²⁹⁴ Esta situação pode levar ao entendimento de que, se no passado era a cana, tal qual no presente, é ela a única possibilidade para o futuro. Este trabalho busca a negação desse silogismo. A próxima subseção, por sua vez, deve contribuir para isso explorando a relação entre a labuta com a cana e o papel que ela passou a ocupar na mentalidade das pessoas que dela passaram a depender de forma direta ou indireta.

4.2 O modelo de ocupação do espaço e a percepção sobre o mesmo

Dentre os autores que trabalham com o conceito de Memória coletiva chama atenção deste trabalho de pesquisa o entendimento de Michel Pollak. De acordo com este autor, esta memória se constitui a partir da necessidade de coesão entre os membros de determinados grupos.

Sendo assim:

Estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis.²⁹⁵

²⁹⁴ Esta fala faz lembrar outra figura emblemática no que diz respeito a relação entre os meios intelectual e industrial nas produções sobre a cana de açúcar em Alagoas. Trata-se de Osman Loureiro que, ao longo de sua vida foi autor de uma série de obras que reporta ao papel da atividade canavieira no estado, foi senhor de engenho, usineiro e ainda governador do estado. Deste modo, Loureiro congregou em si os interesses e visões de três camadas amplamente responsáveis pelo atual *status* da cana de açúcar em Alagoas, a saber, a classe empresarial, a classe intelectual e o Estado.

²⁹⁵ POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, vol.2, n.03. Rio de Janeiro, 1989, p.03-15a, p. 9.

Embora o mesmo conceito tenha sido amplamente discutido por Maurice Halbwachs (1990), este, entende-o como fruto de um consenso amistoso entre os membros do grupo,²⁹⁶ enquanto Pollak (1989) reconhece a possibilidade de uma disputa que é travada entre uma memória coletiva oficial, e outra, extraoficial a que chama de memória subterrânea. É com base neste entendimento que a discussão contida neste texto busca apontar os meios pelos quais as rupturas aqui estudadas parecem ter sido superadas em espaço de tempo relativamente curto, o que pode ter contribuído para pouca mobilização entre as populações locais no sentido de se rebelar contra as mudanças drásticas às quais este trabalho reporta no âmbito da expansão canavieira.

Tendo em vista o significativo crescimento populacional nos centros urbanos que já existiam, ou dos que se desenvolveram na região atraídos pelas usinas, é mister considerar a necessidade de se criar uma identidade fundamentada na memória coletiva dessas populações. Uma vez que essas pessoas são provenientes de distintos povoados, e, também, de municípios distantes, é possível defender que o único elemento que as unia naqueles espaços era o trabalho desenvolvido com base na cultura canavieira. Com isso, estava lançada, sobretudo nesses centros urbanos, as bases para o desenvolvimento de uma memória coletiva que tivesse na cana de açúcar o seu principal ponto de partida. Assim, a consolidação da atividade canavieira se daria, não só no espaço físico, mas, também, no subjetivo das pessoas.

A principal problemática no discurso sobre essa memória coletiva é que ela pode ter contribuído para um entendimento falso de que a cana de açúcar sempre foi o pilar da economia e da sociedade local. Sendo assim, ao associar a imagem de uma presença intensa da cana no passado – ainda que fictícia – ao estado de constante expansão dos canaviais, esta memória criada pode ter relegado a cana, personificada nas usinas, a *conditio sine qua non* para um futuro da região. Este fator, por sua vez, compete para a intensificação da dependência em relação a atividade canavieira por parte das populações locais, cujas vidas passam, com frequência, a oscilar de acordo com o movimento das moendas das usinas, entre o Nordeste e o Sudeste do País.

Para expor a já ressaltada preponderância da cana no simbólico local, sobretudo no meio urbano, vale a pena lançar o olhar sobre os elementos que passaram a se destacar nos espaços públicos, atentando-se de modo especial para aqueles que remetem claramente para uma ligação entre o espaço estudado e a cana de açúcar, seja ela associada aos engenhos ou as usinas.

²⁹⁶ HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais/ Vértice, 1990, p.25-89.

Fazendo uso do conceito de lugares de memória, é possível ponderar sobre a forma como as pessoas residentes nas proximidades das usinas se deparavam com o papel histórico da cana de açúcar na região, e como símbolos de outras atividades, como a pecuária, foram convertidos em símbolos que lembram a presença dos canaviais onde e quando eles ainda não existiam.

Para Pierre Nora (1993) os “lugares de memórias” são os elementos sensíveis, físicos ou não, onde a memória se cristaliza, “se refugia”.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, por que essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares da memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los.²⁹⁷

Em face disso, reportando ao espaço em estudo e a tão reclamada presença dos elementos que o vinculam a atividade canavieira, torna-se possível a defesa de que, tais elementos não representam necessariamente o passado como de fato o foi, mais sim uma tentativa presente de legitimação do *status quo* atual. Assim, os nomes de prédios públicos, a simbologia presente nas bandeiras, os nomes das ruas, as personalidades e festividades locais que aludem aos vínculos históricos entre a região e a atividade canavieira, refletem em larga medida as condições dessas atividades no momento em que tais símbolos foram criados ou preservados.

Um dos fatores que pode ter contribuído para a criação e sustentação desses lugares de memória, foi o processo de migração ao qual a região canavieira esteve submetida, principalmente a partir da década de 1970. Como atentado anteriormente, esta migração ocorreu em dois níveis. O primeiro de outras regiões, inclusive do Sertão do estado para a zona canavieira; o segundo da zona rural para os centros urbanos próximos as usinas.²⁹⁸ Tomando como referência as cidades de Junqueiro e Campo Alegre, que receberam a instalação das usinas Porto Rico e Seresta em 1973, respectivamente, e a usina Guaxuma, que foi instalada próximo aos centros urbanos destas cidades em 1974, no tocante a presença de tais indústrias, as mesmas

²⁹⁷ NORA, P. Entre memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, Revista da PUC-São Paulo, n.10, dez. 1993, p. 13.

²⁹⁸ ANDRADE, M. C. de. **A terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

parecem justificar o expressivo crescimento populacional dos citados municípios, crescimento este, concentrados, principalmente, nos centros urbanos.²⁹⁹

Ao tempo em que as populações se deslocavam para as zonas urbanas, o novo sistema canavieiro tomava posse das terras da zona rural. Os canaviais se desenvolveram pelos tabuleiros suprimindo os eventuais vestígios do modelo de organização social que o antecedeu, ou seja, os resquícios materiais que testemunhavam a ocupação rural naquele espaço. Esta supressão diz respeito a transformação em canaviais dos pastos nativos, das parcelas de terra de uso coletivo e dos caminhos antigos, que, a exemplo da Estrada do Sal, tratada na primeira seção desta dissertação, possivelmente esteve relacionada a pecuária e a indústria de carne de sol estabelecida em Limoeiro de Anadia e ligava este município às salinas e ao mercado de Coruripe.

A Ilustração 9 contribui para esta defesa uma vez que a mesma permite a visualização de um espaço entre os limites territoriais dos municípios de Campo Alegre e Junqueiro. O espaço fotografado corresponde a um ponto por onde passava um trecho da Estrada do Sal. O mesmo coincide com a localização dos chamados hereus de Caboatan, ao qual uma Declaração de posse de 1915 faz menção.³⁰⁰ Alguns vestígios visíveis ao longo da rodovia dão testemunho de que haviam ainda algumas residências nestas cercanias antes das completa tomada do espaço por canaviais.

²⁹⁹ Na década da instalação dessas usinas, Junqueiro e Campo Alegre apresentaram um aumento da população urbana na ordem de 435% e 171,35%, respectivamente, em comparação a 43,9% e 3,4% na década anterior. A Tabela 7 reporta a esta questão.

³⁰⁰ JUNQUEIRO (AL). Cartório do único Ofício de Junqueiro. **Declaração de posse em comum união dos herdeiros de Bento José de Mello**. Declaração registrada nas fls. 118 e 119 do livro de registros. Nº 169 de ordem. Apresentado em 18 de maio de 1915. O conteúdo deste documento já foi trabalhado em parte na subseção 3.2 desta dissertação.



Ilustração 9 – Vista parcial de canaviais entre os municípios de Junqueiro e Campo Alegre

Fonte: Fotografia de 11 de julho de 2016. Acervo do autor.

Enquanto a ocupação do espaço pelos canaviais se consumava, o cotidiano nos centros urbanos dos municípios passou a exigir de seus moradores a normatização do convívio social e a criação de uma coletividade em meio a diversidade de origens e culturas. É neste quadro de heterogeneidade que os signos da monocultura canavieira em expansão, encontraram terreno fértil para se firmar e impulsionar a formulação de uma identidade local fortemente marcada pela cana de açúcar. Para melhor compreender tal situação é possível recorrer as teorias de constituição da memória coletiva.

Para Meneses (1992), a memória coletiva

É um sistema organizado de lembranças cujo suporte são grupos sociais espacial e temporalmente situados. Melhor que grupos, é melhor falar de redes de interrelações estruturadas, imbricadas em circuitos de comunicação. Essa memória assegura a coesão e a solidariedade do grupo e ganha relevância nos momentos de crise e pressão. Não é espontânea: Para manter-se, precisa permanentemente ser reavivada.³⁰¹

O espaço das zonas urbanas, ilhadas entre os canaviais, e o período de efervescência da industrialização podem ser tomados como espaço e tempo fecundos para a constituição de uma

³⁰¹ MENESES, U. B. de. História, cativa da memória: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992, p 15.

memória coletiva que sustentasse a hegemonia canavieira na região. Em Meneses (1992), esta memória não exige uma unificação, de modo que várias memórias possam coexistir. A necessidade de uma lembrança em comum parece dificultar a utilização do ponto de vista de Meneses para este contexto, uma vez que, como já foi defendido, a atividade canavieira nos moldes que se apresenta a partir de 1950, está mais para uma ruptura do que uma continuidade com o sistema anterior, comprometendo, assim, a possibilidade de uma lembrança que una os membros dos grupos em questão.

No entanto, o mesmo autor defendeu que “a elaboração da memória coletiva se dá no presente e para responder a solicitações do presente”.³⁰² Deste modo, é compreensível que as lembranças relacionadas a atuação da cana de açúcar no passado, ainda vinculada aos engenhos banguês, possam ser acessadas em um presente de usinas para legitimar a sua atual hegemonia. Por mais distanciadas que sejam as realidades do engenho e da usina no contexto do espaço estudado, com frequência, a memória acerca da atividade canavieira ignora tais distinções. Não obstante, esta impressão pode ser transmitida a partir dos materiais sobre história local produzidos e divulgados na região estudada.

Com base em trabalhos de Tenório (2011),³⁰³ esta questão pode ser melhor abordada fazendo-se uso de situação em que a temática desta dissertação pode ser inerida. O autor defendeu que as usinas são a “continuidade” da atividade banguê. Para justificar sua afirmação fez usos de elementos como as chaminés das usinas, apresentadas como uma espécie de evolução daquelas que ainda podem ser constatadas nos antigos engenhos de fogo morto.

Quando percorrermos os campos de Alagoas e divisamos os vestígios do que outrora foi um pequeno engenho, temos noção dessa ruptura e, indiferentes ao presente, assistimos a um verdadeiro *flashback* do mundo do açúcar desde os primeiros dias do Escorial e do Buenos Aires até hoje, com as chaminés das grandes usinas.³⁰⁴

Ainda que reconheça a existência de uma ruptura entre a dinâmica dos banguês e das usinas, o autor deixa a entender que elementos em comum entre as duas realidades podem funcionar como uma ponte que gera a noção de continuidade.

³⁰² MENESES, U. B. de. História, cativa da memória: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992, p. 11.

³⁰³ Embora o autor faça referência ao estado de Alagoas como um todo, é notório que seu estudo se concentra na atuação histórica da atividade canavieira nas imediações das lagoas.

³⁰⁴ TENÓRIO, D. A. Os caminhos do açúcar em Alagoas. In: **Revista Incelencia**. p. 5-27, 2011, p. 19.

Em certo sentido, as posições de Meneses (1992) e Tenório (2011), parecem encontrar um ponto de convergência, o que muito tem a contribuir com este trabalho. “Frágil, a memória é enganosa, seleciona, interpreta e reconstrói dentro da visão do presente”.³⁰⁵ É esta visão do presente, o presente da vida urbana, da dependência em relação a usina que faz a memória acessar a presença dos antigos engenhos, seja dos vales que cortam os tabuleiros em questão, ou aqueles dos locais de origem dos novos ocupantes do espaço, e assim, prologar no tempo a presença massiva dos canaviais.

Ao que tudo indica, foi o deslocamento das massas para a zona urbana que permitiu a constituição deste pensamento fortemente vinculada a atividade canavieira. Como “um elemento constituinte do sentimento de identidade”³⁰⁶, conforme discorreu Pollak (1992, p. 204), é possível que a memória coletiva que se desenvolvia nas cidades da região carecia de um instrumento que unisse a todos dentro do novo quadro de industrialização e urbanização. Uma vez que tais centros urbanos tinham nas usinas o *locus* do desenvolvimento da região, é plausível que as atividades desenvolvidas em função da cana de açúcar se tornaram, de certo modo, o elo entre os migrados e o ponto em comum que justificava a estadia dos sujeitos nos mesmos centros urbanos. Quanto aos indivíduos que já habitavam a região nos tempos em que os canaviais ainda não tinham ultrapassados os vales, era da mesma maneira o trato com a cana que justificava a presença dos novos vizinhos e suas inter-relações.

Os estudos de Michel Pollak (1992) sobre “Memória e identidade social” oferecem relevantes contribuições para melhor compreensão do fenômeno aqui estudado. Segundo ele, a memória coletiva se sustenta em experiências vividas em comum por um grupo. Assim, é necessário recorrer ao fato de que, para o contingente que adentrou as cidades a partir da década de 1950, as únicas experiências vividas em comum foram as relacionadas a atividade canavieira.

A busca por emprego na indústria açucareira, as expectativas quanto ao desenvolvimento profissional nas usinas, o estímulo para os estudos que miravam a possibilidade de um emprego no setor canavieiro, enfim, a usina e o trabalho com a cana de açúcar acabaram por estar associados às mais expressivas experiências compartilhadas pelas pessoas que passaram a constituir a zona canavieira em questão. Até mesmo os grupos que, aparentemente, não estavam submetidos às determinações do setor canavieiro, se viam

³⁰⁵ TENÓRIO, D. A. Os caminhos do açúcar em Alagoas. In: **Revista Incelencia**. p. 5-27, 2011, p. 15.

³⁰⁶ POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, vol.5, n.10. p. 200-205, Rio de Janeiro, 1992, p.204.

disciplinados pelo mesmo. O pequeno agricultor familiar,³⁰⁷ que percebia sua área de trabalho sendo limitada pelos canaviais. O comerciante que sentia as variações no fluxo de clientes cuja oscilação se revelava mediada pela relação entre safra e entressafra, períodos, respectivamente, em que mais pessoas são empregadas pelas usinas, e ganham mais devido as horas extras, e o de redução do quadro, quando inclusive, parte dos desempregados se deslocam para o Sul do país onde a safra está iniciando.

Outras duas situações paralelas parecem ter contribuído para a sedimentação, na memória local, da monocultura canavieira como atividade fundadora e mantenedora daquela sociedade. A primeira diz respeito a lacuna deixada pela ausência de um lugar de memória³⁰⁸ bem definido pelas atividades precedentes, a segunda se apoia nos critérios de progresso e desenvolvimento que foram desde cedo vinculados a usina.

Como já explicitado, antes dos canaviais, predominavam as colônias de gado nos tabuleiros entre os Vales dos Rios São Miguel, Jequiá, Coruripe e Piauí. As técnicas rudimentares de criação de gado nos tabuleiros³⁰⁹ impediram que elementos físicos, característicos da mesma, fossem preservados no espaço, o que poderia vir a caracterizar um lugar de memória da atividade pecuária na região. A ausência de cercas que confinassem o rebanho, ou mesmo de instalações para ordenha ou abate, reduzem o registro da pecuária a bibliografia sobre o tema e a cartografia sobre a região, ambas fontes pouco socializadas e por isso quase irrelevantes no que diz respeito aos domínios da memória coletiva. Ou seja, os vestígios da pecuária nesses espaços são raros.

No curso da pesquisa que originou esta dissertação, também não foram encontrados elementos que apontassem a agricultura de subsistência praticada na região submetida a alguma burocracia para circulação, e por isso, a uma documentação própria. A exemplo dos camponeses pobres da Inglaterra que Thompson (1998) estudou, os pequenos agricultores, vaqueiros e criadores de gado do espaço estudado não tinham razão para deixar vasta documentação sobre suas atividades que pudessem ser, posteriormente investigadas, atestando-se assim as dimensões de suas ocupações.³¹⁰

³⁰⁷ Termo empregado para designar os produtores de gêneros alimentícios utilizados na subsistência da própria família, dos quais só o excedente é comercializado.

³⁰⁸ Este conceito é amplamente trabalhado por diversos teóricos dos quais cabe destacar Pierre Nora e Le Goff (1994) para quem os lugares de memória eram como monumentos, símbolos ou celebrações que ativam a memória sobre determinado período, pessoa ou evento.

³⁰⁹ A ênfase dada aos tabuleiros aqui, é justificada pelo fato de ser esta formação geográfica o principal *locus* de expansão dos canaviais no espaço estudado.

³¹⁰ THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 26.

Os elementos mais representativos da pecuária na região, e que sobreviveram a ação do tempo, talvez sejam os travessões. Ainda assim, os fragmentos dessas linhas divisórias dos pastos que resistiram ao tempo, não possuem uma placa com legenda que os identifique como tais, o que pode fazer desses vestígios qualquer vala destinada a diversos fins. Geralmente esses travessões se estendiam nos tabuleiros seguindo a borda dos vales dos rios. Ainda assim, o crescimento da zona urbana, e, sobretudo, o constante revolvimento do solo nas áreas dos canaviais levou ao aterramento de parte expressiva destes potenciais lugares de memória.

Os agentes beneficiados com o monopólio dos meios de reprodução da vida humana por parte da indústria canavieira deram sua contribuição para garantir a predominância dos canaviais, também, na memória local. Jacques Le Goff (1994) ao discorrer sobre a relação entre memória e poder, defendeu que a primeira se tornou historicamente um veículo de luta ou base de sustentação do segundo.

A memória coletiva foi posta em jogo na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.³¹¹

É neste sentido que os elementos característicos da monocultura canavieira se apoderaram de todos os espaços possíveis que garantissem um clima de familiaridade com a nova organização do ambiente e da sociedade local. Conscientes ou não da necessidade de fundar uma memória baseada na cultura da cana, os usineiros assim como a classe política, geralmente ligada a usina, se empenharam em ajustar esta sociedade aos moldes da nova realidade econômica. Os apitos das usinas passaram a exercer o papel dos sinos nos campanários das igrejas, anunciando horas, mortes de pessoas ligadas a usina, ou festividades locais. Ruas e avenidas, quando não a cidade, foram batizadas com nomes dos usineiros ou senhores de engenho,³¹² o que, de alguma forma, tenta apresentar a usina, através do trato com a cana, como uma continuidade ou desenvolvimento da atividade banguê, senão como o elemento preponderante da sociedade local.

³¹¹ LE GOFF, J. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994, p. 426.

³¹² A título de exemplo, é possível citar o caso de São Miguel dos Campos onde nomes relacionados a famílias de senhores de engenho, como os Vieira Lins, são muito presentes nos domínios públicos, ou Teotônio Vilela que, além de receber o nome de um usineiro local tem nas principais ruas e bairros os nomes dos demais membros das famílias dos usineiros e de senhores dos principais engenhos locais como o Brejo e o Matheus.

A imagem da cana ascendeu aos mastros nas bandeiras municipais. A cana de açúcar, ou a usina, está presente nas bandeiras de todos os nove municípios que compreendem a Microrregião de São Miguel dos Campos. Toda essa apropriação dos domínios do simbolismo local parece ser sustentada pela ideia de progresso e desenvolvimento que a usina trazia para a região.

Em cidades da zona canavieira, sobretudo naquelas que têm na usina local a principal fonte de salários, poucos elementos podem refletir o desenvolvimento daquele espaço como a imagem de uma chaminé de usina expelindo fumaça. Este elemento indica aos moradores da região que a usina está em funcionamento, está moendo e, conseqüentemente, está gerando emprego e renda para a população. A Ilustração 10 apresenta a chaminé de uma usina em período de safra, na região estudada. A mesma pretende mostrar este símbolo tão importante para as pessoas alocadas nesta região e que, não obstante, dependem deste estado de funcionamento da usina local para sustentar a família.



Ilustração 10 – Chaminé de usina expelindo fumaça

Fonte: Fotografia de 25 de abril de 2015. Acervo do autor.

Costa (s/d), no início da década de 1980, relatou o depoimento do então prefeito de Junqueiro acerca das expectativas quanto ao “progresso” que esperava vir para a região através da instalação de uma usina, no caso, a Usina Seresta. Segundo o autor, quando reclamado por um deputado por ter investido dinheiro na construção de uma escola em um local ermo, onde

só se via “alecrim de taboleiro”, o prefeito justificou o investimento dizendo: “ ‘ Excia., a Usina Seresta vem aí nós estamos aqui dentro de zona canvieira e logo que seja instalada a Usina, este setor vai progredir consideravelmente’ ”.³¹³ A expectativa de progresso e desenvolvimento apoiada na instalação da usina se contrapunha as eventuais condições e isolamento em que de fato se encontrava parte expressiva dos grupos humanos dispersos por povoados na zona rural local.

Isso porque, enquanto as famílias dos pequenos agricultores viviam entregues as condições climáticas, a usina representava a atuação de uma empresa consistente, a possibilidade de um salário e demais benefícios que o trabalho no próprio campo não oferecia. Neste sentido, a agroindústria canvieira assumia, naquele momento, uma dimensão que poderia ser compreendida como a união de todas as forças produtivas da região. O usineiro, enfim, se tornou o agente que conduzia o progresso e oferecia às populações locais a grata possibilidade de um salário.

Mesmo que a expansão da atividade canvieira tenha sido percebida com bons olhos pelos agentes nela envolvidos, alguns problemas dela advindos já foram pontuados neste trabalho. Primeiro no que diz respeito às expropriações das populações rurais, depois, a dependência a monocultura canvieira imposta aos moradores da região. Não se pode descartar a possibilidade de que a ideia de progresso vinculada as usinas tenha contribuído para a repressão da memória de uma realidade anterior compartilhada por aqueles que habitavam o espaço, desde os tempos anteriores a ascensão das usinas. Sendo assim, a realidade local anterior aos canaviais, vinculada a pecuária e produção de gêneros alimentícios, deve ter sido silenciada, e não esquecida.

Quem enveredou de maneira consistente neste campo do silêncio trajado de esquecimento foi Pollak (1989). Para o autor, algumas situações pedem o silêncio de uma memória que, em certa medida parece esquecimento. No entanto, este silêncio não tem que ser necessariamente permanente. O mesmo autor, ao fazer uso do termo “ressentimento” se referiu a capacidade de irrupção de uma memória silenciada. Sendo assim, é amplamente aceitável a defesa de que, diante da retórica desenvolvimentista, levantar-se contra as usinas poderia ser entendido como uma oposição ao desenvolvimento e ao progresso. Dito isto, a memória de uma alternativa para a hegemonia da cana de açúcar pode parecer uma ameaça a mesma e por isso

³¹³ COSTA, M. E. **Introdução a História de Feira Nova**. Junqueiro: Impressão do autor, s/d, p.4.

segue, a maior parte do tempo, na memória de quem lembra calado. Ou seja, o silêncio figura aqui patrocinado pelos critérios de progresso inerentes a atual indústria sucroalcooleira.

A aparente consolidação da atividade canavieira ultrapassou os domínios do econômico. A mentalidade que se desenvolveu dentro das fronteiras dos canaviais adentrou o campo do imaginário em que a sua primazia também se concretizou na memória das pessoas que viveram e participaram do mesmo processo de consolidação. Os clássicos da historiografia alagoana deram sua contribuição para o pretense entendimento de que a história da região sempre esteve vinculada, prioritariamente, a atividade canavieira. No passado associada aos engenhos, no presente às usinas. Ainda assim, a memória de um passado sustentado pela policultura não pode ser dada por morta, esquecida ou superada, ela se encontra latente e se manifesta de modo significativo diante da crise do setor sucroalcooleiro, quando este revela a incapacidade de sustentar os contingentes da zona da cana, e o mesmo contingente acaba por buscar reforços em atividades amplamente desenvolvidas na região antes do atual desenvolvimento canavieiro.

A ideia de um passado canavieiro é complementada pela constatação empírica de um presente socialmente subordinado ao mesmo elemento, a cana. Esta associação entre o passado imaginado e o presente vivido gera uma expectativa pouco fecunda quanto a um futuro, também, de dependência ao setor canavieiro.

Outrossim, a constatação de um passado onde as famílias não dependiam exclusivamente da atividade canavieira, pode ajudar as populações do presente a pensarem, não em um retorno a este passado, mas, em uma alternativa para o presente. Lowenthal (1998), sugeriu a existência de três vias para o conhecimento da parte do passado que é possível conhecer, seriam elas a história, os fragmentos e a memória. O mesmo autor, defendeu duas dimensões da história em relação ao passado: História menor que o passado, a medida que não pode abarca-lo por completo, e História maior que o passado, na medida em que pode observá-lo de longe e assim compreender melhor a sua dimensão.

Já pudemos discorrer sobre as condições dos fragmentos, estes, inscritos nos domínios da arqueologia, estão sujeitos a condições desfavoráveis de conservação e interpretação, como os travessões da pecuária. Quanto a memória, no que diz respeito a problemática aqui trabalhada, ela parece ser o elemento essencial para a visão do passado que é almejado por este trabalho. A irrupção da memória subterrânea, que já foi defendida, é capaz de reabilitar o entendimento necessário sobre os fragmentos, ao tempo que direciona a história para um melhor aproveitamento da vista panorâmica que se pode ter sobre o passado. Trata-se, assim, de uma ação conjunta, e dificilmente alguém poderia ir muito longe se valendo de apenas uma dessa três possíveis vias de conhecimento do passado.

A inserção de elementos novos na memória dos ocupantes de dado espaço denunciam o caráter de maleabilidade desta mesma memória. Longe de limitar-se a uma forma dada e acabada, a memória “é um processo permanente de construção e reconstrução *um trabalho*, como aponta Ecléa Bosi. O esforço ingente com que costumam investir grupos e sociedades, para fixá-la e assegurar-lhe estabilidade, é por si, indício de seu caráter fluído e mutável”.³¹⁴ As vias de constituição da memória hoje oficial na região estudada já foram devidamente apresentadas, cabe ainda discorrer sobre as possibilidades de mudança das quais essa memória também é passível.

É defensável que a própria ideia de dependência em relação a cana seja fruto de uma mudança. Afinal, seria anacrônico defender que a mesma ideia fizesse parte da memória coletiva local antes que os canaviais se estendessem pelos vastos tabuleiros. Também já não se pode negar a possibilidade de uma nova mudança na constituição desta memória. Como já foi colocado, a historiografia alagoana, baseada no papel da cana na Região das Lagoas fortaleceu a ideia de uma história da Zona da Mata alagoana totalmente vinculada a cana de açúcar. Outrossim, trabalhos que pautem as dimensões históricas da sociedade local para além dos domínios dos canaviais, contribuem para o necessário, e urgente, rompimento com a ideia de que a dependência em relação a monocultura canavieira é a verdade eterna da qual a sociedade na Zona da Mata alagoana não pode escapar. O próprio desenvolvimento deste trabalho de pesquisa já sinaliza para essa possibilidade de ruptura.

As defesas aqui empreendidas não pretendem negar de modo algum a presença da cana de açúcar na economia e na formação de uma sociedade local no espaço estudado. Tal pretensão seria, inclusive impossível de se sustentar. O que se tem pretendido mostrar é que a intensidade com que a atividade canavieira incidiu no passado desta região não pode ser comparado ao papel que passou a assumir a partir da década de 1950.

A existência e o franco desenvolvimento dos engenhos nos vales dos rios da Microrregião de São Miguel dos Campos são fatos amplamente atestados, inclusive, em um número não negligenciável de fontes e bibliografias acessadas e referenciadas neste trabalho. Contudo, a forma como o espaço era ocupado pela cana de açúcar dos engenhos é notadamente diferente da forma como os canaviais das usinas se estenderam, por espaço mais amplos e sufocando de forma contundente o desenvolvimento de outras atividades, sobretudo agrícolas. Também não se busca aqui empreender juízos de valores, de modo que a atividade canavieira desenvolvida nos engenhos possa ser defendida como melhor ou menos danosa para o espaço,

³¹⁴ MENESES, U. B. de. História, cativa da memória: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992, p 10.

pretende-se, no entanto, revelar que entre as usinas e os engenhos da região, há uma distinção clara no que diz respeito a forma com que influenciavam a vida das pessoas nas mais diversas instâncias.

Da mesma forma que os tons de verde na paisagem diferem, a maneira como esta atividade influenciou no modo como as pessoas moram e trabalham tornam-se distintos se compararmos os períodos de antes e depois da expansão canavieira protagonizada pelas usinas. Apresentar este quadro de rupturas não deve também ser interpretado como meras notas informativas, ou tentativas de confronto com parte do que foi muito dignamente produzido sobre a história de Alagoas. Outrossim, debruçar-se sobre este tema a partir da lógica da ruptura e da transformação, deve se relacionar com outra questão de suma importância, a saber, a dependência em que a região estudada se encontra em relação a atividade canavieira. Este tipo de análise permite que se perceba que, por vias diversas, esta atividade se desenvolveu e se consolidou no espaço de modo a tornar as populações locais amplamente dependentes dela. Da mesma forma que esta não é uma condição eterna no sentido de sempre ter existido, ela não o é no sentido de que deve permanecer para sempre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os estudos recentes desenvolvidos acerca das movimentações nos interesses e perspectivas dos historiadores, Cardoso e Vainfas (2011) conseguiram reunir trabalhos que contribuem para uma reflexão sobre as significativas transformações nos objetos e métodos de pesquisa em História.³¹⁵ Ao atentar para as temáticas diferentes sobre as quais se debruçaram com prioridade parte expressiva dos historiadores, em momentos distintos, tais estudos corroboram em defesa de que, embora sejam os homens, e suas relações, “o motor da história”, já não é possível relegar a responsabilidade por tais relações a apenas um dos elementos que as envolvem.³¹⁶ Ou seja, a política, a economia, a cultura etc. não são autoexplicativas, e, por essa razão, não conseguem responder por si só a questões como aquelas pautadas na eclosão de conflitos ou tratados de paz, na oscilação dos preços e nas tendências do mercado, nas convergências ou divergências entre povos distintos.

Em face disso, o historiador atento a tal condição deve está inclinado a interdisciplinaridade e a multiplicidade de aspectos que, ao se entrelaçarem no âmbito das relações sociais, constituem os principais temas de pesquisa e o ponto de partida na busca pelo aprimoramento do conhecimento histórico. Consoante a este entendimento, o trabalho de pesquisa que resultou nesta dissertação de mestrado buscou congrega os interesses do Estado brasileiro, o contexto no qual esteve inserido a economia mundial, no recorte temporal estudado, e as disposições ambientais na porção Sul da Zona da Mata alagoana, para discorrer sobre o desenvolvimento da atividade canavieira no espaço em questão com o intuito de contribuir para o conhecimento histórico, assim como, para a projeção de eventuais meios de se lidar com os problemas até então identificados.

Ao reportar-nos aos aspectos ambientais de determinado espaço, o discurso não pode ser esgotado nas ações dos grupos humanos que promovem a deterioração de parte do ecossistema ao qual ele mesmo pertence. No que diz respeito ao espaço estudado e ao desenvolvimento da atividade canavieira, esta dissertação buscou chamar a atenção para o diálogo estabelecido pelos homens com a natureza na medida em que teciam a sua própria

³¹⁵ CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

³¹⁶ De acordo com os autores, além do próprio conceito de história, mudaram substancialmente as perspectivas de pesquisa neste mesmo campo, de forma mais acelerada a partir do século XVIII, de modo que, a História Política desenvolvida entorno dos feitos dos reis e dos heróis cedeu lugar a História Política fundamentada no surgimento e desenvolvimento dos Estados Nacionais. De um modo mais amplo, ao atentar-se para as distinções mais salientes entre os paradigmas históricos, os mesmos autores notam, por exemplo, a distinção entre a perspectiva dos marxistas, aos quais atribuíram o determinismo das estruturas como base de seus discursos, em relação ao chamado paradigma Pós-moderno, assentado na ideia de voluntarismo da consciência.

história. Ainda que hostilizada, a natureza não pode ser lida como um agente eternamente passivo ante as investidas humanas. É importante ressaltar que, até que as técnicas de fertilização dos tabuleiros fossem aplicadas na região, a constituição natural de suas terras se apresentaram como um muro de resistência que separava os canaviais dos engenhos e usinas retidos nos Vales.

Assim sendo, uma vez transformada e/ou domada, a natureza não deixou de imprimir nos homens as marcas dos processos transformadores que lhe foram impostos. Para compreender melhor tal afirmação, basta lembrar que as mudanças incutidas no ecossistema dos tabuleiros e dos vales através do desenvolvimento canavieiro, impôs aos homens alocados nestes espaços profundas mudanças, mais perceptíveis no que diz respeito as condições de trabalho, moradia, e mesmo na forma como passaram a perceber o próprio espaço.

Em síntese, os elementos naturais estão em constante reação a ação dos homens, sendo transformados por eles ao mesmo tempo que os transforma. Para Schimidt (1977), apesar dos avanços dos homens sobre o domínio da natureza, a reação desta é incessante, fato claramente perceptível se considerarmos que, por mais que os homens busquem se distanciar da sua condição de parte integrante da natureza, é a ela que voltam ao fim de sua jornada na busca por este mesmo distanciamento.

El proceso laboral está inserto en el gran contexto de la naturaleza. La naturaleza como superior unidad de la sociedad y del segmento natural apropiado en cada caso por el hombre, se impone, en última instancia, a todas las intervenciones humanas. Las sustancias naturales penetradas por los hombres vuelven a hundirse en la inmediatez originaria.³¹⁷

Pautando-nos pelas reflexões do autor nota-se que, os processos de trabalho estão imbrincados nas disposições do espaço em que este mesmo trabalho é desenvolvido. A relação dialética entre homem e natureza é mais uma vez evidenciada neste contexto se atentarmos para o fato de que, as necessidades de superação dos limites impostos pelo clima, pela geologia, pelo relevo etc. fustigaram o desenvolvimento técnico que transformou o espaço, e, por sua vez, impulsionou as rupturas na sociedade, para as quais este trabalho de pesquisa tem chamado a atenção em suas seções.

³¹⁷ SCHIMIDT, A. **El concepto de naturaleza em Marx**. 2ª ed. Madrid: SigloVeintiuno Editores, 1977, p. 96. Tradução: O processo de trabalho está inserido no grande contexto da natureza. A natureza como unidade superior da sociedade do seguimento natural apropriado pelo homem, se impõem, em última instância, a todas as intervenções humanas. As substâncias naturais apropriadas pelos homens voltam a afundar na imediatez originária.

É importante salientar que o desenvolvimento técnico não tem, necessariamente, que significar o sacrifício do meio ambiente ou a imposição de sérias rupturas nas relações de trabalho ou moradia. No contexto da expansão da agroindústria canavieira nos limites espaciais e temporais desta pesquisa, os mais significativos impactos ambientais e sociais observados até então estão diretamente ligados a adoção e intensificação de um sistema produtivo ancorado na monocultura.

O desenvolvimento da pesquisa que deu origem a esta dissertação, permitiu, portanto, observar que o cenário físico e social do espaço estudado foi profundamente transformado a partir do momento em que as usinas intensificaram suas ações sobre o mesmo espaço. Outrossim, não seria justo com a mesma pesquisa, deixar de elucidar que os problemas aqui identificados, tais quais, a degradação ambiental, a reconstituição do latifúndio, o êxodo rural etc. não podem ser atribuídos a cana de açúcar como se tal planta fosse uma espécie de erva daninha, que se reproduziu desenfreadamente e se alastrou pelos tabuleiros e leves encostas da região.

A fragilidade e o caráter danoso do sistema canavieiro, então estabelecido, não pode ser reduzido a cana de açúcar. A convergência entre a base do modelo de produção, a monocultura, e a forma como os usineiros retiveram os vultosos benefícios do Estado brasileiro para garantir a produção e a supremacia das usinas sobre o espaço, deve ser encarada como ponto fulcral do discurso pautado no desenvolvimento canavieiro e nas mudanças socioambientais a ele atrelados.

A adoção de um sistema monocultor e a seletividade com que o Estado beneficiou os usineiros,³¹⁸ está diretamente relacionada com as exigências do sistema capitalista naquele momento histórico.

Para Worster (2003),

Apesar de muitas variações de tempo e lugar, o sistema agroecológico capitalista mostra uma tendência clara ao longo da expansão da história moderna: um movimento em direção à simplificação radical da ordem ecológica natural no número de espécies encontradas em uma área e o intrincado de suas interconexões. Enquanto os mercados se desenvolviam e os transportes melhoravam, os agricultores concentravam cada vez mais suas energias na produção de um número cada vez menor de produtos agrícolas

³¹⁸ É válido lembrar que, com relação ao cultivo e beneficiamento de cana de açúcar através das usinas, os usineiros receberam privilégios do Estado que não foram estendidos aos senhores de engenho, por exemplo. Como explicitado na Seção 2, a intenção de organizar a produção através da concentração dos canaviais implicou mudanças profundas, também, entre os componentes da categoria dos senhores de engenho, dentre os quais, alguns tiveram que abandonar a atividade, enquanto outros se tornaram fornecedores de cana para as usinas sem que pudessem ser equiparados, em termos de prestígio social e amparo por parte do Estado, aos usineiros, que, por sua vez, passaram a ocupar o topo da pirâmide social na zona canavieira.

para venda rentável. Eles se tornaram, em suma, especialistas em produção, até ao ponto de virtualmente nada produzirem para seu próprio consumo pessoal e direto. Mas isto não é tudo: a própria terra evoluiu para um conjunto de instrumentos especializados de produção. O que certa vez havia sido uma comunidade biológica de plantas e animais tão complexa que os cientistas dificilmente poderiam compreender, o que havia sido mudado pelos agricultores tradicionais para um sistema ainda altamente diversificado para a plantação de produtos alimentícios locais e outros materiais, agora se tornou cada vez mais um aparato rigidamente restrito para competir em mercados ampliados para se obter o sucesso econômico. Na linguagem de hoje, nós chamamos este novo tipo de sistema agroecológico de *monocultura*, significando uma parte da natureza que vem sendo reconstituída a ponto de produzir uma única espécie, que está sendo plantada na terra apenas porque em algum lugar há uma forte demanda de mercado por ela.³¹⁹

Considerando o contexto da problemática abordada nesta dissertação, ressalta-se que, não foram os agricultores que já trabalhavam no espaço que optaram pela “especialização” na produção, como pode sugerir o uso desta citação. A participação destes agricultores no processo de consolidação do sistema monocultor não pode ser lida como uma escolha deliberada por parte dos mesmos, ou uma inserção paulatina conduzida pela melhoria das vias de transporte e organização do mercado. Os meios pelos quais os agricultores foram privados, ou drasticamente limitados, do acesso à terra, a chamada expropriação, e a consequente concentração desses grupos nas zonas urbanas, fez com que tais trabalhadores fossem postos à mercê do sistema canavieiro, monocultor, vinculado as usinas.

No curso desta pesquisa, não foram encontrados elementos que permitissem a defesa de que, às populações da área em estudo, foram dadas as condições necessárias para decidirem pela adesão ou não ao novo modelo produtivo ao qual o setor canavieiro esteve, desde então, vinculado. Não foram identificados, ainda, nenhuma medida por parte do Estado, tão pouco dos usineiros da região, que visassem a oferta de condições técnicas e financeiras para a manutenção de uma agricultura diversificada, sobretudo vinculada a produção da subsistência familiar, contíguo à área dos canaviais da Microrregião de São Miguel dos Campos.

Dificilmente, medidas desta natureza poderiam ser bem recebidas pelo Estado, que concedia amplos incentivos financeiros e fiscais para a expansão da monocultura, ou pelos usineiros, beneficiários diretos de tais incentivos. Isso porque o cultivo e processamento em massa da matéria-prima (cana), no âmbito da monocultura, exige, além de espaço amplo, uma relação o mais desigual possível entre a oferta e a demanda de mão de obra, desde o campo até

³¹⁹WORSTER, D. Transformações da Terra: Para uma perspectiva agroecológica na história. In. **Ambiente & Sociedade**, vol. V, nº 2, ago./dez. 2002, vol. VI, nº 1, p. 23-44, jan./jul. 2003, p. 35.

a indústria. Sem a concorrência acentuada dentro do mercado de trabalho, o objeto final do investimento capitalista, o lucro, estaria seriamente comprometido.

Tal situação impõe, como de fato impôs na região estudada, a dependência das populações locais a hegemonia do setor apoiado na monocultura. Ainda que os avanços tecnológicos tenham permitido a adaptação das terras dos tabuleiros para o cultivo de cana de açúcar e o desenvolvimento de variedades compatíveis com solos pobres,³²⁰ uma praga, um período de seca, ou uma mudança no perfil do mercado consumidor pode comprometer, não só a receita do Estado ou as margens de lucros dos empresários, como também toda a cadeia de relações nas quais estiverem envolvidas as populações estabelecidas na zona monocultora.

As consequências pela escolha de apoiar em bases monocultoras a economia de uma região pode ser exemplificada através do café, fonte de lucro, orgulho e ao mesmo tempo de muitas inquietações entre os paulistas, sobretudo, entre fins do século XIX e primeira metade do século XX. Como apresentado por Martins (2008), os fazendeiros e as populações empregadas na produção de café em 1896, dificilmente esperariam o cenário de crise que se instalou sobre a indústria cafeeira no ano seguinte.³²¹

A agroindústria canavieira, mesmo em pleno período de expansão já dava claros sinais acerca de tais deficiências. A título de exemplo, é possível citar as infestações de cigarrinha, motivo de amplas preocupações na década de 1970, assim como as sucessivas crises de superprodução sobre as quais já foi discorrido brevemente na Seção 2 desta dissertação.

Afinal, qual a lógica que permite a manutenção da hegemonia de um sistema produtivo tão problemático? Ocorre que, ao se estabelecer como principal fonte de empregos, as usinas tomaram o Estado como refém. Diante das crises sucessivas nas quais o setor foi envolvido, o socorro financeiro do Estado é reclamado sob a defesa de que, a falência das usinas representava o colapso do mercado de trabalho, conseqüentemente do comércio e da máquina pública em municípios que tinham nas usinas, ou em uma usina específica, a principal fonte de emprego e renda, quando não a única, para um número expressivo de famílias alocadas em suas imediações. Em Alagoas, por exemplo, a estreita relação entre o poder estatal e o empresarial torna-se ainda mais evidente quando problematizamos as conexões entre a classe política e a empresarial vinculada às usinas.

Dito isto, é preciso reconhecer que, as Ciências Sociais não podem se restringir em apresentar problemas. Quão desagradável seria o ofício do historiador, e o fruto do seu trabalho,

³²⁰ CARVALHO, C. P. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. 3ª ed. Maceió: EDUFAL, 2009, p. 76.

³²¹ MARTINS, A. L. **História do café**. São Paulo: Contexto, 2008a, p. 224-226.

se restrito a tal preocupação! Mesmo que as soluções apresentadas como possíveis pareçam por demais idealistas, e que as Ciências Sociais ainda não tenham o poder de influenciar decisões tão complexas, a percepção do problema é um convite a cogitação de eventuais soluções.

A necessidade de alternativas para o enfrentamento das vulnerabilidades do modelo de produção, as quais a monocultura canavieira está propensa, não é algo que esteja sendo descoberto com esta dissertação. Na verdade, os próprios usineiros parecem já ter percebido tal necessidade ainda no período de expansão das usinas. Carvalho (2009) chama a atenção para o fato de os grupos empresariais que são donos de usinas em Alagoas, inclusive no Sul da Zona da Mata, não têm nessas usinas a sua única fonte de lucro.

Os grupos empresariais mais importantes diversificam radicalmente seus interesses, expandindo intervenções econômicas em várias direções, transformando-se em *holdings* com presenças em ramos e regiões diferentes. [...].

As empresas mais rentáveis vêm a mais tempo investindo em novas tecnologias, reduzindo custos, aumentando a produtividade as vantagens comparativas. Destacadas, elas passam a operar em outras regiões e vêm transferindo parte de seus capitais para outros estados.³²²

É necessário pontuar que esse método de proteção contra as fragilidades do sistema monocultor assiste apenas a classe empresarial. Uma vez que os investimentos em outros setores são feitos fora do espaço de concentração dos canaviais, ao assegurar o rendimento dos usineiros não oferece proteção aos trabalhadores em caso de crises e/ou falências da usina. Deste feito, prevalece o que parece ser uma das leis elementares observadas pelos capitalistas no âmbito do sistema canavieiro em Alagoas: em tempos de bonança, reter os lucros, em tempos de crise, socializar as perdas. O que pode justificar o fato de que, os altos investimentos direcionados ao setor no estado não são compatíveis com os indicadores sociais percebidos nos municípios da zona canavieira, conforme salientado por Carvalho (2009).³²³

Contudo, em outro trabalho, Carvalho (2005), ao reportar para a fundação e o modelo de funcionamento da Cooperativa Pindorama apresentou a plena possibilidade de convivência entre a monocultura canavieira e a policultura de gêneros alimentícios.

Com seus 33.000 hectares de terra, distribuídos em 1.450 pequenos lotes, a Cooperativa Pindorama chama especial atenção dos estudiosos da economia rural pelo fato de estar instalada na área dominada pela monocultura canavieira de um dos estados com a maior concentração de terras, renda e

³²²CARVALHO, C. P. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. 3ª ed. Maceió: EDUFAL, 2009, p. 73-74.

³²³ Idem, p. 90.

poder do Brasil: Alagoas. No meio de uma área de imensos latifúndios, a Cooperativa fragmentou a propriedade da terra; no meio de imensas plantations de cana-de-açúcar e cercadas por quatro unidades sucroalcooleiras – Seresta, Coruripe, Camaçari e Paísa –, a Cooperativa diversificou a produção agrícola e pecuária.³²⁴

O excerto acima indica que, parte das condições que contribuíram para o surgimento da Cooperativa Pindorama, entre Coruripe, Penedo e Igreja Nova, estavam dadas em quase todo espaço que atualmente compreende a Microrregião de São Miguel dos Campos. Dentre tais condições, é possível destacar a disponibilidade de terras de fácil aquisição, fator que, em outros pontos da região, em lugar de originar outras cooperativas semelhantes a Pindorama, viabilizaram a instalação de usinas. No entanto, ainda que houvesse a intenção e a iniciativa por parte de algum grupo para se fundar cooperativas, ou mesmo empresas que beneficiassem a produção das famílias locais, nas “terras de hereus”, por exemplo, dificilmente tais projetos vigorariam diante do suporte financeiro oferecido pelo Estado, de forma tão indulgente, ao setor canavieiro.

Destarte, a Cooperativa Pindorama ainda é para a região um modelo a ser pensado e acompanhado com atenção. O fato de existir a 60 anos, mostra que o seu modelo de ação é mais consistente com a realidade da região que o da monocultura canavieira, uma vez que, usinas, com capital aparentemente sólido, foram instaladas depois da Cooperativa Pindorama e mesmo assim já encerraram suas atividades, deixando um vultoso saldo negativo para o Estado, e, sobretudo para a sociedade local mediante o número de desempregados sem perspectiva de sobrevivência na região.³²⁵

Outra iniciativa que, embora com menor abrangência, tem contribuído para contornar problemas advindos da monocultura canavieira é o Projeto Barriga Cheia. Desde 1999 este projeto une usinas e prefeituras como Teotônio Vilela, Junqueiro e Campo Alegre em um conjunto de atividades que parecem beneficiar tanto as usinas quanto a algumas famílias de agricultores. O referido Projeto consiste na oferta de parcelas de terras onde havia canaviais, por parte de usina, para que os agricultores plantem, sobretudo, feijão-de-corda. Por ser planta com curto ciclo vegetativo, a colheita do feijão é sucedida pelo preparo da terra para o cultivo

³²⁴CARVALHO, C. P. de. A cooperativa como alternativa: In: CANDEIAS, C. N. B.; MECDONALD, J. B.; MELO NETO, J. F. de. (Orgs.). **Economia solidária e autogestão: Ponderações teóricas e achados empíricos.** Maceió: Edufal, p. 135-164, 2005, p. 135.

³²⁵ A agroindústria canavieira do espaço estudado foi marcada na segunda década do século XXI por uma crise profunda que levou ao encerramento das atividades em algumas unidades, e, conseqüente, a um acentuado aumento no número de desempregados. Dentre essas usinas estão a Sinimbu, pioneira na região e no uso dos tabuleiros para o cultivo de cana de açúcar. Além da Sinimbu, a Triunfo, em Boca da Mata, entrou com pedido de Recuperação Judicial, e permanece sem funcionar, conseqüentemente seus funcionários foram demitidos. E a Guaxuma, em Coruripe, que faliu juntamente com o grupo ao qual pertencia.

de novo canavial. Tal procedimento permite a incrementação da renda das famílias dos agricultores ao mesmo tempo em que contribui para a recuperação da fertilidade do solo através da decomposição dos feijoeiros. Assim, a usina, proprietária da terra, pode economizar no tratamento do solo, comumente em processo de esgotamento devido a exploração canavieira.

À exemplo do que observou Rogers (2017), no que tangia aos arrendamentos em terras de engenhos pernambucanos, esse tipo de concessão por parte das usinas não deixa de ser limitado e tão vulnerável "quanto o período de gestação de um feijoeiro".³²⁶ De todo modo, em uma sociedade em que a exploração da terra para o próprio benefício direto aparece tão restritamente ligado à propriedade da mesma, a medida tende a ser vista com certo otimismo por representar uma possibilidade de auto abastecimento de famílias mais pobres no período particularmente crítico, do ponto de vista financeiro, para os trabalhadores sazonais das usinas, que ficam sem renda durante a entressafra.

Uma vez que o período de uso da terra por parte dos agricultores está condicionado às necessidades de transição dos canaviais, e conseqüente recuperação do solo, o mesmo projeto precisa ser aperfeiçoado de modo que permita maior liberdade no uso da terra, incluindo a incorporação de outras culturas, atendendo, deste modo, às necessidades dos agricultores. Tal aperfeiçoamento depende, porém, da iniciativa dos usineiros, detentores da terra, o que dificulta a sua efetivação uma vez que não é possível visualizar eventuais vantagens para esses usineiros diante da possibilidade de tais mudanças e/ou ampliações no projeto.

Do ponto de vista da preservação e recuperação dos recursos ambientais, o caso parece ainda mais complexo. Ao se apropriar das maiores parcelas de terras da região, as usinas se tornaram também as maiores responsáveis pela degradação ambiental. Esta realidade, porém, não é apanágio das usinas alagoana, o mesmo foi observado por Almeida (2008) no que tange a agroindústria canavieira no Vale do Paranapanema, no estado de São Paulo. Pela mesma razão, é das usinas que tem saído as iniciativas mais amplas no sentido de reflorestar e preservar os cursos d'água e a fauna. No vale do Rio Coruripe, por exemplo, se destacam os programas ambientais da usina Coruripe, com seus corredores verdes entre os canaviais, e o Projeto de Restauração do Rio Coruripe – RECOR, criado pela usina Seresta e financiado pelo Governo Federal e pela Petrobras. Este último projeto, além do levantamento da flora, fauna e recursos hídricos do Vale do Rio Coruripe, trabalha no sentido de conscientização em escolas e eventos públicos sobre a importância da preservação ambiental.

³²⁶ ROGERS, T. D. **As feridas mais profundas**: Uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil. Trad. Gilson C. C. da Silva. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 140.

Embasado nos conceitos de “crescimento econômico, bem-estar social e preservação ambiental”,³²⁷ o Projeto RECOR possui algumas limitações difíceis de serem superadas. Dentre estas, é possível destacar o fato de que, as terras da usina, núcleo da idealização e do desenvolvimento do mesmo projeto, se encontram prioritariamente nos tabuleiros, ocupadas com cana, enquanto as terras do Vale do mesmo rio são exploradas por pequenos proprietários no âmbito da agricultura, assim como por pequenos e médios pecuaristas que, no período de expansão dos canaviais foram retidos no Vale, promovendo a simplificação do ecossistema local.

As usinas não demonstram interesses claros em abrir mão das terras planas, cobertas com cana, para algum tipo de programa de reconstituição da vegetação nativa. Notadamente, os produtores e criadores do Vale também não parecem interessados em aderir a projetos de recuperação ambiental em suas terras, ainda que tal feito trouxesse amplos benefícios.

Segundo estudo realizado em Junqueiro, “a unidade de paisagem mais afetada, cuja degradação dos recursos vegetais está associada a monocultura açucareira foi o tabuleiro, restando apenas um remanescente florestal com 40 hectares”.³²⁸ Assim, a maximização dos resultados de projetos, como o RECOR, e outros que venham a existir, depende de amplo trabalho de conscientização dos produtores do Vale, mas também de iniciativas mais concretas por parte das usinas, incluindo a liberação de espaço dos tabuleiros, seja para o reflorestamento, seja para a transferência, sobretudo de rebanhos, alocados nos Vales, o que contribuiria para a recuperação do ecossistema nas áreas baixas, atualmente ocupada com pastos.

Tanto no que diz respeito a diversificação da produção, quanto á recuperação dos recursos ambientais, a ação do Estado se faz tão imperiosa quanto o foi outrora no sentido da consolidação da atividade canavieira no mesmo espaço. O período de crise que tem levado ao encerramento das atividades de algumas usinas pode ser um momento propício para se repensar e reorganizar o uso da terra no estado de Alagoas, quiçá no País em sua totalidade. A educação ambiental e a educação financeira devem ser fomentadas nestes espaços para que o uso dos mesmos se dê de forma racional e humanizada.

A visualização dos espaços explorados evidencia uma profunda carência do conhecimento e apropriação de técnicas de manejo que fossem economicamente eficientes, e, ao mesmo tempo, ecologicamente viável. Uma possibilidade seria a adoção do modelo de

³²⁷ CABRAL, B. (org.). **Restauração do Rio Coruripe**: um projeto de resgate socioambiental. João Pessoa: Moura Ramos Gráfica e Editora, 2016, p. 9.

³²⁸ SANTOS, A. L. S.; PEREIRA, E. C. G.; ANDRADE, L. H. C. Fragmentação florestal decorrente do uso do solo e do processo de degradação ambiental, no município de Junqueiro (AL). **Caminhos da Geografia**. Uberlândia, Vol. 9, n. 25, p. 121-138, mar/2008, p. 136.

Sistemas Agroflorestais,³²⁹ principalmente nos pastos, uma vez que a criação de gado ocupa parte expressiva das terras dos vales, e, pode ser também amplamente difundida nos tabuleiros, visto que já era praticada naquele espaço antes da tomada dos mesmos pelos canaviais. Os movimentos que ora pleiteiam o direito de usufruir de terras de usinas falidas, como o Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e Via do Trabalho, devem também pensar em possibilidades de aproveitamento sustentável do solo, incluindo a criação de áreas de reflorestamento.

Para todas as possibilidades acima expostas, a concessão de créditos que fomente as atividades de pequenos e médios agricultores, e criadores, é imprescindível para a eficácia de qualquer projeto que exista, ou que venha a existir, neste sentido. A adoção de medidas que visem a preservação ambiental ou a recuperação de áreas devastadas poderia, inclusive, ser apresentada como condicionante a concessão de créditos para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária na região. Ainda que a liberação de terras por parte de usinas falidas amplie a possibilidade de acesso, e mesmo que o processo de concentração fundiária, por alguma razão seja amortecido, a ausência de recursos financeiros que permitam o desenvolvimento de uma agricultura e pecuária familiar compensatória, apenas viabilizaria o início de um novo ciclo de concentração de terras e replantação da monocultura vinculada, senão a cana, a outra matéria-prima de produtos exportáveis.

Por fim, é necessário reconhecer que o trabalho de pesquisa aqui desenvolvido não esgotou todas as suas possibilidades reflexivas. Pelo contrário, é possível que a partir deste, mais tenha o que se pesquisar, afirmar ou duvidar acerca do desenvolvimento da atividade canavieira em Alagoas, de modo particular no Sul da Zona da Mata. Ao reportar a alternativas discursivas e práticas para a temática em questão, esta dissertação está sendo apresentada, não como um resultado final e definitivo, mas, como o desdobramento de uma pesquisa que fustigue novas discussões sobre a cana de açúcar, sobre a economia e a exploração do espaço, no estado de Alagoas.

Dentre os temas explorados nesta dissertação e que exigem maiores aprofundamentos, vale destacar a questão imperiosa das mudanças nos meios de aquisição de terra na zona canavieira. Trabalhos futuros podem ser desenvolvidos neste sentido, buscando elucidar de forma mais ampla as diversas vias pelas quais o primitivo latifúndio das Capitâneas Hereditárias

³²⁹ Por Sistema Agroflorestal entende-se o uso do espaço de modo que o plantio de árvores interaja com o cultivares agrícolas e/ou animais, seja simultânea ou sequencialmente. Sobre Sistemas agroflorestais no Brasil, vê: ALVES, F. V.; LAURA, V. A.; ALMEIDA, R. G. **Sistemas Agroflorestais: A agropecuária sustentável**. Brasília: Embrapa, 2015.

e das Sesmarias tendiam a se fragmentar, assim como os meios, ainda mais diversos, pelos quais o mesmo latifúndio vem sendo reestruturado desde meados do século XX. É importante, inclusive, verificar se outros elementos, para além da monocultura canavieira, tem contribuído para essa reconcentração da propriedade e do controle da terra, neste estado da Federação.

REFERÊNCIA

Fontes

1974 será o Ano Rodoviário de Alagoas. **Jornal de Alagoas**. Maceió, 30 dez. 1973.

ALAGOAS (Provincia). Presidente Sá e Albuquerque. **Relatório de 1º de março de 1867**.

ANJOS, C. V. N. dos. Usina Caeté realiza missa em Ação de Graças pela moagem 2009/2010. **Grupo Carlos Lyra**, 2009. Disponível em: <https://www.usinacaete.com/2009/09/usina-caete-realiza-missa-em-acao-de-gracas-pela-moagem-2009/2010>. Acessado em 01 dez. 2018.

ARAÚJO, J. V. de. **Falla dirigida à Assembleia Legislativa da Provincia das Alagoas na abertura da 2ª sessão da 20ª legislatura em 15 de março de 1875 pelo doutor João Vieira de Araújo Presidente da Província**. Maceió: Typografia do Jornal das Alagoas, 1875.

AZAMBUJA, B. A. N. de. **Relatório da Repartição Geral das Terras Públicas apresentado em 15 de abril de 1859 ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios do Império pelo Diretor Geral Interino da mesma repartição Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1859, p. 18.

_____. **Relatório das Terras públicas e da Colonização apresentado em 4 de março de 1863 ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas pelo Director da Terceira Directoria Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja**. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1863.

BRASIL. **Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965**. Institui o novo Código Florestal. Brasília, 1965.

BRASIL. **Lei nº 4.870 de 1 de dezembro de 1965**. Dispõe sobre a produção açucareira, a receita do Instituto do Açúcar e do Alcool e sua aplicação, e dá outras providencias. Brasília, 1965.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.137, de 07 de dezembro de 1970**. Institui incentivos fiscais e financeiros para o desenvolvimento industrial e dá outras providências. Brasília, 1970.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.182, de 16 de julho de 1971**. Concede estímulos às fusões às incorporações e à abertura de capital de empresas e dá outras providências. Brasília, 1971.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.186, de 27 de agosto de 1971**. Concede estímulos à fusão, incorporação e realocização de unidades industriais açucareiras e dá outras providências. Brasília, 1971.

BRASIL (Império). **Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro, 1850.

BRASIL (Império). D. Pedro I. **Carta de Lei**. Declarando livre a instalação de engenhos de açúcar sem dependência de licença. Rio de Janeiro, 13 Nov. 1827. IHGAL, doc. nº 00308. Localização: Cx. nº 05, Pac. nº 03, doc. nº 12.

BESOURO, G. **Mensagem dirigida ao Congresso alagoano pelo Dr. Gabino Besouro Governador do Estado por ocasião de abrir-se a 2ª sessão ordinária da 2ª legislatura em 15 de abril de 1894**. Maceió: Typ. da Empreza Gutemberg, 1894.

CARTA TOPOGRÁFICA DA PROVÍNCIA DAS ALAGOAS DE 1862. Carlos de Mornay. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

CARTOGRAFIA HISTORICA. **Praefecturae Paranabucar Pars Meridionalis**. Disponível em:

<http://www.cartografiahistorica.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=14&Itemid=99&idMapa=662&lang=br>. Data de acesso: 7 de setembro de 2016.

FIGUEIREDO JUNIOR, J. B. da C. **Relatório lida para a Assembléia Legislativa da Provincia das Alagoas no asto de sua instalação em 16 de março de 1870 pelo presidente da mesma Exm. sr. dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior**. Maceió: Typ. Commercial de A. J. da Costa, 1870.

FLAGRANTES de Alagoas. **Jornal de Serviço**. Maceió, jan. 1973 – fev. 1976.

FORUM econômico: Açúcar do Brasil para E.U.A. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 3 de janeiro de 1960.

GOVERNO Afrânio Lages bate novo recorde com estradas de rodagem por todo Estado. **Jornal de Alagoas**. Maceió, 30 de dez. 1973.

HEREUS. In: DICIONÁRIO da língua portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 2020. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/heréus>. Acesso em 12 jan. 2020.

IBGE. **Mapas Estatísticos Municipais**. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_demografico_2010/mapas_municipais_estatisticos/al/>. Data de acesso: 28 de agosto de 2016.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. **Anuário Açucareiro**. São Paulo: IAA, 1935-1967. Disponível em: <http://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/listarPublicacao.php?pagina=1&lista=0&opcao=8&busca=10&tipoFiltro=&filtro=&descFiltro=&varOrdem=&ordem=&listarConteudo=Cole%C3%A7%C3%B5es%20C2%BB%20Anu%C3%A1rio%20A%C3%A7ucareiro&limit=6>. Acessado em 17 de junho de 2019.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. **Brasil Açucareiro**. Rio de Janeiro: IAA, 1940-1978. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/brasil-acucareiro/002534>. Acessado entre 10 a 17 de junho de 2019.

JUNQUEIRO (AL). Cartório do único Ofício de Junqueiro. **Declaração de posse em comum união dos herdeiros de Bento José de Mello**. Declaração registrada nas fls. 118 e 119 do livro de registros. Nº 169 de ordem. Apresentado em 18 de maio de 1915.

JUNQUEIRO (AL). Cartório do Único Ofício de Junqueiro. **Livro 28**, jan. 1952 - out. 1952.

JUNQUEIRO (AL). Cartório do Único Ofício de Junqueiro. **Livro 31**, nov. 1954 – dez, 1955.

JUNQUEIRO (AL). Cartório do Único Ofício de Junqueiro. **Livro 35**, ago. 1958 – jan. 1962.

JUNQUEIRO (AL). Cartório do Único Ofício de Junqueiro. **Escritura Pública de Sessão de Herança**. Escritura registrada na fl. 1 do livro 33. Registro em 25 mar. 1963.

JUNQUEIRO (AL). Cartório do Único Ofício de Junqueiro. **Livro Escritura Pública**, jan. 1964 – jul. 1965.

JUNQUEIRO (AL). Cartório do Único Ofício de Junqueiro. **Livro Escritura Compra e Venda**, jul. 1965 – out. 1967.

JUNQUEIRO (AL). Cartório do Único Ofício de Junqueiro. **Livro Escritura Pública de Doação**, mai. 1970 – abr. 1972.

JUNQUEIRO (AL). Cartório do Único Ofício de Junqueiro. **Livro Escritura Pública 40**, mai. 1972 – mar. 1973.

JUNQUEIRO (AL). Cartório do Único Ofício de Junqueiro. **Livro Escritura Pública 41**, fev. 1973 – mai. 1974.

JUNQUEIRO (AL). Cartório do Único Ofício de Junqueiro. **Livro 47**, set. 1974 – ago. 1980.

MBI. **Bandeiras dos municípios alagoanos**. Disponível em: <<https://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/municipios-estado-alagoas-br/>>. Acessado em 08 jun. 2018.

POLÍTICA de Abastecimento. **Jornal de Alagoas**. Maceió, 5 de jul. 1974.

PROCANA BRASIL. Anuário da cana. Ribeirão Preto: Centro de Informações Sucroenergéticas, 2012.

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E IRRIGAÇÃO. **Plano Diretor de Recursos Hídricos (PDRH):** Bacia Hidrográfica do Rio Coruripe. Alagoas. Latin Consult, 2002.

SINDAÇUCAR-AL. **Relação das Usinas**. Disponível em: <<http://www.sindacucaral.com.br/relacao-das-usinas/>>. Acessado em: 08 jun. 2018.

USINAS alagoanas vivem situação de calamidade. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 2 de outubro de 1977.

Bibliografia

ALENCASTRO, L. F. **O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, J. P. de. **A Extinção do Arco-íris: Ecologia e História**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Sociais, 2008.

ALTAVILA, Jayme de. **História da Civilização das Alagoas**. 8ª ed. Maceió: Edufal, 1988.

ALVEAL, C. M. O. Transformações na legislação sesmarial, processos de demarcação e manutenção de privilégios nas terras das capitânicas do Norte do Estado do Brasil. In.: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 28, nº 56, p. 247-263, julho-dezembro de 2015.

ALVES, F. V.; LAURA, V. A.; ALMEIDA, R. G. **Sistemas Agroflorestais: A agropecuária sustentável**. Brasília: Embrapa, 2015.

ANDRADE, M. C. **Os Rios-do-açúcar do Nordeste Oriental: Os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel**. Recife: Imprensa Oficial, 1959.

_____. **A terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

_____. **Modernização e pobreza: A expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Editora da Unesp, 1994.

ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Introdução e notas por André e Mansuy Diniz Silva. São Paulo: Edusp, 2007.

AQUINO, L. A. de. A memória das paisagens: reflexões sobre a série Orogeneses de Joan Fontcuberta. In.: **Anais XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. P. 1-11, 2011.

AVÉ-LALLEMANT, R. C. B. **Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe**. Ed. Itatiaia, 1981.

AZEVEDO, J. **O vale do Comendador**. 3ª ed. Recife: mxm Gráfica, 2005.

BAGETTI, W. S. (org.). **Restauração do Rio Coruripe: um projeto de resgate socioambiental**. Maceió: Graziella Helena Fritscher, 2013.

BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

BARROS, J. D. **O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BEZERRA, A. A. Complexo sucroalcooleiro usina Nova América, território de tensão e poder: os trabalhadores rurais da cana e a greve de 1962. **Tempos Históricos**, v. 21, p. 321-350, 2017.

_____, **Trabalhadores e trabalhadoras rurais boias frias: exclusão, imprensa e poder**. Curitiba: Appris, 2018.

BITTENCUORT, C. M. F. Meio Ambiente e ensino de História. In.: **História & Ensino**, v. 9, p. 63-96, 2003.

BONAMIGO, C. A; SILVA, V. da. Do campo para a cidade: transformações socioculturais no trabalho camponês. In: **Akrópolis** Umuarama, v. 20, n. 2, p. 125-137, abr/jun. 2012.

BRANDÃO, O. **Canais e lagoas**. 3 ed. Maceió: EDUFAL, 2001.

BRAUDEL, F. **Escritos sobre história**. trad. J. Guinsburg e Teresa Cristina Silveira da Mota. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BRITO, T. Marx e Lukács, a relação sociedade e natureza. In: **6º colóquio internacional Marx e Engels**.

BURKE, P. **História e teoria social**. 2ª edição ampliada. São Paulo: Unesp, 2012.

CAPELATO, M. H. R. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, L.A.N.; FERREIRA, M.M. (Org.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro, Editora FGV, p. 299-315, 2014.

_____. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, M.; PRADO, M. L. C. (Org.). **História das Américas**. Fontes e abordagens historiográficas. São Paulo, Humanitas: Capes, p.114-136, 2015.

CABRAL, B. (org.). **Restauração do Rio Coruripe**: um projeto de resgate socioambiental. João Pessoa: Moura Ramos Gráfica e Editora, 2016.

CARVALHO, C. P. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. 3ª ed. Maceió: EDUFAL, 2009.

_____. A cooperativa como alternativa: In: CANDEIAS, C. N. B.; MECDONALD, J. B.; MELO NETO, J. F. de. (Orgs.). **Economia solidária e autogestão**: Ponderações teóricas e achados empíricos. Maceió: Edufal, p. 135-164. 2005.

CASAL, M. A. de. **Corografia Brasília**: ou relação Historico-geografica do Reino do Barzil composta e dedicada a Sua Magestade Fidelissima por hum presbítero secular do Gram Priorado do Crato. Tomo I. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817.

CASTRO, G. A. de. **São Miguel dos Campos**: Obra comemorativa dos 490 do descobrimento do Rio São Miguel. São Miguel dos Campos-Al. Setembro de 1991.

COSTA, C. **História das Alagoas**. São Paulo: Melhoramentos, 1983.

COSTA, E. V. da. **Da monarquia à República**. 9ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COSTA, M. E. **Introdução a História de Feira Nova**. Junqueiro: Impressão do autor, s/d.

COUTINHO, N. A nova legislação açucareira, seus antecedentes e alcances. In.: **Brasil Açucareiro**. Ano 34, vol. 67, nº 1, p. 23-36, janeiro de 1966.

_____. A cana-de-açúcar face à mitologia, à história e a técnica. In.: **Brasil Açucareiro**. Ano 44, vol. 86, nº 3, p. 45-57, setembro de 1975.

CRUZ, P. D. R. da. O conceito dos três níveis de Worster e sua aplicação na pesquisa sobre a colonização agroindustrial do cerrado mato-grossense. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, p. 1-17, 2011.

CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na Oficina do historiador: conversa sobre história e imprensa. In.: **Projeto História**: Revista de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Educ, 2007, n. 35, p. 253-272.

DEAN, W. **A ferro e fogo**: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DE CERTEAU, M. A operação historiográfica. In: **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, p. 45-111, 2017.

DIEGUES JUNIOR, M. **O banguê das Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional.** 3 ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

_____. **O engenho de açúcar no Nordeste.** Maceió: EDUFAL, 2006.

DRUMMOND, J. A. História Ambiental: Temas, fontes e linhas de pesquisa. In.: **Estudos Históricos**, v. 4, nº 8, Rio de Janeiro, p. 177-197, 1991.

_____. Por que estudar a história ambiental do Brasil? – ensaio temático. In.: **Varia História**, nº 26, p. 13-32, jan. 2002.

DURKHEIM, É. **Regras do método sociológico.** São Paulo: Martins Fontes, 2017.

ENGENS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2008.

ESPINDOLA, H. S. A problemática espacial e a história ambiental. In.: **Revista de História Regional**, v. 20, n. 2, p. 343-374, 2015.

ESPÍNDOLA, T. B. **A Geografia Alagoana ou Descrição física, política e histórica da Província das Alagoas.** Maceió: Edições Catavento, 2001.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In.: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (orgs.). **Campesinato e Territórios em disputa.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008, p. 273-302.

FREYRE, G. **Casa grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 51ª edição. São Paulo: Global Editora, 2006.

FILHO, M. C. Os Estados Unidos e o nosso comércio de açúcar. In.: **Brasil Açucareiro.** Ano 10, vol. 19, nº 4, p. 65-68, abril de 1942.

FONSECA, A. C. da. Política governamental de investimento no setor açucareiro. In.: **Brasil Açucareiro.** Ano 44, Vol.86, nº 4, p. 41-51, outubro de 1975.

GALVÃO, O. E. de A.; ARAUJO, T. V. **Compilação das Leis Provinciais de Alagoas de 1835 a 1872.** Tomo IV. Maceió: Tipografia Comercial de A. J. da Costa, 1872.

GARCIA, Afrânio. Sujeitos e Libertos: Sobre a transição para trabalhadores livres do Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 5-41, jun. 1988.

GNACCARINI, J. C. **Latifúndio e proletariado: Formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural.** São Paulo: Editora Polis, 1980.

GONZAGA, J. M. de S. **Falla dirigida à Assembleia Legislativa das Alagoas pelo presidente da Província João Marcelino de Souza Gonzaga, na abertura da 2ª sessão ordinária da 14ª legislatura a 24 de outubro de 1863.** Maceió: Typografia progressista, 1863.

HALBWACCS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais/ Vértice, 1990, p.25-89.

HERÉDIA, B. M. A. de. **Formas e Dominação e Espaço Social: A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas.** São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1988.

HERÉDIA, B. M. A. de; PALMEIRA, M; LEITE, S. P. Sociedade e economia do “Agronegócio” do Brasil. In.: **RBCS**, v. 25, nº 74, p. 159-196.

HERRERA, G. C. História Ambiental (feita) na América Latina. In.: **Varia História**, nº 26, p.33-45, 2002.

HOSBSBAWM, E. **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 11ª edição, Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

IOKOI, Z. M. G. **Igrejas e camponeses**: Teologia da libertação e movimentos sociais no campo Brasil e Peru, 1964-1986. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

IZIDORO, F. Descrição geográfica estatística e histórica dos municípios do Estado de Alagoas. In.: **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**, v. 3, n. 1, p. 103-115, ano 1901.

JUNIOR, C. P. História econômica do Brasil. 41ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

KOSELLECK, R. (org.). **O conceito de História**. Trad. René E. Gertz. 1ª ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2016.

LE GOFF, J. A história Nova. In: **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, p.26-64, 1988.

_____. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

L’ESTOILE, B. de; SIGAUD, L. (Orgs.). **Ocupação de terra e transformações sociais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LIMA, A. A. de. **Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional**. 2006. 181 f. Tese (Doutorado Economia Aplicada) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006.

LIMA, D. A. Estudos Fitogeográficos de Pernambuco. In: **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, Recife, v. 4. p. 243 – 274, 2007.

LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado. In: **Projeto História**. Revista da PUC-São Paulo, n. 17, nov. 1998.

LUXEMBURG, R. **A Acumulação do Capital**: Estudo sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo. Trad. Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MARTÍN-BARBERO, J. Os processos: dos nacionalismos às transnacionais. In: **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 6ª ed., Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2009, pp. 217-260.

MARTINEZ, P. H. O sentido da devastação: para uma História Ambiental no Brasil. In: **Revista Esboços**, Florianópolis, Santa Catarina, vol. 12, n. 13, 2005.

MARTINS, A. L. **História do café**. São Paulo: Contexto, 2008a.

_____. Imprensa em tempos do Império. In: LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo, Contexto, p.45-79, 2008b.

MARTINEZ, P. H. **O sentido da devastação**: para uma História Ambiental no Brasil. In: Revista Esboços, Florianópolis, Santa Catarina, vol. 12, n. 13, 2005.

MARTINS, M. L. **História e Meio ambiente**. São Paulo: Annablume; Faculdade Pedro Leopoldo, 2007.

MARX, K. **Formação econômica pré-capitalista**. Trad. João Maia. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I, 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MELLO, M. de C. **Falla com que abrio a segunda sessão ordinária da sexta legislatura da Assembleia Legislativa da Provincia das Alagoas o Excellentissimo Presidente da mesma Provincia Antonio Manoel de Campos Mello, em 15 de março de 1847**. Pernambuco: Typ. Imparcial, 1847.

MELLO, E. C. de. **Olinda Restaurada**. São Paulo: Editora 34, 2007.

_____. **O Bagaço da cana**: os engenhos de açúcar do Brasil holandês. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

MENESES, U. B. de. **História, cativa da memória**: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992.

MOREIRA, R. **A formação espacial brasileira**: Contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MOURA, J. **Onde há fumaça, há fogo**: Crônicas de uma usina de açúcar. Maceió: Edições Catavento, 2002.

NASCIMENTO, J. A. M. do. Terras nacionais e devolutas como fonte de receita para o Estado. In: **Tempos Históricos**. vol. 22, p. 50-79, 1º semestre de 2018.

NIEUHOFF, J. **Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil**. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. Belo Horizonte: Ed Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981.

NORA, P. Entre memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, Revista da PUC-São Paulo, n.10, dez. 1993.

NOZOE, N. Sesmarias e Aposamentos de Terra no Brasil Colônia. In.: **Revista Economia**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 587-605, set/dez. 2006.

OLIVEIRA, F. F. F. **Teotônio Vilela**: a terra do Menestrel. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2015.

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. In.: **Estudos Avançados**, v. 24, nº 68, p. 81-101, 2010.

PENÇO, C. C. F. **A “evaporação” das terras devolutas no Vale do Paranapanema no estado de São Paulo**. São Paulo: HVF Representações, 1994.

PINSKY, C. B. **Fontes históricas**. 2ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, vol.2, n.03. Rio de Janeiro, p.03-15, 1989.

_____. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, vol.5, n.10. Rio de Janeiro, 1992, p.200-205.

PRESTES, Maria Elice Brzezinski. *A invenção da natureza no Brasil colônia*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.

RÊGO, P. C. **Mensagem ao Congresso Legislativo lida na abertura da 2ª sessão ordinária da 18ª legislatura**. Maceió: Imprensa Oficial, 1926.

RIBEIRO, M. A. **Meio Ambiente e evolução humana**. São Paulo: Editora SENAC, 2013.

RICOUER, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

ROCHA, D. Notas. In.: **Brasil Açucareiro**. Ano 11, vol. 21, nº 2, p. 86,87, fevereiro de 1943.

ROGERS, T. D. **As feridas mais profundas: Uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil**. Trad. Gilson C. C. da Silva. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

SANT'ANNA, M. M. de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Recife: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1970.

SANTOS, A. L. S.; PEREIRA, E. C. G.; ANDRADE, L. H. C. Fragmentação florestal decorrente do uso do solo e do processo de degradação ambiental, no município de Junqueiro (AL). **Caminhos da Geografia**. Uberlândia, vol. 9, nº. 25, p. 121-138, mar. 2008.

_____. A agroindústria canavieira e o ambiente: novos cenários econômicos que influenciaram o setor em Alagoas. **Economia Política do desenvolvimento**. Maceió, vol. 1, nº. 6, p. 111-131, jan./abr. 2009.

SILVA, F. B. da. **Entre o Vale e os Tabuleiros: O processo de povoamento no fluxo médio do rio Coruripe (1850-1970)**. 2016. 113 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Arapiraca, 2016.

_____. Cartografia como Fonte: O Sul de Alagoas no século XIX. In.: Encontro de História, 8º, 2016, Maceió. **Anais do VIII Encontro de História: Ensino, Metodologia e Práticas Pedagógicas em História na Sociedade Contemporânea**. Maceió: UFAL, p. 120-127, 2016.

_____. O Caminho de Camarão e o desbravamento do Sul Alagoano. In.: **Revista Eletrônica de Educação de Alagoas – REDUC**, vol. 4, nº 1, janeiro de 2018. Disponível em: <http://www.educacao.al.gov.br/component/jdownloads/send/157-artigos-5-edicao/614-o-caminho-de-camarao-e-o-desbravamento-do-sul-alagoano>. Acesso em: 31 de dezembro de 2018 às 23:13.

_____. O poder da memória e os domínios da cana de açúcar no Sul da Zona da Mata alagoana entre as décadas de 1950 e 1970. In.: Encontro de História, 10º, 2018, Maceió. **Anais do 10º**

Encontro de História: Memórias e Biografias no Brasil Republicano. Tomo II, Maceió: UFAL, p. 40-51, 2018.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndios:** Efeitos da Lei de 1850. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

SILVA, M. A. de M. **Errantes do Fim do Século.** São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1999.

SCHIMIDT, A. **El concepto de naturaleza em Marx.** 2ª ed. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1977.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização.** 16ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

SOUZA, A. L. **Annaes da Biblioteca nacional do Rio de Janeiro.** Vol. 40. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923.

SOUZA, C. M. de; MACHADO, A. C. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. In: IOKOI, Zilda G. (Coord.). **Coleção IV História temática retrospectiva II Grau.** 3ª. Ed., São Paulo: Edições Loyola, pp.15-40, 2001.

SZMRECSÁNYI, T.; MOREIRA, E. P. O desenvolvimento da agricultura canavieira no Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. In: **Estudos Avançados.** Vol. 11, nº 5, p. 57-79, 1991.

SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (orgs.). **Vida rural e mudança social:** leituras básicas de sociologia rural. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

TENÓRIO, D. A. Os caminhos do açúcar em Alagoas. In: **Revista Incelencia.** p. 5-27, 2011.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural:** Mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VERÇOSA, E. G. **Cultura e educação nas Alagoas:** história/ histórias. 4ª edição. Maceió: Edufal, 2006.

VERÇOSA, L. V.; SILVA, M. A. M. Expropriação e memória na região dos tabuleiros de cana. In. **Revista Áskesis,** nº 1, Vol. 1, p. 82-104, jan/jun 2012.

VILELA, T. B. **A civilização do Zebu e a civilização do Basset.** Brasília: Centro gráfico do Senado federal, 1974.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade:** Na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Marxismo e literatura.** Zarah Editora: Rio de Janeiro, 1979.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. In: **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

_____. Transformações da Terra: Para uma perspectiva agroecológica na história. In. **Ambiente & Sociedade,** vol. V, nº 2, ago./dez. 2002, vol. VI, nº 1, p. 23-44, jan./jul. 2003.

_____. **Transformaciones de la tierra.** Montevideo: Coscoroba Ediciones, 2008.